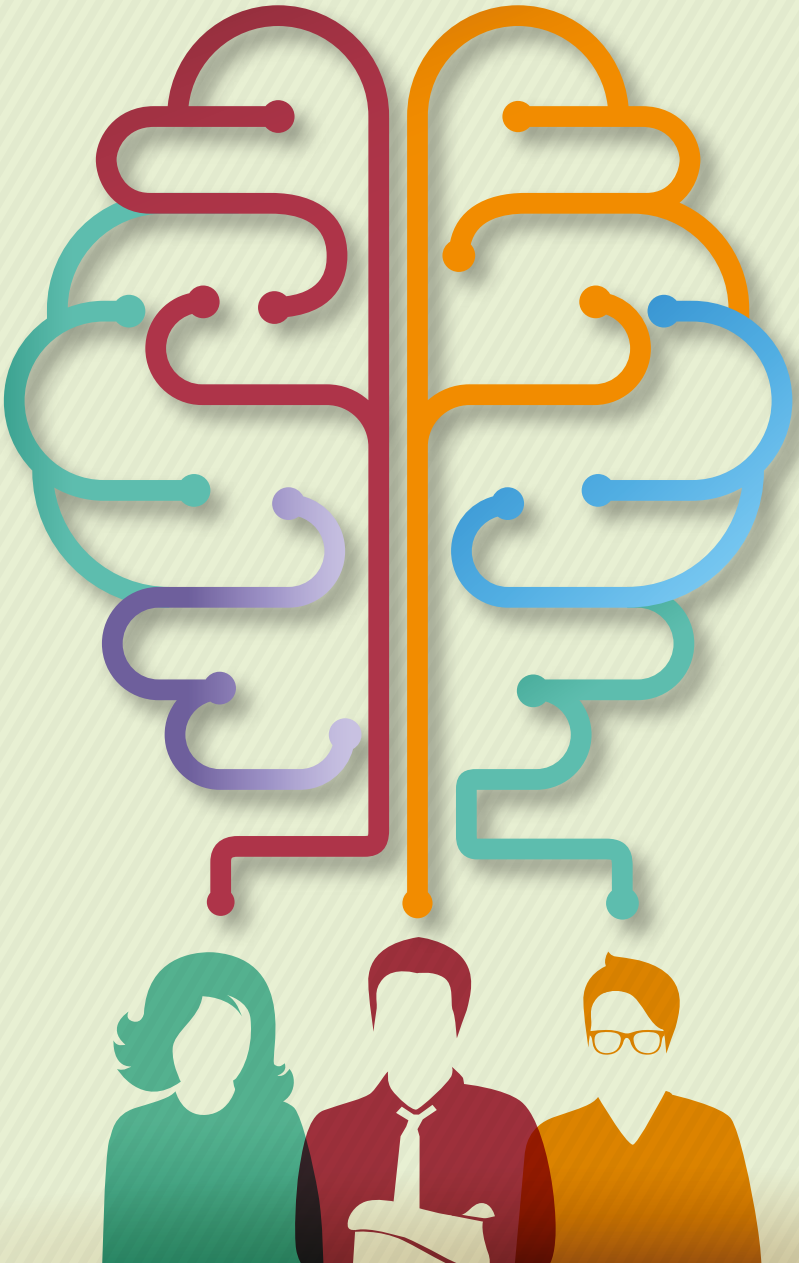

De 6 a 8
OUT · 2015

PROFESSORES E ALUNOS:
SUJEITOS DA CONSTRUÇÃO
E DA DISSEMINAÇÃO DO
CONHECIMENTO

ANAIS

XIII CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

INSCRIÇÕES PELO PORTAL
WWW.UNICEUB.BR

UniCEUB
Centro Universitário de Brasília



APRESENTAÇÃO

O XIII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão e o XIII Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB são promovidos pela Pró-Reitoria Acadêmica e pela Diretoria Acadêmica do UniCEUB e apresentam o tema *Professores e alunos: sujeitos da construção e da disseminação do conhecimento.*

Os eventos serão realizados nos dias 6, 7 e 8 de outubro de 2015, nos três turnos, em auditórios e espaços dos *campi* universitários do UniCEUB, no Distrito Federal.



SUMÁRIO

MESAS-REDONDAS 12
ANÁLISE DO CONTEXTO DOS CURSOS DE ENGENHARIA DE REQUISITOS NO BRASIL 13
ANÁLISE LINGUÍSTICA DE DECISÕES JUDICIAIS 14
COMO SE DÁ A MODELAGEM DOS REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS NA ORIENTAÇÃO A NEGÓCIO 15
ECONOMIA CRIATIVA: PERSPECTIVA PARA O CONTEXTO BRASILEIRO 16
FT20: EXPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA DE ENGENHARIA CIVIL 17
GRUPO DE PESQUISA E PESQUISA EM GRUPO: POR QUE PARTICIPAR? 18
IMPACTO DAS TECNOLOGIAS MÓVEIS NO DIA A DIA DOS TRABALHADORES 19
INOVAÇÃO EM SAÚDE: ESTIMULANDO O EMPREENDEDORISMO NO SETOR 20
MOTIVAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR: ESPAÇOS DE FORMAÇÃO 21
O PROFESSOR DO FUTURO: IDENTIFICANDO ESPAÇOS PRIVILEGIADOS DE APRENDIZAGEM 22
TECNOLOGIA, MULTIMODALIDADE E GÊNEROS TEXTUAIS 23
MINI CURSOS 24
CANVAS: UMA FERRAMENTA PARA PENSAR NEGÓCIOS 25
COMO DEFINIR SEU PLANO DE VIDA PARA SAIR DO MUNDO DA IMAGINAÇÃO 26
NORMA REGULAMENTATORA EM SERVIÇOS RELACIONADOS À ELETRICIDADE 27
PITCH IRRESISTÍVEL: APRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS PARA INVESTIDORES 28
OFICINAS E PALESTRAS 29
A CRIATIVIDADE E AS NOVAS TECNOLOGIAS 30
O EMPREENDEDORISMO DIGITAL E O VALE DO SILÍCIO 31
FORMAÇÃO MÉDICA: APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS 32
IMPLANTAÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO UNICEUB, *CAMPUS* DA ASA NORTE 33
IRON EXPLORER: FERRAMENTAS PARA DESENVOLVIMENTO 34
PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO EMPREENDEDORISMO FAMILIAR NO BRASIL 35

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA 36
GRUPOS DE PESQUISA 37
ARQUITETURA, QUALIDADE AMBIENTAL, EFICIÊNCIA E SAÚDE 38
AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM E PARA A GESTÃO 39
CITOGENÉTICA APLICADA 40
CONVIVÊNCIA E SAÚDE MENTAL 41
FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO AERÓBIO E RESISTIDO PARA A SAÚDE E O ALTO RENDIMENTO 42
GESTÃO DE TECNOLOGIA 43
ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA 44
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA 45
POLÍTICA CRIMINAL 46
PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DO PROFESSOR 47
EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO – EDUCACOM 48
SAÚDE E AMBIENTE 49
SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL 50



TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA 51

LATO SENSU **52**

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O SISTEMA RECURSAL ORDINÁRIO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 53

CONTROLE JURISDICIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE 54

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA RECURSOS HÍDRICOS AO LONGO DA HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL 55

O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA (PROTEÇÃO À CONFIANÇA) APLICÁVEL AO CASO BRASILEIRO 56

LOGÍSTICA REVERSA DE MEDICAMENTOS PÓS-CONSUMO: DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA E CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE OS DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO DESCARTE INADEQUADO DE MEDICAMENTOS 57

ANÁLISE DA VIABILIDADE JURÍDICA DE SUPERAÇÃO DAS LIMITAÇÕES DE ACESSO A DADOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS PELA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO: O CASO DO BNDES 58

PROCESSO DE CONHECIMENTO E INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO NOVO CPC 59

PODER JUDICIÁRIO: IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS QUE ACOMETEM A FUNÇÃO JURISDICIONAL 60

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS – DISTRITO FEDERAL: CARACTERÍSTICAS, DIAGNÓSTICO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 61

O SETOR NOROESTE E AS ENCHENTES DA ASA NORTE: HÁ SOLUÇÃO 62

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO 63

MULHER E DIREITOS HUMANOS: O AVANÇO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM MATERIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O IMPACTO NOS ÍNDICES OFICIAIS 64

O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES E O CASO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO 65

DISCUSSÃO DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL PARA DEZESSEIS ANOS: PELA DEFESA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 66

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA ATUANDO EM PARCERIA COM O ESTADO NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 67

O NOVO DIREITO ADMINISTRATIVO SOB A VISÃO CONSTITUCIONALIZANTE E A TEORIA DAS NORMAS 68

A ESSÊNCIA E A BANALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOB A PERSPECTIVA DO NEOCONSTITUCIONALISMO 69

CONTROLES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL SOBRE OS INVESTIMENTOS FEDERAIS REALIZADOS POR MEIO DE SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA 70

O "HATE SPEECH" E OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO 71

A PRÁTICA DA GENTILEZA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE REDUÇÃO DOS CONFLITOS E DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO 72

PALESTRAS **73**

ANÁLISE DO PROCESSO CONSTRUTIVO DE UM EMPREENDIMENTO SUSTENTÁVEL COM BASE NA CERTIFICAÇÃO AQUA 74

DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA PARA A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA/DF: UMA EXPERIÊNCIA DIFERENCIADA 75

ESTUDO COMPARATIVO DE UMA EDIFICAÇÃO EM PROCESSO EXECUTIVO MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS 76

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PAREDES DE CONCRETO MOLDADAS *IN LOCO* E *LIGHT STEEL FRAMING* QUANTO À SUSTENTABILIDADE PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL 77

ESTUDO DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DA UTILIZAÇÃO DE RCD COMO AGREGADOS APLICADOS A PAVIMENTOS RÍGIDOS 78

PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO 79

UTILIZAÇÃO DE RCD NA CONFECÇÃO DE UM CONCRETO SUSTENTÁVEL 80

PIC **81**

A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA MIGRATÓRIA NO BRASIL: A PARCERIA ENTRE O ESTADO BRASILEIRO E A OIM COM OBJETIVO DE ADEQUAÇÃO À PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS 82

A LEI DA ANISTIA E OS DIREITOS HUMANOS: ESTUDO COMPARADO ENTRE SOLUÇÕES ADOTADAS EMDIFERENTES PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E DISCUSSÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE REVISÃO DA LEI NO BRASIL 83

AINDA A CIÊNCIA SOCIAL AMERICANA? A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO UNICEUB 84

ANÁLISE DA DERMATOGLIFIA E DA SOMATOTIPIA DE JOVENS ATLETAS PRATICANTES DE JUDÔ 85

ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES POSTURAIS EM ADOLESCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DF 86

ANÁLISE DE ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS NA GESTÃO DE ENERGIA EXIGIDAS NAS CERTIFICAÇÕES AQUA, LEED E SELO



PROCEL PARA A IMPLANTAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR 87

ANÁLISE DE FORÇA MUSCULAR, EQUILÍBRIO E QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM ESCLEROSE MÚLTIPLA: INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR 88

ANÁLISE DO NÍVEL DA FLEXIBILIDADE E DA RESPOSTA LACTACIDÊMICA AO TREINAMENTO PLIOMÉTRICO EM LUTADORES DE JIU-JÍTSU 89

ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS MULHERES COM LESÕES POR HPV INDUZIDAS DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO ATENDIDAS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA 90

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA "ATLETAS DO FUTURO" 91

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE ALFACES DE CULTURA CONVENCIONAL E ORGÂNICA 92

APLICATIVO MÓVEL RELACIONADO À POLITICA BRASILEIRA 93

ARQUITETURA PÚBLICA: ENTRE O POTENCIAL E O REAL. CATALOGAÇÃO E ANÁLISE DE OBRAS RESULTANTES DE CONCURSOS DE PROJETO NO BRASIL, ENTRE 2005 E 2014 94

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO USO DE MOBILIZAÇÃO PASSIVA E CONTÍNUA COM CPM EM PACIENTES SUBMETIDOS A CIRURGIAS NO QUADRIL E NA COXA NO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL 95

AVALIAÇÃO DA MATURAÇÃO *IN VITRO* DE OVÓCITOS BOVINOS IMATUROS EM NOVO PROCESSO DE VITRIFICAÇÃO 96

AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DE UM SOLO LATERÍTICO DE BRASILIA MELHORADO COM FIBRAS DE VIDRO E POLIÉSTER 97

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL DO BRT EM BRASÍLIA 98

AVALIAÇÃO DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS EM RESTAURANTES *SELF-SERVICE* DE BRASILIA-DF 99

AVALIAÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DAS MULHERES QUANTO Á ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL NAS REDES PÚBLICA E PRIVADA DO DISTRITO FEDERAL 100

CÚPULAS – MODELAGEM ESTRUTURAL E ESTUDO SOBRE ACÚSTICA: ESTUDO DA CONCHA ACÚSTICA DO SETOR MILITAR URBANO DE BRASÍLIA 101

CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DE UM JOGO EDUCACIONAL DIGITAL PARA O AMBIENTE UNIVERSITÁRIO 102

CORRELAÇÕES DE ASPECTOS CLÍNICOS, LABORATORIAIS E GENÉTICOS DE PACIENTES COM SUSPEITA DE SÍNDROME DE TURNER 103

CÁLCULO DE ESFORÇOS E DEFORMAÇÕES EM LAJES EM SÉRIES DE FOURIER 104

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PELA INTERNET: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES OCORRIDAS EM JUNHO DE 2013, NO BRASIL 105

DIABETES E SAÚDE MENTAL: INTERFACES EM PSICOLOGIA DA SAÚDE 106

DOSAGEM DE ANTI-HBSAG EM ESTUDANTES DE MEDICINA DO UNICEUB 107

ESTILOS PARENTAIS: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PAIS DE CRIANÇAS COM E SEM DIAGNÓSTICO DE PARALISIA CEREBRAL 108

ESTUDO DA AÇÃO ANTIMICROBIANA DO ÓLEO ESSENCIAL DAS FOLHAS DE *SHINUS MOLLE L.* CONTRA BACTÉRIAS DE INTERESSE CLÍNICO, EM COMPARAÇÃO COM ANTIBIÓTICOS 109

ESTUDO DE DOSAGEM DE CONCRETOS ESTRUTURAIS COM RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO 110

ESTUDO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DE TIJOLOS DE SOLO COM CIMENTO CONVENCIONAL E OS DE TERRA CRUA ESTABILIZADOS COM CIMENTO "VERDE" E FIBRA DE SISAL 111

ESTUDO DO FOSFOGESSO COMO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A FABRICAÇÃO DE TIJOLO MACIÇO 112

ESTUDO DOS PROCESSOS SUBJETIVOS DO CÂNCER: UMA FAMÍLIA EM PERSPECTIVA 113

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE FEBRE MACULOSA BRASILEIRA, OCORRIDOS NO BRASIL, DURANTE OS ANOS DE 2004 A 2013 114

IDENTIFICAÇÃO DAS ADAPTAÇÕES LINGUÍSTICAS REALIZADAS PELOS INTÉRPRETES NO CONTEXTO DO ENSINO DE BIOLOGIA 115

INFLUÊNCIA DA VEGETAÇÃO RIPÁRIA NA QUALIDADE DA ÁGUA DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL EM UM AMBIENTE RURAL 116

INOVAÇÃO EM *STARTUPS:* O CONTEXTO BRASILEIRO 117

INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA QUIMÍCA 118

INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DOS FLUXOS COMERCIAIS, DOS LICENCIAMENTOS E DOS INVESTIMENTOS DIRETOS EM 2014 119

LEI 9.455/97: AS DIFICULDADES DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS PELO CRIME DE TORTURA COMO TIPO PENAL COMUM 120

LIMITES DO DIREITO À EDUCAÇÃO COMO VIA DE CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS 121

MEMÓRIAS DE BRASÍLIA: MAPEANDO HISTÓRIAS E CONSTRUINDO MATERIAIS DIDÁTICOS MEDIANTE RELATOS DO PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL DO ARQUIVO PÚBLICO DO DF 122

MENSAGENS PELA (E PELA) CIDADE: A HUMANIZAÇÃO DE BRASÍLIA POR MEIO DE INTERVENÇÕES VISUAIS 123



MONARQUIA E RELIGIOSIDADE: CONSELHOS CRISTÃOS NA CULTURA POLÍTICA DO ANTIGO REGIME 124
MORTE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DE MEDICINA 125
MUSICOTERAPIA PONTUAL NAS ALTERAÇÕES COMPORTAMENTAIS DECORRENTES DA HIPÓXIA ISQUÊMICA ENCEFÁLICA EXPERIMENTAL 126
"NESSE SENTIDO, PRECEDENTES": CRITÉRIOS PARA A UTILIZAÇÃO DE DECISÕES PRETÉRITAS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 127
NOVA SEDE DO SEBRAE NACIONAL EM BRASÍLIA - DF 128
O DISCURSO DOS MAPAS: TERRITORIALIDADE E FRONTEIRA NOS MAPAS DO BRASIL COLONIAL NO SÉCULO XVIII 129
O JORNALISMO INTERNACIONAL E A ATUALIDADE MEDIÁTICA: A CONFIGURAÇÃO DE BRASÍLIA NO NOTICIÁRIO INTERNACIONAL 130
OS SENTIDOS DE TERRITORIALIDADE NOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O RIO TOCANTINS 131
PAVIMENTO VEGETAL: ESTUDO DE LIGNINA COMO UMA SOLUÇÃO INOVADORA E SUSTENTÁVEL 132
PIEZOELETRICIDADE: A ENERGIA SOB OS PÉS E AS RODAS 133
PREVALÊNCIA DE DIABETES GESTACIONAL E NÍVEL DE ADESÃO AO TRATAMENTO 134
PREVALÊNCIA DE HIPOVITAMINOSE D EM GESTANTES ATENDIDAS EM UM SERVIÇO DE PRÉ-NATAL DA REDE PRIVADA DE BRASÍLIA EM 2014 135
PREVALÊNCIA DE MENINAS IMUNIZADAS CONTRA HPV DURANTE A CAMPANHA DE VACINAÇÃO DE 2014, EM PLANALTINA/DF 136
PROPOSTA DE OTIMIZAÇÃO NA GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR RESIDENCIAL EM FUNÇÃO DAS VARIAÇÕES DA RADIAÇÃO SOLAR APLICADAS EM UM PAINEL FOTOVOLTAICO 137
PROTEÇÃO AOS DADOS DE TESTES FARMACÊUTICOS DE USO HUMANO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 138
REABILITAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM CRIANÇAS COM DIFICULDADES EM EXECUTAR MOVIMENTOS EM MEMBROS SUPERIORES OU INFERIORES UTILIZANDO-SE SINAIS MIOELÉTRICOS NOS JOGOS VIRTUAIS E APLICAÇÃO EM PRÓTESE INTELIGENTE PARA MEMBRO SUPERIOR 139
REGULAÇÃO E LIBERDADE NA INTERNET: O CASO DO MARCO CIVIL BRASILEIRO 140
REGULAÇÃO E PRIVACIDADE NA INTERNET: O MARCO CIVIL BRASILEIRO 141
RELATÓRIO FIGUEIREDO: HISTÓRIAS INDÍGENAS EM MEIO A MECANISMOS TUTELARES 142
RES PUBLICA E DITADURA NA TRANSIÇÃO DA REPÚBLICA ROMANA PARA O IMPÉRIO 143
RESPOSTA AGUDA DA INTERLEUCINA 6 APÓS A REALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FORÇA EM IDOSAS COM OBESIDADE 144
SELEÇÃO DE ATIVOS BIOLÓGICOS DE *BACILLUS THURINGIENSIS* COM POTENCIAL DE INIBIÇÃO DE MICRORGANISMOS 145
SISTEMA PARA AUXÍLIO Á LOCOMOÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL 146
SISTEMA PORTÁTIL PARA DIAGNÓSTICO E PROCESSAMENTO DA VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA BASEADA NAS TRANSFORMADAS DE WAVELET 147
SISTEMAS DE REVESTIMENTO DE ARGAMASSA MODIFICADA POR POLÍMERO 148
SOLDADOS OU POLICIAIS? UMA ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DOS CONTINGENTES BRASILEIROS NAS OPERAÇÕES DE PAZ NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 149
UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE ENCAMINHAMENTO PARA A INTERNAÇÃO EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO DISTRITO FEDERAL 150
UTILIZAÇÃO DO MÉTODO COMPARADO NAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 151
VAMOS À GUERRA! AS REPRESENTAÇÕES DA GUERRA DA CISPLATINA NA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO (1825-1828) 152
VARIABILIDADE GENÉTICA DOS ISOLADOS DE *STREPTOCOCCUS PYOGENES* OBTIDOS DURANTE UM SURTO EM 2011 153

STRICTO SENSU DIREITO 154

A FUNÇÃO SOCIAL DOS MEIOS DE PRODUÇÃO, DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO DESENVOLVIMENTO: A NECESSIDADE DE REINTERPRETAÇÃO DOS ARTIGOS 5, INCISO XXIII, E 170, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 155
DIMENSÃO POLÍTICA DA DEFESA NACIONAL NO BRASIL: ANÁLISE DA RECONSTRUÇÃO DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO DO ESTADO 156
A INCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NOS ACORDOS DE INVESTIMENTOS: INCENTIVOS PARA O BALANCEAMENTO DE INTERESSES PÚBLICOS E PRIVADOS 157
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS ECONÔMICOS E A SEGURANÇA JURÍDICA EM DECORRÊNCIA DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA 158
A LEGÍSTICA E O JUDICIÁRIO: PODE A QUALIDADE DAS LEIS INFLUENCIAR AS DECISÕES DOS JUÍZES? 159
DEMOCRACIA E RACIONALIDADE NA RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA BRASILEIRA 160
A LIBERDADE DE IMPRENSA NO BANCO DOS RÉUS: UM ESTUDO SOBRE DECISÕES JUDICIAIS,



DIREITOS FUNDAMENTAIS, DEMOCRACIA E REPÚBLICA 161

RECURSOS DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA: PELO RESGATE DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO STF E DO STJ 162

DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE E *TAX EXPENDITURE* NO ICMS 163

ATIVISMO JUDICIAL TRANSNACIONAL: A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NORMATIVO INTERNACIONAL POR MEIO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 164

O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO A INFORMAÇÕES LIMITADO POR EXPECTATIVAS DE PRIVACIDADE E DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA 165

CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA SOBRE O CUMPRIMENTO DAS NORMAS PELOS ESTADOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 166

EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA CRIMINAL COMO FATOR GARANTIDOR DOS PRINCÍPIOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: PERSPECTIVAS SOBRE O SISTEMA RECURSAL NO PROCESSO PENAL 167

DIREITO PENAL COMO CONTROLE SOCIAL NA SOCIEDADE COMPLEXA 168

MODULAÇÃO DE EFEITOS DAS DECISÕES JUDICIAIS COMO MECANISMO DE ADEQUAÇÃO DE UM SISTEMA DE PRECEDENTES AO DIREITO BRASILEIRO 169

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA JURISDIÇÃO ORDINÁRIA 170

A POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO À SAÚDE NO TRABALHO POR RISCOS ORGANIZACIONAIS: IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE 171

MÁXIMA DA PROPORCIONALIDADE E DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA 172

EPISTEMOLOGIA DA PRODUTIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE O CONTROLE GERENCIAL DO CNJ E SUA INFLUÊNCIA NA DECISÃO JUDICIAL 173

A LÓGICA DE CONSTRUÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL NO PLANO GLOBAL E A SUA EFETIVIDADE NO DIREITO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 30 ANOS 174

O RECONHECIMENTO DA NECESSIDADE DE PROTEÇÃO AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS POR PARTE DO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO: ESTUDO DE CASO DO JULGAMENTO ACERCA DA PROIBIÇÃO DE IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DA FOCA (WT/DS400 E WT/DS401, CE - PRODUTOS DE FOCA) 175

O DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE SADIO NO PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BRASIL SOB A LUZ DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL E OS PRECEDENTES DAS CORTES INTERAMERICANA E EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS 176

CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO MEDIANTE A INTERPRETAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO ATIVISMO JUDICIAL 177

AS ASSIMETRIAS TRIBUTÁRIAS E A LEGITIMAÇÃO DE MEDIDAS *ANTIDUMPING* NAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS 178

MECANISMOS DE COORDENAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS DE SUPERVISÃO E CONTROLE DOS DIREITOS SOCIAIS 179

AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E O FEDERALISMO COOPERATIVO: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICIÊNCIA DO PAPEL DO MUNICÍPIO E SEU REFLEXO NO IDH 180

O DESENVOLVIMENTO DOS MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO COMO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA 181

JUDICIALIZAÇÃO COMO OPORTUNIDADE PARA DESENVOLVIMENTO DO SUS 182

DIREITO CIDADÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA ADMINISTRATIVA 183

A TEORIA DAS NULIDADES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS APLICADA AO PROCESSO DISCIPLINAR 184

ÓRFÃOS TERAPÊUTICOS: REPERCUSSÕES JURÍDICAS NA PROTEÇÃO DA VIDA HUMANA 185

O ABORTO E OS DIREITOS MORAIS DA MULHER:UM ESTUDO SOBRE O PLURALISMO IDEOLÓGICO, A DIGNIDADE HUMANA E A AUTONOMIA REPRODUTIVA NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL-DEMOCRÁTICA 186

A TENSÃO ENTRE A PRESUNÇÃO DE BOA-FÉ PREVISTA NO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NAS RELAÇÕES COM OS CIDADÃOS: NECESSIDADE DE INVERSÃO DA LÓGICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 187

O *CRIMINAL COMPLIANCE* ENQUANTO INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL: A (IN) EFICIÊNCIA DOS *COMPLIANCE OFFICERS* *188*

EFICIENTISMO E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL APÓS OS ATOS DE VIOLÊNCIA ORGANIZADA NO BRASIL EM 2006 189

EMPOBRECIMENTO ILÍCITO: A MERCANTILIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 190

REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: O DESAFIO DECORRENTE DA AUSÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO E O CAMINHO À EFICIÊNCIA REGULATÓRIA DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS 191

GENOCÍDIO NO BRASIL: OS MASSACRES INDÍGENAS JUDICIALIZADOS 192

INSTRUMENTOS QUE PODEM SER UTILIZADOS COMO FOMENTO PARA MELHORAR A EFICÁCIA DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA 193

LIMITES À LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO: BALIZAS QUE DEVEM NORTEAR O SISTEMA 194

O CRIME DE DESERÇÃO EM TEMPO DE PAZ: UMA PROPOSTA DE DESCRIMINALIZAÇÃO 195

A ARGUMENTAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NA APLICAÇÃO DA MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS PELO STF:



A LEGITIMIDADE DENTRO DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO 196
LIMITE E PRÁTICA DOS TERMOS ADITIVOS CONTRATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL 197
A ABRANGÊNCIA DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS: FOLHA DE SALÁRIOS E DEMAIS RENDIMENTOS DO TRABALHO PAGOS OU CREDITADOS, A QUALQUER TÍTULO, À PESSOA FÍSICA 198
MANDADO DE INJUNÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E CABIMENTO DE MEDIDA LIMINAR 199
CONTRATAÇÃO GOVERNAMENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: OS PARÂMETROS NORMATIVOS DA FUNÇÃO INDUTORA DA CONTRATAÇÃO GOVERNAMENTAL 200
A ATIVIDADE JURISDICIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: AS RELAÇÕES ENTRE JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA E RECURSO EXTRAORDINÁRIO MEDIANTE A GÊNESE DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO 201
EM BUSCA DE ELEMENTOS DE UMA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL MEDIANTE A ANÁLISE DOS PROBLEMAS DERIVADOS DO DECISIONISMO 202
A JUSTIÇA ELEITORAL COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NO BRASIL 203
ANÁLISE ECONÔMICA E DOGMÁTICA DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 204
A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: ANÁLISE DO ARTGO 489 DA LEI Nº 13.105/2015 (NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL) À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E DA REALIDADE JUDICIAL BRASILEIRA 205
A "REPÚBLICA DOS DESEJOS": LIMITES FÁTICOS E ECONÔMICOS PARA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA 206
A NORMATIZAÇÃO REGULATÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 207
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL 208
A REPERCUSSÃO DE TRATADOS E CONVENÇÕES RELATIVOS À BITRIBUTAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS 209
INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL 210
UMA PROPOSTA DE RESSIGNIFCAÇÃO DA VANTAJOSIDADE NAS LICITAÇÕES E NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS: PREÇO, QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE 211
A (IR)RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS MEDIANTE A LEI DE IMPROBIDADE 212
O PLANO PLURIANUAL COMO NORMA DE DIREITO FUNDAMENTAL E OS DESAFIOS À SUA EFETIVIDADE 213
O INADIMPLEMENTO CONTRATUAL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO 214
DIREITOS SOCIAIS E DECISÕES JUDICIAIS EM MATÉRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS DE PRESTAÇÃO À LUZ DA FILOSOFIA DO RECONHECIMENTO 215
O DIREITO À INFORMAÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE DADOS PESSOAIS OU O ABUSO NA PRESUNÇÃO DE SOLIDARIEDADE 216
FUNDOS SETORIAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: ANÁLISE DOS RESULTADOS E DOS OBJETIVOS 217
A FORÇA NORMATIVA DOS PRINCÍPIOS E O DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL 218
AFETO, FAMÍLIA E RESPONSABILIDADE CIVIL: O DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO E O CUIDAR COMO DEVER JURÍDICO 219
A AÇÃO REGRESSIVA ACIDENTÁRIA: INSTRUMENTO DE TUTELA DA SAÚDE DO TRABALHADOR E DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO 220
DEFENSORIA PUBLICA E ACESSO À JUSTIÇA PENAL: ENTRE A EFETIVIDADE DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM GOIÁS 221
PROTEÇÃO DE DADOS DE TESTES PARA REGISTRO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS 222
UM ESTUDO SOBRE A INCORPORAÇÃO DOS ACORDOS DE BASILEIA NO BRASIL: AS REDES INFORMAIS DE AUTORIDADES E O DIREITO REGULATÓRIO INTERNO 223
A PRESERVAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL NA FALÊNCIA À LUZ DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA COMO FORMA DE REDUÇÃO DE DANOS SOCIAIS 224
A EVOLUÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS POR MEIO DA ADMINISTRAÇÃO CONCERTADA 225
A PARTICIPAÇÃO DE ENTES INTERVENIENTES NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: ANÁLISE DO NÍVEL ADEQUADO DE ABERTURA À PARTICIPAÇÃO DO ENTE REPRESENTANTE DOS INTERESSES INDÍGENAS – FUNAI NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL, COM VISTAS A ASSEGURAR O AMBIENTE IDEAL DE GOVERNANÇA AMBIENTAL QUE EVITE A JUDICIALIZAÇÃO DESSE PROCESSO ADMINISTRATIVO 226
CONTRATAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS NORMAS SOBRE SEGUROS-GARANTIA DA LEI Nº 8.666/93 EM COTEJO COM AS NORMAS ESTADUNIDENSES DO MILLER ACT 227
O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE E O DIREITO ADMINISTRATIVO 228
O PRINCÍPIO DA COMPLEMENTARIDADE E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: REFLEXOS NO BRASIL 229
ENTRE O MEDO E A INDIFERENÇA: A IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NO DISTRITO FEDERAL 230
DIREITO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A INCORPORAÇÃO DE NORMAS DE COMÉRCIO DE INVESTIMENTO DO MERCOSUL 231



O FEDERALISMO EDUCACIONAL BRASILEIRO: O PAPEL DOS MUNICÍPIOS 232

A RENDA BÁSICA DA CIDADANIA COMO INSTRUMENTO DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA 233

JUSTIÇA E SUPERENDIVIDAMENTO: PADRÃO EXEMPLAR DE DECISÕES JUDICIAIS NO BRASIL UM ESTUDO DE CASO 234

CONSTITUCIONALISMO COMPENSATÓRIO: A INTERATIVIDADE DOS JULGAMENTOS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS COM OS ESTADOS CONSTITUCIONAIS DA AMÉRICA LATINA 235

O PAPEL DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NA NOMOGÊNESE LEGISLATIVA: DIÁLOGOS PRUDENCIAIS EM TORNO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 236

O NEPOTISMO, A MORALIDADE PÚBLICA E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: UM ESTUDO ACERCA DO SENTIDO E DO ALCANCE NORMATIVO DA SÚMULA VINCULANTE N°. 13 237

RESPONSABILIDADE FINANCEIRA REINTEGRATÓRIA E SUPERFATURAMENTO POR PREÇOS EXCESSIVOS 238

SOBREPOSIÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA O ALCANCE DE MAIOR EFICIÊNCIA NA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE 239

OS EFEITOS DA ADOÇÃO TRANSNACIONAL SOBRE A NACIONALIDADE DA CRIANÇA NO DIREITO BRASILEIRO 240

A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS NAS JURISPRUDÊNCIAS DAS CORTES EUROPEIA E INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 241

CRIMINALIZAÇÃO DO ATO DE DIRIGIR SOB INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL: A (IN)EFICÁCIA DA MEDIDA QUANDO ANALISADA A ESTRUTURA DE INCENTIVOS AO AGENTE DE TRÂNSITO PARA FISCALIZAR 242

O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) COMO INSTRUMENTO JURÍDICO DE INTERNALIZAÇÃO DE EXTERNALIDADES: O CASO GUARÁ II, DO DISTRITO FEDERAL 243

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO TERCEIRO SETOR: A LEGITIMIDADE PASSIVA AUTÔNOMA DOS DIRIGENTES DE ONG 244

A COMPREENSÃO BRASILEIRA DO SIGILO BANCÁRIO E A INCORPORAÇÃO DO FOREIGN ACCOUNT TAX COMPLIANCE ACT (FATCA) AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL 245

O IMPACTO DOS EMPREENDIMENTOS PRIVADOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS E A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO DE IMÓVEIS NO CONTROLE URBANÍSTICO 246

A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E SUAS BARREIRAS 247

DIREITOS DO IMIGRANTE EM SITUAÇÃO IRREGULAR: GARANTIAS NORMATIVAS INTERNACIONAIS UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CONTEXTO NORMATIVO BRASILEIRO 248

A UNIÃO EUROPEIA E A LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES A NOVA CORTINA DE FERRO: TRABALHADORES "DESTACADOS" E *DUMPING* SOCIAL 249

DIÁLOGOS ENTRE A RAZÃO E A FÉ NA INTERNALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 250

RECEPTIVIDADE E APLICABILIDADE DOS TRATADOS E DAS CONVENÇÕES DA OIT RATIFICADOS NO BRASIL E EM DEMAIS PAÍSES DO MERCOSUL: REPERCUSSÃO NO TRABALHO DO MENOR E NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E FORÇADO 251

A POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM PRODUTOS DE DEFESA PROTAGONIZADA PELA FORÇA AÉREA: PROPRIEDADE INTELECTUAL *VERSUS* SIGILO 252

LICITAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL E PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PORTADORA DE NECESSIDADE ESPECIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS NA ANVISA 253

A CONVENÇÃO 138 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E O REGIME INTERNACIONAL DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA EC 20/1998 254

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DO TOCANTINS, OBSTANDO A EFETIVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA E DA EFICIÊNCIA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS 255

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA UNIVERSALIDADE DA COBERTURA E DO ATENDIMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL E SUA EFETIVIDADE COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA GROTÃO NO MUNICÍPIO DE FILADÉLFIA – TO 256

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS À LUZ DAS ALTERAÇÕES DO ART. 3° DA LEI N° 8.666/93 257

O TRATAMENTO DO DIABETES *MELLITUS* TIPO 1 DE DIFÍCIL CONTROLE AOS CUIDADOS DO JUDICIÁRIO POR FALTA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA ISONÔMICA 258

O TÍTULO *JUS POSTULANDI* NA JUSTIÇA BRASILEIRA E A VIRTUALIZAÇÃO DO PROCESSO MEDIANTE A LEI N. 11.419, DE 2006: EXISTE A REAL CONDIÇÃO DE PARTICIPAR NOS PROCESSOS VIRTUAIS? 259

JUSTIÇA RESTAURATIVA: POSSÍVEL MUDANÇA DE PARADIGMA APÓS UMA DÉCADA DA SUA APRESENTAÇÃO À JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRA 260

SOBREVIDA COMO JUSTIFICATIVA PARA O ACESO À SAÚDE PARA EFETIVAR O DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA: A ARTICULAÇÃO COM A TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL 261

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA AÇÃO DE IMPROBIDADE NO CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE TOCANTINS 262

A INSUFICIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA REPERCUSSÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS 263

POLÍTICAS PÚBLICAS E INEFICÁCIA DAS NORMAS DE INCLUSÃO SOCIAL DOS OBESOS MÓRBIDOS 264

A INCONSTITUCIONALIDADE DA EUTANÁSIA DE ANIMAIS UTILIZADA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE CONTROLE DA LEISHMANIOSE VISCERAL 265

O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS COMO INSTRUMENTO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO INTERNO DO BRASIL 266

A INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA COMO EXCLUDENTE DE TIPICIDADE MATERIAL NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA 267

O CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS CONSELHOS ESTADUAIS NO TOCANTINS: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS 268

DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA COMO FATOR IMPEDITIVO À IMPLANTAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: LIMITES OBJETIVOS PARA O CONTROLE JURISDICIONAL 269

A INCONSTITUCIONALIDADE DA PENA DE CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO MEDIANTE O DIREITO ADQUIRIDO 270

A INCONSTITUCIONALIDADE DO REGIME DO ORÇAMENTO IMPOSITIVO DAS EMENDAS INDIVIDUAIS INTRODUZIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N.86 DE 2015 271

A PROPRIEDADE INTELECTUAL NA REALIDADE DE PARQUE TECNOLÓGICO NO TOCANTINS: TITULARIDADE DA TECNOLOGIA GERADA E PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA À INICIATIVA PRIVADA 272

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (ATR): ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADAS PELA AGÊNCIA NO SETOR DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO TOCANTINS 273

STRICTO SENSU PSICOLOGIA 274

EFEITOS DE TREINOS SUCESSIVOS SOBRE A TRANSPOSIÇÃO ENTRE AS FUNÇÕES DE OUVINTE E FALANTE 275

CANDOMBLÉ E UMBANDA: CAMINHOS TERAPÊUTICOS AFRO-BRASILEIROS 276

DESENVOLVIMENTO GERENCIAL: UMA QUESTÃO DE FORMAÇÃO 277

PROJETOS DE EXTENSÃO 278

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UNICEUB 279

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA: UMA VISÃO TRANSFORMADORA DE MUNDO, ARTICULANDO TEORIA E PRÁTICA 280

ATENDIMENTO À COMUNIDADE 281

ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM BASEADO NO RISCO CARDIOVASCULAR 282

ATLETAS DO FUTURO 283

CINE UNICEUB: MUITO ALÉM DO FILME 284

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS 285

DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO – DICCOP 286

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE 287

FISIOTERAPIA DO TRABALHO 288

GESTÃO AMBIENTAL DO UNICEUB: ENVOLVIMENTO DE CURSOS E SETORES EM BUSCA DE MELHORA DO DESEMPENHO AMBIENTAL 289

MINUTOS DE GASTRONOMIA: TÉCNICAS SAUDÁVEIS 290

NÚCLEO DE APOIO AO DISCENTE – NAD 291

NÚCLEO DE ESPORTES DO UNICEUB 292

O APRENDIZADO PARA A NOVA VISÃO UNIVERSITÁRIA 293

CICLO DE PALESTRAS MOTIVACIONAIS 294

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS ACADÊMICAS – PIFLA 295

PROJETO INTERDISCIPLINAR DE SAÚDE MENTAL – PRISME 296

AGÊNCIA UNICEUB DE MOBILIDADE ACADÊMICA 297
PROJETO NIVELAMENTO: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR 298
PROTEÇÃO À MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – PROVID: UMA REVOLUÇÃO QUE TRANSFORMOU A REALIDADE 299
PROSPECÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: RESULTADOS RECENTES E NOVAS PERSPECTIVAS 300
NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIREITO DO CONSUMIDOR – UNICON 301
VALE A PENA: PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO PFDF – PRESÍDIO FEMININO DO DISTRITO FEDERAL 302
VALORIZAÇÃO DOS ALIMENTOS REGIONAIS NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DA FEIRA DA TORRE DE TV – BRASÍLIA/DF 303
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS – VICAJ 304
ESTUDO DE CASO DE GRANDES REDES VAREJISTAS BRASILEIRAS (ÉTUDE DE CAS GRANDES CHAÎNES DE DÉTAILLANTS BRÉSILIENS) 306
PROJETO SOCIOEDUCATIVO: LICENCIATURAS EM AÇÃO NA ESCOLA CLASSE 66 DA CIDADE SOL NASCENTE 307

MESAS-REDONDAS

ANÁLISE DO CONTEXTO DOS CURSOS DE ENGENHARIA DE REQUISITOS NO BRASIL

Dr.ª Angélica Toffano Seidel Calazans – professora
Pós-Graduação em Engenharia de Requisitos de Software do UniCEUB
Me. Roberto Avila Paldês – professor
Pós-Graduação em Engenharia de Requisitos de Software do UniCEUB
Yasmin Larisse Araujo dos Reis – aluna
Pós-Graduação em Engenharia de Requisitos de Software do UniCEUB
Rosicler Gonçalves – aluna
Pós-Graduação em Engenharia de Requisitos de Software do UniCEUB

Apresentam-se os principais cursos de Engenharia de Requisitos no Brasil, com base no *ranking* do MEC realizado em 2013 e publicado em 2014. Analisam-se as semelhanças e as diferenças dos cursos e o nível de formação que cada um oferece: extensão, pós-graduação, mestrado, entre outros. O objetivo é refletir sobre a demanda crescente de procura nesta área e analisar a forma como a Engenharia de Requisitos é ensinada em diferentes regiões do país. Foi possível identificar as disciplinas em comum e as principais áreas abordadas nos cursos. Há instituições que tratam da Engenharia de Requisitos como uma subárea da Engenharia de Software. Assim, os conteúdos relacionados são estudados com os dados disponíveis, e, muitas vezes, não permitem avaliar os cursos em todas as suas dimensões.

Palavras-chave: Engenharia de Requisitos. Formação profissional. Cursos.

ANÁLISE LINGUÍSTICA DE DECISÕES JUDICIAIS

Me. Débora Cabral
UniCEUB – FAJS – Direito/Língua Portuguesa – debora.cabral.lima@gmail.com
Me. Paulo Henrique Franco Palhares
UniCEUB – FAJS – Direito – Paulo.palhares@uniceub.br

Esta mesa-redonda propõe mostrar a interface entre língua portuguesa e Direito e a sua importância. O objetivo central é demonstrar que o domínio da língua confere ao profissional do Direito importante recurso de análise e crítica das decisões judiciais. Pretende-se discutir em que medida a aplicação de conceitos jurídicos, especialmente os de significado abrangente, depende do uso adequado da língua. Parte-se do pressuposto de que uma decisão judicial deve apresentar seus argumentos de forma clara e objetiva, possibilitando que a comunidade jurídica possa criticá-la. Nesse sentido, devem-se analisar duas dimensões das decisões judiciais. A primeira é se é estruturada de forma a permitir a crítica. O segundo aspecto diz respeito aos conteúdos jurídicos, fugindo de conceitos vagos e imprecisos, de forma a permitir que também sejam foco da análise. A problemática central gira em torno da disputa pela significação de certos conceitos, como, por exemplo, *a dignidade da pessoa humana* e *a função social da propriedade*. A abstração de certos institutos jurídicos deve exigir do intérprete a busca de sua concretização, sob pena de as decisões serem inquestionáveis. Neste aspecto, decisões judiciais devem ser claras quanto aos fatos nos quais se apoiam e adotar argumentos coerentes. Entende-se que a conscientização das estratégias linguísticas empregadas nas produções jurídicas permite aos estudantes de Direito identificar não só a construção do pensamento argumentativo, como também a ideologia por trás de tais discursos. Assim, analisando decisões judiciais, professores das áreas de Linguística e Direito mostram como é imprescindível a análise linguística para a melhor prática jurídica.

Palavras-chave: Linguística. Direito. Argumentação.

COMO SE DÁ A MODELAGEM DOS REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS NA ORIENTAÇÃO A NEGÓCIO

Me. Eduardo José Ribeiro de Castro – coordenador
Pós-Graduação em Engenharia de Requisitos de Software do UniCEUB
Me. Roberto Avila Paldês – professor
Pós-Graduação em Engenharia de Requisitos de Software do UniCEUB
Bruno Igor da Silva – aluno
Pós-Graduação em Engenharia de Requisitos de Software do UniCEUB
Ramon Fernandez B. Baião – aluno
Pós-Graduação em Engenharia de Requisitos de Software do UniCEUB

Requisitos não funcionais (RNF) expressam qualidades de cunho geral e determinadas restrições de uma especificação. Esse tipo de requisito é apresentado de forma sistematizada em relação à definição de *software*. Este trabalho trata de técnicas de modelagem de requisitos não funcionais. As organizações costumam concentrar esforços para atender, ao máximo, os requisitos funcionais, porém é necessário que a qualidade ganhe mais espaço. Assim, são identificadas, neste estudo, iniciativas que expõem a modelagem de RNF em processos de negócio.

Palavras-chave: Processos de negócio. Requisitos não funcionais. Engenharia de Requisitos. Modelagem.

ECONOMIA CRIATIVA: PERSPECTIVA PARA O CONTEXTO BRASILEIRO

Prof.ª Me. Erika Lisboa
UniCEUB, FATECS, Administração - erika.lisboa@uniceub.br
Prof. Me. Mauro Castro
UniCEUB, FATECS, Administração - mauro.navegar@gmail.com
Gustavo Pereira Vidigal
Ministério da Cultura - gustavo.vidigal@cultura.gov.br
Cristiane Pereira
Multiplicidade Espaço de Co-Working - cristiane@espacomultiplicidade.com.br

A economia do Brasil passa por uma situação típica e cíclica quando considerada sua história nos últimos 100 anos. Câmbio desequilibrado, inflação e produto interno bruto com baixo desempenho são condições que levam ao aumento do desemprego e à redução da renda média da população. Tal contexto implica, de forma espontânea, que as pessoas busquem saídas criativas, para gerar renda e consumo. Diante dessa perspectiva econômica, surge a economia criativa. Com foco em serviços diferenciados, pautados por atividades, como arquitetura, artes, artesanato, cinema e vídeo, *design*, editoração e publicações, fotografia, gastronomia, moda, música, publicidade, rádio e televisão, entre outras, a economia criativa movimenta mais de meio bilhão de dólares por ano, no mundo. Estudos apontam que a contribuição dos segmentos criativos foi de 2,7% do PIB em 2011, no Brasil, demonstrando sua crescente importância para a sociedade. A geração e a disseminação de informações sobre a economia criativa e, consequentemente, seu entendimento tornam-se mais relevantes à medida que se conhecem as iniciativas e os números de países da Europa e da Ásia, ratificando a importância de ações de incentivo e apoio que impactem a economia, a educação e o mercado de trabalho brasileiros. Assim, a educação superior busca integrar-se a essa nova realidade. O bem-estar geral das pessoas e da sociedade beneficiar-se-á disso, pois acredita-se no papel social das instituições de ensino como germinadoras de soluções criativas, sustentáveis e de inclusão. A mesa-redonda intitulada *Economia criativa: perspectiva para o contexto brasileiro* oferecerá amplo debate e aprofundamento sobre as questões essenciais desse tema e apresentará um entendimento de como as instituições de ensino superior podem posicionar-se e atuar diante dessa realidade e das perspectivas do contexto brasileiro. O país, em pleno enfrentamento de crise econômica, é palco de uma revolução social por meio da economia criativa, configurando-se em âmbito propício para discuti-la e aplicá-la.

Palavras-chave: contexto brasileiro; economia criativa; empreendedorismo.

FT20: EXPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA DE ENGENHARIA CIVIL

Dr. Marcos Rafael Guassi – professor
Curso de Engenharia Civil do UniCEUB
Dr.ª Maruska Tatiana Nascimento da Silva – professora
Curso de Engenharia Civil do UniCEUB
Dr.ª Mônica Soares Velloso – professora
Curso de Engenharia Civil do UniCEUB
Me. Irene de Azevedo Lima Joffily – professora
Curso de Engenharia Civil do UniCEUB
Me. Jaime Rafael Obando – professor
Curso de Engenharia Civil do UniCEUB
Me. Jairo Furtado Nogueira – professor
Curso de Engenharia Civil do UniCEUB
Me. João Marcos Souza Costa – professor
Curso de Engenharia Civil do UniCEUB
Me. Jocinez Nogueira Lima – professor
Curso de Engenharia Civil do UniCEUB
Me. Júlio Cesar Sebastiani Kunzler – professor
curso de Engenharia Civil do UniCEUB
Me. Nathaly Sarasty Narváez – professora
Curso de Engenharia Civil do UniCEUB
Me. Renato Apolinário Francisco – professor
Curso de Engenharia Civil do UniCEUB

A perspectiva do desenvolvimento humano perpassa o dimensionamento de iniciativas de pesquisa sobre diversos temas nas áreas do conhecimento formal e científico. Ademais, a integração de pesquisa, produção de conhecimento e ensino promove renovação e consolidação do saber que resulta em significativa diferença quando se deseja uma atuação profissional e social comprometida com a cidadania e a competência. Não obstante, a continuidade e a circularidade dos estágios evolutivos da técnica, da execução e da teoria são garantidas pelas investigações científicas que corroboram o desenvolvimento de novos produtos e inovações tecnológicas e a formação de futuros docentes e pesquisadores. Assim, o curso de Engenharia Civil do UniCEUB apresenta seus grupos multidisciplinares de pesquisa e trabalhos técnicos em cinco grandes áreas de conhecimento e produção científica nos âmbitos regional, nacional e internacional, a saber: estruturas e construção civil, geotecnia, sustentabilidade, transportes e engenharia do meio ambiente. Entre as linhas de pesquisa investigadas, apontam-se modelagem e análise estrutural, mobilidade urbana, planejamento de transportes, comportamento no trânsito, infraestrutura, fundações e contenções, melhoramento de solos e geossintéticos, inovações tecnológicas no processo construtivo, conversão de energia elétrica em estruturas de construção civil, geoinformação, recursos hídricos e saneamento, gestão e planejamento de projetos, materiais e componentes de construção. Serão expostos trabalhos já realizados, pesquisas em curso e novos projetos.

Palavras-chave: Grupo de pesquisa. Engenharia Civil. Inovação tecnológica.

GRUPO DE PESQUISA E PESQUISA EM GRUPO: POR QUE PARTICIPAR?

Dr.ª Luciene Braz Ferreira – professora
curso de Administração do UniCEUB
Dr.ª Tatiane Petrillo Araujo – professora
curso de Administração do UniCEUB
Me. Érika Lisboa – professora
curso de Administração do UniCEUB

O desenvolvimento de pesquisas em âmbito mundial tem fomentado possibilidades reais de ganhos nas diversas áreas de conhecimento. Subsidiando as necessidades emergentes no contexto das investigações acadêmicas, o grupo de pesquisa diz respeito a um conjunto de estudantes e professores que se reúnem, para discutir temas de interesse e produzir pesquisas científicas sobre os assuntos definidos. Os alunos que participam dos grupos, além de adquirir e desenvolver experiência, podem acrescentar a seus currículos artigos e livros publicados como produtos gerados dos resultados das pesquisas. Observa-se que o esforço em grupo auxilia as múltiplas possibilidades de análise nas pesquisas, além de reforçar as estratégias de coleta de informações, otimizando o processo de investigação. Entre os grupos de pesquisa do UniCEUB, consta o de *Empreendedorismo e inovação*, com o objetivo de desenvolver estudos sobre processos inovadores em empresas com perfil empreendedor de cunho familiar, pequenas e microempresas e empresas de produtos e serviços. A composição abrange pesquisadores do UniCEUB e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. As repercussões relevantes desse grupo encontram-se nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão, com relevância destacada no âmbito nacional e internacional. O grupo visa à publicação de artigos, ensaios, capítulos de livro, livros e monografias nas linhas de pesquisa Gestão de Empresas Familiares, Práticas Empreendedoras nas Organizações e Inovação em Serviços. Esta mesa-redonda pretende esclarecer dúvidas de alunos e fomentar sua participação em grupos de pesquisa e de estudo.

Palavras-chave: Grupo de pesquisa. Pesquisa em grupo. Pesquisas científicas.

IMPACTO DAS TECNOLOGIAS MÓVEIS NO DIA A DIA DOS TRABALHADORES

Dra. Luciene Braz Ferreira – professora
curso de Administração do UniCEUB
Me. Paula Renata Pantoja de Oliveira – professora
curso de Administração do UniCEUB

O mundo da interação social por meio de tecnologias portáteis é uma realidade. Por isso, torna-se importante considerar que essas tecnologias são imprescindíveis para o trabalho nos dias atuais e para as relações interpessoais que se formam nesse contexto. Com isso, novo tipo de trabalho e interação tem-se formado. A comunicação começa a ser o grande foco das organizações juntamente com questões, como inovação e formas de relacionamento. Enquanto as novas tecnologias permitem transpor as barreiras de espaço, questões trabalhistas permanecem sem solução ou sem discussão profunda. As tecnologias portáteis são empregadas, de forma desenfreada, por profissionais no contexto organizacional. Assim, há questionamentos que cercam essa realidade: como utilizar as tecnologias no horário de trabalho? Conversar com os amigos, ver vídeos, postar fotos no local de trabalho, fazer *check-in* na empresa ou curtir postagens pode trazer problemas judiciais ou de produtividade? Ser acionado por chefes e colegas de trabalho em horários fora de lazer é conveniente? Como proceder caso isso aconteça? A obrigatoriedade da resposta pode prejudicar o descanso do funcionário? Nesta mesa-redonda, discutem-se as implicações do comportamento moderno em diversos níveis e aspectos. Para isso, serão convidados profissionais que atuam no mercado de trabalho de Brasília e que estão aptos a esclarecer as dúvidas acerca desses questionamentos diários.

Palavras-chave: Tecnologias portáteis. Questões trabalhistas. Produtividade

INOVAÇÃO EM SAÚDE: ESTIMULANDO O EMPREENDEDORISMO NO SETOR

Dr.ª Patrícia Barbosa Pelegrini
Matricis Agência Brasiliensis de Inovação em Saúde - pbpelegrini@gmail.com
Prof. Dr. Carlos Cezar Flores Vidotti
Ministério da Saúde - carlos.vidotti@saude.gov.br
Profa. Me. Erika Lisboa
UniCEUB, FATECS, Administração - erika.lisboa@uniceub.br

A Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004, mais conhecida como Lei de Inovação Tecnológica, foi criada no Brasil com o intuito de aproximar academia e indústria por meio de incentivos na participação de instituições científicas e tecnológicas no processo de inovação e na abertura de novas empresas e estímulo a fundos de investimento para inovação. Atualmente, há 15 leis de âmbito federal ou estadual, que auxiliam as questões fiscais e a promoção de financiamentos para o desenvolvimento de pesquisas e novas tecnologias no país. Nesse contexto, pode-se citar a importante participação da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e as FAP (Fundo de Apoio à Pesquisa) com a abertura de editais de subvenção econômica para que empresas tenham a oportunidade de desenvolver projetos de inovação. Apesar de apenas 27% dos pesquisadores brasileiros trabalharem em projetos ligados a empresas, esse número cresce constantemente, nos últimos 11 anos, além de haver aumento considerável de formação de mestres e doutores. Da mesma forma, a taxa de crescimento de publicações científicas no Brasil foi de 8% em 2013, 2% acima da média mundial. Atualmente, já é possível ver mudanças no setor de pesquisa e desenvolvimento no país, principalmente na área da saúde. Parcerias entre empresas de cunho biotecnológico e universidades ou institutos de pesquisas já foram formalizadas, acelerando o processo de desenvolvimento de novos produtos, tais como, medicamentos, vacinas, equipamentos e *softwares* de uso médico. Apesar dos esforços, indicadores de inovação tecnológica apontam uma queda de posição do Brasil desde 2010, saindo da 38ª para a 46ª posição no mundo. Em vista disso, observa-se que o país, apesar de estar crescendo no setor, não acompanha o ritmo mundial e acelerado em inovação tecnológica. Portanto, a mesa-redonda intitulada *Inovação em saúde: estimulando o empreendedorismo no setor* discute os aspectos que englobam a influência da Lei de Inovação Tecnológica no desenvolvimento do empreendedorismo brasileiro, em especial para profissionais da área da saúde. Além disso, debate-se sobre resultados e benefícios da Lei de Inovação e fontes de fomento para o crescimento do empreendedorismo e da inovação em saúde no Brasil, e mostram-se casos de sucesso no setor.

Palavras-chave: Lei de Inovação Tecnológica; saúde; empreendedorismo.

MOTIVAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR: ESPAÇOS DE FORMAÇÃO

Prof.ª Me. Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto
UniCEUB, FACES, Educação Física. - celeidacintra@uol.com.br
Prof. Dr. Marcio Rabelo Mota
UniCEUB, FACES, Educação Física - marciomota@gmail.com
Prof.ª Dr.ª Renata Aparecida Elias Dantas
UniCEUB, FACES, Educação Física - profrenataelias@yahoo.com.br

O objetivo da mesa é discutir a importância da motivação nos diversos espaços da formação no ensino universitário. A motivação constitui-se em fator fundamental no processo de desenvolvimento humano, visando atingir determinados objetivos e graus de satisfação. No contexto de sala de aula, é fundamental para o desempenho pedagógico, correlacionando teoria e prática. Ao definir objetivos de aprendizagem, apresentar informações, propor tarefas, incentivar o diálogo, avaliar e exercer sua autoridade, os professores criam ambientes que afetam a motivação e a aprendizagem. Em todos os espaços pedagógicos, os professores devem estimular a motivação por meio de conteúdos significativos, metodologias problematizadoras e recursos tecnológicos, incentivando a formação de jovens para que pensem, sintam e atribuam valores, como indivíduos motivados e produtivos, conscientes de seu próprio valor pessoal, interessados na sua condição de cidadãos, capazes de idealizar e vislumbrar um futuro melhor do qual possam fazer parte. O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC constitui oportunidade de sistematização da experiência adquirida durante a formação universitária. Embora os temas possam ser variados, o que diferencia o TCC é o seu vínculo com questões relacionadas ao ensino ou à pesquisa e aplicadas ao ensino. O seu desenvolvimento constitui uma oportunidade para o aluno, efetivamente, conjugar o conhecimento adquirido ao longo do curso com a elaboração de propostas que possam traduzir-se na ampliação da perspectiva prática. A relação entre ensino e pesquisa é percebida durante todo o processo de formação até o TCC, quando o aluno tem a possibilidade de transformar seu trabalho final em publicação científica. Pode também relacionar-se com o projeto de estágio supervisionado, que prevê, mediante sua concepção e realidade prática, o incentivo à investigação científica. Cabe aos estudantes, durante a graduação, por meio dos espaços de formação na escola e na academia, entender que a busca pelo conhecimento deve fazer a interação entre o aprendizado na graduação e as possibilidades no mercado de trabalho, por meio da intervenção na prática, nos diversos espaços de estágio. O aluno de graduação em Educação Física tem de conscientizar-se quanto à sua importância profissional e ao seu papel nas equipes multidisciplinares. As possibilidades de trabalho para o profissional, além da escola, têm-se ampliado em academias, nos últimos 10 anos, porque médicos e outros profissionais da saúde têm reforçado que o exercício físico é indispensável à qualidade de vida e à saúde, aumentando o número de indivíduos de diversas faixas etárias e necessidades que buscam não só a estética, mas também a longevidade, o que propicia abrir novas frentes de trabalho em academias.

Palavras-chave: motivação na sala de aula; trabalho de conclusão de curso; espaços de formação na academia.

O PROFESSOR DO FUTURO:
IDENTIFICANDO ESPAÇOS PRIVILEGIADOS DE APRENDIZAGEM

Dr. Marcelo Antônio Lisboa Cordeiro – chefe do Projeto de Extensão de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)
UniCEUB
Dr.ª Angelica Toffano Seidel Calazans – professora – integrante do Projeto TIC
UniCEUB
Me. Roberto Avila Paldês – professor - integrante do Projeto TIC
UniCEUB
Me. Carlos Augusto de Souza – professor

Os integrantes do projeto de extensão Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) têm prospectado o uso educacional dos recursos tecnológicos em sala de aula. Uma das frentes investigadas é a infraestrutura provida pelo mobiliário e a sua disposição nos espaços de aprendizado. O desenho de uma sala de aula tomou como partida o uso da tecnologia da informação em suporte às metodologias ativas de aprendizado. Os tipos de mesas, quadros, projetores e dispositivos móveis tornaram-se mais importantes, passando a trabalhar-se em uma *sala de aula do futuro*. A equipe do Projeto TIC, entretanto, não perdeu a percepção de que os instrumentos devem estar à disposição de um professor preparado para tirar o máximo proveito desses recursos. Diante disso, entende-se que a *sala de aula do futuro* deve fazer parte de um projeto maior, focalizado no processo de ensino e aprendizado facilitado pelo professor. Assim, obteve-se o alicerce para o Projeto Professor do Futuro, cujas características têm sido investigadas e devem ser debatidas com a comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Tecnologias na Educação. Recursos didáticos. Professor. Sala de aula.

TECNOLOGIA, MULTIMODALIDADE E GÊNEROS TEXTUAIS

Dr.ª Cíntia Pacheco
UniCEUB, UnB
Dr.ª Elda Ivo
UniCEUB
Me. André Moreira
UniCEUB

O presente trabalho tem o objetivo de divulgar os gêneros textuais *banner* e *folder* desenvolvidos pelos discentes de primeiro semestre dos cursos de graduação em História, Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas e Administração na disciplina de Língua Portuguesa do UniCEUB. Os pressupostos teóricos baseiam-se nas sequências didáticas de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), desenvolvidas especificamente em cada curso, como um conjunto de atividades acadêmicas organizadas de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito. Considera-se o *continuum* temático e de gêneros textuais, conforme Marcuschi (2002) e Koch e Elias (2008, 2012), e os multimodais, de acordo com Kress e Van Leeuwen (1996/2006), como práticas comunicativas socialmente constituídas e com propósito comunicacional. No decorrer do 1º semestre de 2015, foram selecionados artigos científicos sobre temáticas diversificadas e atuais em cada curso, para a produção de um *banner* ou *folder*, com vistas a auxiliar a exposição oral dos alunos, que teve o suporte tecnológico do PREZI. As atividades contribuíram para o desenvolvimento da competência metagenérica e metatextual, imprescindíveis à vida acadêmica e profissional, e ampliaram a compreensão do processamento cognitivo do texto situado em práticas sociais.

Palavras-chave: gêneros textuais; competência metagenérica e metatextual; processamento cognitivo.

MINI CURSOS

CANVAS: UMA FERRAMENTA PARA PENSAR NEGÓCIOS

Prof.ª Me. Erika Lisboa
CASULO – Incubadora de Empresas do UniCEUB erika.lisboa@uniceub.br
Marilene Castro
CASULO – Incubadora de Empresas do UniCEUB marilene.castro@uniceub.br
Gabriela Alberton
CASULO – Incubadora de Empresas do UniCEUB gabibalberton@gmail.com

O Business Model Canvas é uma ferramenta visual de modelagem de negócios que permite rápida análise de todas as áreas de um empreendimento de forma simplificada, por meio de nove blocos: segmento de clientes, proposta de valor, canais de distribuição, relacionamento com cliente, atividades-chave, recursos-chave, parcerias-chave, estruturas de custo e fluxo de receitas. Em cada um deles, estão detalhados os principais componentes do modelo. O Canvas deve ser utilizado para identificar e definir a forma como uma organização pretende gerar valor. Transformar ideias de negócio em realidade pode ser grande desafio, e essa ferramenta visa tanto potencializar ideias já existentes como criar novos negócios, além de permitir a facilitação de construir, entregar e captar valor para os clientes, pois é suportada por uma estrutura operacional na qual os nove blocos se encaixam, ao contemplar as quatro principais áreas de um negócio: clientes, oferta, infraestrutura e viabilidade financeira. Oportunidades de melhoria, otimização de recursos, ajustes operacionais, construção de novas propostas de valor e expansão para novos mercados são resultantes do processo proporcionado pelo modelo construído em um contexto incerto que permite a estimulação de novas ideias e a ampliação de possibilidades sem limitações. No UniCEUB, a ferramenta é utilizada em sala de aula, nas disciplinas de Gestão Empreendedora e é oferecida à comunidade pela CASULO - Incubadora de Empresas. O curso é ministrado no programa de pré-incubação, modalidade em que os empreendedores estão na fase de ideação, com o objetivo de auxiliar novos empreendedores a elaborar e definir seus modelos de negócios e transformar ideias pré-incubadas em negócios inovadores e rentáveis por meio da construção de um processo criativo. A aplicação da ferramenta Canvas, assim como outras capacitações direcionadas ao desenvolvimento de negócios, tem gerado um resultado satisfatório, pois desperta o desejo de jovens para a possibilidade de concretização de suas ideias de negócios. A ferramenta é ministrada também em oficinas e *workshops,* em feiras e congressos realizados pela instituição interna e externamente, com o intuito de alcançar o maior número possível de potenciais empreendedores interessados em inovação, empreendedorismo e desenvolvimento de modelos de negócios.

Palavras-chave: Canvas; modelo de negócio; empreendedorismo.

COMO DEFINIR SEU PLANO DE VIDA PARA SAIR DO MUNDO DA IMAGINAÇÃO

Prof.ª Me. Erika Lisboa
UniCEUB, FATECS, Administração - erika.lisboa@uniceub.br

O estabelecimento de metas é comumente utilizado no ambiente organizacional. A curto, médio ou longo prazo, as metas são premissas para o bom desenvolvimento de uma empresa. De maneira similar, entende-se que é essencial uma pessoa definir suas metas e objetivos. Elaborar um plano de vida com as informações corretas e completas impacta, positivamente, o resultado a ser alcançado. Os âmbitos pessoal, profissional, acadêmico, de patrimônio e lazer devem ser cuidadosamente considerados. Assim, são analisados os aspectos relacionados à família e aos desejos pessoais, as aspirações do mundo do trabalho, o que se almeja no campo do conhecimento, o que se anseia adquirir como bem material e o lazer. Para que cada desejo seja transformado em meta, todos devem ser mensuráveis ou quantificáveis. Em seguida, um plano de ação que possibilite monitoramento e acompanhamento sistemáticos também deve ser elaborado. Os prazos, similarmente, devem ser estimados. Nesse sentido, a oficina "Como definir seu plano de vida e sair do mundo da imaginação" tem como objetivo orientar o participante na elaboração do seu planejamento, visando ao alcance dos seus objetivos.

Palavras-chave: plano de vida; metas; empreendedorismo.

NORMA REGULAMENTATORA EM SERVIÇOS RELACIONADOS À ELETRICIDADE

MsC Luciano Henrique Duque
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS

A NR-10 é uma norma regulamentadora emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, cujo objetivo é garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que interagem com instalações e serviços em eletricidade. Apresentam-se e discutem-se os assuntos relativos à segurança em instalações e serviços com eletricidade. São analisados os pontos relevantes, as principais inovações apresentadas pela NR-10 e os dispositivos de proteção para o trabalho com eletricidade. Examinam-se as fases da transformação de energia elétrica e os trabalhos realizados com eletricidade ou em suas proximidades: geração, transmissão, distribuição e consumo, incluindo as etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção das instalações elétricas.

Palavras-chave: NR-10; Ministério do Trabalho; eletricidade.

PITCH IRRESISTÍVEL: APRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS PARA INVESTIDORES

Prof.ª Me. Erika Lisboa
CASULO – Incubadora de Empresas do UniCEUB - erika.lisboa@uniceub.br
Me. Luiz Phillipy Sampaio
CEO da Velum Marketing Digital e CMO do Preditiva - luiznoel2006@gmail.com
Rafael Toscano, engenheiro e artista
rafaeltoscano@gmail.com

O empreendedorismo é considerado o motor da economia do século XXI. Com uma importância cada vez maior, o surgimento de novos negócios sustentáveis reflete o desenvolvimento de um país e os benefícios para sua população. Para que isso ocorra, vários fatores são essenciais, entre eles, recursos humanos, físicos e financeiros, cuja fonte pode ser própria ou de terceiros e contemplar instituições bancárias, editais de fomento, família, amigos e diversos tipos de investidores. Constantemente em busca de oportunidades para aportar seu capital, os investidores esperam obter participações significativas nos lucros de uma empresa. A escolha por um investidor está diretamente relacionada a fatores, como maturidade do empreendimento, equipe, modelo de negócio e expectativa de ambas as partes. Uma vez definido que a captação de recursos ocorrerá junto a um investidor, a melhor opção é preparar-se. Com esse objetivo, a oficina "Pitch irresistível: apresentação de negócios para investidores" propõe um jogo no qual o participante assume a condição de empreendedor diante de investidores interessados em incentivar ideias inovadoras. O empreendedor passará por etapas nas quais terá a oportunidade de conciliar o embasamento teórico com a prática para a construção de uma apresentação objetiva e rápida, denominada por investidores de *pitch*. Ao final da capacitação, o empreendedor estará apto a lançar-se à aplicação desse conhecimento que abrange o conteúdo e a atitude pertinentes e necessários para apresentar suas ideias de forma eficaz e eficiente.

Palavras-chave: *pitch*; investidores; empreendedorismo.

OFICINAS e PALESTRAS

A CRIATIVIDADE E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Prof.ª Me. Erika Lisboa
UniCEUB, FATECS, Administração - erika.lisboa@uniceub.br
Me. Tony Ventura, consultor de novas tecnologias
guedesventura@gmail.com
Marilene Castro
CASULO – Incubadora de Empresas do UniCEUB marilene.castro@uniceub.br

A busca constante por melhores resultados profissionais e pessoais impacta, diretamente, a disponibilidade de tempo dos indivíduos. Ao tentarem produzir cada vez mais, sacrificam a saúde e a qualidade de vida. Em contrapartida, diariamente, novas tecnologias surgem, com o intuito de tornar mais fácil a rotina profissional e pessoal. Resultado do potencial criativo que se desenvolve e manifesta de acordo com a presença de estímulos sociais e pessoais, a criatividade é a expressão de realização que se revela por meio das atividades humanas e gera novos produtos, serviços e processos. Criar está relacionado a cultura, geração de ideias e desenvolvimento de potencialidades. No âmbito empresarial, significa fazer diferente, desafiar, interagir, desestabilizar, causar o desconforto para que se procure o novo. No contexto em que se identifica a necessidade de utilização de novas tecnologias para atender a demanda de um mercado competitivo e globalizado, a criatividade desponta como a principal vantagem. A instantaneidade e a velocidade das informações são responsáveis pelas principais modificações na vida do homem, e a tecnologia destaca-se como um meio de interação e inclusão do ser humano com o mundo. Na sociedade atual, baseada no intenso consumo e na produção de informação, novas tecnologias resultantes da criatividade configuram-se como uma possibilidade de aumentar a produtividade, sem comprometer o tempo disponível e a qualidade de vida que tanto se almeja.

Palavras-chave: criatividade; ferramentas; gestão.

O EMPREENDEDORISMO DIGITAL E O VALE DO SILÍCIO

Prof.ª Me. Erika Lisboa
UniCEUB, FATECS, Administração - erika.lisboa@uniceub.br
Hugo Giallanza
Associação de Startups e Empreendedores Digitais – ASTEPS - hugo.giallanza@gmail.com

O século XXI configura-se pelo empreendedorismo; nunca antes, na história da humanidade, foi tão convidativo empreender. Em consonância com as exigências de mercado competitivo, tecnologias disponíveis e consumidor exigente e imediatista, os empreendimentos tradicionais são desafiados a ser convergentes. Desde a customização dos serviços, a inovação de produtos, passando por novos modelos de negócios e processos, uma parte das empresas especializou-se em antever o que os concorrentes ainda não enxergaram. O empreendedorismo digital pode democratizar as oportunidades e encurtar distâncias para o alcance do sucesso. Assim, o Vale do Silício transformou-se em uma região com aglomerado de empresas de alta tecnologia, que, a partir dos anos 1950, têm o objetivo de gerar inovações, acarretando um ambiente propício à geração, ao desenvolvimento e à busca de ideias inovadoras. Na palestra intitulada *O empreendedorismo digital e o Vale do Silício*, serão apresentados casos de empresas que iniciaram seus negócios com poucos recursos e que se beneficiaram de um ambiente colaborativo, característica das cidades do sul da Califórnia, nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Vale do Silício; empreendedorismo digital; inovação.

FORMAÇÃO MÉDICA: APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS

Ilma Passos Alencastro Veiga
Edileuza Fernandes da Silva
Maria Helena Vianna de Souza
Mario Lúcio Moreira Lopes
Magda Verçosa
Neuza Garbin
Rosana César de Arruda

A presente pesquisa foi realizada por um grupo de professores das áreas pedagógica e médica em quatro instituições de ensino superior e tem por objetivo geral a preocupação de compreender as potencialidades e os limites da alternativa pedagógica da Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL), implantada nos cursos de graduação em Medicina, para a constituição e o desenvolvimento do currículo e da docência. Com a intenção de aprofundar a reflexão sobre o objeto de estudo, foram delimitados os objetivos específicos: analisar os pressupostos teórico-metodológicos que embasam os projetos pedagógicos dos cursos de Medicina pesquisados; analisar a constituição e o desenvolvimento do currículo sob a perspectiva da PBL; analisar a constituição e o desenvolvimento da docência sob a perspectiva da PBL; analisar a configuração da prática pedagógica desenvolvida sob a perspectiva da PBL; analisar as percepções dos estudantes sobre seu processo formativo para o exercício da Medicina. O tema central da pesquisa é questionado no debate e na práxis pedagógica, sob a perspectiva crítica e institucional. Entre as justificativas apresentadas para sua realização, três merecem destaque: os sinais de esgotamento do paradigma flexeriano, que exige novos modelos de formação médica; a dicotomia entre formação e prática profissional; a necessidade de buscar soluções criativas e solidárias para sair da inércia que predomina na comunidade, na instituição de educação superior e nos serviços do setor de saúde. Assim, uma proposta curricular integrada na metodologia PBL volta-se para atender aos quesitos de formação do médico, a fim de atuar em uma sociedade democrática, de forma responsável, autônoma, solidária e ética. A compreensão e a análise interpretativa da metodologia PBL foram possíveis mediante as entrevistas realizadas com os docentes, as observações das atividades acadêmicas, o desenvolvimento dos grupos tutoriais e dos grupos focais com estudantes e a análise documental dos projetos pedagógicos dos cursos. Entre as fragilidades detectadas pelos autores, foram citados o despreparo quanto à metodologia e aos fundamentos teórico-metodológicos da educação; as diferentes terminologias utilizadas para o reconhecimento do professor, provocando a perda da identidade profissional e desqualificando o seu o papel; a necessidade de aprofundamento de estudos sobre a avaliação da aprendizagem; o lema “aprender a aprender”, cuja formulação ideológica fortalece o estudo e a aprendizagem individuais. Como caminhos possíveis foram sugeridos: criar programas contínuos de formação que promovam aprendizagens compartilhadas; estabelecer núcleos coletivos que estudem e discutam a interdisciplinaridade, a integração curricular e a avaliação da aprendizagem; fortalecer o núcleo docente estruturante, para articular processos formativos; incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, entre outros.

Palavras-chave: formação médica; prática profissional; soluções criativas.

IMPLANTAÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO UNICEUB, *CAMPUS* DA ASA NORTE

Me. Luciano Henrique Duque
luciano.duque@uniceub.br
Dr. Abiezer Amarília Fernandes
Abiezer.Fernandes@uniceub.br
Engª Mariana Queiroz
mariana@mgruposage.com.br
Alunos do Grupo de Eficiência Energética
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS

Este projeto tem como objetivo principal conscientizar a comunidade acadêmica, formada por mais de 18.000 alunos, além de professores e demais colaboradores, sobre a importância da conservação de energia. Mediante extenso levantamento de cargas em campo, realizado pelo Grupo de Eficiência Energética, foi possível traçar o balanço energético do UniCEUB, que demonstra, entre equipamentos consumidores de energia elétrica, serem os de maior impacto os sistemas de condicionamento ambiental e iluminação, os quais, juntos, são responsáveis por, aproximadamente, 88% do consumo total. Nesse contexto, entende-se que investir em eficiência energética e conservação de energia é importante passo para o fortalecimento do compromisso com a sociedade, o planeta e o meio ambiente. Além disso, ao tornar os sistemas de iluminação e aquecimento da água eficientes no *campus* da Asa Norte e implantar a autogeração mediante pequena central fotovoltaica, a comunidade terá contato direto com ações de grande impacto e alta viabilidade, podendo este projeto tornar-se um catalizador do tema na região.

Palavras-chave: eficiência energética; conservação; energia.

IRON EXPLORER: FERRAMENTAS PARA DESENVOLVIMENTO

Me. Eduardo José Ribeiro de Castro
Coordenador do curso de Pós-Graduação em Engenharia de Requisitos de Software do UniCEUB
João Ricardo Vieira de Pontes
Analista de sistema do SISCOOB e criador do software iRON Explorer

A comunidade iRON Explorer foi criada no contexto do evento Tecnologia, Empreendedorismo, Inovação, Artes e Sustentabilidade – TEIAS 2015, realizado no UniCEUB. O objetivo é compartilhar as experiências e as ferramentas utilizadas no desenvolvimento do *software* iRON Explorer, que é utilizado para documentar os requisitos de um *software* e já permite realizar validações das informações inseridas e a geração completa de matrizes de rastreabilidade; porém necessita, como todo software, de manutenção corretiva e evolutiva. Buscando alcançar essas metas, foi criada a comunidade de programadores, que se propõe a desenvolver, colaborativamente, os módulos necessários aos sistemas. A iniciativa pode melhorar os resultados atuais oferecidos pela ferramenta e contribui para o crescimento profissional dos membros da comunidade, que poderão obter maior experiência no desenvolvimento de sistemas, como conhecer novas ferramentas de suporte para a codificação.

Palavras-chave: Engenharia de Requisitos. Comunidade. iRON Explorer.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO EMPREENDEDORISMO FAMILIAR NO BRASIL

Dr.ª Tatiane Petrillo Araujo – professora
Administração do UniCEUB
Me. Roberto Avila Paldês – professor
Administração do UniCEUB

O contexto da empresa familiar tem sido foco de constantes investigações acadêmicas e da prática empresarial. Nas últimas décadas, observam-se o desenvolvimento de autores teóricos e profissionais de consultorias especializadas em temáticas, como processo sucessório, necessidade de profissionalização das empresas familiares, modelos de gestão, governança familiar, entre outras que envolvem o contexto complexo de tal realidade. Há que se observar o empreendedorismo familiar exercer forte influência no desenvolvimento econômico e social. Acredita-se que o olhar sistêmico sobre a empresa familiar pode indicar uma linha de compreensão ampliada das questões que envolvem família e negócios e das formas de conciliá-los, promovendo ganhos em ambos os sistemas. Para elucidar tais questões, serão considerados o dia a dia organizacional e as principais teorias e conduções no modelo de consultoria. Espera-se promover um ambiente de troca de experiências e aprendizagem.

Palavras-chave: Empresa familiar. Sistemas sociais. Empreendedorismo.

PÓS-GRADUAÇÃO e PESQUISA

GRUPOS DE PESQUISA

ARQUITETURA, QUALIDADE AMBIENTAL, EFICIÊNCIA E SAÚDE

Eliete de Pinho Araújo
eliete.araujo@uniceub.br

O grupo de pesquisa Arquitetura, Qualidade Ambiental, Eficiência e Saúde, do curso de Arquitetura e Urbanismo da FATECS, coordenado pela professora Eliete de Pinho Araujo, foi certificado pelo UniCEUB em 2009 e está cadastrado no CNPQ. Sua área de concentração é a arquitetura e envolve a história, a qualidade ambiental e a eficiência, de um modo geral, e a saúde com o produto final voltado à sustentabilidade. Os objetivos são analisar a história da arquitetura, o impacto ambiental que influencia a saúde, fazendo uma avaliação crítica dos ambientes internos dos prédios; analisar o sistema de ar-condicionado em ambientes climatizados; analisar os resíduos no meio ambiente; analisar os fatores que contribuem para a sustentabilidade, propondo a implantação do reúso da água proveniente de Estação de Tratamento de Esgoto; sugerir manuais, para orientar trabalho, proporcionando melhorias referentes aos objetivos citados. Suas linhas de pesquisa são Arquitetura e suas Particularidades, Qualidade Verde e Retrofit e APO - Conforto Ambiental e Conservação de Energia. A linha Arquitetura e suas Particularidades elaborou um trabalho sobre a beleza da Itália nas regiões de Lácio, Ligúria e Toscana, que resultou na produção de um livro com os alunos Amanda Soares Figueiredo, André Araujo Gonçalves de Oliveira, Anna Gabrielle Rezende Pinto, Caren Mariano, Cauê Cesar Maurício, Kaique Ferreira da Cunha, Manuela Mendes Gonçalves, Maria Auxiliadora Peixoto Affonso de Macedo, Mateus da Silva Timóteo e Rafaella da Silva Sampaio. A linha Qualidade Verde estudou a qualidade do Parque da Cidade de Brasília e dos parques reais de Londres em relação ao uso da água, das plantas, da arquitetura paisagística, dos esportes e da manutenção e teve a participação dos alunos Gabriela Teixeira da Costa, Letícia Reis Ferreira, Marcela Bicalho da Motta e Stephanie dos Santos Carvalho, além do professor Gustavo Cantuária e do gerente dos Parques Reais de Londres, Simon Richards. A linha de pesquisa Retrofit e APO - Conforto Ambiental e Conservação de Energia tem como objetivo estudar um prédio moderno com ênfase em eficiência, conforto ambiental e sustentabilidade e tem a participação das alunas Beatriz Camargo Fructuoso, Gabriela Maurer Ramos e Juliana Rodrigues Machado. As linhas têm alunos de PIC, PIBIC, PIBIT e BITEC, tanto da graduação como do ensino médio. O grupo participa de encontros nacionais e internacionais, apresenta e publica artigos em congressos e utiliza-se dos laboratórios de instalações prediais, de conforto e de estrutura, que complementam as atividades do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Palavras-chave: Arquitetura. Impacto ambiental. Saúde.

AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM E PARA A GESTÃO

Mara Lúcia Castilho
mara.castilho@uniceub.br
Magda Verçosa Carvalho Branco
magda.branco@uniceub.br

Este estudo, realizado pelo grupo de pesquisa *Avaliação para a aprendizagem e para a gestão*, do UniCEUB, tem como objetivo mostrar o resultado da análise sobre a pertinência dos indicadores de avaliação do Protocolo de Experimento (PE) e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), presentes no manual de avaliação *in loco* para reconhecimento de curso, utilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). No instrumento de avaliação do INEP, o indicador avaliativo do PE é elemento obrigatório para o curso de Medicina e facultativo para os demais cursos da área da saúde desde que previsto no Projeto Pedagógico (PPC). Para a avaliação, o PE é uma atividade realizada em ambientes de desenvolvimento de formação geral e profissionalizante e deve estar devidamente aprovado pelo CEP da instituição. O indicador avaliativo do CEP, no manual, constata a existência desse comitê na instituição. Verificou-se, então, que o resultado da avaliação desses dois indicadores pouco contribui para subsidiar ações de melhoria para o curso ou para a instituição, em razão de considerarem o PE como parte desconectada do currículo e ser exclusivo ao curso de Medicina, excluindo-o dos demais cursos da área da saúde, em função de o critério avaliativo estar fundamentado nas normas estabelecidas no código de Nüremberg e na declaração de Helsinque e não nas deliberações da Resolução nº. 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e por o CEP ter de aprovar o PE, mesmo que não contemple pesquisas com seres humanos. Para que esses indicadores sejam pertinentes e contemplem a real importância do PE e do CEP como integrante da gestão e do ensino, seus textos e suas escalas avaliativas devem ser reestruturados.

Palavras-chave: *Indicadores*. Avaliação in loco. Aprendizagem. Gestão.

CITOGENÉTICA APLICADA

Fernanda Vinhaes de Lima
fernanda.lima@uniceub.br

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética, que consiste, principalmente, no estudo microscópico dos cromossomos e suas anomalias. Os cromossomos foram descritos, no século XIX, como corpos nucleoproteicos de coloração escura, observados durante a divisão celular, no estágio de metáfase, quando atingem seu maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diploide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como 46, dispostos em 23 pares de cromossomos homólogos. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental, malformações múltiplas, câncer, infertilidade e abortos espontâneos. O grupo de pesquisa apresenta três linhas de pesquisa que se resumem, principalmente, em estudos citogenéticos sobre casais com histórico de infertilidade e abortos de repetição, diagnóstico citogenético de doenças genéticas e avaliação genética da presença do cromossomo Philadelphia em pacientes com leucemia mieloide crônica, após o uso de inibidores de tirosino cinase. O grupo de pesquisa concluiu estudo com participantes provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal que apresentavam histórico de infertilidade e abortos de repetição. Esses distúrbios abrangem conflitos diversos e envolvem não somente questões médicas complexas e urgentes, como também problemas psicológicos extremamente sérios. Novos projetos de pesquisa foram aprovados, baseados no estudo e no diagnóstico citogenético de pacientes com leucemia mieloide crônica portadores do cromossomo Philadelphia, sob o efeito de inibidores de tirosino cinases. Além da relevância do diagnóstico para essas famílias, os projetos servem como material de estudo para estudantes do UniCEUB que se interessam por este campo de trabalho.

Palavras-chave: Leucemia. Infertilidade. Abortamento.

CONVIVÊNCIA E SAÚDE MENTAL

Tania Inessa Martins de Resende
tania.resende@uniceub.br

O objetivo deste grupo de pesquisa é compreender como a convivência no campo da saúde mental pode configurar-se como articulador das dimensões ética, clínica e política no campo da saúde mental, orientada pelo modelo da atenção psicossocial. O CAPS foi escolhido como cenário para a presente pesquisa porque os serviços assumem, na política nacional de saúde mental, um papel estratégico na organização da rede comunitária de cuidados, ao fazer o direcionamento local das políticas e dos programas de saúde mental, desenvolver projetos terapêuticos e comunitários, dispensar medicamentos, encaminhar e acompanhar usuários que moram em residências terapêuticas, assessorar o trabalho dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família no cuidado domiciliar. O grupo de pesquisa foi iniciado no segundo semestre de 2012, e, especificamente para este projeto, foi proposto um estudo que comporta três etapas: diagnóstico da situação, análise crítica e intervenção. Na primeira etapa, a fase de imersão na instituição, um diagnóstico sobre a convivência no CAPS foi realizado, e organizaram-se grupos de discussão sobre a temática da convivência, com os profissionais e com os usuários. Após o diagnóstico, foi elaborada uma proposta de intervenção na instituição. Mediante a análise crítica do diagnóstico, foi delimitada a intervenção, com o objetivo de reorganizar a convivência entre usuários, profissionais de saúde e comunidade que compõem a realidade do CAPS. Pelo período de dois semestres, foram feitas duas atividades distintas: grupo de convivência e atividade convivência. A pesquisa encontra-se em fase de análise das informações qualitativas oriundas das intervenções. A relevância social deste projeto comparece tanto no objeto e nos objetivos da pesquisa como na escolha metodológica que, condizente com as diretrizes da política nacional que sustentam a assistência em saúde mental, prioriza a participação dos atores sociais – profissionais e usuários de saúde mental – envolvidos na construção de novas práticas de cuidado. Além do impacto das ações de pesquisa no CAPS, são produzidas monografias de conclusão de curso de Psicologia, artigos e apresentações em eventos acadêmicos pelos integrantes do grupo de pesquisa.

Palavras-chave: Convivência. Saúde mental. Campo da atenção psicossocial.

FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO AERÓBIO E RESISTIDO PARA A SAÚDE E O ALTO RENDIMENTO

Marcio Rabelo Mota
marcio.mota@uniceub.br
Renata Aparecida Elias Dantas
renata.dantas@uniceub.br

O grupo de estudos *Fisiologia do exercício aeróbio e resistido para a saúde e o alto rendimento*, do curso de Educação Física do UniCEUB, em 2014, participou do 37º Simpósio Internacional de Ciências do Esporte em São Paulo; em 2015, do 61th ACSM Annual Meeting and 5th World Congress on Exercise is Medicine and Word Congress on the Role of Inflammation in Exercise, Health and Disease, em Orlando, Florida, USA. Outras atividades desenvolvidas durante o primeiro semestre de 2015 visaram à capacitação de competências necessárias ao aluno e ao pesquisador. Entre elas, foi explanado o modo como devem ser formatados trabalhos científicos e a elaboração de resultado e discussão de pesquisa, embasados em artigos atuais. Em segundo momento, foi desenvolvida a capacitação instrumental de avaliações específicas à temática. Os alunos obtiveram a habilidade de técnicas de avaliação ergoespirométrica para a saúde e o alto rendimento e as variáveis de risco cardíaco. No período final, simulou-se cada uma das avaliações citadas. O grupo de pesquisa publicou os seguintes artigos científicos: LIMA, F. D. ; OLIVEIRA, R. J. ; CORREIA, A. L. M. ; TRINDADE, E. S. ; DANTAS, R. A. ; MOTA, M. R. Glycemic and blood lactate response to maximal incremental treadmill test. *International Journal of Sports Science*, v. 5, p. 59-64, 2015. LIMA, F. D. ; MOTA, M. R. ; PARDONO, E. ; DANTAS, R. A. . Efeito agudo de dois tipos de recuperação no lactato sanguíneo de nadadores após esforço máximo. *The FIEP Bulletin*, v. 84, p. 1-7, 2014. ESMERALDINO, R. S ; SILVA, A. O. ; LIMA, F. D. ; SILVA. V. V. ; DANTAS, R. A. ; OLIVEIRA, R. J. ; SOUZA. H. A. ; MOTA, M. R. . Prevenção da obesidade de forma multidisciplinar no contexto escolar. *Universitas*. Ciências da Saúde (UNICEUB. Impresso), v. 12, p. 59-67, 2014. SOUZA, H. A. ; SOUZA, C. V. ; LIMA, F. D. ; OLIVEIRA, R. J. ; DANTAS, R. A. ; MOTA, M. R. . Eficácia do exercício excêntrico na tendinopatia de Aquiles. *Revista Mineira de Educação Física* (UFV), v. 22, p. 136-152, 2014. RAMALHO, C. A. S. ; COSTA, I. X. A. ; DANTAS, Renata Aparecida Elias ; NASCIMENTO, M. G. B. ; SILVA, Alessandro de Oliveira ; MOTA, M. R. ; LOBO, H. . Relação do índice de massa corporal e a prática da educação física do 6º ano. *Coleção Pesquisa em Educação Física*, v. 13, p. 137-144, 2014.

Palavras-chave: Exercício físico. Saúde. Alto rendimento.

GESTÃO DE TECNOLOGIA

Paulo Rogério Foina
paulo.foina@uniceub.br

O objetivo do grupo de pesquisa é compreender os processos de gestão de tecnologia e de empresas de base tecnológica, focalizando as linhas de pesquisa de Gestão de Pessoas em Equipes de Tecnologia, Planejamento Estratégico de TIC e Riscos e Segurança de Informação. Os trabalhos realizados pelos alunos dos cursos de pós-graduação associados aos grupos de pesquisa Governança de TI, Gerência de Projetos de TI, Gerência de Projetos de Engenharia e Ambiente de Alto Desempenho desenvolvem monografias e publicam artigos sobre esses temas. Os resultados preliminares têm mostrado que a gestão de setores de tecnologia e de empresas de base tecnológica é significativamente diferente da gestão de empresas e equipes tradicionais em função de: serem setores e empresas baseadas em conhecimento e não em maquinários ou instalações; o principal recurso dessas organizações ser o humano; seus produtos e serviços serem intangíveis e facilmente duplicados; demandarem pesquisas e atualizações constantes; sofrerem forte concorrência internacional. Foram produzidas 24 monografias de pós-graduação, publicados 8 artigos em revistas nacionais e internacionais, e realizadas 15 palestras do ciclo Sexta de Governança. Os resultados preliminares mostram, então, que é necessária uma revisão dos conceitos e da estratégia de gestão de empresas e dos grupos de alta tecnologia com fator crítico de sucesso, para o crescimento e o desenvolvimento de negócios.

Palavras-chave: Gestão de Tecnologia. Governança. Gerência de Projetos.

ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Renata Aparecida Elias Dantas
renata.dantas@uniceub.br
Alessandro de Oliveira Silva
alessandro.silva@uniceub.br

O grupo de estudos *Atividade física, saúde e qualidade de vida*, do curso de Educação Física do UniCEUB, em 2014, participou do 37º Simpósio Internacional de Ciências do Esporte, em São Paulo, com os seguintes estudos: *Análise do nível de flexibilidade em homens de 20 a 40 anos de idade praticantes de exercício resistido* e *Análise dos leucócitos no teste incremental em esteira*. Em 2015, participou do 61th ACSM Annual Meeting and 5th World Congress on Exercise is Medicine and Word Congress on the Role of Inflammation in Exercise, Health and Disease, realizado em Orlando, na Florida USA, com o seguinte estudo: *Effect of Stretching Training on Flexibility Level in JiuJitsu*. Além disso, estuda-se a capacidade física de força relacionada a grupos especiais, e outras atividades visam à capacitação de competências necessárias ao aluno pesquisador, como a formatação de trabalhos e a elaboração de resultado e discussão de pesquisa, embasados em artigos atuais. Em segundo momento, desenvolveu-se a capacitação instrumental de avaliações específicas à temática do grupo de pesquisa. Os alunos obtiveram a habilidade de avaliações da composição corporal (perimetria, dobras cutâneas, força muscular, preensão manual, 1 RM, 10 RMs), da potência muscular (salto vertical em plataforma de contato), das variáveis de risco cardíaco (análises bioquímicas). No período final do semestre, simulou-se cada uma das avaliações citadas com os participantes como voluntários.

Palavras-chave: Exercício físico. Qualidade de vida. Saúde.

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Frederico Seixas Dias
frederico.dias@uniceub.br

O Núcleo de Estudos sobre os Estados Unidos da América (NEEUA), do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), desenvolve pesquisas mediante uma visão multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, sobre a política externa dos EUA, especialmente seus dilemas de engajamento no mundo após o 11 de setembro. O NEEUA reúne-se semanalmente, para discutir, por meio de textos selecionados de influentes autores, temas de política externa estadunidense, tais como, seus constrangimentos e oportunidades estruturais, suas escolhas, sua herança histórica e as grandes tendências de política mundial que se delineiam mediante o comportamento hegemônico. A justificativa dessa concentração temática diz respeito à importância que as decisões dos EUA têm para a política mundial de forma ampla, já que, de acordo com o grande consenso pós-11 de setembro, entre estudiosos dos mais influentes em RI, este país alcançou posição de única potência que se destaca nos mais diferentes critérios, áreas e formas de poder no mundo contemporâneo. Nesse sentido, a inserção do Estado brasileiro como potência emergente nas relações internacionais e a interação da sociedade brasileira com a política mundial exigem um conhecimento apurado das tendências comportamentais da sociedade e do governo dos EUA para que, diante desse contexto, escolhas responsáveis possam ser feitas, oportunidades sejam aproveitadas e constrangimentos sejam evitados de forma mais eficaz.

Palavras-chave: Estados Unidos da América. Política externa. Ordem mundial.

POLÍTICA CRIMINAL

Bruno Amaral Machado
brunoamachado@hotmail.com
Cristina Maria Zackeski
cristinazbr@gmail.com

Nos últimos dois anos, o grupo diversificou suas frentes de atuação. Nesse sentido, participou-se de pesquisas empíricas financiadas pela SENASP-MJ sobre homicídios, na área metropolitana de Brasília, concluídas entre 2011 e 2013. Recentemente, participou-se da pesquisa sobre a corrupção no sistema de justiça federal, projeto financiado pela ESMPU, e o coordenador-geral foi o líder do grupo, Bruno Amaral Machado. Realiza-se projeto editorial na área de Criminologia e Arte, em parceria com a Marcial Pons e FESMPDFT. Em breve, será publicado o livro *Cinema e criminologia*. Participantes do grupo colaboraram com a obra *Justiça criminal e democracia II*, que integra o projeto editorial. Os integrantes do grupo reúnem-se nas datas agendadas para a discussão das pesquisas empíricas em produção e dos projetos editorias em curso.

Palavras-chave: Política criminal. Direitos humanos. Controle.

PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Maria Eleusa Montenegro
maria.montenegroo@uniceub.br

Os trabalhos relacionados estão inseridos nas produções do grupo de pesquisa *Prática pedagógica e formação do professor*, do UniCEUB, em tema comum, qual seja, *A subjetividade do estudante de licenciatura*, que teve como objetivo geral conhecer e analisar o perfil do estudante de graduação em licenciatura e verificar a sua preparação para o exercício da docência. A metodologia de análise foi a Epistemologia Qualitativa proposta por Fernando Rey. A primeira das pesquisas, *O estudante do curso de licenciatura em Letras: perfil e preparação para a docência*, teve como participantes estudantes do último semestre do curso de licenciatura em Letras. Os resultados apresentaram um participante que estuda às vésperas das avaliações, e apenas a metade relatou a participação em eventos científicos. Quando o assunto passou a ser a preparação para a docência, os resultados demonstraram insegurança para assumir a sala de aula da educação básica. Os participantes enfatizaram que a teoria no curso é bem explorada, mas que a relação entre a teoria e a prática é deficitária. Quanto à pesquisa *A Subjetividade do formando em licenciatura: limites e possibilidades*, teve como participantes professores e alunos de licenciaturas de uma instituição de ensino particular. Foi possível concluir que os estudantes optaram pelo curso por vontade própria e que o tempo de duração não foi um dos critérios de escolha; que os cursos de licenciatura não eram suficientes para a formação de professores; que as atividades extraclasses não ofereceram atrativo aos alunos. Na pesquisa, *A licenciatura e a subjetividade do estudante: perfil e formação profissional*, os participantes foram alunos ingressantes, formandos e professores do ensino superior. Concluiu-se que os participantes ingressaram no curso por vontade própria e que, embora, ao ingressarem, nem todos pretendiam ser professores, a maioria aderiu à profissão docente. Os estudantes de licenciatura afirmaram gostar de ler, mas a maioria fazia apenas as leituras obrigatórias nas horas vagas e, especialmente, no final do curso. Os formandos afirmaram participar de atividades extracurriculares, porém frequentaram apenas as que foram oferecidas na instituição. A falta de relação entre teoria e prática foi vista como um ponto negativo nas licenciaturas tanto por professores quanto por alunos. Por último, a pesquisa *Os professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio e sua formação para a docência* teve como objetivo conhecer e analisar a atuação de professores recém-formados, relacionando-os à sua formação acadêmica. Os resultados obtidos sugerem que os participantes se encontravam satisfeitos com a profissão e que afirmaram compreender a importância da formação continuada como meio de suprir as deficiências da graduação. Todos os professores, porém, afirmaram que o profissional da educação não é valorizado perante a sociedade. Essas pesquisas são divulgadas em eventos científicos locais, nacionais e internacionais e publicadas em revistas científicas. Acredita-se que os resultados possam contribuir para a reflexão sobre o papel do educador.

Palavras-chave: Formação do professor. Prática pedagógica. Licenciaturas.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO – EDUCACOM

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho
renata.carvalho@uniceub.br
Manoel Henrique Tavares Moreira
henrique.moreira@uniceub.br

O grupo está inserido no diretório de grupos de pesquisa do CNPq e é certificado pela instituição de ensino superior Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). As quatro linhas de pesquisa do grupo EDUCACOM compõem os eixos programáticos dos trabalhos desenvolvidos pelos professores e pelos alunos dos cursos na área de Comunicação Social do UniCEUB, buscando, continuamente, mobilizar esforços para fortalecer as pesquisas realizadas e ou orientadas pelo corpo docente. A linha Educação Superior e Comunicação tem como objetivo analisar a prática pedagógica nos cursos da área de Comunicação Social e as disciplinas relacionadas com as metodologias de pesquisa e orientação para os trabalhos de conclusão de curso, considerando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão no ensino superior. A linha Gestão da Comunicação tem como objeto de análise a gestão da comunicação nas organizações e nas instituições como campo teórico e prático, seus desdobramentos e a tentativa de formulação de uma Teoria da Gestão Comunicacional. A linha Linguagens Contemporâneas é permeada por dois focos: por um lado, a consideração das especificidades históricas, teóricas, processuais das áreas investigadas e suas respectivas finalidades; por outro, os vínculos e as extensões entre essas áreas, descritos mediante estudos multidisciplinares em cultura e antropologia visual, semiótica da comunicação e mídia, linguagens e estéticas artísticas, cinema, artes visuais, fotografia, *design*. A linha Novas Tecnologias na Comunicação objetiva compreender os desdobramentos da constante inserção e alteração das novas tecnologias nos diversos campos de atividade, publicidade e propaganda, *marketing*, jornalismo, cinema, e realizar a análise crítica e/ou a execução de projetos e produtos da comunicação sob essa perspectiva.

Palavras-chave: Comunicação. Educação superior. Mídia.

SAÚDE E AMBIENTE

Eduardo Cyrino de Oliveira Filho
eduardo.cyrino@uniceub.br

O grupo de pesquisa em *Saúde e ambiente* foi criado em 2006 e preocupa-se com a investigação de aspectos que envolvem a saúde do ambiente e sua potencial relação com a saúde humana. Vários estudos mostram que espécies presentes em diversos ecossistemas podem servir como indicadores da saúde do ambiente e como sentinelas a possíveis efeitos adversos à saúde humana. Os desafios das pesquisas elaboradas são complexos, pois é necessário conhecer o ambiente, para avaliar os efeitos dos poluentes sobre seus componentes e tentar dimensionar o dano ao nível do ecossistema. Nesse contexto, o grupo reúne pesquisadores de diferentes linhas temáticas sobre ecotoxicologia, entomologia e controle de vetores, limnologia, epidemiologia ambiental, microbiologia sanitária e ambiental, mutagênese ambiental, química ambiental e toxicologia ambiental, os quais, com seus trabalhos e projetos individuais, contribuem, significativamente, para a geração de conhecimentos nessa importante área do conhecimento que envolve as ciências ambientais. Os pesquisadores participam, ativamente, da orientação de alunos de graduação e de pós-graduação, também cadastrados no grupo. Quanto à produção científica em 2014, o grupo publicou em torno de 30 artigos completos em periódicos e 30 resumos em anais de eventos, além de teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias de graduação orientadas, obtendo resultados nas linhas temáticas pesquisadas. Os principais dados relacionam-se à geração de conhecimentos e a abordagens quantitativas ou qualitativas com populações humanas, que podem ser consideradas pesquisas com efeitos diretos na saúde e no bem-estar da população envolvida. Para conhecimento de mais detalhes sobre o grupo, os contatos devem ser feitos diretamente com o líder, que está disponível à incorporação de novas linhas de pesquisa e de propostas de estudo.

Palavras-chave: Poluição ambiental. Doenças ambientais. Ciências ambientais.

SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Maruska Tatiana N. da Silva
maruska.silva@uniceub.br
Jairo Furtado Nogueira
jairo.nogueira@uniceub.br

O grupo de pesquisa de *Sustentabilidade na construção civil* foi formado, com o intuito de criar, entre alunos e professores, um ciclo de conhecimento técnico referente à temática. O grupo reúne-se, para discutir as vertentes referentes à sustentabilidade. Foram realizados, aproximadamente, 15 orientações de monografias, 9 projetos de iniciação científica sobre materiais não convencionais, sistemas construtivos sustentáveis, novas tecnologias e certificações sustentáveis, além de parcerias com empresas que atuam no mercado e que proporcionam aos alunos oportunidades de aprendizado em campo. O grupo tem, atualmente, 15 membros dos cursos de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo, professores do UniCEUB e de outras instituições de ensino e egressos. A participação pode ser presencial ou virtual, pois tem-se o desejo de disseminar o conhecimento e estimular a pesquisa. O grupo tem o *site* www.pesquisasustentavel.com, no qual se podem encontrar mais informações das atividades e das repercussões da equipe. No semestre, trata-se da temática *ecohouse* e de um ciclo de apresentações de construções sustentáveis no mundo, entre outras discussões.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Parceria. Pesquisa.

TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA

Marcos Chedid Abel
marcos.abel@uniceub.br

O grupo de pesquisa em *Teoria e prática psicanalítica* tem como objetivo fomentar o estudo e a produção científica no campo psicanalítico. Desde o 1º semestre de 2012, realiza reuniões semanais, em que são discutidos textos publicados e produções pessoais dos integrantes. São analisadas questões epistemológicas, referentes à teoria e a problemas da prática, ou seja, do tratamento psicanalítico. Para além do âmbito psicanalítico, são também objetos de investigação fenômenos da cultura, tais como, hábitos e costumes, produções científicas, filosóficas, artísticas e religiosas e outras teorias e práticas do campo da psicologia. O grupo é vinculado ao curso de especialização em Teoria Psicanalítica, realizado pelo ICPD/UniCEUB em parceria com a Sociedade de Psicanálise de Brasília, vinculada à *International Psychoanalytical Association* (IPA), que está em sua 15ª edição e realiza eventos abertos ao público, como seminários, mesas-redondas e conferências. No 1º semestre de 2015, o tema de pesquisa foi as relações entre a psicanálise e a arte. Foram selecionados predominantemente textos de Freud e de outros autores. A proposta foi pesquisar a função artística da psicanálise para o analista e o analisando; as condições e os efeitos da produção artística para o artista e para quem usufrui a obra; a psicanálise como arte da palavra na reescrita da própria história (tempo); a experiência estética na psicanálise, pela mudança de perspectiva (espaço); as artes da palavra (literatura), da imagem (plásticas) e da música. No 2º semestre de 2015, o tema de pesquisa é as relações entre psicanálise e linguagem, que pesquisa o papel da linguagem na constituição e no funcionamento anímico e, por decorrência, seu lugar e meios de utilização no tratamento psíquico, tal como proposto pela psicanálise.

Palavras-chave: Psicanálise. Teoria. Prática.

LATO SENSU

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O SISTEMA RECURSAL ORDINÁRIO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Cavalcanti, Ícaro

Pós-graduação lato sensu em Novas Tendências do Direito Público do UniCEUB / ICPD - icaro.jmc@gmail.com

Carvalho, Marcela.

Pós-graduação lato sensu em Novas Tendências do Direito Público do UniCEUB / ICPD - marcelacarvalhoadvogada@gmail.com

Pinto, Eliane.

Pós-graduação lato sensu em Novas Tendências do Direito Público do UniCEUB / ICPD - elianepaintoo@gmail.com

Este tema possui o objetivo de apresentar considerações sobre o sistema recursal ordinário do Código de Processo Civil de 2015, em comparação com o sistema recursal ordinário utilizado pelo Código de Processo Civil de 1973. A questão envolve o paradigma de que o Direito existe com a finalidade de alcançar a paz social, utilizando-se da imposição de regras básicas de convívio que deverão ser observadas pelos membros da sociedade. Destarte, a imposição de regras de conduta não é empecilho para o surgimento de conflitos de interesses; é necessário, pois, que o Estado intervenha e ofereça um serviço eficiente para a resolução da lide, já que é vedado ao jurisdicionado fazer justiça com as próprias mãos. Com isso, a jurisdição constitui uma função do Estado que é exercida através do processo; sendo o processo um instrumento à serviço do Direito Material para a resolução de conflitos que surgem na sociedade e que atrapalham o convívio harmônico de seus membros. Acredita-se que toda ideia de acesso à justiça encontra raízes no conflito, ou seja, sem a existência do conflito a garantia fundamental do acesso à justiça perderia a sua finalidade. Ter acesso à justiça não é apenas abrir as portas do judiciário para a o jurisdicionado, mas, sim, oferecer um serviço eficiente, com duração razoável e que de fato solucione a lide que foi instaurada. O Sistema Recursal previsto pelo Novo Código de Processo Civil aponta para a evolução do processo como instrumento garantidor do acesso à ordem jurídica justa, efetiva e com tempo razoável, cuja finalidade é dar efetividade ao princípio constitucional do Acesso à Justiça, combatendo visivelmente a Jurisdição Defensiva e as restrições ilegítimas ao conhecimento dos recursos.

Palavras-chave: Lei 13.105/2015; Novo Código de Processo Civil; Análise Comparativa.

CONTROLE JURISDICIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

Alberto Inácio de Jesus

Pós-Graduação lato sensu em Novas Tendências do Direito Público do UniCEUB / ICPD - albertoij.jus@gmail.com

Mariana Nascimento Ferreira

Pós- Graduação lato sensu em Direito Trabalhista e Previdenciário do UniCEUB / ICPD - mariananascimentof@gmail.com

O presente tema tem por escopo analisar a hodierna atitude ativista do Poder Judiciário brasileiro na concretização dos Direitos Sociais, por meio das políticas públicas, em especial as voltadas à implementação do direito à saúde. Trata-se da legitimidade do Judiciário no controle das políticas públicas em saúde, alinhavando, por oportuno, as consequências e os limites dessa intervenção na sistemática de separação funcional dos Poderes. Para tanto, este tema deve lastrear-se no estudo da legislação constitucional interna e internacional, aliada à opinião de seleta doutrina especializada no tema e da jurisprudência das Cortes Judiciais ordinárias e constitucionais. Percebendo-se, desse modo, superadas as concepções clássicas da separação dos Poderes, compete ao Judiciário, de forma derivada e comedida, intervir na implementação ou na correção das políticas públicas como meio de garantir a prevalência dos direitos sociais fundamentais previstos na Constituição. As mudanças na concepção do Estado e suas finalidades exigem uma releitura da separação dos poderes, cujo objetivo primordial é assegurar a liberdade do indivíduo diante do Estado. Ao reverso, deve-se entender que, no Estado Democrático de Direito, o poder é uno e que todas as esferas têm a finalidade comum de concretizar os direitos fundamentais previstos na Constituição. Nesta toada, Judiciário, Executivo e Legislativo precisam ser compreendidos à luz dos preceitos do artigo 3º da Constituição Federal de 1988, que fixa os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Com fulcro nessas metas, as três funções devem atuar de maneira complementar, para realizar o objetivo final do Estado e atender, de forma efetiva, o real detentor do poder, qual seja, o povo.

Palavras-chave: Poder Judiciário; políticas públicas; direito à saúde.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA RECURSOS HÍDRICOS AO LONGO DA HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL

Alexandre Sanches Oliveira

Pós-Graduação lato sensu em Direito Empresarial e Contratos - UniCEUB/ICPD - alesancheso@gmail.com

Este tema visa a apresentar a evolução da preocupação com a importância dos assuntos relacionados ao meio ambiente desde a criação do Distrito Federal, em 1960, até o momento presente e as políticas públicas desenvolvidas no decorrer desse período. Atualmente, o Brasil passa por crise de abastecimento hídrico. A região Sudeste atravessa um período de racionamento e falta de água em razão da omissão em relação às políticas públicas de prevenção e manutenção dos mananciais. Em consideração, o estudo deve averiguar como o Governo do Distrito Federal fomenta suas políticas públicas para prevenção e redução da perda de água. Porém, as políticas públicas vigentes para a conservação e a proteção dos recursos hídricos ainda são inócuas e não focalizam os principais problemas que são a urbanização ao redor das bacias e o uso rural do solo de forma indevida. Para entender a situação atual, é necessário analisar as mutações da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal ao longo da história do Distrito Federal e como isso pode sinalizar a falta de preocupação com a questão ambiental. A sociedade, por sua vez, ignora o tema, e a mídia tem dado pouca ênfase sobre como são tratados os mananciais e as bacias hidrográficas. Contudo, o Distrito Federal tem uma particularidade, pois é abastecido por um conjunto de importantes bacias hidrográficas. Por outro lado, o grave problema do Distrito Federal referente aos recursos hídricos é a perda de 27% da água tratada, índice abaixo da média nacional, mas, ainda assim, um número muito alto que pode ser reduzido com políticas públicas de conscientização da população e modernização do sistema de saneamento básico do Distrito Federal.

Palavras-chave: políticas públicas; bacia hidrográfica; recursos hídricos.

O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA (PROTEÇÃO À CONFIANÇA) APLICÁVEL AO CASO BRASILEIRO

Cristiane Lopes Gonçalves

Marluce Fleury Flores

Pós-Graduação lato sensu em Direito - Novas Tendências do Direito Público - crislgoncalves@gmail.com - marlucefleury@hotmail.com

O tema tem por objetivo analisar o instituto da segurança jurídica no âmbito do direito administrativo brasileiro e sua aplicação em casos concretos pelo Supremo Tribunal Federal. Os conceitos, a origem histórica do princípio da segurança jurídica e da proteção à confiança e as suas importâncias como normas constitucionais de eficácia negativa implicam, diretamente, o desenvolvimento do tema. Há, pois, quatro casos relevantes que exemplificam a aplicação do princípio para a resolução de controvérsias que, com frequência, são analisadas pelo Poder Judiciário: exercício do poder de autotutela da Administração Pública – RE 594.296-RG; afastamento da denominada "teoria do fato consumado" como forma de manutenção de candidato em cargo público – RE 608-482-RG; manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo – RE 571.969; manutenção de atos de provimento derivado emitidos após o advento da Constituição da República de 1988 – ADI 837/DF. Assim, com fundamento nesses casos, pode-se chegar à conclusão de que os princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da proteção à confiança são essenciais para o equilíbrio de um Estado Democrático de Direito, sendo fundamental o reconhecimento desses institutos para o bom desenvolvimento da Administração Pública. A segurança jurídica possui caráter instrumental, pois ela não é um fim em si mesma. A certeza jurídica é condição indispensável para a previsibilidade e o planejamento no plano individual. A clareza e a certeza das normas são instrumento para a garantia da segurança jurídica, que assegura os direitos fundamentais individuais, constituindo-se norma de eficácia negativa que pode referir-se tanto ao ordenamento jurídico quanto a uma regra geral ou individual ou a um comportamento estatal e deve ser firmada pelos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Palavras-chave: segurança jurídica; boa-fé; proteção à confiança.

LOGÍSTICA REVERSA DE MEDICAMENTOS PÓS-CONSUMO: DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA E CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE OS DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO DESCARTE INADEQUADO DE MEDICAMENTOS

Érica Ruth Rodrigues de Morais
Pós-Graduação lato sensu em Direitos Sociais, Ambiental e do Consumidor - ruth.erica@gmail.com

O tema exposto tem por objetivo discutir a possível implantação da política pública nacional de logística reversa para o descarte seguro de medicamentos. É importante este estudo na medida em que os consumidores desconhecem os danos ambientais ocasionados, ao ser depositados medicamentos no lixo doméstico ou na rede de esgoto. A Constituição Federal de 1988 dispõe no artigo 196 que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, exigindo a implantação de políticas que visem à redução do risco de doenças, ou seja, ao Estado incumbe a promoção de ações que busquem a prevenção, a proteção e a recuperação da saúde de sua população. Mais adiante, a Carta Magna preceitua o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações. Além disso, determina-se ao Poder Público o controle da produção, da comercialização e do emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. Observa-se que o texto constitucional é claro, ao erigir a saúde e o meio ambiente como direitos fundamentais dos indivíduos, demonstrando, portanto, a importância em preservá-los. O Estado, visando cumprir o estabelecido, desenvolve políticas públicas das quais, para o presente estudo, destaca-se a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS por meio da Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010. O destaque feito a essas normativas deve-se ao fato de trazerem, em seu bojo, o instrumento da logística reversa, que se caracteriza na restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento em seu ciclo produtivo ou para realizar a destinação final ambientalmente adequada. No Brasil, esse instrumento já é utilizado em alguns setores, no entanto ainda não há uma diretiva governamental consolidada em relação aos medicamentos vencidos ou suas sobras. Diante desse contexto, pretende-se alertar sobre os danos causados ao meio ambiente decorrentes do descarte inadequado de medicamentos, apresentar a situação em que se encontra a proposta de logística reversa para o setor e conscientizar a população, em especial a do Distrito Federal, sobre a importância de adotar medidas para o descarte adequado de medicamentos, uma vez que o sucesso da política a ser implantada dependerá do conhecimento e do empenho do consumidor.

Palavras-chave: contaminação; meio ambiente; medicamentos; logística reversa.

ANÁLISE DA VIABILIDADE JURÍDICA DE SUPERAÇÃO DAS LIMITAÇÕES DE ACESSO A DADOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS PELA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO: O CASO DO BNDES

João Gabriel Miranda Alves Pereira
Pós-Graduação lato sensu em Direito - Novas Tendências do Direito Público e Avaliação das Políticas Públicas
joaogabrielpereira@hotmail.com

Sigilo e transparência são potencialmente conflitantes entre si, e esses dois atributos fazem parte das discussões que envolvem a Controladoria-Geral da União. As novas tendências do direito administrativo trazem luz sobre essa questão controversa. A legitimidade do Estado Democrático depende da transparência dos atos públicos e da atuação dos órgãos de controle. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, por ser uma empresa pública, deve prestar contas da aplicação de seus recursos, ainda mais por suas fontes de financiamentos serem majoritariamente públicas. Ocorre que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, por tratar-se de uma instituição financeira, também está submetido à regulação bancária, e um dos aspectos da regulação bancária é o dever do sigilo. O presente estudo propõe-se a debater como é possível conciliar o dever do sigilo bancário com a necessidade de acesso à informação pela Controladoria-Geral da União para o exercício de suas prerrogativas, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Neste trabalho, foi realizado estudo sobre a doutrina e a jurisprudência correlacionadas à alegação de sigilo bancário pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Foram apresentadas propostas para resolução da lide. Em âmbito administrativo, identificou-se a previsão legal de a Controladoria-Geral da União firmar convênio com o Banco Central do Brasil para troca de informações protegidas por sigilo bancário. É possível que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social oponha cláusula em seus contratos de financiamento, no qual o beneficiário anua o acesso de dados protegidos por sigilo aos órgãos de controle. Tais opções se conformam com a legislação em vigor, resguardam o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de eventuais questionamentos judiciais e permitem o pleno exercício das atribuições da Controladoria-Geral da União e dos demais órgãos de controle administrativo.

Palavras-chave: sigilo bancário; Controladoria-Geral da União; banco de fomento.

PROCESSO DE CONHECIMENTO E INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO NOVO CPC

Laíss Targino Casullo de Araújo
Pós-Graduação lato sensu em Direito do Trabalho e Previdenciário do UniCEUB / ICPD
laisscasullo@hotmail.com

O tema visa tratar das inovações no novo Código de Processo Civil, com especial enfoque nas alterações no Processo de Conhecimento, abrangendo não só as mudanças legislativas como também as possíveis consequências no mundo jurídico e na realidade de toda a sociedade. O novo Código propõe solucionar lacunas processuais latentes, como a adequação ao movimento de acesso à justiça, a falta de celeridade e de eficácia ao final dos litígios, entre outras. Todavia, alguns pontos merecem ser estudados com cautela uma vez que não se sabe se, na prática, serão suficientes para alcançar os objetivos que motivaram sua criação. Por outro lado, a compreensão do Direito Processual Civil depende de uma concepção adequada do conjunto de princípios e regras processuais existentes na Constituição Federal. Destaca-se no novo CPC uma flexibilidade que visa promover um sistema cooperativo das partes, acabando com o antigo protagonismo do juiz. Pautado nos direitos fundamentais dos cidadãos, todos os sujeitos processuais assumem responsabilidades e possibilidade de interlocução ativa, prestigiando o contraditório representado pelo diálogo entre as partes. Além de procurar garantir adequação e maior efetividade para os direitos e o funcionamento da justiça, visa-se à redução na procura pelo Judiciário. Assim sendo, o compêndio vale-se de procedimentos democráticos e expostos ao contraditório, como o uso de precedentes ou o incidente de resolução de demandas repetitivas. Isso consubstancia o plano de simplificação do novo Processo Civil.

Palavras-chave: novo Código de Processo Civil; processo de conhecimento; mudanças.

PODER JUDICIÁRIO: IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS QUE ACOMETEM A FUNÇÃO JURISDICIONAL

Louise Gabrielle Esteves Soares de Melo

Pós-Graduação lato sensu em Direitos Sociais, Ambiental e do Consumidor UniCEUB / ICPD - melolouise11@gmail.com

José da Silva Mamede

Pós- Graduação lato sensu em Prática Processual nos Tribunais - UniCEUB / ICPD - mamedeadvogado@gmail.com

Este tema apresenta os principais problemas que assolam o Poder Judiciário e que repercutem, diretamente, na prestação jurisdicional, comprometendo a efetividade e colocando à prova a credibilidade perante a sociedade. Analisa-se a relevância dos princípios constitucionais do acesso à justiça e da duração razoável do processo e a sua relação com os problemas que acometem o Poder Judiciário. Além disso, tem-se a abordagem da gestão administrativa pelos juízes e pelos tribunais mediante o contexto de crise. Este tema revela-se importante, porque envolve direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal aos cidadãos, como o direito de acesso à justiça, o direito de ação, o direito à duração razoável do processo, entre outros. Ademais, os problemas que acometem a prestação jurisdicional, embora, em princípio, pareçam repercutir apenas no processo judicial em si, de fato, não é isso que ocorre, pois a ineficiência de uma decisão judicial tardia, por exemplo, repercute na sociedade, tratando-se de problemática muito maior, impactando diversos setores, inclusive a economia. Um dos problemas que acomete a função jurisdicional diz respeito à chamada cultura de judicialização. Ocorre que o excesso de demandas levadas à apreciação do Poder Judiciário compromete a prestação jurisdicional. A falta de efetividade da prestação jurisdicional não representa o efetivo acesso à justiça. Por fim, cabe ao Poder Judiciário realizar justiça, fortalecer o estado democrático de direito, promover uma sociedade livre, justa e solidária, ter credibilidade e ser reconhecido como um Poder célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo, que busca o ideal democrático e promove a paz social, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania.

Palavras-chave: problemas; Poder Judiciário; gestão administrativa.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS – DISTRITO FEDERAL: CARACTERÍSTICAS, DIAGNÓSTICO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Louise Gabrielle Esteves Soares de Melo
Pós-Graduação lato sensu em Direitos Sociais, Ambiental e do Consumidor UniCEUB / ICPD - melolouise11@gmail.com

Este tema apresenta as principais características da Região Administrativa de Águas Claras, no Distrito Federal, que é relativamente nova, mas que já apresenta vários problemas ambientais e estruturais. Nesse sentido, é preciso estudar as características da região, e, paralelo a isso, deve ser traçado um diagnóstico. Em seguida, serão delineadas políticas públicas que já são ou poderão ser implementadas para melhoria do local. Com o aumento elevado de sua população em curto espaço de tempo, cujo fator preponderante se deu especialmente pelo crescimento imobiliário da região, sendo uma de suas principais características a verticalização, a Região Administrativa de Águas Claras passou a enfrentar dificuldades relacionadas à sua estrutura, que, por via de consequência, não foi preparada para comportar a população que abriga com a mesma qualidade. Assim, para que haja efetividade e eficiência na implementação das políticas públicas, é preciso que sejam voltadas aos problemas centrais, a fim de que se alcance eficácia na sua execução.

Palavras-chave: região; características; diagnóstico.

O SETOR NOROESTE E AS ENCHENTES DA ASA NORTE: HÁ SOLUÇÃO

Maria Clara Araújo
Pós-Graduação lato sensu em Direitos Sociais, Ambiental e do Consumidor UniCEUB / ICPD - m.araujo@mlw.com.br

O tema visa compreender as enchentes que ocorrem na Asa Norte, nos últimos anos, especialmente sob o aspecto da construção do Setor Noroeste, na cidade de Brasília. Busca-se entender se o processo de construção deste bairro se deu em respeito à legislação ambiental, se a sua existência influencia a ocorrência das enchentes e quais são as políticas públicas que permeiam a solução do problema. Nos últimos anos, a população de Brasília nota um aumento maior no número de enchentes decorrentes das chuvas. Um estudo realizado por um engenheiro ambiental, a convite do jornal Correio Braziliense, alertou para o fato de que, por ano, a cada três chuvas, uma irá alagar a Asa Norte. Tais ocorrências ocasionam uma série de problemas aos moradores, principalmente, das quadras do início e do final (201 e 202, 310 e 311, 510 e 511). Em dezembro de 2014, foram inúmeros os prejuízos sofridos pela população, pois, em decorrência das fortes chuvas, garagens e tesourinhas ficaram alagadas, carros, submersos, prédios, inundados. Especialistas afirmam que os acúmulos de água da chuva nos túneis das bocas de lobo podem levar à degradação do concreto e das estruturas metálicas que dão suporte aos viadutos das tesourinhas. Em meio à situação descrita, questiona-se se o Setor Noroeste, construído na última década, pode ter piorado a situação das enchentes que ocorrem na Asa Norte.

Palavras-chave: meio ambiente; Setor Noroeste; enchentes.

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

Mayana Coelho Martins
Pós-Graduação lato sensu em Direito - Novas Tendências do Direito Público mayanamartins@gmail.com

A escravidão no Brasil, formalmente abolida em meados de 1888, é um fenômeno histórico ainda persistente na sociedade contemporânea, resultante da condição de vulnerabilidade do trabalhador em face das desigualdades sociais e econômicas advindas com mais intensidade pela globalização. Diante do poder-dever de agir do Estado brasileiro, em face dos compromissos legais firmados no âmbito do ordenamento jurídico interno e no âmbito internacional, exige-se o cumprimento das normas aderidas e, principalmente, a atuação eficiente e progressiva no combate à prática de trabalho escravo. A ocorrência de violação de direitos humanos nas relações trabalhistas resulta na imputação de responsabilidades aos infratores nas esferas civil, penal e administrativa. O caso concreto "Fazenda Brasil Verde", ocorrido no sul do Pará, retrata a exploração de trabalhadores rurais, de forma a infringir os preceitos da dignidade da pessoa humana. Analisa-se a atuação do Estado brasileiro, acusado de omisso e negligente, diante do dever de garantir o devido processo legal, de fiscalizar, efetivamente, os locais de denúncia de trabalho ilícito, de ser proativo em políticas públicas de erradicação do trabalho escravo, de defender os direitos humanos no país, que, aos poucos, tem avançado no combate ao trabalho escravo, mas muitas ações ainda precisam ser intensificadas, para mudar o atual contexto crítico e vergonhoso em que a República Federativa do Brasil se encontra. Por sua vez, as ações das organizações internacionais em defesa dos direitos humanos têm avançado satisfatoriamente, de modo que, cada vez mais, visa ampliar o campo de atuação quando da fiscalização do cumprimento de decisões proferidas em desfavor do Estado brasileiro, notificado por violação aos dispositivos da Declaração Americana e da Convenção Americana, que regem sobre a dignidade da pessoa humana, valor intrínseco à vida. A eficácia das decisões prolatadas pela Comissão e pela Corte deve ser garantida incondicionalmente para o progresso da humanidade nesta matéria.

Palavras-chave: Fazenda Brasil Verde; trabalho escravo; ilícito penal.

MULHER E DIREITOS HUMANOS: O AVANÇO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM MATERIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O IMPACTO NOS ÍNDICES OFICIAIS

Nathalia Corrêa de Souza

Pós-Graduação lato sensu em Direito - Novas Tendências do Direito Público - nathc.souza@gmail.com

O tema propõe uma análise sobre o avanço da legislação brasileira em matéria de violência doméstica, posicionando a mulher como sujeito de direitos humanos e o impacto dessa legislação nos índices oficiais de violência. O papel da mulher na sociedade, ao longo dos séculos, esteve atrelado aos afazeres domésticos, à reprodução e ao cuidado com a família. Ao homem cabia o provimento do sustento de seus dependentes e a imposição das regras do lar como mantenedor e líder paternalista. Por tais motivos, o homem esteve em posição superior à da mulher, que, submissa, aceitava toda e qualquer condição imposta no seio familiar, incluindo-se as agressões sofridas. Com o avanço da sociedade, tais papéis de gênero sofreram alterações. A mulher passou a ocupar espaços públicos que, antes, eram destinados apenas aos homens, como o ambiente de trabalho e de educação, o que gerou uma série de conflitos decorrentes da mudança do status quo. Tornaram-se mais frequentes os casos de violência doméstica, e os índices alarmantes forçaram o poder público a procurar alternativas que coibissem as agressões. Para tanto, é preciso contextualizar, historicamente, o tratamento dado à violência doméstica pela justiça brasileira, passando pelo período anterior à promulgação da Lei Maria da Penha até a recente entrada em vigor da Lei do Feminicídio. Por fim, a análise dos dados constantes do Mapa da Violência – Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil (2012) identifica que, muito embora a Lei Maria da Penha tenha trazido importantes avanços para a condução dos casos de violência doméstica no Brasil, as sanções mais duras aplicadas não foram capazes de diminuir os índices de violência, que se mantiveram em curva ascendente após 2006, com exceção de leve decréscimo em 2007.

Palavras-chave: direitos humanos; violência doméstica; índices de violência e feminicídios.

O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES E O CASO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Nathalia Corrêa de Souza
Pós-Graduação lato sensu em Direito - Novas Tendências do Direito Público - nathc.souza@gmail.com

O tema propõe uma análise sobre o acesso à informação no âmbito da Administração Pública Brasileira, tendo como marco a promulgação, em 2011, da Lei de Acesso à Informação - Lei n° 12.527/2011. Para tanto, é preciso contextualizar, historicamente e internacionalmente, a evolução do acesso à informação, com seus princípios e diretrizes. Além disso, é necessário tratar da diferença entre cultura de segredo e cultura de acesso e do conceito de informação pública. A análise de dados constantes do Relatório Lei de Acesso à Informação 2014 mostra-se de grande relevância, porque permite identificar que, no âmbito da Administração Pública Federal, o cumprimento aos dispositivos da lei foi efetivado a contento, com atendimento dos pedidos em 99,08% dos casos e concessão total ou parcial da informação em 68,48% das solicitações. Não obstante, os princípios internacionais que regem o acesso à informação encontram similaridade aos que regem a LAI, razão pela qual, desde já, frisa-se a profundidade de conteúdo da nova legislação, sua adequação ao contexto internacional e, principalmente, o seu caráter inovador, capaz de alterar a forma de realizar administração pública internamente no Brasil. A LAI, por sua vez, deve ser entendida como uma resposta do poder público aos anseios populares por mais transparência no âmbito da Administração Pública, por meio da qual a sociedade civil pode ativamente acompanhar, auxiliar e fiscalizar o andamento da gestão. Desta forma, o cidadão tem ciência, inclusive, do que pode ser considerado sigiloso, uma vez que a Lei de Acesso à Informação apresenta, em rol exaustivo, o tipo de informação a que pode ser negado o acesso. O Poder Público, então, não pode furtar-se a divulgar informações que a lei não classifique especificamente como sigilosa, garantindo pleno acesso a tudo que for de interesse público.

Palavras-chave: acesso à informação; cultura de segredo; cultura de acesso.

DISCUSSÃO DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL PARA DEZESSEIS ANOS: PELA DEFESA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Patrícia Fagundes

Pós-Graduação lato sensu em Direito - Novas Tendências do Direito Público. - fagundes.patricia@gmail.com

Este tema tem por objetivo trazer à discussão acadêmica a proposta de redução da maioridade penal, por ser extremamente atual e polêmica, utilizando-se de um enfoque jurídico-social, em que se visa a relacioná-lo à Constituição Federal de 1988, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, às questões de Direitos Humanos e às mais recentes pesquisas que tratam das possíveis causas do crescente aumento da violência infanto-juvenil. Faz-se clara a ideia de que há duas correntes bem definidas: a que defende a redução da maioridade penal e a que se posiciona contrariamente a esta proposta. As justificativas apresentadas pelo grupo favorável à redução da maioridade estão na efetivação da inimputabilidade penal, em razão de discursos emocionais e demagógicos que se utilizam, inclusive, do argumento de que o jovem menor de dezoito anos que cometeu algum ato infracional estaria impune. Por outro lado, os que se posicionam contrários à redução da maioridade penal argumentam que os jovens em situação criminal vivem em ociosidade, pois não têm oportunidades e são confrontados com a cobrança de inclusão social, mediante o trabalho e o estudo. Contudo, o Brasil possui uma das mais completas e modernas legislações no que tange à questão do menor, tanto do ponto de vista da proteção de seus direitos quanto das sanções decorrentes de atos infracionais cometidos por menores de dezoito anos. É, além disso, signatário de tratados internacionais que dizem respeito aos direitos humanos de crianças e adolescentes. Há a previsão constitucional quanto aos direitos dos jovens e uma das mais elogiadas e reconhecidas legislações sobre o menor – o Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém, apesar da excelência das leis que tutelam o menor, verifica-se que não há efetiva e eficaz aplicação de suas premissas, tornando a lei brasileira letra morta no que tange ao atendimento de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: maioridade penal; redução; violência infanto-juvenil.

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA ATUANDO EM PARCERIA COM O ESTADO NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Paulo Eduardo Lira Moraes
Pós-Graduação lato sensu em Direito
Novas Tendências do Direito Público e Avaliação das Políticas Públicas
pelm55@gmail.com

O objetivo deste tema é mostrar que a tecnologia dos observatórios sociais tem uma função que inclui, além de fiscalizar as contas públicas, promover educação, conscientização e mudança de cultura aos cidadãos. A parceria entre essas entidades e o Estado é essencial para a mobilização da sociedade. Para tanto, foi realizada extensa pesquisa bibliográfica sobre a estrutura e a atuação de observatórios sociais ligados à rede de observatório de controle social que voltam suas atividades à promoção de cidadania e à educação fiscal. Inicialmente, o trabalho versa sobre fundamentação teórica que contempla a evolução histórica dos direitos fundamentais, o direito de exercer a cidadania e o controle social. O Estado e a administração pública são analisados quanto à evolução histórica, desde o patrimonialismo, passando pelo Estado burocrata, até o Estado gerencial, momento em que surgem as organizações da sociedade civil e o terceiro setor. As parcerias voluntárias num espaço público comum permitem uma série de ganhos institucionais que indicam o engajamento de setores da sociedade em torno do propósito de contribuir para a melhoria da qualidade da gestão pública. Conclui-se que, por um lado, o Estado ganha capilaridade, fica mais "poroso" em sua atuação com a execução de projetos por organizações da sociedade civil que são estratégicos para a implementação de políticas, programas ou ações governamentais. Por outro, as organizações participam da esfera pública de forma não estatal e ganham escala, para amplificar o alcance de sua atuação de finalidade pública. Trata-se, pois, de complementaridade entre entes, em especial, com o terceiro setor, que cumpre um papel estratégico na renovação da relação do Estado com a sociedade civil. Isso possibilita a promoção de espaços de convivência capazes de potencializar a cultura da solidariedade e a cooperação entre governo, mercado e sociedade local. Contudo, é preciso que se sustente um espaço de diálogo em que se estimule a constituição de parcerias entre todos os setores da sociedade, mediante o protagonismo do cidadão ativo.

Palavras-chave: observatórios; cidadania; Estado; sociedade; parcerias.

O NOVO DIREITO ADMINISTRATIVO SOB A VISÃO CONSTITUCIONALIZANTE E A TEORIA DAS NORMAS

Rodrigo Gonçalves Ramos de Oliveira
Pós-Graduação lato sensu em Direito
Novas Tendências do Direito Público
gro.rodrigo@outlook.com

As modificações insculpidas pelo constitucionalismo moderno refletem-se, diretamente, na constitucionalização dos ramos do direito. Porém, com o desenvolvimento do novo constitucionalismo, a Constituição passa a ser o centro da dogmática do Estado de Direito. Com isso, emerge a necessidade de compreender a influência do constitucionalismo contemporâneo sobre os demais ramos do direito, e consubstancia-se o desenvolvimento de uma teoria das normas fundamentada na ideia de que princípios e regras são normas. Contudo, os aspectos do neoconstitucionalismo irradiam suas premissas ao desenvolvimento das teorias nos diversos ramos de estudo do Direito, em especial, a formação da nova vertente do Direito Administrativo, que culmina, pois, no Direito Administrativo Contemporâneo, cujos efeitos incidem na atuação do gestor público e na forma de realização do controle da Administração Pública. Em razão disso, os aspectos ético e moral do neoconstitucionalismo implicam o aperfeiçoamento da atuação do gestor ou dos órgãos de controle, no sentido de que essa atuação não se limita apenas à legalidade estrita, mas é preciso compreender que a Administração deve respeito às normas, culminando, portanto, em valorização da observância aos aspectos ético e moral mesmo que determinado agir esteja legalmente previsto. Assim, a constitucionalização do Direito Administrativo implica a evolução da concepção de que o controle da atuação administrativa deve ser feito não apenas sob o aspecto de regras postas, mas também na interpretação dos princípios e, sobretudo, a aplicação de conceitos éticos e morais, elevando-se ao mais alto grau hermenêutico-constitucional a aplicação das teorias do neoconstitucionalismo em seus aspectos histórico, filosófico e principalmente teórico.

Palavras-chave: Direito Constitucional Administrativo; neoconstitucionalismo; teoria da norma.

A ESSÊNCIA E A BANALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOB A PERSPECTIVA DO NEOCONSTITUCIONALISMO

Rodrigo Gonçalves Ramos de Oliveira
Pós-Graduação lato sensu *em Direito*
Novas Tendências do Direito Público
gro.rodrigo@outlook.com

A análise do neoconstitucionalismo sob os aspectos histórico, filosófico e teórico coaduna com o desenvolvimento da teoria dos direitos fundamentais – garantia e concretização. Atualmente, a criação de vários direitos tornou a sua aplicação e garantia um "cabo de guerra", pois, para dirimir o conflito entre um direito e outro, há a necessidade de ponderar qual deles deve ser aplicado ao caso concreto por intermédio de um julgamento subjetivo do que tem a missão de findar o paradigma. Os critérios e os aspectos históricos e culturais são um ponto-chave para criação e formação dos direitos fundamentais, visto que denotam a necessidade da sociedade e dão subsídios para a criação dos novos direitos fundamentais. Além de ser necessário observar a verdadeira essência dos direitos fundamentais como aspecto imprescindível e indispensável para a criação, a eficácia e a aplicabilidade no ordenamento jurídico, é preciso esclarecer as consequências da sua criação não criteriosa que geram banalização, resultam na perda da eficácia e proporcionam a colisão de direitos, ocasionando instabilidade no sistema jurídico dos direitos fundamentais. Ao analisá-los sob a ótica do papel dos atores na sua formação e concretização (Legislativo, Judiciário e Executivo), é possível concluir que a falta de parâmetros enseja, em primeiro momento, o fortalecimento desses direitos, que, porém, são desenvolvidos sem critérios, o que ocasiona a vulgarização da sua ideia, impõe a sua inflação e banaliza o seu sistema. Consequentemente, isso implica a perda da eficácia desses direitos e a sua colisão.

Palavras-chave: direitos fundamentais; essência; banalização.

CONTROLES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL SOBRE OS INVESTIMENTOS FEDERAIS REALIZADOS POR MEIO DE SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA

Stênio Grangeiro Loureiro

Pós-Graduação lato sensu *em Direito - Novas Tendências do Direito Público e Avaliação das Políticas Públicas - steniol@gmail.com*

O setor elétrico brasileiro tem uma estrutura baseada em grandes empreendimentos que envolvem significativos volumes de recursos e período de maturação elevado. O novo paradigma da administração pública exige apropriado sistema de controle e governança como forma de mitigar os riscos já extensamente debatidos pela teoria do conflito de agências. Ao considerar que a participação do capital privado se dá por meio de sociedades de propósito específico, com participação minoritária de empresas estatais, fica evidente que qualquer lesão ao patrimônio dessas sociedades atinge, também, o patrimônio público aportado. O presente artigo busca apresentar uma avaliação dos controles desenvolvidos pelas empresas estatais junto às sociedades de propósito específico, além de buscar avaliar a pertinência da atuação dos órgãos de controle governamentais como maneira de garantir o uso racional dos recursos públicos alocados. Para tanto, utilizou-se da metodologia de revisão bibliográfica e documental, iniciando-se com o entendimento da evolução da administração pública desde o contexto burocrático até o gerencial, seguindo-se com a revisão dos conceitos de sistemas de controle, de governança e finalizando-se com o entendimento da estrutura atual do setor elétrico, de como as sociedades de propósito específico estão inseridas nesse contexto e de quais são os principais riscos identificados na implementação dos projetos e potencializados pela ausência de mecanismos adequados de controle e governança, corroborando a necessidade de uma atuação mais incisiva dos órgãos de controle governamentais com o objetivo de preservar o patrimônio público.

Palavras-chave: setor elétrico; sociedades de propósito específico; controle estatal.

O "HATE SPEECH" E OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Tércia Martins de Barros Ferreira
Pós-Graduação lato sensu em Direito - Novas Tendências do Direito Público - terciabarros@hotmail.com

O presente tema tem como objetivo analisar uma discussão atual sob os holofotes da mídia em todo o mundo que trata da liberdade de expressão diante de discursos que semeiam ódio, desprezo e discriminação contra as minorias. Para tanto, é necessário analisar os limites do direito à liberdade de expressão diante de conflitos entre direitos fundamentais e entender a forma com que o tema é tratado na jurisdição internacional e no ordenamento jurídico interno e como o princípio da dignidade da pessoa humana assume o papel equalizador das diferenças estabelecidas pelo *hate speech*, tendo em vista a pluralidade da sociedade contemporânea. As democracias, embora respeitem as decisões da maioria, buscam proteger os direitos fundamentais dos indivíduos e das minorias, sendo certo que a maioria não pode limitar ou retirar os direitos fundamentais de um indivíduo ou de uma minoria. Faz parte da condição humana a necessidade de expressar-se, de expor suas ideias sem que o Estado imponha qualquer tipo de censura. Sem o reconhecimento e a garantia dessa liberdade, não há a verdadeira democracia. Muitos entendem que a da liberdade de expressão, apesar de ser um direito fundamental, não é absoluto e, de forma alguma, deve ser usado para incitar a violência, o ódio ou o desprezo contra minorias estigmatizada. Assim, o conflito entre liberdade de expressão e discurso do ódio ainda é matéria recente no ordenamento jurídico e gera inúmeras discussões sobre o tema. É certo que se devem coibir discursos discriminatórios e preconceituosos, mas, por ainda não haver longo período democrático, é preciso atentar para não se classificar como *hate speech* qualquer manifestação que contrarie os mandamentos da maioria, caso contrário, está-se sujeito à nova ditadura, a do politicamente correto.

Palavras-chave: direitos fundamentais; liberdade de expressão; hate speech.

A PRÁTICA DA GENTILEZA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE REDUÇÃO DOS CONFLITOS E DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO

Thatiana Garcia Bueno
Pós-Graduação lato sensu em Direito Empresarial e Contratos - UniCEUB / ICPD - tgb.adv@gmail.com

O tema proporciona a análise sobre o efeito da gentileza nas relações de trânsito, sob a perspectiva de atuação na redução de conflitos e acidentes, mediante o comportamento positivo em relação aos atores envolvidos no cotidiano de estradas, ruas, avenidas, ciclovias e calçadas. Por meio de dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas e estudos produzidos em âmbito nacional, permite-se investigar como a violência no trânsito é percebida como demanda apta a gerar política pública, que não se satisfaz mediante o estímulo ao modelo gentil de atuação pessoal. Além disso, examina-se o impacto em que as modificações no ambiente no qual estão inseridos motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres resultariam, pois só é possível manifestar a gentileza contida no âmago do ser humano quando as condições externas favoreçam o convívio de todos e os estímulos ao estresse e à perda de civilidade sejam reduzidos a nível incapaz de sobrepor-se à racionalidade. Não obstante a formulação recorrente de políticas públicas para enfrentamento da violência no trânsito, as modificações propostas atingem atitudes e comportamentos pontuais, que, apesar de estimularem a percepção sobre o direito básico à vida, não atingem, centralmente, o maior ator envolvido em acidentes de trânsito: o motorista. Assim, a proposta deste estudo é empenhar esforços para propor a humanização dos atores envolvidos no trânsito como medida de reduzir a violência e, por conseguinte, obter a redução no percentual de vidas ceifadas e mutiladas a cada ano, no Brasil, em razão dos acidentes e dos conflitos de trânsito.

Palavras-chave: gentileza; civilidade; humanização.

PALESTRAS

ANÁLISE DO PROCESSO CONSTRUTIVO DE UM EMPREENDIMENTO SUSTENTÁVEL COM BASE NA CERTIFICAÇÃO AQUA

Daniel M. Seabra
danielmseabra@gmail.com
Maruska Tatiana N. da Silva (orientadora)
maruska.silva@uniceub.br

O mundo reconhece o setor de construção civil como fundamental ao processo de mudança de comportamento da humanidade em relação à responsabilidade social, econômica e ambiental. Na tentativa de minimizar o impacto que a construção propicia ao meio ambiente e à economia, o processo construtivo de um empreendimento sustentável faz a diferença na elaboração dos projetos. Está evidente que investir nesse tipo de construção pode interferir, diretamente, na solução de questões, como eficiência energética, utilização adequada da água, preservação dos recursos naturais e uso de materiais de construção com maior impacto ambiental. Contudo, mesmo que uma construção tenha sido erguida de acordo com padrões ecologicamente corretos, apresentando altos índices de economia de energia, não pode ser considerada sustentável se, na comunidade em que está inserida, o esgoto corre a céu aberto, por exemplo. A questão não está em erguer edificações altamente eficientes, mas em oferecer um ambiente construído adequado à população, de modo a solucionar problemas sociais e de infraestrutura, integrando toda a cadeia, mantendo a competividade econômica. Adotar os princípios da ecologia é também uma decisão competitiva. Investir no processo construtivo de um empreendimento sustentável é investir no futuro. Neste trabalho, foi analisado o processo construtivo de uma edificação que obteve a certificação AQUA (Alta Qualidade Ambiental). Observou-se que a certificação melhora o empreendimento ao longo do processo construtivo e para o usuário final.

Palavras-chave: sustentabilidade; construção sustentável; certificações verdes.

DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA PARA A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA/DF: UMA EXPERIÊNCIA DIFERENCIADA

Ana Regina Melo Salviano
ana.salviano@uniceub.br

A educação apresenta mudanças tanto no panorama internacional como no nacional. Isso propicia novas condições para que a sociedade do conhecimento, a ciência da informação, a globalização e a aprendizagem se organizem nas diversas áreas dos saberes, para atender às várias e modernas exigências na formação do cidadão crítico, ético e responsável. No caso da educação superior, os desafios atuais da sociedade exigem qualificações mais elevadas, ampliando-se as necessidades educacionais da população. Percebe-se que a modernidade demanda resultados e parcerias que satisfaçam os anseios de formação do novo profissional docente com conhecimentos diversificados, para que possa transformar a sociedade e preparar o homem para atuar com competência e habilidade em seu contexto e realidade, além de desenvolver e aprimorar habilidades específicas para ser mediador do processo de ensino e aprendizagem em várias situações pedagógicas. Este curso justifica-se pela importância das novas mudanças ocasionadas em programa de desenvolvimento profissional dos servidores da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (PMDF, CBMDF, PCDF e SSPDF) na área de educação. As ações para implementação potencializarão conhecimentos para melhor desempenho das funções públicas e integração contínua e dinâmica nas atividades individuais e colaborativas, em ambientes tanto presenciais quanto virtuais dos servidores em suas respectivas corporações, conforme projeto apresentado pela SSP/DF. Destaca-se que a especialização propiciou o preparo e as condições essenciais para que os graduandos selecionados pudessem organizar cursos de formação em suas respectivas instituições. O grande desafio que se impõe é o de colaborar com o processo da passagem do curso superior para determinada instituição e construir sua identidade de professor da educação superior nas diversas especialidades. É imprescindível definir o processo de desenvolvimento profissional, entendido como uma perspectiva continuada, reconhecendo o caráter técnico-político e social do ensino e dos projetos voltados à formação. Nesse sentido, o UniCEUB, juntamente com a SSP/DF, visa preparar um profissional que se aproprie de saberes científicos com formação adequada sobre as questões reflexivas da realidade, atuando e interagindo nas atividades e nos contextos educacionais que possam evidenciar competências operacionais em diversas modalidades, nas instituições de origem. Assim, a proposta foi articulada e fundamentada nos aspectos da metodologia dialógica e participativa, relacionando teoria e prática, enfatizando a reflexão crítica em situações que possibilitem a construção do conhecimento aliada à vivência didática, articulando os processos de ensino e aprendizagem na perspectiva da formação continuada e presencial. O resultado da formação modificou os trabalhos realizados pela PMDF no curso de formação e qualificação dos novos policiais da SSP/DF.

Palavras-chave: Educação no ensino superior. Formação do professor. Ensino-Aprendizagem.

ESTUDO COMPARATIVO DE UMA EDIFICAÇÃO EM PROCESSO EXECUTIVO MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Gabriel S. Mundim
gabrielsarkis@hotmail.com
Maruska Tatiana N. da Silva (orientadora)
maruska.silva@uniceub.br

O termo sustentabilidade está mais presente no mercado da construção civil. Observa-se que há grande preocupação com a degradação do meio ambiente. O desafio é continuar a construir de forma diferente, equalizando o significativo impacto ambiental da indústria da construção e os seus benefícios econômicos e sociais. A construção sustentável harmoniza estes aspectos, ao limitar os impactos ambientais e humanos da construção, garantindo, ao mesmo tempo, a mais alta qualidade, resistência e durabilidade, sem descuidar da estética, que leva em conta o ciclo de vida completo de uma construção desde a escolha dos materiais até o processo de demolição e reciclagem. Este estudo consiste em introduzir a empresa parceira da pesquisa ao mercado sustentável. A edificação avaliada tem 3 lajes e 4 pavimentos: subsolo, térreo, mezanino e cobertura. Foi feita uma análise comparativa, tendo em vista a implantação da certificação AQUA para o ingresso da empresa parceira no mercado das práticas sustentáveis. A certificação é dividida em quatorze categorias distribuídas em subitens, como canteiro de obras, vizinhança, materiais de construção, gestão de resíduos, gestão da energia, gestão da água, manutenção do empreendimento, conforto térmico, conforto olfativo, conforto visual, conforto acústico, entre outros. Assim, uma comparação com o exigido pela AQUA e o executado na edificação foi realizada, para atestar o empreendimento como potencial portador de certificações sustentáveis.

Palavras-chave: Construção sustentável. Certificação AQUA. Meio ambiente.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PAREDES DE CONCRETO MOLDADAS *IN LOCO* E *LIGHT STEEL FRAMING* QUANTO À SUSTENTABILIDADE PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

João Pedro G. de Souza
jppgsouza@hotmail.com
Maruska Tatiana N. da Silva (orientadora)
maruska.silva@uniceub.br

Nos últimos anos, observa-se crescente enfoque conferido ao conceito de *sustentabilidade* e à sua aplicação em diversas atividades exercidas pela humanidade, objetivando-se a redução do impacto ao meio ambiente sem que se comprometa o crescimento econômico e o bem-estar social. A construção civil destaca-se como um dos setores que mais movimenta e influencia recursos naturais e econômicos, exercendo grande repercussão social. Paralelamente, percebe-se crescente demanda por habitação no Brasil, principalmente as destinadas à população de baixa renda, o que leva a um aumento na construção de habitações de interesse social promovida pelo poder público. A larga escala tipicamente associada a esse tipo de empreendimento faz que os procedimentos adotados em sua concepção e execução acarretem resultados ambientais, econômicos e sociais em igual proporção, atribuindo-lhe mais responsabilidade em relação à sustentabilidade. Esta pesquisa consiste na realização de um estudo a respeito de dois sistemas construtivos aplicáveis a habitações de interesse social – paredes de concreto moldadas *in loco* e *light steel framing* – e na análise comparativa entre eles, tendo como parâmetro o desempenho em relação à sustentabilidade. Foram examinadas as características de cada sistema e seus respectivos processos executivos, visando avaliar como cada aspecto de ambos pode influir no meio ambiente, na sociedade e na economia. A fim de aprofundar este estudo, buscou-se o apoio de três empresas parceiras: uma executora de paredes de concreto em habitações de interesse social e as outras especializadas em *light steel framing*. Solicitou-se o orçamento e o projeto de um produto específico executado em paredes de concreto à primeira empresa, e, com base nos levantamentos desse projeto, solicitou-se à segunda empresa um orçamento hipotético para um produto similar em *light steel framing* enquanto a terceira empresa fez o acompanhamento do processo executivo. Mediante as informações e os estudos realizados a respeito de cada sistema, foi possível compará-los e determinar qual garantiria empreendimentos potencialmente mais sustentáveis.

Palavras-chave: sustentabilidade; habitações de interesse social; concreto; aço.

ESTUDO DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DA UTILIZAÇÃO DE RCD COMO AGREGADOS APLICADOS A PAVIMENTOS RÍGIDOS

Felipe de O. Curvo
filipecurvo@yahoo.com.br
Maruska Tatiana N. da Silva (orientadora)
maruska.silva@uniceub.br

Tendo em vista o grande avanço na área da construção civil e o número elevado da geração de resíduos deste setor, o trabalho propõe a reutilização dos resíduos, de forma a amenizar os impactos causados pela não destinação. Uma das formas da reutilização é como agregados reciclados para confecção de novo concreto. Sendo assim, os resíduos que interessam à pesquisa são os ditos "cinzas", provenientes de demolição das estruturas de concreto armado. Propõe-se a utilização dos agregados reciclados na confecção de um traço aplicado a pavimentos rígidos, tendo em vista os benefícios voltados à sustentabilidade, como a maior autonomia dos veículos, quando comparados ao pavimento flexível. Assim, serão analisados se todos os requisitos para a utilização de RCD como agregado são viáveis. Constatou-se que as principais características são atendidas, como, por exemplo, a resistência à tração na compressão. Para a análise de viabilidade financeira, a composição retirada do Sistema de Custos Rodoviários do DNIT e os preços dos agregados miúdo e graúdo foram substituídos pelos dos agregados. O resultado foi o aumento de 2,42%, o que não impede a sua utilização, tendo em vista os benefícios que sua utilização traria. Evidentemente, faz-se necessária a criação de traço próprio para pavimentos rígidos para que não só as resistências, mas também outros parâmetros, como o abatimento e o teor de cimento, sejam atendidos conforme as normas regentes desse tipo de pavimento.

Palavras-chave: Concreto. RCD. Pavimento rígido. Sustentabilidade.

PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO

Marcos Chedid Abel
marcos.abel@uniceub.br

Este trabalho tem como objetivo apresentar contribuições teóricas e práticas do campo psicanalítico à educação, principalmente as inspiradas em Sigmund Freud (1856-1939) e Wilhelm Reich (1897-1957). Assim, faz-se a compreensão da importância fundamental da sexualidade na constituição de um psiquismo, que, em grande parte, é desconhecido, e da relevância das vivências na infância, em sua maioria esquecidas, na base dessa construção. Em seguida, analisam-se as possíveis aplicações teóricas na educação informal, relacionadas às funções paterna e materna, assim como na educação formal, ou seja, em instituições de ensino, como, por exemplo, Summerhill, na Inglaterra. Conclui-se que o tratamento psicanalítico é um processo de reeducação.

Palavras-chave: psicanálise; educação; teoria e prática.

UTILIZAÇÃO DE RCD NA CONFECÇÃO DE UM CONCRETO SUSTENTÁVEL

Luis Gustavo da Silva Nogueira
luisnogueira_09@hotmail.com
Maruska Tatiana N. da Silva (orientadora)
maruska.silva@uniceub.br

O grande avanço da construção civil apresenta benefícios à população, mas o crescimento acelerado causou danos ao meio ambiente, principalmente com os materiais de demolição e construção que compõem a maior parcela do resíduo urbano. Com o objetivo de minimizar esse impacto, estudos são realizados, para reutilizar esses materiais, dando-lhes sobrevida, diminuindo a quantidade de depósitos nos lixões, nos aterros controlados e nos aterros sanitários, aumentando-lhes a vida útil. O objetivo deste trabalho é a reutilização do Resíduo de Construção e Demolição – RCD, em substituição aos agregados que compõem o concreto, tanto a brita quanto a areia, a fim de que alcancem resistência característica para o possível emprego em projetos estruturais. Foram confeccionados três tipos de concretos: o primeiro com 100% de brita n° 01 reciclada e areia reciclada não lavada; o segundo com materiais totalmente naturais; o terceiro com 100% de agregados reciclados e pré-lavados. O resultado da pesquisa observa que o concreto com agregados reciclados, mesmo não atingindo a resistência característica em projeto para o traço de um convencional, atingiu valores consideráveis, podendo ser empregado como concreto estrutural. Os resultados do módulo de elasticidade para os três concretos foram satisfatórios, atingindo índices equivalentes a concretos convencionais utilizados em obras de engenharia.

Palavras-chave: concreto; RCD; sustentabilidade.

PIC

A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA MIGRATÓRIA NO BRASIL: A PARCERIA ENTRE O ESTADO BRASILEIRO E A OIM COM OBJETIVO DE ADEQUAÇÃO À PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Pedro Paiva Dias Lacerda

UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista - pedro.diaslacerda@gmail.com

Anaísa Oliveira Marques

UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária - anaisa.marques.93@gmail.com

Aline Maria Thomé Arruda

UniCEUB, professora orientadora - aline.arruda@uniceub.br

O Estatuto do Estrangeiro foi desenvolvido durante o regime militar, mais especificamente em 1980, durante a presidência de João Figueiredo, de modo que se encontra inadequado à realidade do Estado em pleno processo de globalização. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), nos últimos cinquenta anos, o número de migrantes triplicou, chegando a 232 milhões de pessoas; uma a cada sete pessoas é migrante. O presente estudo vale-se de vasto levantamento bibliográfico em relação ao tratamento do imigrante em território nacional, levando em consideração as principais influências que a OIM realiza ao governo brasileiro para adequar e/ou reformular o Estatuto. A questão migratória no Brasil, ao longo dos últimos anos, ganhou visibilidade pelo fluxo migratório direcionado ao país e intensificou-se, principalmente, após o terremoto no Haiti. Porém, não são poucas as incoerências e as omissões do Estado brasileiro em que se constata a falta de provisão, cuidado e respeito merecidos aos imigrantes, por isso sua revisão foi solicitada. Consoante seu período de criação, o Estatuto apresenta cláusulas nacionalistas e discriminatórias que não fazem jus ao compromisso com os Direitos Humanos que o Estado brasileiro assumiu, ao assinar tratados e convenções, por isso é de bom tom que os Organismos Internacionais, em particular a Organização Internacional para as Migrações, sejam participantes ativos durante o processo de revisão, fornecendo aconselhamento, supervisão e fiscalização para que o princípio da proteção à dignidade da pessoa humana implicado nos Direitos Humanos, seja implementado e solidificado na Lei brasileira referente à migração.

Palavras-chave: Estatuto do Estrangeiro. Organização Internacional para as Migrações. Proteção Internacional dos Direitos Humanos.

A LEI DA ANISTIA E OS DIREITOS HUMANOS: ESTUDO COMPARADO ENTRE SOLUÇÕES ADOTADAS EMDIFERENTES PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E DISCUSSÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE REVISÃO DA LEI NO BRASIL

Gustavo Lievore Polsin

UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista - gustavopolsin@hotmail.com

Humberto Fernandes de Moura

UniCEUB, professor orientador - humberto.moura@uniceub.br

Este trabalho tem por objetivo tratar do tema *Lei de Anistia* em um estudo comparado entre as soluções adotadas em diferentes países da América do Sul. Discute-se a possibilidade de rever a lei no Brasil. Para tanto, apresenta-se uma análise a respeito das Leis de Anistia da Argentina, do Chile e do Uruguai, como os casos mais significativos da América do Sul. Por meio de apreciação histórica, interpretação das leis, decisões e situação atual, demonstram-se as mudanças de paradigmas e as variações de posicionamentos a respeito dessas leis ao longo do tempo. Ademais, expõe-se o caso brasileiro de Lei de Anistia, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais nº 153, Distrito Federal e as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre os países envolvidos com graves violações de direitos humanos. Como resultado, é possível perceber o amadurecimento do tema ao longo da história, após mudanças de posicionamentos dos países, demonstrando importância da justiça de transição definida como um processo de julgamento dos responsáveis pelos atos de violência, reparação às vítimas, revelação da verdade e construção da memória após a mudança de um regime político para outro. No Brasil, a lei criada em 1979 não sofreu significativa alteração nem perdeu sua eficácia. Manteve-se presente no ordenamento jurídico brasileiro e foi reforçada com uma decisão do STF. Sob o aspecto amplo, as leis de anistia foram importantes instrumentos político-jurídicos de pacificação nacional. Nos contextos aos quais foram aplicadas, traduziram-se como a melhor via possível de encerrar um capítulo de conturbação política interna e estabelecer a segurança jurídica, viabilizando a convivência harmônica da sociedade. Não há, portanto, que se falar em revisão dessa norma no Brasil, tendo em vista ser uma conquista do povo de outrora. O debate acerca das leis de anistia reitera a análise da denominada justiça de transição e caracteriza-se pela mudança de paradigma estabelecida pelas novas configurações dos quadros políticos dos países.

Palavras-chave: Lei de anistia. Justiça de transição. Direitos humanos.

AINDA A CIÊNCIA SOCIAL AMERICANA? A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO UNICEUB

Arthur Gugel Silva
UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista - arthur.gugel@gmail.com
Frederico Seixas Dias, professor orientador
frederico.dias@uniceub.br

Com a evolução da disciplina de Relações Internacionais, surgem debates acerca de seu desenvolvimento. A disciplina é considerada demasiadamente estadunidense, dando pouca ênfase à análise *de facto* internacional. É apresentada breve perspectiva da gênese das Relações Internacionais como disciplina do conhecimento. O estudo expõe um embasamento teórico acerca da internacionalização da disciplina, para analisar a produção acadêmica do UniCEUB. As monografias concluídas no curso de Relações Internacionais são submetidas a uma categorização baseada no projeto TRIP, identificando o sexo dos autores, os paradigmas utilizados para análise, o tema principal abordado e o ator mais relevante para análise. Utiliza-se a categorização para definir se existe disparidade entre a produção local e o padrão de dominação global estadunidense. Os dados recolhidos são apresentados em formato quantitativo, seguidos de análise qualitativa sobre o tema.

Palavras-chave: TRIP. História da disciplina de Relações Internacionais. Internacionalização da Disciplina.

ANÁLISE DA DERMATOGLIFIA E DA SOMATOTIPIA DE JOVENS ATLETAS PRATICANTES DE JUDÔ

Manoel Maximiano Junqueira Filho
UniCEUB, PIC voluntário - mmjf62@yahoo.com.br
Renata Aparecida Elias Dantas
UniCEUB, professora orientadora - renata.dantas@uniceub.br

O presente trabalho tem por objetivo confrontar o perfil somatotípico de dez jovens do sexo masculino atletas de judô do Distrito Federal, Brasil, com idades entre 14 e 17 anos, com as características personalíssimas dermatoglíficas para que os profissionais possam dispor de dados aprofundados, a fim de desenvolver pontos fortes e fracos, de forma individualizada, com esses jovens. Foram escolhidos, aleatoriamente, dez judocas menores de idade de uma academia de cidade-satélite em Brasília DF, para a aferição de medidas antropométricas. Após a obtenção de autorização dos representantes legais, que receberam e assinaram Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, foram coletados os dados da somatotipia e os traços dermatoglíficos de forma individualizada, na própria academia de judô, elaborando-se dois laudos distintos, subscritos por profissionais especializados da Educação Física. Foram comparadas as valências físicas com os prognósticos incrustrados, desde a gestação, nas falanges distais dos quirodáctilos esquerdos e direitos de cada lutador, iniciando-se discussão criteriosa sobre os resultados obtidos. Finalmente, formulou-se a conclusão do estudo, admitindo-se a validade do potencial dermatoglífico inato, mas sugerindo-se novos estudos e com amostra maior de jovens, a fim de aprofundar o conhecimento sobre linhas, curvas e deltas das impressões digitais e sua correlação com o potencial individual para a prática do judô.

Palavras-chave: Dermatoglifia. Somatotipia. Judô.

ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES POSTURAIS EM ADOLESCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DF

Bruna Carla Torres de Carvalho
UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista - carvalhobctc.6@gmail.com
Simone Maria Alves Ferreira
UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária - sisiunieuro@yahoo.com.br
Flavia Ladeira Ventura Dumas
UniCEUB, professora orientadora - flavia.dumas@uniceub.br

A postura é a forma que o corpo assume pelo equilíbrio da ação dos músculos. Ocorrendo desequilíbrio, o corpo adapta-se, provocando mudanças estruturais que causam déficit na amplitude de movimento, dor e déficit na força muscular, podendo levar a uma lesão. O ambiente escolar é ideal para a prevenção e a orientação aos estudantes em relação aos desequilíbrios posturais, visto que, nessa fase, eles aprendem e transferem o conhecimento obtido a seus amigos e pais. Por isso, a escola é um ambiente ideal para atuação do fisioterapeuta. O objetivo do trabalho é avaliar a postura de adolescentes de 17 e 18 anos, a fim de qualificar os principais desequilíbrios posturais comumente encontrados no ambiente escolar. Trata-se de um estudo transversal e descritivo com 11 alunos com idade entre 17 e 18 anos, do Centro Educacional GISNO, na Asa Norte. Procedeu-se à avaliação postural dos estudantes na posição ortostática, em vista anterior, posterior e perfil, com o auxílio do quadro postural. Foi realizado o teste especial e funcional, e houve orientações sobre a forma certa de sentar-se, levantar-se, carregar peso e dormir. É possível notar que os alunos não praticantes de atividade física (64%) são acometidos com dor na lombar, ao contrário daqueles que praticam alguma atividade física. Em contrapartida, os adolescentes que praticam futebol exibem dor em membros inferiores. Dos testes realizados, pode-se concluir que houve elevada incidência de assimetria dos ombros, assimetria do triângulo de Thales, rotação interna do quadril, joelho genovalgo, cabeça projetada para frente, ombros protusos, hiperlordose cervical, hiperlordose lombar, pé valgo, pé plano, escoliose simples, escoliose em C.

Palavras-chave: Avaliação postural. Ambiente escolar. Fisioterapeuta.

ANÁLISE DE ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS NA GESTÃO DE ENERGIA EXIGIDAS NAS CERTIFICAÇÕES AQUA, LEED E SELO PROCEL PARA A IMPLANTAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Ítalo de Morais Lima
UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista - italodemorais@mail.com
Maruska Tatiana Nascimento da Silva
UniCEUB, professora orientadora - maruska.silva@uniceub.br

É crescente a busca por práticas mais eficientes no ramo da construção civil, no Brasil, em nome do desenvolvimento sustentável. A melhoria na economia, aliada à preocupação social e à ambiental, representa o foco da maioria das grandes empresas no século XXI. Com base em dados tangentes às transformações sofridas quanto à necessidade de promover a sustentabilidade, fez-se um estudo comparativo entre o desempenho de lâmpadas fluorescentes convencionais e lâmpadas de LED em uma sala de um bloco universitário, ambiente cuja iluminação é utilizada com frequência considerável, durante os períodos diurno e noturno, principalmente pela ausência de passagem de luz natural. Para tanto, foram revistas as propostas dos selos de qualidade *green building* LEED, AQUA e PROCEL Edifica, aplicadas no país, no intuito de compreensão do tratamento direcionado às práticas inteligentes, conferido pelas certificações. Assim, foram utilizadas quatro lâmpadas de LED e quatro fluorescentes tubulares cujo acionamento por interruptores ocorria ao mesmo tempo, na mesma sala onde um medidor de consumo energético digital foi utilizado para verificações instantâneas pontuais de cada grupo, com o passar de 80 dias a contar de 18 de maio de 2015. Os valores, em KWH, foram registrados e adicionados a uma tabela, em conformidade com seus respectivos dias e horários de medição. Com base nos dois comportamentos ao longo das semanas, foi possibilitada a plotagem de gráficos com a finalidade de realizar uma analogia do gasto de eletricidade em função do tempo. Assim, nota-se que as lâmpadas de LED reduzem, em média, 50% o consumo de energia em um ambiente no tempo avaliado, embora seu preço exceda o das fluorescentes. Contudo, considerando, entre outras características, a duração da vida útil de cada uma e a crescente regulamentação, produção e consequente redução de preço no mercado, é promissora a utilização do tipo LED em empreendimentos que visem às certificações avaliadas nesta pesquisa e principalmente naqueles em que o tempo de funcionamento de grande quantidade de lâmpadas seja usualmente elevado, como no caso das unidades de ensino.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Energia. Certificações.

ANÁLISE DE FORÇA MUSCULAR, EQUILÍBRIO E QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM ESCLEROSE MÚLTIPLA: INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Mariana Martins de Vargas

UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista - marianavargas_92@hotmail.com

Franciele da Silva Chaves

UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária - ciele_belle@hotmail.com

Darlan Lopes de Farias

UniCEUB, professor orientador - fariasdl@gmail.com

A esclerose múltipla (EM) é uma doença autoimune, neurodegenerativa que afeta o sistema nervoso central (SNC), mais especificamente, a bainha de mielina. Isso ocorre pela inflamação da membrana envoltória do axônio por uma agressão das células "T" autorreativas. Com a perda da mielina, a neurotransmissão fica prejudicada, impedindo a condução dos impulsos nervosos. Cerca de 75% dos pacientes afetados apresentam, em alguma fase da doença, a fadiga, impossibilitando a realização de suas atividades de vida diária (AVD) pela presença de dor e ou da fraqueza muscular. A fadiga experimentada pelos pacientes com EM é diferente da que acomete indivíduos saudáveis ou com outras doenças e exerce grande fardo físico e psicológico, podendo ter um impacto importante na qualidade de vida. O presente projeto tem o objetivo de desenvolver habilidades e competências sobre a doença e traçar um perfil dos pacientes com esclerose múltipla atendidos em uma fase crônica, com intervenção por musicoterapia, exercícios fisioterapêuticos e exercício físico, objetivando o tratamento e a determinação de protocolos para a referida população. O período da intervenção será de doze semanas com duas sessões semanais. O perfil e as coletas traçadas na fase inicial demonstraram que as avaliações tendem a apresentar moderadas e fortes correlações das variáveis de equilíbrio, força muscular e capacidade funcional com os valores de EDSS (Escala Expandida do Estado de Incapacidade de Kurtzke). A referida escala é um método de quantificar incapacidades ocorridas durante a evolução da esclerose múltipla, ao longo do tempo. Algumas limitações do estudo, como o número da amostra pequeno (n=5) e a não realização de uma avaliação crônica, impediu a conclusão de causa e efeito das variáveis. As avaliações demonstraram ser adequadas e com respostas às hipóteses criadas. Após o período de intervenção, possivelmente, serão demonstrado resultados que nortearão mais uma forma de tratamento de pacientes com esclerose múltipla. É previsto o envio de relatório ao Comitê de Ética e Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. O projeto é realizado em parceria com o Hospital de Base de Brasília.

Palavras-chave: Esclerose Múltipla. Força muscular. EDSS.

ANÁLISE DO NÍVEL DA FLEXIBILIDADE E DA RESPOSTA LACTACIDÊMICA AO TREINAMENTO PLIOMÉTRICO EM LUTADORES DE JIU-JÍTSU

Adriana Neres Alves de Jesus
UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista - *adrycaneres@gmail.com*
Carolina Ferraz Correia
UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária - *carolinacorreiaferraz@yahoo.com.br*
Edísio Sobreira Gomes de Matos Filho
UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário - *edisiosobreira@hotmail.com*
Márcio Rabelo Mota
UniCEUB, professor orientador - marcio.motta@uniceub.br

O jiu-jítsu, por ser uma arte marcial, prioriza o uso de princípios biomecânicos que aperfeiçoam a força muscular do participante ou anula a do oponente, exigindo, assim, a flexibilidade, ou seja, a amplitude máxima do movimento articular do atleta. O exercício pliométrico é feito pela contração concêntrica, sendo imediata a contração excêntrica, no entanto age sobre um ciclo de alongamento e encurtamento, que, por serem exercícios de contrações rápidas e intensas, podem proporcionar dano muscular de início tardio. Este estudo tem como objetivo analisar a flexibilidade por meio de exercícios de alongamento e flexão, além de verificar a força muscular mediante exercícios pliométricos e a resposta da coleta de lactato sanguíneo pré-testes e pós-testes. Participaram da pesquisa 17 atletas do jiu-jítsu do UniCEUB com idades entre 18 e 53 anos, 10 atletas no Grupo Experimental (GE) (1 mulher e 9 homens) e 7 atletas no Grupo Observação (GO), submetidos ao teste de flexibilidade no Banco de Wells, ao teste de força de membro inferior com salto horizontal, ao teste de força de membro superior com flexão de cotovelos, ao lançamento de Medicine Ball e à coleta de sangue para análise do lactato; os testes foram feitos antes e depois dos treinos. Os atletas obtiveram um resultado significativo do lactato em repouso, com relação ao lactato após os exercícios. Os atletas que realizaram o treinamento pliométrico obtiveram melhora significativa na flexibilidade e na força dos membros superiores e inferiores, apesar de os exercícios exigirem bastante da via metabólica anaeróbica lática. Assim, é importante ressaltar que a pliometria pode ser utilizada nas periodizações de treinamentos em que o atleta consiga aumentar a capacidade do metabolismo anaeróbio.

Palavras-chave: Jiu-Jítsu. Flexibilidade. Exercícios pliométricos.

ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS MULHERES COM LESÕES POR HPV INDUZIDAS DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO ATENDIDAS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

Daniel Douglas Salviano Carvalho

UniCEUB, FACES, Biomedicina, aluno bolsista - daniel.fran1995@yahoo.com.br

Celza Cristina Chaves de Souza

UniCEUB, FACES, Biomedicina, aluna voluntária - celzachaves@hotmail.com

Flávia Tuany Rodrigues de Lima

UniCEUB, FACES, professora orientadora - flavia.lima@uniceub.br

Ceres Nunes R. Oyama

UnB, HUB, Ambulatório de Ginecologia

O câncer do colo do útero é o terceiro tipo de câncer mais comum em mulheres no Distrito Federal. Os vírus do papiloma humano, HPV de alto risco, são os causadores do câncer cervical, e os de baixo risco provocam lesões verrucosas no trato genital e anal. O objetivo deste estudo é traçar o perfil epidemiológico das mulheres com infecção por HPV atendidas no Hospital Universitário de Brasília, durante o mês de julho de 2015. Realizou-se estudo epidemiológico descritivo de caráter transversal com 17 mulheres portadoras de HPV que responderam a um questionário de fatores de risco. Empregou-se o resultado do exame clínico-laboratorial do prontuário médico. A tabulação foi feita com a ferramenta Microsoft Office© Excel 2010. A média de idade foi 37 anos, variando de 20 a 67; a média de idade da primeira relação sexual foi 17,63 anos; 47% das mulheres já tinham abortado alguma vez; 47% nunca tiveram um aborto; 6% não responderam. Em relação ao tabagismo, 23,5% não fumavam ou nunca fumaram, e 76,5% eram fumantes ou ex-fumantes. 41,1% das entrevistadas recebiam até 1 salário mínimo por mês. A cidade de Samambaia-DF foi a que apresentou o maior número de portadoras de HPV com 23,5% dos casos, seguida de Ceilândia - DF, com 17,6%. Em relação à frequência de realização do exame preventivo de Papanicolaou, 70,6% realizavam-no 1 vez ao ano, e 11.7% só o realizavam quando solicitado pelo médico. Com base neste estudo, foi possível concluir que o perfil epidemiológico das mulheres que apresentam lesões por HPV atendidas no HUB-DF e residentes no Distrito Federal ou no entorno são fumantes ativas, 50% das entrevistadas já tinham abortado, e acima de 50% eram de baixa condição socioeconômica. A média de idade de início de vida sexual é precoce, o que favorece a infecção pelo HPV. O câncer de colo uterino pode ser prevenido e curado na grande maioria dos casos, porém há grande déficit de informações, pois a infecção pelo vírus e sua gravidade ainda são desconhecidas pela maioria das pacientes, sendo necessária por parte das autoridades de saúde pública maior intervenção para prevenção primária e secundária de saúde e divulgação de informações sobre a infecção por HPV e suas lesões.

Palavras-chave: HPV. Fatores de risco. Câncer cervical.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA "ATLETAS DO FUTURO"

Raimundo J. R. Martins Costa

UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista - raimundojeodar@gmail.com

Thiago Costa e Lopes de Lima

UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntario - thiagocosta51@hotmail.com

Márcio de Paula e Oliveira

UniCEUB, professor orientador - marcio.oliveira@uniceub.br

Foram realizados 531 atendimentos a 54 atletas por 30 alunos. A maior parte deles eram lutadores (62,9%), seguidos por jogadores de futebol e futevôlei (11,1), praticantes de ginástica acrobática (5,5%), *triathlon* (5,5%), vôlei (5,5%), basquete (3,70%), *beach tennis* (1,85%), handebol (1,85%) e corrida (1,85%). A média de idade foi de 29,7±12,24 anos, e a divisão por gênero foi 61,5% masculino e 38,5% feminino. O número médio de atendimentos por atleta foi 10,7±4,6 , 14,3±2,7 quando operados e 11,26±4,3 quando não operados. A principal região lesionada foi o joelho (50%), seguido de tornozelo (14,18%), ombro (11,11%), perna (5,5%), punho e mão (5,5%), posterior (3,70%), virilha (3,70%), cotovelo (1,85%), lombar (1,85%) e cervical (1,85%). O período de afastamento, em média, foi de 33,3%, o período da lesão predominantemente em treinamentos foi de 72,3%, e o de competição, 27,7%. Durante o ano, houve o total de 41 altas (75,94%), 8 atletas em tratamento (14,81%) e 5 abandonos (9,29%). Quanto às lesões LCA nos atletas, são 12 em pós-operatório e 3 em pré-operatório**.** Quanto aos tipos de lesão, as ligamentares estão em primeiro lugar, com 57,4%, as articulares, com 29,92%, as musculares, 9,25%, as tendíneas e as vertebrais, com 3,70% cada uma. Em relação aos mecanismos de lesão mais comuns, tem-se entorse com 57,4%, lesões por sobrecarga com 29,92%, lesões por afastamento ou estiramento com 9,25% e quedas e contusões com 3,70% cada uma. A lesão mais comum no joelho foi LCA (55,55%), LCM, síndromes patelofemurais (18,51% cada um), menisco e LCL (3,71% cada um). Nas análises bioquímicas realizadas por todos os pacientes do projeto, somente 3 apresentaram alterações em seus hemogramas completos. Nos resultados da Roda do Atleta, que tem como função avaliar as valências dos atletas no pré-tratamento e no pós-tratamento, foi encontrada grande diferença: o atleta, psicologicamente, após o tratamento, consegue enumerar suas valências com números mais altos – comparando-se com o pré-tratamento – simbolizando o bom estado do paciente.

Palavras-chave: Fisioterapia esportiva. Epidemiologia. Lesões.

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE ALFACES DE CULTURA CONVENCIONAL E ORGÂNICA

Aline Bassetto Okamura – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
alineokamura@hotmail.com
Maria Cláudia da Silva – UniCEUB, professora orientadora
maria.silva@uniceub.br

A alface (*Lactuca sativa L.*), cultivada em todas as regiões brasileiras, é a principal hortaliça consumida pela população. Existem, pelo menos, quatro sistemas de produção desse vegetal no país: o cultivo convencional, o sistema orgânico em campo aberto, o cultivo protegido no sistema hidropônico e o cultivo no solo. O modelo convencional de agricultura investe, principalmente, em aumento de produtividade, diminuição de diversidade de culturas e comercialização mais barata enquanto o sistema orgânico se preocupa com a importância da matéria para a manutenção da fertilidade do solo e a nutrição das culturas plantadas, além do cuidado com a preservação do meio ambiente. Um dos maiores questionamentos à agricultura orgânica é a possibilidade da contaminação microbiológica causada pelo uso de adubos, como o esterco. Os produtos mal tratados podem ser fonte de doenças transmitidas por alimentos (DTA) em qualquer um desses sistemas de agricultura. Dessa forma, o presente estudo analisou 62 amostras de alfaces, sendo 32 de cultura orgânica e 30 de cultura convencional em épocas de chuva e seca em Brasília-DF. Foram encontrados em ambas as culturas e períodos baixos valores para coliformes fecais e altos valores para bolores e leveduras, o que pode levar à DTA por produção de microtoxinas. Foram vistos maiores valores de bactérias aeróbias mesófilas no período da chuva do que na seca, porém valores parecidos para ambas as culturas, o que pode demostrar níveis de deterioração das alfaces analisadas em períodos mais quentes. Nos achados sobre *Salmonella sp*, foram identificadas 6 (18,7%) amostras com valores positivos na época de chuva, sendo 5 (83,3%) de culturas orgânicas e uma de cultura convencional. No período da seca, foram encontradas duas amostras com presença de *Salmonella sp*, sendo uma de cada cultura (50%), o que é bastante preocupante, pois trata-se de um microrganismo com alta carga virulenta. Dessa maneira, verificou-se a importância dos processos de higienização correta, seguindo as orientações pelas legislações, além do incentivo de treinamentos que auxiliem os manipuladores nessa tarefa, a fim de prevenir possíveis DTA e riscos de consumo de microrganismos impróprios à saúde humana.

Palavras-chave: Alface. Cultivo orgânico. Análise microbiológica.

APLICATIVO MÓVEL RELACIONADO À POLITICA BRASILEIRA

Jorge Augusto Pereira Baracat – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno bolsista
jorge202020@gmail.com
Fernando Chagas Santos – UniCEUB, professor orientador
fernando.chagas@uniceub.br

Este trabalho foi proposto para o desenvolvimento de um aplicativo móvel que visa proporcionar ao cidadão brasileiro uma fonte para conhecer melhor os políticos que se candidatam. O rápido crescimento tecnológico proporciona a existência de um ambiente no qual tudo está em contato com algum tipo de tecnologia. Dessa forma, a criação de tal aplicativo visa à maior disponibilidade de informação para o eleitor. Assim, desenvolveu-se o protótipo de telas, para esboçar como seria o funcionamento do aplicativo. O "Acordei" mostrou-se bastante similar, por possui o mesmo propósito do aplicativo do projeto: auxiliar o eleitor com informações relacionadas aos políticos candidatos. Esse aplicativo utiliza uma API disponibilizada no portal transparência, que visa auxiliar os que desejam desenvolver um aplicativo com informações do nome e do partido de cada político. Os próximos passos foram dedicados a desenvolver um código e estudar a comunicação do aplicativo com a API.

Palavras-chave: Aplicativo móvel. Política. Brasil.

ARQUITETURA PÚBLICA: ENTRE O POTENCIAL E O REAL. CATALOGAÇÃO E ANÁLISE DE OBRAS RESULTANTES DE CONCURSOS DE PROJETO NO BRASIL, ENTRE 2005 E 2014

Vanessa Cristina da Silva Wanderley – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
vanessacsw@hotmail.com
Fabiano José Arcadio Sobreira – UniCEUB, professor orientador
fabiano@mgs.arq.br

A pesquisa acadêmica resultou neste artigo, que tem como principal objetivo traçar um panorama analítico sobre os concursos de Arquitetura realizados nos últimos 10 anos, no Brasil, entre 2005 e 2014, em duas abordagens complementares: análise quantitativa e estatística dos eventos sob perspectivas, como ano de realização, uso, distribuição geográfica, organização, procedência dos vencedores, iniciativa de promoção, formato, além da correlação com indicadores relacionados ao desenvolvimento humano e ao exercício da profissão; processo entre a concepção e a execução de obras públicas selecionadas, decorrentes de concursos no Brasil, no período indicado, a fim de melhor compreender a transição entre o potencial e o real na materialização do projeto. Algumas correlações importantes são observadas: as regiões que concentram os maiores números de profissionais são onde se realizam mais concursos de arquitetura; os estados com maior IDH são onde foram promovidos mais concursos e, da mesma forma, os com menores índices de desenvolvimento humano utilizaram menos esse instrumento de seleção de projetos, com algumas exceções que demandam análises específicas; a procedência dos vencedores também guarda correlação direta com o número de profissionais que atuam em determinado estado. Os poucos concursos realizados no Brasil são, em sua maioria, organizados pelos Institutos de Arquitetos enquanto, nos países em que o procedimento se tornou regra e em que são amplamente utilizados, a Administração Pública é a responsável pelos processos de seleção, o que favorece sua disseminação e aceitação nesses países. No Brasil, as instituições públicas são as que mais promovem concursos de arquitetura. Na iniciativa privada, quando ocorrem, referem-se, principalmente, a instituições sem fins lucrativos. Uma das conclusões mais importantes da pesquisa é relativa à materialização dos projetos. Pequena parcela dos concursos tem-se convertido em obra construída, o que revela uma séria descontinuidade entre a intenção inicial e a sua efetivação. A transição entre o projeto e a obra construída é um dos temas críticos da Arquitetura enquanto disciplina no que se refere não apenas à materialização do objeto, mas também à sua apropriação pela comunidade a quem o equipamento se destina. Na primeira etapa da pesquisa, observa-se que pequena parcela dos projetos decorrentes de concursos no Brasil se converte em obra realizada. Na segunda, são analisados os processos entre o projeto e a apropriação pelo usuário de quatro obras resultantes de concursos realizados no período. O processo entre a antecipação e a materialização das obras selecionadas é analisado mediante a confrontação dos registros gráficos e das imagens entre o projeto e a obra, complementados por depoimentos dos autores. São coletadas informações relativas aos memoriais descritivos e elementos gráficos da época do concurso e registros fotográficos da obra construída.

Palavras-chave: Concursos. Arquitetura. Índice de Desenvolvimento Humano.

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO USO DE MOBILIZAÇÃO PASSIVA E CONTÍNUA COM CPM EM PACIENTES SUBMETIDOS A CIRURGIAS NO QUADRIL E NA COXA NO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL

Natália Ferrari de Carvalho – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
natalia1fc@gmail.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@uniceub.br

No tratamento pós-cirúrgico, utilizam-se, usualmente, como método de reabilitação, movimentos realizados manualmente pelo fisioterapeuta. Entretanto, por mais aritméticos que sejam, esses movimentos jamais serão dotados de plena precisão, haja vista a falibilidade humana. Nesse contexto, a utilização do CPM no pós-cirúrgico é de extrema relevância, uma vez que, por tratar-se de um equipamento que auxilia a fase de recuperação, permitirá ao paciente a movimentação passiva do membro operado, possibilitando o ganho de amplitude, evitando a ocorrência de fadiga muscular. Este estudo almeja elucidar a efetividade da utilização do CPM em pacientes submetidos a cirurgias no quadril e na coxa, no Hospital de Base do Distrito Federal, no interregno de agosto a dezembro de 2014. Foi realizado um estudo com quatro pacientes de ambos os gêneros; dois deles foram submetidos à artroplastia total de quadril; os outros dois, à artroplastia total de joelho. Realizou-se a cinesioterapia, que se consistiu em exercício ativo de dorsiflexão e flexão plantar do tornozelo, flexão e hiperextensão da articulação do joelho, exercício de isometria da musculatura do quadríceps. Após isso, utilizou-se o CPM, a fim de obter, com movimentos de flexão máxima do quadril, maior amplitude pelo paciente e, na retomada do aparelho, a extensão do quadril até a posição inicial. Os resultados obtidos demonstraram que houve um aumento significativo da flexão de quadril do membro operado em 76%, após o uso do CPM, na fase pós-operatória.

Palavras-chave: Avaliação. Efetividade. Mobilização passiva e contínua.

AVALIAÇÃO DA MATURAÇÃO *IN VITRO* DE OVÓCITOS BOVINOS IMATUROS EM NOVO PROCESSO DE VITRIFICAÇÃO

Luana Cangirana Sento-Sé Magalhães – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluna bolsista
luana_cangirana@hotmail.com
Isadora Bontorin de Souza – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluna voluntária
isabontorin@gmail.com
Flávia Tuany Rodrigues de Lima – UniCEUB, professora orientadora
flavia.lima@uniceub.br

A reprodução animal tem passado nos últimos anos, por enorme evolução, incluindo, de forma substancial, os avanços das biotécnicas reprodutivas. Observa-se constante crescimento de interesse e opinião pública atenta às novas possibilidades que surgem, para resolver problemas reprodutivos por meio de técnicas de reprodução assistida. Nesse contexto, o Brasil desponta como um país ávido por novas possibilidades de crescimento da produção animal e multiplicação de animais de elevado mérito genético. Entretanto, um dos entraves à produção *in vitro* é a necessidade de manter grande número de receptoras, o que eleva os custos da tecnologia e limita seu uso. Isso advém, principalmente, da inexistência de um método eficiente para a criopreservação de ovócitos a ser utilizados para a produção *in vitro*. Assim, este estudo buscou o aprimoramento da técnica de vitrificação de ovócitos bovinos imaturos pela modificação do processo utilizado comercialmente, visando a melhores resultados, como o aumento da maturação nuclear e citoplasmática e a maior qualidade do ovócito recuperado. Para isso, foram selecionados ovócitos de grau 1 e 2 oriundos de ovários de abatedouro vitrificados ainda imaturos. Em seguida, foram fixados e corados. Para a avaliação nuclear da cromatina, avaliou-se o estádio da meiose em que se encontrava o gameta. A vitrificação foi realizada com base no método Cryotop, de acordo com novo protocolo proposto de vitrificação, em que se utilizou a modificação do processo, alterando a temperatura e a concentração dos crioprotetores. Como resultado, foi obtido o total de 54 ovócitos analisados quanto ao estágio de maturação nuclear para avaliação do potencial de maturação *in vitro*. Foram observadas taxas semelhantes de maturidade entre o grupo de controle e o grupo de ovócitos imaturos vitrificados com a modificação proposta. Os resultados encontrados neste estudo não demostraram melhoria da qualidade de maturação nuclear de ovócitos criopreservados com a modificação do método de vitrificação Cryotop, que não apresentou aumento significativo de recuperação de ovócitos de boa qualidade.

Palavras-chave: Vitrificação. Criopreservação. Ovócito.

AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DE UM SOLO LATERÍTICO DE BRASILIA MELHORADO COM FIBRAS DE VIDRO E POLIÉSTER

Ana Débora de Melo Oliveira, UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
ana.debora317@gmail.com
Jaime Rafael Obando Ante, UniCEUB, professor orientador
jaime.ante@uniceub.br

O reforço dos solos é uma técnica que consiste na combinação com um ou mais materiais, visando mudar o seu comportamento mecânico, especialmente nos parâmetros relacionados com a resistência à tração, uma vez que é uma propriedade fraca dos solos em geral. Esses materiais classificam-se em dois grandes grupos: naturais e sintéticos. No primeiro, destacam-se fibras naturais de coco, bambu, sisal, cabelo humano e animal, entre outros. No segundo, há os polímeros, produto da destilação do petróleo, e os materiais de origem mineral. Entre os de origem petroquímica, tem-se o poliéster, o polipropileno e o álcool polivinílico, entre outros. Entre os de origem mineral, um dos mais conhecidos é a fibra de vidro. Como alternativa à melhoria das propriedades mecânicas de solos lateríticos, foi realizada esta pesquisa experimental, que compara a mudança no comportamento mecânico de um solo com adição de fibras de vidro e de poliéster. As percentagens ótimas e as condições de mistura foram estabelecidas em função de pesquisas previamente realizadas por outros autores. As propriedades avaliadas foram as de resistência à compressão simples e à tração. Ao adicionar as fibras de poliéster ao solo em estado natural, houve um aumento de até 4 vezes na resistência à tração e de até 6 vezes, ao adicionar fibra de vidro ao solo de referência. No entanto, os dados não mostraram aumento na resistência à compressão do solo com a adição de fibras de poliéster. Assim, mediante os resultados, é possível concluir que a utilização de fibras sintéticas, em especial a fibra de vidro, é favorável ao aumento de resistência à tração do solo. São necessários, no entanto, mais estudos quanto ao comprimento das fibras a ser utilizadas e quanto à possível variação da resistência do solo com fibras no decorrer do tempo.

Palavras-chave: Fibra de vidro. Fibra de poliéster. Reforço de solo.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL DO BRT EM BRASÍLIA

Leonardo de Oliveira Neiva, UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno bolsista
leonardo.neiva1@gmail.com
Erika Regina Costa Castro – UniCEUB, professor orientador
erika.castro@uniceub.br

A pesquisa em questão, além de contribuir com futuros estudos na área de engenharia de transporte, apresenta relevância ao setor empresarial, uma vez que há a necessidade de um sistema projetado em torno das necessidades e dos desejos do usuário. Com base no Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal e Entorno – PDTU, será possível avaliar se o novo sistema atende às necessidades de mobilidade de acordo com as características físicas e socioculturais de Brasília. O estudo apresentado tem como propósito trazer análises de como está o grau do desempenho operacional do BRT na região, mediante análise de satisfação dos usuários. Trata-se de um trabalho pioneiro nos corredores exclusivos da cidade, utilizando metodologias de pesquisa de campo e tratamento estatístico.

Palavras-chave: Engenharia de Transporte. PDTU. BRT.

AVALIAÇÃO DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS EM RESTAURANTES *SELF-SERVICE* DE BRASILIA-DF

Mariana Soares Obeid – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
nana_obeid@outlook.com
Maria Cláudia da Silva – UniCEUB , professora orientadora
maria.silva@uniceub.br

O desperdício de alimentos é um fator de grande importância no gerenciamento de Unidades Produtoras de Refeição - UPR, pois, no Brasil, a fome e a miséria são consideradas problemas de saúde pública. O objetivo deste trabalho é avaliar o desperdício de alimentos. A coleta de dados foi realizada em cinco restaurantes *self-service* localizados em Brasília-DF, entre os meses de abril e junho do ano de 2015, no horário do almoço, quando foram observados o número de clientes, a quantidade de refeições produzidas e a quantidade de refeições distribuídas. Foi calculada a quantidade de alimentos desperdiçados, o índice de resto ingesta, o consumo *per capita* e a porcentagem de sobra limpa. Verificou-se o índice de resto ingesta acima do determinado pela literatura vigente que foi, em média, 16,18% em três restaurantes, durante o primeiro e o segundo dia, indicando rejeição das preparações pelos clientes. Também se observou considerável quantidade de alimentos desperdiçados, que foi, em média, 48,18kg no primeiro dia e 42,63kg no segundo dia. Em média, 19,4% dos alimentos produzidos não foram distribuídos no primeiro dia, e 25,8%, no segundo dia. A média do consumo *per capita* dos restaurantes foi maior no segundo dia do que no primeiro, em razão da diferença dos cardápios. Com os resultados obtidos, pode-se concluir que há a necessidade de os gerentes dos restaurantes levantarem quais são as falhas que contribuem para o desperdício de alimentos.

Palavras-chave: Desperdício. *Self-Service.* UPR.

AVALIAÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DAS MULHERES QUANTO Á ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL NAS REDES PÚBLICA E PRIVADA DO DISTRITO FEDERAL

Alyne Yamaguty, UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
alyne.fisioterapia@hotmail.com
Luiza Carmen M Lorenset, UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
luizac@atcgo.com.br
Monique de Azevedo, UniCEUB, professora orientadora
moniazewedo@hotmail.com

No mês de março de 2015, as pesquisadoras percorreram as maternidades do Distrito Federal para possível apresentação de projeto e autorização à realização da pesquisa, o que não foi concedido. Assim, decidiu-se que os questionários seriam aplicados a mulheres que realizaram o pré-natal até cinco anos atrás. Foi realizada a contagem e a divisão dos questionários entre atendimentos na rede pública e privada do Distrito Federal, de acordo com o grau de satisfação, e procedeu-se ao levantamento da bibliografia.

Palavras-chave: Pré-natal. Fisioterapia. Satisfação.

CÚPULAS – MODELAGEM ESTRUTURAL E ESTUDO SOBRE ACÚSTICA: ESTUDO DA CONCHA ACÚSTICA DO SETOR MILITAR URBANO DE BRASÍLIA

Nathalia Salomão Damião – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
tataia.damiao@gmail.com
Amanda Busche da Cruz – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
buscheamanda@gmail.com
Rafaela Nobrega – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
rafinhanobrega@gmail.com
Jocinez Nogueira Lima – UniCEUB, professor orientador
jocinez.lima@uniceub.br

Cúpulas são estruturas conhecidas por terem espessura muito menor que as demais dimensões, por isso sua curvatura característica promove uma qualidade acústica no ambiente, produzindo eco em seu interior. Tendo em vista ser incomum esse tipo de edificação, este trabalho tem como objetivo repassar à população científica o quão benéfico e importante é essa obra sob o ponto de vista acústico. Foram apresentados conceitos matemáticos que pudessem exemplificar o comportamento da cúpula em estudo, que se localiza no Setor Militar Urbano, em Brasília. Adotou-se a forma da obra como sendo um elipsoide, de modo que, em seu interior, haveria dois focos: um seria a tribuna de honra; outro, o púlpito. Testes realizados com o decibelímetro – medidor de nível de pressão sonora – possibilitaram comprovar a existência e a localização dos focos mencionados mediante a alteração dos decibéis ao longo da estrutura. Em decorrência de limitações de detalhes no projeto estrutural existente, foram feitas a reconstrução do projeto por meio de levantamento topográfico e a modelagem computacional da estrutura. Com finalidade de comprovar a funcionalidade dos elementos estruturais da cúpula, buscou-se na analise computacional a obtenção dos esforços internos, para permitir avaliar se as dimensões estruturais estão compatíveis com as exigências das normas atuais. Os resultados mostraram grande eficiência na concepção da estrutura. Conclui-se que a estrutura atende aos objetivos tanto no aspecto estrutural como no acústico. Assim, a forma estrutural tem papel relevante no desempenho de uma edificação.

Palavras-chave: Cúpula. Estrutura. Acústica.

CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DE UM JOGO EDUCACIONAL DIGITAL PARA O AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Stela Sampaio Silva - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
stelasampaios@gmail.com
Frederico Alves Barreto da Costa - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
freddy.ceub@gmail.com
Angelica Toffano Seidel Calazans - UniCEUB, professora orientadora
angelica.calazans@uniceub.br

Os jogos digitais tornaram-se uma forma de entretenimento muito usada tanto por crianças quanto por jovens e adultos, pois criam desafios aos jogadores, que devem desenvolver uma maneira de solucioná-los, fazendo que adquiram novos conhecimentos de forma interativa. Assim, os jogos passaram a ser usados em ambientes educacionais, como escolas, universidades e em grandes empresas. São usados no ambiente acadêmico, por serem mais simples e fáceis de ser produzidos do que os eletrônicos, apesar de serem semelhantes. Este trabalho tem como objetivo desenvolver e avaliar um jogo digital educativo de modelagem de dados para o curso de graduação em Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, visando agregar mais diversidade e qualidade de ensino. Foi utilizado o ciclo básico proposto por Chandler para produção do jogo composto de 4 fases: pré-produção, produção, testes e finalização. As ferramentas Game Maker e GIMP 2 foram utilizadas para a para codificação e elaboração do jogo. A avaliação do Jogo de Modelagem de Dados foi realizada por um questionário respondido por 22 alunos do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas do UniCEUB com base no modelo específico para jogos educacionais proposto por Savi et al, no modelo de avaliação de programas de treinamento de Kirkpatrick e nas estratégias motivacionais do modelo ARCS. Para construir as métricas e os indicadores para avaliação do jogo e dos objetivos de aprendizagem, utilizou-se o Goal-Question-Metrics. De acordo com as respostas, observa-se que o jogo teve um efeito positivo na motivação dos alunos, pois 87,02% atribuíram notas +1 ou +2 aos itens desta subescala. Assim, 54,39% dos alunos consideraram que o jogo proporcionou uma experiência positiva, mas não se sentiram imersos no jogo. Na subescala *aprendizagem*, 85,24% dos alunos consideraram que o jogo contribuiu para aprendizagem, em se tratando de conceitos abordados da disciplina. Apesar de o jogo ter apresentado pequenas falhas encontradas pelos alunos no momento de sua implantação, é possível concluir que alcançou seu principal objetivo e contribuiu com o aprendizado.

Palavras-chave: Game Maker. Aprendizagem. Jogo.

CORRELAÇÕES DE ASPECTOS CLÍNICOS, LABORATORIAIS E GENÉTICOS DE PACIENTES COM SUSPEITA DE SÍNDROME DE TURNER

Henrique de Lacerda Pereira – UniCEUB, PIC voluntário
hlacerda_ 13@hotmail.com
Odil Garrido Campos de Andrade – UniCEUB, PIC voluntário
odilgca@hotmail.com
Nivaldo Pereira Alves – UniCEUB, orientador
nivaldo.alves@uniceub.br

A síndrome de Turner é uma doença genética monossômica parcial ou total do cromossomo X, tem características peculiares, como disgenesia gonadal e baixa estatura, e é exclusiva de indivíduos fenotipicamente femininos. Como não há a presença completa do cromossomo X ou a sua ausência, a produção de hormônios sexuais fica prejudicada e pode levar à amenorreia. Os pacientes com queixa de baixa estatura, com infertilidade conjugal e abortamento de repetição foram atendidos em um laboratório privado de Brasília, especializado em genética, passaram por uma triagem clínico-laboratorial, com a finalidade de investigação das queixas. Durante esse processo, o que chamou atenção, inicialmente, foi que 15 pacientes com cariótipo de sangue periférico por bandeamento G apresentaram apenas 1 ou 2 células alteradas e não apresentaram o fenótipo característico da síndrome. Nesses casos, recomendou-se o estudo de mais células com técnica molecular**,** como hibridação *in situ* por fluorescência, para os cromossomos X e Y. Também se recomendou a análise de estrógeno, progesterona, hormônio folículo estimulante, hormônio luteinizante, prolactina, hormônios tireoidianos e fator de crescimento semelhante à insulina. Assim, fez-se a verificação desses casos, e levantou-se a suspeita de que alterações no cariótipo menores que 6% e alterações na hibridação *in situ* por fluorescência, também abaixo de 6%, podem estar relacionadas a quadro de amenorreia, baixa estatura e infertilidade em pacientes com síndrome de Turner ou em pacientes com fenótipo normal, não compatível com a síndrome.

Palavras-chave: Síndrome de Turner. Observações clínicas. Alterações.

CÁLCULO DE ESFORÇOS E DEFORMAÇÕES EM LAJES EM SÉRIES DE FOURIER

Thiago Araujo Macedo - UniCEUB, PIC voluntário
thiagoaramac@gmail.com
Jocinez Nogueira Lima - UniCEUB, professor voluntário
jocinez.lima@uniceub.br

Lajes são elementos estruturais do tipo placa e, como qualquer estrutura, estão sujeitas a deformações, que devem ser devidamente estudadas, a fim de haver o dimensionamento preciso. Atualmente, as estruturas são resolvidas com *softwares*; antes, eram feitas de forma algébrica. Estudaram-se os fundamentos da teoria de elasticidade e suas soluções propostas por Navier e Lèvy. As equações diferenciais parciais que regem o comportamento elástico de placas foram resolvidas com as séries de Fourier, e seus resultados de flecha máxima foram comparados com os valores obtidos com o *software* SCIA Engineer. Foram delimitados dois estudos principais com lajes de duas dimensões distintas, dois materiais e seis condições de apoio diferentes, variando entre engastes e bordos apoiados. Nesses estudos, encontraram-se os valores de flecha máxima e de esforços de momento *fletor* e os valores de flecha máxima computacionalmente. Os valores foram tabelados e plotados num gráfico para efeitos de comparação. Como resultado, notou-se a precisão dos métodos analíticos, de modo que os valores distaram, em média, 4% dos obtidos com o método dos elementos finitos, utilizado pelo *software*. Concluiu-se a validade dos métodos que eram comumente utilizados antes da difusão de *softwares* no mercado, como os processos de Marcus e Czèrny, comprovando-se a precisão numérica.

Palavras-chave: Teoria da elasticidade. Lajes maciças. Séries de Fourier.

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PELA INTERNET: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES OCORRIDAS EM JUNHO DE 2013, NO BRASIL

Larissa Joana Rocha Souza – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
larissajoana.rocha@gmail.com
Ana Lúcia Figueiró – UniCEUB, professora orientadora
ana.figueiro@uniceub.br

O presente trabalho investiga o papel da Internet por meio das redes sociais, na mobilização política de grupos da sociedade civil, mediante a análise das manifestações populares ocorridas no Brasil, em junho de 2013. Tendo como ponto de partida as práticas comunicativas disseminadas pelas redes sociais como forma de inserir e promover a organização politica da população em torno de diversas demandas coletivas, a pesquisa apresenta como resultados a formação de novo campo de participação representado pelas redes sociais, capaz de constituir nova esfera pública democrática. Em face das transformações sociais provocadas pelas tecnologias de informação e da criação de outros espaços comunicativos de interação e mediação virtuais, é possível afirmar que o conceito de esfera pública democrática se amplia e passa a incorporar a ideia do surgimento de outra forma de ação política no Brasil, para além daquelas já consagradas nos meios sociais, a saber, a ação política midiática.

Palavras-chave: Participação política. Manifestações populares. Esfera pública. Redes sociais.

DIABETES E SAÚDE MENTAL: INTERFACES EM PSICOLOGIA DA SAÚDE

Matheus Vicente G. N. Milane – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
matheusvm7@gmail.com
Fernando L. González Rey – UniCEUB, professor orientador
gonzalezrey49_@hotmail.com

Esta pesquisa tem o objetivo de integrar campos aparentemente distintos do estudo e da atuação em psicologia: as doenças crônicas e a saúde mental. Após aprovação por Comitê de Ética e submissão à Plataforma Brasil, foram convidados dois participantes que se enquadravam na proposta, por frequentarem serviços substitutivos de saúde mental concebidos na realidade brasileira e serem acometidos de diabetes *mellitus* do tipo 2. Iniciou-se a construção da informação, contemplando pontos da convivência com ambas as etiologias e os acometimentos relacionados. Essa demanda, muitas vezes, é negligenciada pelo modelo cartesiano-reducionista vigente nas ciências médicas que fragmenta os seres humanos a meras divisões de especialidades, não os contemplando devidamente como um todo. Os resultados puderam proporcionar zonas de sentido e conhecimentos que compreenderam a interface, e a vivência de ambas as condições materializou-se na realidade dos participantes.

Palavras-chave: Diabetes. Saúde mental. Subjetividade.

DOSAGEM DE ANTI-HBSAG EM ESTUDANTES DE MEDICINA DO UNICEUB

Deborah Branco Ferreira Perilo – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
deborahperilo@hotmail.com
Karoline Laurentino Lopes Pinto – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
laurentino.karol@gmail.com
Rafaela Salviolo Soares – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
rafaelasalviolo@gmail.com
Henry Maia Peixoto – UniCEUB, professor orientador
henry.peixoto@uniceub.br

A hepatite B é uma doença viral, infecciosa e contagiosa de alta prevalência no Brasil. As principais vias de contágio são: contato com o vírus pelas mucosas ou por materiais perfurocortantes. A doença tem alto risco de ser adquirida pelos profissionais de saúde, por isso é importante o estudo da soroconversão. O estudo consiste em duas etapas: coleta de dados por questionário e exame laboratorial. Dos 38 alunos, 30 (79%) soroconverteram. Em 8 (21%), os resultados foram inconclusivos em relação às amostras sanguíneas. No questionário, foi observado o predomínio de estudantes do sexo feminino, totalizando 21 (55,2%). A maioria dos alunos, 97,3%, afirmou ter algum conhecimento a respeito da Hepatite B, e 1 (2,6%) aluno desconhece a forma de transmissão da doença. Três (7,8%) alunos afirmaram não ser vacinados, e 29 (76,3%) foram vacinados devidamente. O restante (15,7%) não soube informar. Vinte e três alunos (60,5%) afirmaram ter tomado as 3 doses, 3 (7,8%) tomaram 2 doses, 2 (5,2%) tomaram 1 dose, e 10 (26,3%) não souberam informar. Vinte e quatro pessoas (63%) afirmaram ter sido vacinadas no prazo correto, 5 (13%) pessoas afirmaram não ter sido vacinadas no prazo adequado, e 9 (23,6%) não souberam afirmar a periodicidade. Seis (15,7%) conheciam o *status* imunológico, dos quais 4 (10,5%) afirmaram que soroconverteram e 2 (5,2%) alegaram não ser soroconvertidos. A maioria dos pesquisados apresentou soroconversão, além de possuir bom nível de informação.

Palavras-chave: Hepatite B. Estudantes de Medicina. Marcador sorológico Anti-HBsAg.

ESTILOS PARENTAIS: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PAIS DE CRIANÇAS COM E SEM DIAGNÓSTICO DE PARALISIA CEREBRAL

Juliana Soares Guimarães – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
jusoaresg@hotmail.com
Michela Rodrigues Ribeiro – UniCEUB, professora orientadora
michela.ribeiro@uniceub.br

Os estilos parentais têm sido base de vários estudos para averiguar a relação entre pais e filhos, pois as práticas educativas positivas são preditoras do desenvolvimento infantil saudável. O diagnóstico de paralisia cerebral (PC) para a criança oferece aos pais grandes desafios, pois este transtorno está associado a diversas incapacidades, o que pode interferir na interação do indivíduo com sua família. Práticas educativas positivas podem contribuir para o desenvolvimento saudável da criança, entretanto a condição de deficiência pode oferecer ocasião para o uso de práticas negativas, como a superproteção e a supervisão estressante. A presente pesquisa tem por objetivo geral comparar os estilos parentais adotados por pais e/ou cuidadores de crianças com e sem diagnóstico de paralisia cerebral em uma amostra do Distrito Federal. Foram entrevistados vinte pais e/ou cuidadores com e sem filhos com diagnóstico de paralisia cerebral, identificando entre eles: (a) estilos parentais adotados; (b) possíveis semelhanças e diferenças encontradas no mesmo grupo – pais e/ou cuidadores de crianças com e sem paralisia cerebral; (c) semelhanças e diferenças dos estilos parentais entre os diferentes grupos; (d) sintomas de ansiedade e depressão em ambos os grupos de pais e/ou cuidadores. Foi observada variabilidade comportamental nos dois grupos, porém alguns dados destacaram-se em relação às diferenças entre os grupos. Foram observados mais sintomas de ansiedade e de depressão no grupo com PC do que no grupo sem PC; houve mais casos de estilo parental ótimo no grupo sem PC e várias ocorrências de estilos parentais de risco ou abaixo da média no grupo com PC. A comparação mais detalhada entre os grupos também indicou que há mais carinho e tempo de brincadeiras no grupo com PC, mas também mais negligência em relação a limites, conversa sobre mudança de comportamento e sentimento de piedade e culpa quando é necessário utilizar estratégias de disciplina para a educação dos filhos. Conhecer as práticas educativas adotadas pelos pais e compará-las, considerando o contexto (crianças com e sem paralisia cerebral) é o primeiro passo para a realização de programas de orientação a pais que ensinem estratégias educativas efetivas para promoção de desenvolvimento saudável das crianças.

Palavras-chave: Estilos parentais. Paralisia cerebral. Práticas educativas.

ESTUDO DA AÇÃO ANTIMICROBIANA DO ÓLEO ESSENCIAL DAS FOLHAS DE *SHINUS MOLLE L.* CONTRA BACTÉRIAS DE INTERESSE CLÍNICO, EM COMPARAÇÃO COM ANTIBIÓTICOS

Barbara Cristina de Carvalho Oliveira - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
barbaracristina93@gmail.com
Igor Ribeiro do Nascimento - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
igorribeiru123@hotmail.com
Thaís Lima de Sena - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
tata105@hotmail.com
Fabiola Fernandes dos Santos Castro – UniCEUB, professora orientadora
fabiola.castro@uniceub.br

A planta *Schinus molle L.*, comumente conhecida como aroeira- salsa, tem, em sua constituição química, hidrocarbonetos monoterpênicos, sesquiterpenos e fenóis. Através das folhas, é possível extrair óleos essenciais por intermédio da hidrodestilação ou da destilação por vapor, com capacidade antimicrobiana. A incidência de doenças causadas por bactérias cresce a cada ano, e o tratamento com antibiótico é empregado de forma indiscriminada, o que possibilita à bactéria adaptar-se à ação de diversas substâncias, desenvolvendo resistência. O trabalho objetiva análise e comparação do efeito antimicrobiano do óleo essencial de *Schinus molle* L. em cepas de interesse clínico comparado e associado a antibióticos utilizados em terapia empírica e definitiva contra cepas *de Sthaphylococcus aureus, Streptococcus pyogenes, Echerichia coli* e *Pseudomonas aeruginosa.* Foi utilizado material botânico da cidade de Sobradinho e aparelho modificado de Clevenger para obtenção do óleo essencial. O teste de sensibilidade foi em Mueller Hinton, segundo a turvação correspondente a 0,5 da escala de McFarland, com aplicação dos discos de antibióticos e do óleo essencial. Os testes foram feitos em triplicata, utilizando três concentrações do óleo essencial puro: 5 µl, 10 µl e 15 µl. Após o período de incubação, foram encontrados os seguintes resultados: *Sphapylococcus aureus* ATCC nº 29213, 1-11 mm, 2-21 mm, 3-21 mm; *Pseudomonas aeruginosas* ATCC nº 27853, 1-21 mm, 2-28 mm, 3-18 mm; *Echerichia coli* ATCC nº 25922, 1-12 mm, 2-0 mm, 3-0 mm; *Streptococcus pyogenes* ATCC nº 19615, 1-0 mm, 2-0 mm, 3-0 mm. Foram verificados, juntamente com as inoculações para validação, os antibióticos: *Sthapylococcus aureus* antibiótico Cefoxitina 29 mm; *Pseudomonas aeruginosas* antibiótico Meropenem 31 mm; *Echerichia coli* antibiótico Meropenem 32 mm; *Streptococcus pyogenes* antibiótico Penicilina G 34 mm. Os resultados mostraram que o óleo essencial Schinus molle L. apresentou efeito inibitório apenas para a *Pseudomonas aeroginosa* quando comparado ao antibiótico utilizado na clínica. Nas outras três bactérias testadas no tempo avaliado, como *Echerichia coli, Sthaphylococcus aureus* e *Streptococcus pyogenes,* não se apresentaram resultados eficazes quando comparadas a antibióticos utilizados para estes microorganismos, demostrando falha na inibição do crescimento bacteriano. Os resultados conclusivos foram obtidos pela análise do diâmetro dos halos.

Palavras-chave: Antibiótico. Hidrodestilação. Schinus molle L.

ESTUDO DE DOSAGEM DE CONCRETOS ESTRUTURAIS COM RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Guilherme de Sousa Fernandes – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno bolsista
guilhermee.fernandes@hotmail.com
Andrei Bacelar Cezar – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno voluntário
andreibacelar@gmail.com
Irene de Azevedo Lima Joffily – UniCEUB, professora orientadora
irene.lima@uniceub.br

Um dos graves problemas que o Brasil apresenta é em relação à geração de resíduos sólidos urbanos, e a construção civil é um dos maiores responsáveis por esse aspecto. Outro desafio é a escassez de matéria-prima para a produção de agregados naturais. Uma das soluções encontradas para combater essas duas situações é empregar resíduos de construção e demolição. O concreto com agregado reciclado é uma tecnologia nova, por isso, antes de começar a ser empregado em larga escala, são necessários vários estudos. Este trabalho visa verificar se o concreto com agregado reciclado é viável do ponto de vista tanto técnico como econômico. Para isso, foram estudadas 4 famílias de traços, cada uma com um traço rico, um padrão e um pobre: uma de referência, uma em substituição à brita 0 por reciclada, uma em que 50% do pó de pedra foram substituídos por areia e brita recicladas, outra em que todo o pó de pedra foi substituído por areia e brita recicladas para concretos de 20 MPa e 30 MPa. Desses traços foram moldados corpos de provas para realização dos ensaios de resistência à compressão, tração na compressão diametral, absorção de água, ultrassom e absorção pelo método do cachimbo. Os ensaios de caracterização do concreto endurecido serviram para mostrar como os agregados reciclados afetam algumas propriedades do concreto, como permeabilidade e peso. Mediante o diagrama de dosagem obtido para os concretos de 20 MPa, somente uma das famílias com agregado reciclado conseguiu a resistência mínima, o que não torna seu uso muito vantajoso; para os concretos de 30 MPa, todas as famílias atingiram a resistência necessária, o que torna a sua utilização viável do ponto de vista técnico. Contudo, ocorre um aumento no custo de até 5%, pelo maior consumo de cimento e pelo preço elevado do agregado reciclado. Portanto, seria necessária uma contrapartida do Estado para isenção de imposto sobre os agregados reciclados, permitindo uma redução no custo do concreto, com a utilização do RCD.

Palavras-chave: Concreto. Agregado reciclado. Estudo de dosagem.

ESTUDO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DE TIJOLOS DE SOLO COM CIMENTO CONVENCIONAL E OS DE TERRA CRUA ESTABILIZADOS COM CIMENTO "VERDE" E FIBRA DE SISAL

Carolina Aquino Amador – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
carolina.aa93@hotmail.com
Marina Monteiro Abreu Flecha Ferreira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
mari.ina_@hotmail.com
Maruska Tatiana N. da Silva – UniCEUB, professora orientadora
maruska.silva@uniceub.br

O estudo de materiais não convencionais nas obras de engenharia é significativo nos últimos anos, principalmente em pesquisas relacionadas aos que possibilitam melhorias no meio ambiente. Assim, este estudo verifica o comportamento mecânico de tijolos de solo misturado com cimento convencional e com cimento "verde" e fibra de sisal. Esta tecnologia tende a reduzir custos ao empreendedor pela possível disponibilidade de solo no local da obra, o qual servirá para a execução do empreendimento. Para a realização dos experimentos, foi utilizado o solo da região Asa Norte, Brasília – DF. Foram feitos os seguintes ensaios em laboratório: granulometria, limite de liquidez e plasticidade, seguidos da confecção dos tijolos com solo-cimento convencional, solo-cimento "verde" (CP-III) e solo-cimento "verde" com adição de fibra de sisal, em prensa manual adquirida para esta finalidade. Após os procedimentos, todos os tijolos foram submetidos à analise dimensional e à resistência à compressão segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Os resultados referentes às resistências médias à compressão foram obtidos, respectivamente, com 21 e 28 dias de cura. Os valores das resistências dos tijolos confeccionados com cimento convencional ficaram entre 67,00 e 96,00, e os confeccionados com o cimento "verde", entre 66,00 e 80,00; com o acréscimo da fibra, os valores ficaram entre 40,00 e 67,00. Assim, após análise dos resultados encontrados, percebeu-se que o uso do cimento "verde" aumentou a resistência dos tijolos e que, com a adição da fibra de sisal, ocorreu somente o aumento do volume da mistura sem alteração na resistência à compressão, em comparação aos tijolos solo-cimento convencional.

Palavras-chave: Solo-cimento. Cimento "verde". Sustentabilidade. Fibra de sisal.

ESTUDO DO FOSFOGESSO COMO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A FABRICAÇÃO DE TIJOLO MACIÇO

Pedro Paulo Barreiros Nogueira da Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
pepebarreiros@gmail.com
Matheus Gomes Pereira – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
matheusgomes021@gmail.com
Jairo Furtado Nogueira – UniCEUB, professor orientador
jairo.nogueira@uniceub.br

O presente trabalho tem como proposta avaliar a utilização de fosfogesso proveniente do resíduo da produção de fertilizante fosfórico para a formação de novos materiais, de forma a diminuir o custo na construção civil e o impacto causado ao meio ambiente. No Brasil, atualmente, há um estoque aproximado de fosfogesso de 150 milhões de toneladas com uma produção de 5 milhões de toneladas por ano, com tendência ao aumento, já que a indústria de fertilizantes tende a crescer. Assim, foram realizados um programa experimental em laboratório e uma avaliação quanto aos parâmetros empregados nas normas para a utilização em estrutura do pavimento. Com objetivo de avaliar a influência da compactação solo-fosfogesso no comportamento mecânico, foram realizados ensaios convencionais de caracterização, compactação, expansão, índice de suporte Califórnia (ISC) e compressão simples do solo, fosfogesso e mistura solo-fosfogesso na proporção em peso nos teores de 0%, 2%, 4%, 6% e 8% do resíduo obtidos na energia Proctor normal. Os resultados de resistência à penetração e à compressão simples encontrados nas misturas solo-fosfogesso mostram aumento progressivo com o percentual de resíduo utilizado. Assim, foram obtidos parâmetros de caracterização e resistência à penetração dos materiais e das misturas. O emprego dos resíduos de fosfogesso advindos do beneficiamento da produção de fertilizantes, além de contribuir com o bom desempenho mecânico da mistura solo-fosfogesso compactada e a redução na produção desse insumo, apresenta-se como solução viável ao problema de disposição desse resíduo.

Palavras-chave: Pavimentação. Resíduo. Ensaio. Materiais.

ESTUDO DOS PROCESSOS SUBJETIVOS DO CÂNCER: UMA FAMÍLIA EM PERSPECTIVA

Laís Faber de Almeida Rosa – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
laisfaber@gmail.com
Valéria Deusdará Mori – UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@uniceub.br

No presente estudo, buscou-se compreender os processos subjetivos de uma família que possui uma pessoa com câncer há sete anos. Este estudo de caso tem como objetivo compreender o impacto diante do diagnóstico de câncer e entender como esse diagnóstico e o tratamento alteraram a dinâmica familiar. Esta pesquisa de base qualitativa é fundamentada na Teoria da Subjetividade, em perspectiva histórico-cultural, desenvolvida por Fernando González Rey. A metodologia utilizada é a construtivo-interpretativa, também desenvolvida por Fernando González Rey, que se apoia na epistemologia qualitativa. Participaram desta pesquisa a paciente, de 22 anos, sua mãe, de 50 anos, e sua irmã, de 25 anos. Os instrumentos utilizados foram a dinâmica conversacional e o complemento de frases. Foram realizados dois encontros com cada participante. Os sentidos subjetivos estão relacionados ao câncer e dizem respeito à dinâmica familiar das participantes e ao que foi alterado em seus modos de vida, após o diagnóstico e o início do tratamento. Neste caso, o apoio social mostrou-se fundamental à paciente e aos familiares. Outro ponto relevante foi a relação recursiva entre subjetividades social e individual, que demonstrou como essas se constituem mutuamente e apontou a importância de estudá-las em conjunto. Assim, a relação entre indivíduo e meio demonstra a importância de um estudo aprofundado das vivências de pessoas com câncer, ampliando o estudo para além de discursos sociais. A Teoria da Subjetividade, neste sentido, possibilitou considerar o singular mediante o processo de câncer e a emersão dos sentidos subjetivos da família em relação a essa experiência.

Palavras-chave: Subjetividade. Câncer. Epistemologia qualitativa.

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE FEBRE MACULOSA BRASILEIRA, OCORRIDOS NO BRASIL, DURANTE OS ANOS DE 2004 A 2013

Laura Lisieux dos Santos Monteiro – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
lau.lisieux@gmail.com
Daniel Freitas de Costa – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
dancostafc@gmail.com
Flávio Martins Borges – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
flavioibcm@hotmail.com
Bruno Silva Milagres – UniCEUB, professor orientador
bruno.milagres@uniceub.br
Rafael Mazioli Barcelos. Universidade Federal de Viçosa
maziolirb@gmail.com
Isabela Meire da Costa. União Pioneira de Integração Social – UPIS
belaameira@hotmail.com

A febre maculosa brasileira foi descrita pela primeira vez, no Brasil, em 1929, no estado de São Paulo, e, depois, casos foram registrados no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Trata-se de uma enfermidade causada pela bactéria gram negativa *Rickettsia rickettsii*. Seu principal reservatório são os carrapatos do gênero *Amblyomma* com destaque para a espécie *A. cajennense*. O objetivo deste trabalho *é* caracterizar o perfil epidemiológico dos casos confirmados de febre maculosa brasileira no Brasil, numa série de dez anos, no período de 2004 a 2013, com dados obtidos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, boletins do Ministério da Saúde e artigos científicos, além de descrever as principais características taxonômicas e biológicas dos carrapatos vetores mediante coleta de ectoparasitas de vida livre e identificação em laboratório por meio da *técnica de* Reação em Cadeia de Polimerase (PCR), para serem pesquisados posteriormente, quanto à presença de agentes causadores de riquetsioses. Foram coletados 77 carrapatos de bovinos, 69 de cães e 42 de equinos. O teste de biologia molecular por PCR convencional, realizado na Universidade Federal de Viçosa, foi negativo para a bactéria *Rickettsia rickettsii*. Nos anos estudados, foram notificados 1.107 casos, sendo 73% do sexo masculino e 57% da zona rural. A febre maculosa mostra-se na forma de casos esporádicos, com relatos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Amazonas, Amapá, Tocantins, Bahia e Ceará e no Distrito Federal, em áreas tanto rurais quanto urbanas, mas deve ser cuidadosamente investigada e notificada compulsoriamente. A letalidade aumentada, média de 26,8%, é diretamente proporcional à demora em dar início ao tratamento, fazendo que a doença se agrave rapidamente, levando o paciente a óbito. A maior incidência de febre maculosa é na região Sudeste do país. Para que haja diminuição do número de casos confirmados e da letalidade, os trabalhos de vigilância são intensificados, e profissionais de saúde estão bem informados e preparados.

Palavras-chave: Febre maculosa. Epidemiologia. Casos notificados.

IDENTIFICAÇÃO DAS ADAPTAÇÕES LINGUÍSTICAS REALIZADAS PELOS INTÉRPRETES NO CONTEXTO DO ENSINO DE BIOLOGIA

Emilly Cristina Alves dos Santos – UniCEUB, PIC institucional, aluna bolsista
emillycristinaas@gmail.com
Gabriella de Melo Moreno – UniCEUB, PIC institucional, aluna voluntária
gabriellam.moreno@gmail.com
Bianca Carrijo Cordova – UniCEUB, professora orientadora
bicanca.cordova@uniceub.br

O intérprete é o mediador da comunicação entre surdos e ouvintes para que o diálogo seja estabelecido. No que tange ao espaço escolar, ele assume um caráter pedagógico que, por vezes, é reconhecido como codocência, pois é quem auxilia o aluno tanto na sala regular como na de recursos. Para que se tenha êxito na aprendizagem do aluno surdo, são necessárias consciência e capacitação tanto por parte da escola como dos que estão diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. A defasagem na atualização do conhecimento dos profissionais, somando-se ao déficit de vocábulos em LIBRAS no ensino de ciências e Biologia, dificulta a aprendizagem do sujeito surdo. Assim, esta pesquisa objetiva um levantamento das adaptações linguísticas realizadas pelos intérpretes no contexto do ensino de Biologia, especialmente o uso de classificadores e a criação de termos específicos em LIBRAS, com o propósito de substituí-los e formar conceitos. A pesquisa foi realizada em três escolas inclusivas da rede pública do Distrito Federal, com abordagens diferentes, de acordo com a disponibilidade de cada instituição. Na escola de ensino médio, na Ceilândia, foram realizadas observações de aula e entrevistas com intérpretes; na escola de ensino fundamental da Asa Sul, foram realizadas observações de aula; na escola de Sobradinho II, foi formado o grupo de pesquisa para a criação dos sinais. Foram analisadas as atitudes do professor regente e da professora intérprete em relação aos alunos surdos e à inclusão deles na sala de aula. As entrevistas permitiram maior conhecimento das dificuldades enfrentadas por professores e intérpretes no que diz respeito ao ensino e à aprendizagem dos alunos surdos. Com base nas entrevistas, pesquisas bibliográficas foram realizadas acerca de sinais existentes no contexto de Biologia. Os conceitos cujos sinais não foram encontrados tornaram-se sugestões para a criação do vocábulo em LIBRAS. A demanda gerada foi levada ao grupo de pesquisa por meio de apresentações de *slides*, desenhos, esquemas e vídeos, para compreender o conceito e, em seguida, criar o sinal compilado em forma de vídeo e, posteriormente, em foto, para descrição e contextualização biológica. Com isso, pode-se considerar um avanço no conhecimento e na valorização da língua de sinais, incluindo o sujeito surdo, especialmente, no contexto educacional.

Palavras-chave: Intérprete. Atuação pedagógica. Criação de sinais. LIBRAS.

INFLUÊNCIA DA VEGETAÇÃO RIPÁRIA NA QUALIDADE DA ÁGUA DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL EM UM AMBIENTE RURAL

Fernanda Regina Moreira Rocha – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
fernandarmr9@gmail.com
Eduardo Cyrino Oliveira Filho – UniCEUB, professor orientador
eduardo.cyrino@uniceub.br

O escoamento superficial, definido pelo ciclo hidrológico que a água da chuva realiza, ao cair no solo, é de grande importância na vida vegetal, pois é por meio dele que são transportados nutrientes essenciais. As atividades de agronegócio têm-se intensificado, e, com isso, uma das áreas afetadas é a mata ripária pela implementação da agricultura e da pecuária. Este trabalho tem como objetivo comparar a qualidade da água do escoamento superficial em dois diferentes ambientes do Cerrado, por meio do monitoramento. Para isso, seis calhas foram construídas em uma área da Embrapa Cerrados, situada no Gama, DF; três foram instaladas em uma mata preservada, e outras três, em um pasto. As coletas foram realizadas desde janeiro de 2013. Desse modo, os dados apresentados neste trabalho foram separados em períodos: de janeiro de 2013 a abril de 2013, o 1º período; de outubro de 2013 a maio de 2014, o 2º período; de outubro de 2014 a março de 2015, o 3º período diretamente relacionado a este projeto. Os parâmetros analisados foram condutividade, pH, dureza, e íons, como nitrato, fosfato, amônio, potássio. Quase todos eles obtiveram resultados maiores no pasto, em todos os períodos, exceto nitrato (1º e 3º períodos), condutividade e fosfato (2º período), em que foram observados maiores valores no escoamento da mata, além dos parâmetros de dureza e fósforo total, que foram maiores na mata, mas pouco diferentes dos valores do escoamento no pasto. Os resultados obtidos para o nitrato na mata podem ser justificados pela decomposição da serapilheira, e os valores maiores no pasto podem ser explicados pelas ações de adubação e correção do solo. Diante do exposto, foi possível observar que existem diferenças entre o escoamento das duas áreas, que podem ser explicadas pelas condições antrópicas e biológicas existentes em cada local.

Palavras-chave: Nutrientes. Recursos hídricos. Erosão do solo.

INOVAÇÃO EM *STARTUPS*: O CONTEXTO BRASILEIRO

Amanda Moreira Lopes – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
moreiralopesa@gmail.com
Erika Lisboa – UniCEUB, professora orientadora
erika.lisboa@uniceub.br

No Brasil, a atividade empreendedora representa um percentual significativo da economia relevante ao crescimento, à produtividade, à inovação, à geração e à manutenção de empregos. Nesse sentido, o entendimento da dinâmica desse fenômeno e seus desdobramentos configuram-se importantes. Ao tratar-se de empreendedorismo, uma modalidade de empresas ganha destaque: as *startups*. Caracterizadas como um grupo de pessoas em busca de um modelo de negócios repetível e escalável que desenvolve produtos e serviços em condições de extrema incerteza, as *startups* têm características relacionadas à inovação. Assim, identifica-se o processo de inovação em *startups*; caracteriza-se o modelo de inovação mais frequente em *startups*; analisa-se como o aumento do número de *startups* influencia a tecnologia; examina-se qual é a importância da inovação para as *startups*. Para alcançar tais objetivos, a coleta de dados contemplou uma etapa local e outra nacional. A primeira ocorreu por meio de um grupo focal, com os responsáveis pelas *startups* localizadas no Distrito Federal, e, posteriormente, na segunda etapa, foi aplicado um questionário com perguntas aos empreendedores de *startups* no Brasil. Como resultado, ao considerar o principal produto ou serviço da empresa, o processo produtivo e o modelo de negócio, identifica-se a predominância de *startups* geradoras de inovação incremental, ou seja, organizações que refletem pequenas melhorias e avanços em relação ao produto, ao serviço, ao processo ou ao modelo já existentes no mercado. Quanto ao tipo de inovação, a grande maioria dos respondentes opta por incorporar, em suas organizações, um modelo de inovação aberta, caracterizada pelo envolvimento no processo de conhecimentos e tecnologias de fora da organização. Diante dos resultados obtidos, percebeu-se a importância da inovação na busca de uma vantagem competitiva no mercado no qual as *startups* atuam.

Palavras-chave: *Startups*. Inovação. Empreendedorismo.

INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA QUIMÍCA

Guilherme Azevedo Moura – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
guimoura92@gmail.com
Aline Albuquerque Sant'anna de Oliveira – UniCEUB, professora orientadora
aline.oliveira@uniceub.br

A temática da internação compulsória do dependente químico é complexa e apresenta múltiplas dimensões de análise que precisa transcender a lógica da criminalização. A pesquisa explora a literatura nacional sobre saúde, direito e políticas públicas que trata da internação compulsória de pessoas em situação de dependência química. Assim, apresenta-se o atual ordenamento jurídico indicado pela Lei n°. 10.216/01 e pela Lei n°. 11.343/06, que estabelecem os crimes relacionados às drogas. Realizou-se uma análise dos parâmetros legais sobre o tema, a historicidade do seu surgimento, os conflitos relacionados a essa prática jurídica, a rede de atenção psicossocial e o sistema preventivo de drogas implantado no Brasil. Conclui-se pela inadequação da abordagem pontual e preconceituosa baseada na higienização social adotada na discussão sobre a internação compulsória. Para isso, descreve-se que a internação compulsória é tema recente e as bases conceituais e doutrinárias para abordagem sistêmica da problemática carecem de evidências e construção de um arcabouço legal específico. Sobre os modelos de tratamento, conclui-se que tanto o de redução de danos como o de abstinência carecem de produção de evidencias quanto à eficácia. Após os tratamentos, as pessoas precisam ser inseridas na rede de cuidado e atenção psicossocial e nas políticas de reinserção social. Finalmente, fica evidente na bibliografia consultada que a rede de atenção psicossocial ainda está em construção, varia amplamente, de região para região, de acordo com o grau de desenvolvimento e as políticas intersetoriais implantadas. A internação compulsória não é uma medida simples e não se esgota na internação do paciente. Para o alcance de resultados positivos e sustentáveis, é necessário um sistema que, interconectado e articulado, trabalhe aspectos educacionais, sociais, psicológicos, econômicos e de direitos junto ao dependente químico, sua família e comunidade, de modo a prepará-los para a participação cidadã. A internação não deve ser um tratamento pontual e emergencial com a ideia de "higienizar" a rua e a sociedade, mas requer avanços na qualidade do cuidado integral às pessoas em situação de dependência química e no fortalecimento da assistência da rede de atenção psicossocial com equipe de profissionais especializados e serviços disponíveis ao cidadão brasileiro. A forma repressiva, judicializada e criminalizada de lidar com a questão tem aprofundado as iniquidades sociais.

Palavras-chave: Internação compulsória. Dependentes químicos. Lei 10.216/01.

INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DOS FLUXOS COMERCIAIS, DOS LICENCIAMENTOS E DOS INVESTIMENTOS DIRETOS EM 2014

Octávio Ferreira Meireles Barbosa – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
octavio.fmbarbosa@gmail.com
Carlos Timo Brito – UniCEUB, professor orientador
carlos.brito@uniceub.br

A pesquisa analisa aspectos dos processos de internacionalização de empresas e negócios no Distrito Federal, em 2014. Para isso, examina-se como as políticas econômicas brasileiras agem para a industrialização do país, de modo geral, e do Distrito Federal, especificamente. Em sequência, construiu-se uma análise conjuntural contemporânea de empresas brasilienses que se internacionalizaram por meio da observação de como as empresas se adequaram ao mercado externo e ao sistema internacional. Isso permitiu que se identificasse o comportamento de empresas do Distrito Federal com relação não apenas ao mercado interno, mas também às oportunidades de negócios estrangeiros. Assim, aplicaram-se modelos teóricos tradicionais na literatura especializada de internacionalização de empresas e negócios, notadamente o modelo de Uppsala e o modelo eclético. Ademais, levantaram-se dados atualizados sobre o comércio de produtos e serviços, os padrões de licenciamentos e os fluxos de investimentos diretos no Distrito Federal, em 2014. Em conclusão, a pesquisa foi bem-sucedida em produzir inferências sobre os fluxos comerciais de bens e serviços, ao passo que a identificação dos fluxos agregados de licenciamentos e investimentos diretos restou incompleta. Os fluxos comerciais do Distrito Federal revelam perspectivas positivas, em que pese a atual situação de estagnação e recessão da economia brasileira. Os resultados sugerem uma necessidade de facilitação, pelas autoridades públicas e pelas entidades representantes do empresariado local, da disponibilização de dados e informações sobre a economia do Distrito Federal, notadamente sobre a internacionalização de empresas e negócios.

Palavras-chave: Internacionalização de empresas e negócios. Comércio exterior. Licenciamentos. Investimentos diretos.

LEI 9.455/97: AS DIFICULDADES DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS PELO CRIME DE TORTURA COMO TIPO PENAL COMUM

Pedro de Morais Dalosto - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
pedrodalosto@gmail.com
Carlos Antunes Guiotti dos Santos - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
caguiotti@gmail.com
Maria Clara D'Ávila Almeida - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
mclara.davila@gmail.com
Carolina Costa Ferreira - UniCEUB, professora orientadora
carolina.ferreira@uniceub.br

O Brasil foi um dos últimos países ocidentais a tipificar, em seu ordenamento jurídico, o crime de tortura, apesar de ter ratificado, na década de 1980, as duas principais convenções internacionais relativas ao combate e à prevenção da tortura e prever o veto expresso à sua prática na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, III). Na contramão dos instrumentos internacionais ratificados, a Lei n. 9.455/97 não requer a qualificação do sujeito ativo como agente público para a configuração do crime, considerando tal condição apenas como causa de aumento de pena (art. 1º, § 4º, I). Assim, a pesquisa investiga se a definição do crime de tortura como tipo penal comum, nos termos da Lei n. 9.455/97, exerce algum impacto na responsabilização dos agentes públicos pela prática desse crime. Em primeiro momento, são apresentados dados de relatórios de ONG e consultas ao serviço "Disque 100" da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, os quais permitem a identificação do perfil das denúncias de tortura no Brasil e no Distrito Federal. Em seguida, compilam-se dados sobre as notificações recebidas, as investigações e os julgamentos do crime de tortura pelos órgãos do sistema de justiça criminal e pelas corregedorias de Polícia Civil e Militar do Distrito Federal. Após análise comparativa dos dados, conclui-se que o número de casos investigados e julgados pelo sistema de justiça criminal é significativamente inferior ao de denúncias recebidas fora deste âmbito. Assim, verificam-se divergências entre o perfil das denúncias de tortura e os casos em que houve efetiva condenação pela prática do crime, especialmente quando se constata que, entre os condenados pelo crime de tortura, os agentes públicos figuram em menor número. Por fim, são analisados aspectos sobre os efeitos simbólicos de tal tipificação e o impacto de eventual alteração legislativa que passe a tratar da tortura como crime.

Palavras-chave: Tortura. Crime comum. Responsabilização de agentes públicos.

LIMITES DO DIREITO À EDUCAÇÃO COMO VIA DE CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS

Tomás Gonçalves Klink – UniCEUB , PIBIC-CNPq, aluno bolsista
tgklink@gmail.com
André Fortes Chaves – UniCEUB , PIBIC-CNPq, aluno voluntário
achaves@mattosfilho.com.br
Maria Edelvacy Pinto Marinho – UniCEUB, professora orientadora
mariaedelvacy@gmail.com

O presente projeto de iniciação científica analisa a atual situação das instituições de ensino superior privadas no Brasil, quanto às demandas provenientes do mercado e às políticas públicas adotadas pelo Estado. Identifica-se o direito à educação como um direito social a ser provido pelo Estado. Em relação à educação superior, observa-se um tratamento diferenciado daquele dado ao grau fundamental e médio. O direito ao acesso a uma educação de nível superior perde o caráter de fundamentalidade, por isso não representa um direito obrigatoriamente necessário a ser provido diretamente pelo Estado. O acesso a instituições de ensino superior está atrelado às capacidades individuais do beneficiário. Assim, contextualizam-se as instituições superiores privadas mediante uma análise histórica da regulação do setor nas últimas décadas e as perspectivas advindas das constatações feitas. Nota-se que existe no Brasil um número elevado de instituições superiores particulares, recipientes de recursos públicos, direta ou indiretamente, em face da opção política de promover a formação acadêmica superior a maior percentual da população brasileira. Tal quadro demonstra uma valoração quantitativa, e não qualitativa, do ensino superior no Brasil, principalmente em face do número de vagas proporcionados por políticas educacionais, como o PROUNI e o FIES. Dessa forma, conclui-se sobre a necessidade de melhor distribuição dos ingressantes em instituições de ensino superior para cursos que demonstrem melhores perspectivas de formação e consolidação das metas almejadas. Preza-se em buscar maior eficiência do investimento público em consonância com as demandas do mercado de trabalho, visando fomentar a formação de indivíduos em áreas deficitárias da economia que requisitam trabalhadores.

Palavras-chave: Educação superior. Políticas públicas. Direito e Economia.

MEMÓRIAS DE BRASÍLIA: MAPEANDO HISTÓRIAS E CONSTRUINDO MATERIAIS DIDÁTICOS MEDIANTE RELATOS DO PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL DO ARQUIVO PÚBLICO DO DF

José Gomes do Nascimento – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
josegomes.14@hotmail.com
Alice da Silva Cruz – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
alice.ceub@hotmail.com
Cristiane de Assis Portel – UniCEUB, professora orientadora
cristiane.portela@uniceub.br

A pesquisa analisou material produzido no contexto do Programa de História Oral do Arquivo Público do DF, entre os anos de 1992 e 2006, a fim de produzir textos de consulta a professores de ensino médio de escolas do Distrito Federal. Para estabelecer um recorte na análise documental, foi escolhida a Linha de Pesquisa "Memória da Construção de Brasília", que abrange um conjunto documental composto por 101 entrevistas de participantes diretos da construção de Brasília entre 1956 e 1960. Os entrevistados representam vários segmentos sociais, como: arquitetos, técnicos, trabalhadores manuais, engenheiros, políticos, funcionários graduados, empresários, jornalistas, artistas plásticos, médicos, entre outros. A pesquisa gerou três artigos. O primeiro, intitulado *Memórias de Brasília: o golpe militar de 1964 em relatos do Programa de História Oral do Arquivo Público do DF*, investiga como foi percebido em Brasília o evento conhecido como *golpe militar*, ocorrido em abril de 1964. Nesse sentido, surge uma narrativa que corrobora a ideia de que a significância histórica da nova capital tem como marco temporal o grande feito que envolve a construção, ou seja, afirma-se que a história da construção de Brasília começa com o início das obras em 1956 e encerra-se com a inauguração da capital em abril de 1960, tendo pequeno período de respiro até o fim do governo de Juscelino Kubitschek e o início do mandato de Jânio Quadros em fevereiro de 1961. O segundo artigo, intitulado *Memórias de Brasília: a visão dos trabalhadores a respeito da construção em relatos do Programa de História Oral do Arquivo Público do DF*, insere o trabalhador, chamado de "candango", como sujeito ativo e protagonista na construção e na consolidação de Brasília como capital do Brasil. O texto trata, por meio de relatos orais, de experiências de trabalhadores nos canteiros de obras e nos acampamentos e remete às vidas dos candangos antes da chegada ao Planalto Central, evidenciando que Brasília ressignificou o horizonte de expectativa dos trabalhadores migrantes. O terceiro e último artigo, *Memórias de Brasília: o papel da mulher no período da construção de Brasília a partir de relatos do Programa de História Oral do Arquivo Público do DF*, demonstra que a mulher foi sujeito ativo na construção da cidade, exercendo várias funções, incluindo as relacionadas à construção civil. Além disso, apresenta-se a visão e o sentimento das mulheres acerca da construção da nova capital do país. Os artigos produzidos são mote para a proposição de uma sequência didática que possibilita tratar da história do Distrito Federal por meio de relatos orais, ampliando os debates no ensino de História Local. Considera-se que o trabalho corrobora o aprendizado amplo de estudantes de educação básica em Brasília, dando importância a sujeitos que foram silenciados nas narrativas hegemônicas sobre o tema.

Palavras-chave: Memória. Relatos orais. Sujeitos históricos.

MENSAGENS PELA (E PELA) CIDADE: A HUMANIZAÇÃO DE BRASÍLIA POR MEIO DE INTERVENÇÕES VISUAIS

Amanda da Silva Lopes – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
manda.slopes@gmail.com
Ursula Betina Diesel – UniCEUB, professora orientadora
ursula.diesel@uniceub.br

O estudo apresenta um levantamento fotográfico de intervenções visuais, como grafites, *stencil*, colagens, pinturas, pichações, carimbos, na cidade de Brasília, especificamente nas passarelas subterrâneas da Asa Norte, que comunicam mensagens de afeto. O pressuposto é que há um propósito de comunicação, interação e ação no espaço público, com o desígnio de elaborar valores e identidades na sociedade. As mensagens, independentemente de sua natureza, podem ser compreendidas como formas de marcar, de expressar e de redefinir o contexto pela ação contínua do signo nas suas condições de produção e reconhecimento, ou seja, expressam uma vontade de agir coletivamente. Assim, este trabalho tem seu mérito na valorização da fala social, pois, mediante o levantamento e a análise dessas imagens, é possível ilustrar uma faceta humanitária pela qual habitantes de Brasília se sintam donos efetivos da cidade e lutem a favor dela. O objetivo, portanto, é identificar como intervenções urbanas realizadas em Brasília podem atuar a favor da humanização da cidade. Parte-se da suposição de que é possível criar um clima de afeto, interação e humanização entre as pessoas, manifestando-se de forma poética e provocadora de reflexões no espaço público. Logo, pretende-se compreender como Brasília pode ser mais humana com as intervenções visuais, agregando à realidade dos moradores a ideia de que essas mensagens são manifestações positivas que trazem à cidade mais arte e beleza e às pessoas maior identificação com o lugar em que moram. O trabalho analisa, mediante o dispositivo teórico da semiótica peirceana e o viés da análise do discurso de vertente francesa, como as mensagens expostas pela cidade podem atuar pela cidade e por sua humanização.

Palavras-chave: Intervenções visuais. Afeto. Brasília.

MONARQUIA E RELIGIOSIDADE: CONSELHOS CRISTÃOS NA CULTURA POLÍTICA DO ANTIGO REGIME

José Rubens de Souza Cardoso – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
rubensdemolay@gmail.com
Sara Raquel Rodrigues de Araujo – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
sararodrigues94@yahoo.com.br
Rodrigo Fernandes de Moraes Ferreira – UniCEUB, professor orientador
rodrigo.ferreira@uniceub.br

O campo das ciências humanas, além de descobrir novos objetos, possibilita trabalhar com antigas e consagradas fontes e fazer-lhes novas perguntas. Assim, esta pesquisa destina-se a compreender as relações entre a Igreja Católica e a Monarquia, durante o Antigo Regime, mediante análise de cartas escritas pelos religiosos Santa Catarina de Sena (1347-1380) e Padre Antônio Vieira (1608-1697) e destinadas a homens e mulheres nobres. Problematiza-se a existência efetiva da "Idade das Trevas", tendo em vista que os conselhos dados pelos religiosos, mesmo que tenham sido escritos em momentos distintos do Antigo Regime, revelam discussão acerca dos comportamentos que deveriam ser seguidos pela nobreza. Isso posto, evidencia-se o que os nobres deveriam fazer para conduzir melhor sua vida e a de seus súditos. O itinerário utilizado é a análise das correspondências proferidas pelos religiosos, em que a intenção é rediscutir um período importante da história ocidental, buscando, nas palavras deles, o sentido explicativo, profundamente influenciado pelo catolicismo apostólico romano e comprometido com a ideia da fundação de um Estado católico e evangelizador, caracterizado pela perspectiva de um ordenamento social. Os escritos posicionam-se diante de um período de relações de poder em constante movimento e usam seu local de fala para ditar ideais de sociedade e de administração do poder do Antigo Regime.

Palavras-chave: Antigo Regime. Religiosidade. Monarquia.

MORTE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DE MEDICINA

Fernanda de Carvalho Braga – UniCEUB, PIC voluntário
braga.fernanda.carvalho@gmail.com
Mariana Carvalho Gomes – UniCEUB, PIC voluntário
mariana_cgomes@hotmail.com
Nayra Moreira Costa – UniCEUB, PIC voluntário
nayracm@gmail.com
Prof. Dr. Luzitano Ferreira Brandão – UniCEUB, professor orientador
luzitano.ferreira@uniceub.br

O progresso técnico-científico da Medicina transformou o viver e o morrer, tornando este último um evento solitário e, muitas vezes, desumano. O enfermo passa a vivenciar seus últimos dias no ambiente hospitalar, onde os aspectos fisiológicos têm maior importância que os emocionais. O cuidado baseado no modelo biomédico para pacientes fora de perspectiva de cura pode levar à perpetuação de intervenções e de tratamentos que não visam à qualidade de vida. A fim de modificar essa prática, o movimento dos cuidados paliativos, no século XX, possibilitou a visão do morrer como parte natural do ciclo da vida, opondo-se à ideia da morte como o inimigo a ser combatido a todo custo. A filosofia paliativa retoma a relevância de oferecer qualidade de vida e bem-estar à pessoa, mesmo quando a cura não é possível. Com intuito de integrar a nova visão de terminalidade à prática médica, é necessário trabalhar tais temas desde a graduação, além de desenvolver competências e habilidades específicas relacionadas ao cuidado no final de vida. O presente trabalho tem como objetivo verificar como os estudantes de Medicina se posicionam sobre morte e terminalidade da vida. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo transversal, quantitativo e qualitativo, baseado em questionários elaborados especificamente. Analisaram-se os quantitativos por meio do programa SPSS e os qualitativos pelo programa Iramuteq e por categorização das respostas. A amostra foi composta por 38 estudantes de Medicina de uma instituição privada do Distrito Federal, sendo 22 participantes do sexo feminino (58%) e 16 do sexo masculino (42%). No que diz respeito ao período letivo, 21 cursavam o quarto semestre, dois, o terceiro, cinco, o segundo, e seis, o primeiro. Sobre o tema da terminalidade, os dados quantitativos mostraram que a maioria dos estudantes sente necessidade de ter contato com a temática durante sua formação. Eles acreditam que terão dificuldade em lidar tanto com o paciente (42,2%) quanto com a família (44,8%). Sobre o testamento vital, a maioria concorda com sua legalização. Por fim, 39,5% não acreditam na influência social sobre a visão pessoal do final da vida. Os dados qualitativos foram separados em três grandes categorias: percepção dos estudantes de Medicina diante do final da vida; sentimentos gerados pelo contexto; cuidados paliativos. No que concerne ao assunto de morte, a análise quantitativa apontou que a maioria sente a necessidade de tratar do tema durante a formação (89,4%); 52,6% afirmaram que a instituição de ensino não os prepara para essa situação. Em relação aos sentimentos, 81,6% concordam com que se sentiriam tristes. O sentimento de impotência aparece em 42,2% dos participantes. Na parte qualitativa, as respostas foram separadas em três grandes categorias: estratégias que o médico utiliza para lidar com a morte; sentimentos gerados; cuidados paliativos. Percebe-se que os aspectos do final da vida e da morte continuam a ser pouco debatidos no âmbito acadêmico. Esses temas perpassam o cotidiano dos profissionais de saúde e necessitam ser discutidos desde o início da formação.

Palavras-chave: Morte. Terminalidade. Estudantes de Medicina.

MUSICOTERAPIA PONTUAL NAS ALTERAÇÕES COMPORTAMENTAIS DECORRENTES DA HIPÓXIA ISQUÊMICA ENCEFÁLICA EXPERIMENTAL

Priscila Hermínio Pschiski, *PIC Institucional, aluna bolsista*
Fernanda Cristina Aguiar Rodrigues Cavalcante, *PIC Institucional, aluna voluntária*
Rafael Santiago Pereira, *PIC Institucional, aluno voluntário*
Prof.ª Dr.ª Vânia Maria Moraes Ferreira *– UnB – Ciências Médicas, colaboradora*
Prof.ª Me. Mara Claudia Ribeiro *– UniCEUB, professora orientadora*
mara.ribeiro@uniceub.br

A hipóxia isquêmica encefálica é importante causa de morte e de incapacidade em adultos. A musicoterapia é um recurso não farmacológico a ser utilizado, a fim de estimular a recuperação comportamental após esse tipo de lesão. Definida como o uso controlado de influências musicais teve, em Mozart, um dos compositores que soube selecionar ritmos, cadências e frequências musicais que interagem com o sistema nervoso. Estima-se que a musicoterapia facilite a neurogênese, a regeneração e o reparo nervoso por sua ação de ajuste na secreção de hormônios, levando à plasticidade neural, além de, possivelmente, agir sobre a redução do estresse, da ansiedade e da depressão. Assim, o objetivo deste estudo é avaliar a eficácia da sonata de Mozart em alterações comportamentais e nos níveis hormonais ligados ao estresse de ratos com hipóxia isquêmica encefálica induzida experimentalmente. Para isso, foram usados 20 ratos *wistar* com 4 meses de idade, distribuídos em 4 grupos: GC (grupo controle), G1 (animais que sofreram lesão encefálica), G2 (animais que receberam musicoterapia) e G3 (animais que sofreram lesão encefálica e receberam musicoterapia). A sonata de Mozart tocou em uma intensidade de 65 dB, durante 4 horas, 2 horas pela manhã e 2 horas ao final da tarde, com intervalo de 12 horas, por 4 dias. No último dia, os animais foram avaliados na locomoção, em campo aberto; na ansiedade, em labirinto em cruz elevado; na depressão, em nado forçado. A lesão encefálica foi induzida experimentalmente, por meio da ação do nitrito de sódio, por 15 dias. Houve coleta sanguínea para análise de cortisol, glicose e colesterol. A locomoção espontânea foi menor nos animais que sofreram lesão encefálica, logo a musicoterapia não foi capaz de melhorar a resposta. A musicoterapia teve efeito ansiolítico nos animais sem lesão encefálica, visto que houve aumento de entradas e do tempo de permanência nos braços abertos, sem alteração na frequência de entradas nos braços fechados. Nos animais com lesão encefálica, verificou-se comportamento sugestivo de estresse, uma vez que houve aumento de entradas nos braços abertos e nos braços fechados. Os animais que receberam a música reduziram o tempo de imobilidade quando comparados aos controles. Os que sofreram lesão encefálica apresentaram elevado nível de cortisol, no entanto a musicoterapia conseguiu agir de forma a reduzir os níveis nos animais tratados. Não houve diferença a ser considerada na dosagem de glicose e colesterol. Conclui-se que a sonata de Mozart pode melhorar parâmetros relacionados aos níveis de ansiedade e estresse. Em humanos, é provável que possa haver melhora da qualidade de vida, principalmente, de pacientes com lesões cerebrais decorrentes de hipóxia cerebral.

Palavras-chave: Musicoterapia. Sonata de Mozart. Nitrito de sódio.

"NESSE SENTIDO, PRECEDENTES": CRITÉRIOS PARA A UTILIZAÇÃO DE DECISÕES PRETÉRITAS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Davidson Galhano Scofield – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
davidson.galhano.scofield@gmail.com
Luciana Barbosa Musse – UniCEUB, orientadora
luciana.musse@uniceub.br
Roberto Freitas Filho – UniCEUB, orientador
roberto.filho@uniceub.br

A pesquisa tanto teórica quando empírica trata do uso de decisões anteriores como argumento na prática jurídica brasileira. Fez-se pesquisa bibliográfica sobre o tema "precedentes", na literatura tanto brasileira quanto estrangeira, em especial a americana e a inglesa. Deu-se especial atenção a fontes que se baseavam em pesquisas empíricas. Complementarmente, realizou-se ampla coleta de dados através do sistema de pesquisa de decisões do Superior Tribunal de Justiça, analisados com o auxílio de redes gráficas criadas com base nas citações realizadas e algumas de suas características matemáticas. Procedeu-se à compreensão dogmática acerca do conceito de "precedente" nos sistemas jurídicos norte-americano e inglês, especificamente sobre seu uso argumentativo, e a recente discussão de autores brasileiros sobre o tema. Além disso, fez-se uma pesquisa empírica, com a análise dos acórdãos proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça entre os anos de 2013 e 2014, quanto ao emprego de argumentos fundados em "precedentes". Complementarmente, agregaram-se acórdãos obtidos por meio da pesquisa de temas, como *leasing* contratado em dólar, "crédito-prêmio" do IPI, improbidade administrativa, igualmente analisados quanto ao uso de decisões anteriores como fundamento. Os resultados apontam para um distanciamento entre teoria e prática, pois as técnicas e os modos de argumento esperados, raramente, foram empregados. Assim, postula-se que a melhor compreensão da argumentação empregada e sua justificação demandam uma análise sociológica dos agentes envolvidos na produção de decisões judiciais.

Palavras-chave: Precedentes. Superior Tribunal de Justiça. Argumentação jurídica. Pesquisa empírica.

NOVA SEDE DO SEBRAE NACIONAL EM BRASÍLIA - DF

Juliana Rodrigues Machado – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
julianarodriguesmachado@gmail.com
Beatriz Camargo Fructuoso – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
biafructuoso@hotmail.com
Gabriela Maurer Ramos – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
gabrielamaurer@hotmail.com
Eliete de Pinho Araujo – UniCEUB, orientadora
eliete.araujo@uniceub.br

O objetivo deste trabalho é desenvolver um estudo de pós-ocupação da nova sede do SEBRAE Nacional em Brasília - DF, onde há projetos de arquitetura que visam à reutilização da água e ao baixo consumo de energia, portanto o embasamento do trabalho abrange o meio sustentável para a descrição do edifício SEBRAE, defendendo sua relevância científica e importância social e acadêmica. A pesquisa é composta de levantamento bibliográfico, seguido de estudo de casos de edifícios sustentáveis. Foram analisadas as condições ambientais da implantação da edificação no terreno, ou seja, a avaliação de pós-ocupação, que inclui a utilização da iluminação natural, a análise do telhado, da área verde e do conforto ambiental e como os recursos interferem na edificação e na vida das pessoas. Houve uma visita guiada ao terreno, onde algumas fotos foram coletadas para o melhor entendimento do escopo do trabalho. Observa-se que o SEBRAE é um foco importante para estudantes de arquitetura, engenharia e profissionais dessa área. A edificação foi estudada em seu entorno, na climatização e na identidade local. Quanto à energia solar, o SEBRAE apresentou, sustentavelmente, todas as tecnologias. Na área climática, no edifício estudado, podem-se perceber condições construtivas sustentáveis para a funcionalidade e a aplicabilidade; ambas as características tratam do equilíbrio entre homem, meio ambiente e edificação. O sol e o vento interferem em alguns locais, e a vegetação, em outros, pois ameniza o calor, diminui os ruídos e filtra a poluição. Em relação à certificação AQUA, o prédio pode obtê-la por seus requisitos estarem contemplados. Portanto, os objetivos da pesquisa foram atendidos.

Palavras-chave: Eficiência. Sustentabilidade. Reúso de água. Comportamento humano. Impacto ambiental.

O DISCURSO DOS MAPAS: TERRITORIALIDADE E FRONTEIRA NOS MAPAS DO BRASIL COLONIAL NO SÉCULO XVIII

Michelly Amorim da Silva, *PIC Institucional, aluna bolsista*
michelly.amorim@gmail.com
Deusdedith Alves Rocha Junior – UniCEUB, professor orientador
deusdedith.junior@uniceub.br

A pesquisa analisa mapas manuscritos e impressos, produzidos na primeira metade do século XVIII, tendo por finalidade comparar e compreender as representações sobre o rio Tocantins. Para estabelecer o recorte temporal, considera-se que esse período marcou novo momento da cartografia na Europa e dos interesses político-territoriais portugueses na América, após as descobertas de ouro no interior de Minas Gerais e, em seguida, Mato Grosso e Goiás. Quanto ao recorte espacial, observou-se que o rio Tocantins se mantinha oculto ou representado apenas no entorno de sua foz, que já era conhecida desde meados do século XVII. Assim, a verificação da evolução da sua representação poderia indicar o acréscimo de novas informações que chegavam aos cartógrafos europeus, motivado por interesses estatais, ou o acréscimo de informações divulgadas por mapas que se atualizavam. No âmbito das questões políticas e territoriais, considera-se que o Tratado de Madrid, assinado por Portugal e Espanha em 1750, foi marcado pela intensa produção de informações sobre as configurações dos espaços interiores do território da América do Sul, tanto ao Sul, na região do rio da Prata, quanto no Planalto Central e na Amazônia, o que levou à reformulação de compreensões e conhecimentos antigos sobre esses espaços e contribuiu para a produção de novos mapas. Assim, após elencar um número significativo de mapas, optou-se por investigar o de Jean Baptiste Bourguignon D'Anville, de 1748, por constatar-se ser este o primeiro a expor uma representação pormenorizada das nascentes do rio Tocantins, dos seus afluentes, além de acidentes geográficos, principalmente cachoeiras. A esse, somou-se o mapa de Tossi Colombina, de 1750. Outros foram verificados, confirmando-se a ausência e ou a pouca representatividade do rio Tocantins. Por fim, optou-se por organizar quadros detalhados dos percursos, dos afluentes e das relações que o rio Tocantins estabelece com outras representações espaciais nos referidos mapas.

Palavras-chave: Mapas históricos. Rio Tocantins. Representações do espaço.

O JORNALISMO INTERNACIONAL E A ATUALIDADE MEDIÁTICA: A CONFIGURAÇÃO DE BRASÍLIA NO NOTICIÁRIO INTERNACIONAL

Laís Cristyne Aguiar Rodrigues – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
lais.cristyne@hotmail.com
Katrine Tokarski Boaventura – UniCEUB, professora orientadora
katrineboaventura@gmail.com

Na sociedade repleta de acontecimentos reconstruídos pelos produtos jornalísticos, é necessário compreender como a mediação operada pela comunicação influi, diretamente, na atualidade do mundo apresentada ao indivíduo. O jornalismo internacional exerce importante papel na composição das realidades dos demais países estrangeiros, mediante, principalmente, o trabalho dos correspondentes internacionais e das agências de notícias. Entretanto, da mesma forma que a atualidade mediática caracteriza a compreensão do indivíduo sobre determinada sociedade, sua realidade chega aos outros países. Portanto, propõe-se analisar como Brasília está configurada no noticiário internacional com base no conceito de atualidade mediática, pois, ao lidar com matérias jornalísticas a respeito da capital federal brasileira, os veículos operam uma mediatização que leva à construção de uma imagem sobre a cidade. Este trabalho utiliza a revisão de literatura, a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo nas produções jornalísticas coletadas. Conceituam-se os tópicos sobre atualidade mediática, notícia e jornalismo internacional. Faz-se a análise produzida sobre a capital, por meio das reportagens disponíveis *on-line*, nos *sites* dos veículos internacionais de comunicação. Conclui-se que a atualidade mediática de Brasília não corresponde à sua realidade atual. A caracterização da cidade volta-se, fundamentalmente, à arquitetura, à política e à sua concepção originária, de modo a transparecer que, após sua construção, não houve transformações e que se configura, até hoje, como a capital do futuro. Entretanto, há, embora insuficientes, questionamentos que levam a refletir sobre o que Brasília se tornou e é hoje. Isso constata a existência de uma construção de imagem crítica que, timidamente, realiza-se.

Palavras-chave: Brasília. Atualidade mediática. Jornalismo internacional.

OS SENTIDOS DE TERRITORIALIDADE NOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O RIO TOCANTINS

Deusdedith Alves Rocha Júnior – UniCEUB, professor orientador
deusdedith.junior@uniceub.br

Este projeto tem por objetivo a classificação e a análise sintética das narrativas de viagem sobre o rio Tocantins, desde o processo colonizador do território brasileiro, observando-se os diversos sentidos de territorialidade e as formas de percepção e apropriação do espaço mediante distintos momentos históricos em que se produziram tais narrativas. Considera-se que a literatura em questão, produzida entre os séculos XVII e XX, permite a construção de um quadro sintético que evidencia as formas e os sentidos de discursos sobre o território do Brasil Central. As noções de fronteira, território, nação e sertão foram conjugadas, para justificar o avanço da concepção ocidental de mundo sobre as sociedades indígenas e as populações camponesas. Após a lista dos principais relatos sobre o rio Tocantins para o período proposto, verificou-se que há grande diversidade sobre a forma como era abordado o rio, pois mesclam-se as intenções do Estado com as comerciais, as científicas e as de entretenimento, por isso decidiu-se privilegiar os estudos dos primeiros relatos sobre o rio Tocantins. Assim, a carta do padre Antônio Vieira, escrita ao rei de Portugal em 1653, destaca o percurso do rio que se conhecia, partindo de Belém do Pará e entrando pela sua foz até as cachoeiras do Itaboca (atual barragem de Tucuruí) e expõe as práticas de catequese e sujeição de índios em uma narrativa que evidencia a fauna e a flora do entorno do rio, os hábitos da sua navegação e as inúmeras tribos indígenas que habitavam as suas proximidades. O relato do alferes José Peixoto da Silva Braga, desistente da bandeira do Anhanguera, em 1725, que descera o rio Tocantins até Belém do Pará, narrado ao padre cartógrafo Manoel Diogo Soares cerca de dez anos depois, destaca os perigos das cachoeiras. Por fim, o relato do aventureiro José da Costa Diogo, que descera o rio Tocantins em busca de achados auríferos, é utilizado para a representação do rio no mapa de D'Anville, de 1748. Estes relatos foram sintetizados e sistematizados em suas informações sobre o rio Tocantins, configurando um conjunto de fontes para a cartografia histórica e o estudo sobre o espaço no Brasil Central.

Palavras-chave: Rio Tocantins. Territorialidade. Relatos de viagens.

PAVIMENTO VEGETAL: ESTUDO DE LIGNINA COMO UMA SOLUÇÃO INOVADORA E SUSTENTÁVEL

Patrícia Caroline Souza da Rocha Vieira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
patriciavieira88@yahoo.com.br
Natália Nowicki Varela Rezende – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
natalianowicki@hotmail.com
Raylla Percy Bastos Custódio Pereira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
rayllinha29@hotmail.com
Jairo Furtado Nogueira – UniCEUB, professor orientador
jairo.nogueira@uniceub.br

Este trabalho tem como objetivo analisar novos materiais alternativos para camadas e revestimento primário de pavimentação diante do contexto da sustentabilidade, que é relevante em todo o mundo. Desta forma, baseou-se no comportamento de um componente das plantas considerado rejeito de fábricas de celulose, denominado lignina, que é um polímero natural aromático complexo e origina-se da desidrogenação dos alcoóis cumarílico, coniferílico e sinapílico. Mediante análise bibliográfica, verificou-se que o componente poderia ser uma alternativa sustentável na mistura junto ao solo da base de um pavimento, podendo ser um substituto dos revestimentos de concreto ou de asfalto. Foram realizados ensaios com o solo composto, em grande parte, por argila, obtido da quadra 908 Norte de Brasília/DF, e o pó de lignina, obtido da empresa Suzano Papel e Celulose, de São Paulo. Os ensaios tomaram por base, principalmente, as normas NBR 6459/84 – limite de liquidez, NBR 7180/84 – limite de plasticidade, NBR 7181/84 – análise granulométrica, NBR 6508/84 – massa específica dos grãos NBR 6457/86 – preparação para ensaio de compactação e caracterização do solo, NBR 7182/86 – ensaio de compactação e NBR 9895/87 – índice de suporte Califórnia (ISC) e seus complementos. Foram realizados testes em misturas solos-lignina, com teores de 0%, 2%, 6% e 9% do resíduo. Os resultados da pesquisa apresentaram condições favoráveis à utilização do material ao solo, o que confirma a viabilidade de utilização da lignina como componente da base, podendo substituir os elementos utilizados como revestimento do pavimento, além de ser uma alternativa economicamente viável, reduzindo os impactos ambientais.

Palavras-chave: Pavimento. Ensaio. Sustentabilidade. Rejeito. Lignina.

PIEZOELETRICIDADE: A ENERGIA SOB OS PÉS E AS RODAS

Laura de Castro Oliveira Guerreiro – UniCEUB, PIBITI-CNPq, aluna bolsista
laura_guerreiro1@hotmail.com
Fabiana Lemos Rajão – UniCEUB, PIBITI, aluna voluntária
fabianalemos.arq@gmail.com
Ivana Moreno Santos – UniCEUB, PIBITI, aluna voluntária
ivimoreno@gmail.com
Prof.ª Dr.ª Eliete de Pinho Araujo – UniCEUB, orientadora
eliete.araujo@uniceub.br

Embora ainda sejam raros os empreendimentos que priorizam a sustentabilidade, alguns avanços registrados nos últimos anos podem ser comemorados. Uma inovação que pode render níveis mais baixos de demanda energética e melhor durabilidade são os *leds*, que logo poderão ser adotados como sistema de iluminação normal nos edifícios. Por outro lado, a questão da sustentabilidade ainda é vista como algo estereotipado. Assim, há muito que pode ser feito na prancheta do arquiteto, para melhorar a relação das cidades com o meio ambiente. Isso depende, porém, de os profissionais aplicarem os conceitos que aprenderam quanto a conforto ambiental, ventilação, conforto térmico, energias alternativas, sistemas automatizados, entre outros. Itens, como baixo consumo de energia, recursos renováveis, reciclagem, contexto urbano, produtos com pouca energia incorporada, qualidade de vida, custos de aplicação, devem ser considerados. Entre as novas tecnologias de energia renovável, pode-se destacar a piezoeletricidade, cuja função é transformar a energia cinética, que, geralmente, é desperdiçada, em energia elétrica utilizável. Seguindo a tendência das novas tecnologias, a piezoeletricidade propõe que os passos dos pedestres e a circulação veicular sejam transformados em energia barata e limpa. Nesse sentido, este trabalho avalia tanto a aplicação da piezoeletricidade quanto a sua viabilidade financeira, para fornecer satisfação aos locais escolhidos em Brasília, Distrito Federal. Para isso, analisaram-se as condicionantes de fluxo de pessoas nos locais escolhidos: a Rodoviária de Brasília, a Feira da Torre de TV e a Feira dos Importados. Foram encontrados resultados tanto favoráveis quanto impertinentes para a aplicação da piezoeletricidade.

Palavras-chave: Energia. Piso. Projeto.

PREVALÊNCIA DE DIABETES GESTACIONAL E NÍVEL DE ADESÃO AO TRATAMENTO

Natália Rúbia Lopes Domingues – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
nat.rubia@gmail.com
Erika Blasmires Santos Porto – UniCEUB, professora orientadora
erikabsporto@gmail.com

O diabetes *mellitus* gestacional caracteriza-se pela diminuição da tolerância à glicose e assemelha-se ao diabetes do tipo II, sendo necessário, nesta condição, o apanhamento nutricional, para evitar macrossomia, fetos grandes para a idade gestacional, aumento das taxas de cesárea, traumas no canal de parto, distórcia de ombro, hipoglicemia, hiperbilirrubinemia, hipocalcemia e policetemia fetais, distúrbios respiratórios neonatais e óbito fetal intrauterino. Esta pesquisa tem como objetivo verificar a prevalência de diabetes *mellitus* gestacional em gestantes atendidas em ambulatório de nutrição e a adesão ao tratamento nutricional e à prática de atividade física. Trata-se de um estudo transversal que analisou 330 prontuários de gestantes atendidas em um consultório particular de Nutrição localizado na Asa Sul, Brasília - DF, nos últimos dez anos. A prevalência de diabetes entre as gestantes atendidas foi de 9,7% (n=32), sendo o número médio das consultas após o diagnóstico de DMG, de 0,9 vezes. Em relação à adesão **à** dieta prescrita para o controle da patologia, 34,4% aderiram, totalmente, ao tratamento proposto pelo nutricionista e à prática de exercício físico; 65,6% das pacientes mantiveram as atividades durante todo o tratamento. O resultado deste estudo aponta para a necessidade de outras intervenções educativas, além da prescrição dietoterápica para a solução **à** baixa adesão, como o incentivo à prática culinária adaptada à patologia, pois é uma técnica que pode estimular o fortalecimento e o autocuidado nas gestantes. Há a necessidade de realização de novas pesquisas investigativas para determinação das causas da não adesão ao tratamento dietoterápico entre as gestantes diagnosticadas com diabetes gestacional.

Palavras-chave: Diabetes gestacional. Dietoterapia. Exercício físico.

PREVALÊNCIA DE HIPOVITAMINOSE D EM GESTANTES ATENDIDAS EM UM SERVIÇO DE PRÉ-NATAL DA REDE PRIVADA DE BRASÍLIA EM 2014

Daniela Melo Rocha, PIC institucional, aluna bolsista
dannymrocha@hotmail.com
Daniela Lopes Gomes – UniCEUB, professora orientadora
daniela.gomes@uniceub.br

A hipovitaminose D durante a gestação pode refletir em peso insuficiente do feto e distúrbios da homeostase óssea na criança, além de redução da mineralização óssea, podendo levar ao raquitismo infantil. O objetivo deste estudo transversal, realizado por meio da análise de prontuários, **é** determinar a prevalência de hipovitaminose D em gestantes atendidas em um serviço de pré-natal da rede privada de Brasília-DF, no ano de 2014. Foi selecionado, por amostra de conveniência, um consultório médico particular de obstetrícia com grande demanda de atendimento. Foram coletados dados de idade, data do exame e valor de 25OHD e seguidos os parâmetros laboratoriais definidos pela Endocrine Society, os quais consideram normais os valores superiores a 30 ng/ml, insuficientes os valores de 20 a 30 ng/ml e deficientes os valores menores que 20 ng/ml. Esses pontos de corte foram sugeridos com base no papel da vitamina D na absorção de cálcio e fósforo. Foi realizada estatística descritiva com testes de tendência central e dispersão, e, para testar a correlação entre variáveis, utilizou-se o teste de correlação de Pearson. Para as análises, foi usado o *software* SPSS, v.20. Dos prontuários examinados, 206 gestantes atenderam os critérios de inclusão, as quais tinham **média de idade de 33**+4,8 anos. Foi observado que 83% das gestantes apresentavam inadequação de 25OHD, sendo 24,3% deficientes e 58,7% insuficientes. Não foi encontrada associação estatisticamente significativa entre inadequação de vitamina D e idade da gestante. Os resultados obtidos demonstraram alta prevalência de hipovitaminose D entre as gestantes, o que pode gerar complicações tanto para a mãe quanto para o bebê, por isso torna-se relevante realizar mais estudos que investiguem a prevalência dessa deficiência com maior representatividade e explorem os fatores associados e a intervenção com suplementação de vitamina D, para determinar a dose segura **às** pacientes. Desta forma, alertam-se os profissionais de saúde envolvidos no pré-natal para que solicitem o exame de 25OHD e contribuam para o delineamento de estratégias de políticas públicas de saúde, no sentido de corrigir tal deficiência e prevenir doenças.

Palavras-chave: Gestação. Hipovitaminose D. Prevalência.

PREVALÊNCIA DE MENINAS IMUNIZADAS CONTRA HPV DURANTE A CAMPANHA DE VACINAÇÃO DE 2014, EM PLANALTINA/DF

Cínthya Neiva de Paula – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
cinthyaneiva@gmail.com
Carolina Macedo Brandão – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
carol_brandao8@hotmail.com
Milton Rego de Paula Junior – UniCEUB, professor orientador
milton.junior@uniceub.br

O papilomavírus humano é sexualmente transmissível, pode acarretar mudanças na estrutura gênica celular e propiciar o aparecimento de neoplasias, entre elas, o câncer de colo de útero. Uma medida de prevenção primária é a imunização da população feminina contra o vírus, antes do início da atividade sexual, ou seja, antes do primeiro contato com esse agente etiológico. A campanha de vacinação contra HPV de 2014 no Distrito Federal abrangeu meninas entre 9 e 13 anos, e foram administradas 3 doses da vacina. Na região atendida pelo Centro de Saúde nº 04 de Planaltina/DF, a campanha foi realizada nas escolas de ensino fundamental, entre elas, a Escola Classe 15. A população estudada neste trabalho envolveu 183 meninas na faixa etária de 9 a 13 anos, alunas dessa instituição. Foi averiguada a adesão à campanha; 101 meninas receberam todas as vacinas, e 41 não receberam nenhuma dose. A pesquisa foi elaborada pelo levantamento de dados, acerca da quantidade de meninas que tomaram todas as doses da vacina e das que deixam de tomar alguma. Foi feita entrevista com 11 responsáveis pelas meninas que não receberam alguma das três doses da vacina ou nenhuma. O questionário avaliou os principais motivos por que os responsáveis não propiciaram a vacinação à menina. Entre as perguntas, havia motivos psicossociais, religiosos, educacionais e sexuais. Foi indagada a escolaridade dos responsáveis, e 4 deles tinham ensino fundamental completo. Além disso, questionou-se acerca do conhecimento do responsável sobre a funcionalidade da vacina contra HPV e de qual o foi o veículo de obtenção dessa informação.

Palavras-chave: Papilomavírus humano. Vacina. Campanha.

PROPOSTA DE OTIMIZAÇÃO NA GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR RESIDENCIAL EM FUNÇÃO DAS VARIAÇÕES DA RADIAÇÃO SOLAR APLICADAS EM UM PAINEL FOTOVOLTAICO

Guilherme Pimenta – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
guipbarreto@hotmail.com
Éder Peixoto – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
epeixoto85@gmail.com
Roseana Bomfim – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
roseana_sb@hotmail.com
Prof. Me. Luciano Henrique Duque – UniCEUB, orientador
luciano.duque@uniceub.br

Este projeto apresenta um sistema para otimização de geração de energia solar residencial em função da radiação solar, com o objetivo de aumentar a capacidade de geração de eletricidade por um painel fotovoltaico. O sistema é composto por uma plataforma baseada no Arduíno e vários componentes eletrônicos discretos, como sensores de luminosidade, corrente e motores. Os fotossensores convertem a luz incidente aplicada ao painel solar e transmitem as informações ao Arduíno, que, processa os dados e aciona uma base móvel, composta por um motor de passo acoplado ao painel solar. O azimute do conjunto é ajustado, de forma a encontrar a posição em que ocorra a maior incidência de raios solares, e, assim, aumentar a geração de energia pelo painel. Os dados de energia coletados pela célula são transferidos a um dispositivo móvel e/ou computador pela internet e analisados por um *software* específico. A ideia é desenvolver um sistema de custo acessível com vistas à geração de energia solar eficiente, para maior aproveitamento da radiação solar.

Palavras-chave: Energia solar. Painel fotovoltaico. Plataforma Arduíno.

PROTEÇÃO AOS DADOS DE TESTES FARMACÊUTICOS DE USO HUMANO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Juliana Nascimento Cruz, PIC Institucional, aluna bolsista
julianashalon7@hotmail.com
Maria Edelvacy Marinho – UniCEUB, professora orientadora
mariaedelvacy@gmail.com

O mercado farmacêutico brasileiro de medicamentos genéricos está em crescimento. Segundo fonte do IMS Health, o consumo de genéricos correspondeu, em 2014, a 28% das vendas farmacêuticas e tem custo inferior em relação ao medicamento de referência ou inovador de, no mínimo, 35%. Entre as legislações no Brasil que dispõem acerca da proteção de dados de teste farmacêutico, estão a Lei 9.279/96 e a Lei 10.603/02, que estabelece a proteção de teste de uso veterinário, agrotóxicos e agroquímicos. Por opção do legislador, atendendo à política de genéricos no Brasil, não foi consagrada a proteção para uso humano. A Política Nacional de Medicamentos, instaurada em 1999 e que inseriu a política de medicamentos genéricos pela Lei 9.789/99, visa promover o medicamento genérico com a mesma eficácia que o de referência ou inovador, porém com valor mais acessível à população. A Lei dispõe que, para ser registrado o medicamento genérico, é necessária a comprovação da bioequivalência e da biodisponibilidade com o medicamento de referência. Porém, empresas inovadoras têm alegado perante o Judiciário que o procedimento de análise comparada da bioequivalência e da biodisponibilidade com o medicamento inovador se configura, pela ANVISA, numa prática de violação do artigo 39.3 do Acordo TRIPS e da Lei Nacional de Propriedade Industrial (Lei 9.279/96), inciso XIV do artigo195. O acordo TRIPS dispõe que deve haver uma proteção, por parte dos países membros, dos dados de teste, com o objetivo de evitar a prática da concorrência desleal, entretanto deixa livre a escolha para que cada país os proteja da forma que julgar melhor. O Brasil não concede direitos exclusivos a dados de teste de uso humano, mas a Lei 9.279/96 protege-os pela concorrência desleal. Isso significa que incorre nesse crime quem divulga, explora ou utiliza os dados de teste não divulgados sem a autorização das empresas inovadoras, o que se justifica pelo alto custo e pelo esforço considerável das empresas de medicamentos de referência, para alcançar tais resultados. O objetivo do presente trabalho, por intermédio de pesquisa bibliográfica documental, é analisar o caso Lundberck Brasil LTDA e a ANVISA e os impactos que a decisão de primeira instância causou, principalmente, no que concerne ao uso da interpretação analógica para a proteção aos dados de teste de uso humano. Conclui-se pelo uso indevido da analogia no caso, cujo exame demonstra que não se trata de lacuna, mas de opção do legislador de excluir a proteção de testes para uso humano em favor do acesso ao medicamento.

Palavras-chave: Medicamentos genéricos. Legislação de medicamentos. Política Nacional de Medicamentos.

REABILITAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM CRIANÇAS COM DIFICULDADES EM EXECUTAR MOVIMENTOS EM MEMBROS SUPERIORES OU INFERIORES UTILIZANDO-SE SINAIS MIOELÉTRICOS NOS JOGOS VIRTUAIS E APLICAÇÃO EM PRÓTESE INTELIGENTE PARA MEMBRO SUPERIOR

Pedro Henrique Cantuária Lôbo, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
phlobo8@gmail.com
Abiezer Amarilia Fernandes – UniCEUB, professor orientador
abiezer.fernandes@uniceub.br

Observaram-se pacientes que sofreram amputação ou deformação no membro superior, e, assim, começou a criação dos jogos baseados na eletromiografia. Com isso, foi possível interpretar os sinais vindos da região motora do cérebro até o seu destino, no caso, um dos membros superiores. Em seguida, percebeu-se a dificuldade em amplificar e interpretar os sinais captados pelos sensores de superfície, e recorreu-se ao uso de modelos matemáticos para o correto tratamento do sinal. Ao implementar a Fast Fourier Transformer – Transformada Rápida de Fourier – FFT, foi possível ter um sinal melhor. As rotinas foram feitas em microcontroladores de baixo custo para a criação de uma prótese que pudesse devolver parte do movimento perdido pelo paciente. Ao usar-se o Digital Signal Processor – Processador Digital de Sinal – DSP e os corretos *drivers* de potência para controlar a parte mecânica do dispositivo, conseguiu-se, com sucesso, realizar o movimento de pinça, logo o usuário estaria capacitado a pegar objetos e realizar uma série de ações que, antes, a sua condição limitava. Tendo o dispositivo pronto para teste, iniciou-se a fase em que o paciente aprende a usar a prótese. Ao perceber certa dificuldade nesse processo, foram feitas buscas para agilizar a interação entre máquina e paciente. Com base no uso de inteligência artificial, recorreu-se à rede neural, em que a máquina foi preparada para aprender o movimento do paciente e não o contrário como era anteriormente feito. Com mais essa etapa concluída, foi possível observar um resultado final satisfatório às expectativas da pesquisa.

Palavras-chave: Eletromiografia. Prótese. Transformada rápida de Fourier.

REGULAÇÃO E LIBERDADE NA INTERNET: O CASO DO MARCO CIVIL BRASILEIRO

Daniella Montenegro Bazzi, PIC Institucional, aluna bolsista
daniella.bazzi@gmail.com
Sérgio Euclides Braga Leal de Souza – UniCEUB, professor orientador
sergio.euclides@uniceub.br

Com o intuito de averiguar a existência da liberdade de expressão na Internet, neste projeto de pesquisa, propõe-se examinar as disposições a respeito do constante na lei de Marco Civil da Internet, sancionada pela Presidenta da República em 23 de abril de 2014, e as diferentes perspectivas sobre o tema advogado por grupos, associações e segmentos da sociedade brasileira. Apesar de o surgimento da ideia que resultou na Internet ter ocorrido no contexto de projeto militar durante a Guerra Fria, a emergência da rede, tal como a conhecemos em meados da década de 1990, suscitou uma série de expectativas otimistas quanto ao seu potencial democratizante e libertário, intensificadas pelo crescimento exponencial da rede nos anos seguintes. Assim, constata-se a democratização do acesso ao imenso patrimônio da experiência e do conhecimento humanos em toda a sua diversidade e pluralidade; a democratização da conversação acerca de interesses comuns, individuais e coletivos e da participação, em escala planetária, na construção de novas estruturas, valores e práticas sociais, políticas e culturais, de novas formas, inclusivas e emancipatórias, de sociabilidade; a libertação dos constrangimentos da vida social tradicional mediante a interação sem limites ou fronteiras, desterritorializada, pluridirecional e multidimensional no âmbito das novas comunidades virtuais; a libertação para a construção de nova realidade aberta, autônoma e cooperativa no resgate dos valores perenes da liberdade, da igualdade e da fraternidade, em que as melhores possibilidades humanas poderiam, enfim, realizar-se. A análise das disposições da Lei nº 12.965 de 2014, relativas à liberdade de expressão na Internet, é o interesse principal desta pesquisa. Para restabelecer o contexto intelectual e político, foi feita revisão da literatura sobre regulação, liberdade de expressão e censura na Internet. Além disso, a reconstituição do processo legislativo e a análise de conteúdo das disposições direta e indiretamente relativas à liberdade de expressão que resultaram na Lei são fundamentais para este estudo, passando por projetos e emendas anteriores, seus agentes e interesses. Assim, analisa-se em que medida o Marco Civil reflete e informa a relação historicamente problemática na Comunicação Social, entre regulamentação e liberdade de expressão, sob a perspectiva dos diferentes interesses envolvidos no processo legislativo. Por fim, examina-se a suposta segurança e garantia jurídica da liberdade de expressão com a sanção da Lei 12.965/2014, o Marco Civil da Internet brasileiro.

Palavras-chave: Marco Civil. Internet. Liberdade.

REGULAÇÃO E PRIVACIDADE NA INTERNET: O MARCO CIVIL BRASILEIRO

Deborah Fortuna Oliveira de Andrade, PIC Institucional, aluna bolsista
deborah.fortuna01@gmail.com
Sérgio Euclides B. L. de Souza – UniCEUB, professor orientador
sergio.euclides@uniceub.br

A pesquisa tem por objetivo principal estudar e verificar como e se a lei sancionada em abril de 2014 pela Presidenta Dilma Rousseff, chamada de Marco Civil da Internet, vai garantir a privacidade dos usuários no mundo virtual. A discussão e a aprovação da lei recolocaram em pauta a antiga questão do campo da Comunicação Social sobre de que modo a regulação de meios, processos e/ou ambientes de comunicação pode garantir, além do direito fundamental à liberdade de expressão, o direito à privacidade. Com o advento da Internet, os termos daquela oposição tradicional foram radicalmente subvertidos e intensificados. De um lado, entrou em cena um número incalculável de indivíduos, grupos e instituições, reivindicando liberdade de pensamento, expressão e atuação numa escala sem precedentes na história humana. Do outro, ao invés de autoridades, destacam-se pessoas públicas e personalidades com recursos para a defesa dos seus direitos. Há mais de um bilhão de internautas relativamente vulneráveis e menos conscientes acerca dos riscos do ambiente virtual à sua privacidade. Nesta pesquisa, propõe-se o exame das disposições a respeito do constante no Marco Civil da Internet e das diferentes perspectivas sobre o tema advogadas por grupos, associações e segmentos da sociedade brasileira. Analisam-se as disposições da lei e suas regras sobre a privacidade do usuário, verificam-se as propostas que antecederam a lei, relativas à privacidade na *web,* e reconstitui-se, através de uma linha temporal, o processo legislativo da proposta para o Marco Civil brasileiro na Câmara dos Deputados. Além disso, mapeiam-se os interesses envolvidos no texto e os respectivos movimentos mediante a ação dos seus representantes, no curso da tramitação, e observam-se as mudanças no texto provocadas pelas diferentes opiniões e disputas políticas, focalizando o tema da privacidade do indivíduo na *web.* A pesquisa relata uma série de meios que as empresas elaboraram, para infringir o direito à privacidade do usuário, inclusive pelo *marketing*, importante objeto de estudo da comunicação.

Palavras-chave: Marco Civil. Internet. Direito à privacidade.

RELATÓRIO FIGUEIREDO: HISTÓRIAS INDÍGENAS EM MEIO A MECANISMOS TUTELARES

Manuella Sales Rodrigues – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
manuhmelilyen@gmail.com
Daniela Lima de Aguiar – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
felycyaa@gmail.com
Cristiane de Assis Portela – UniCEUB, professora orientadora
cristiane.portela@uniceub.br

A pesquisa realizou análise descritiva de um documento produzido na década de 1960, conhecido como Relatório Figueiredo, em que são denunciadas irregularidades cometidas pelo extinto Serviço de Proteção aos Índios - SPI. O relatório foi redigido sob responsabilidade do então procurador da República, Jader de Figueiredo Correia. A investigação sobre as irregularidades cometidas ou autorizadas pelos funcionários do SPI foi feita em 1967, a pedido do então ministro do Interior, Albuquerque Lima. Até as investigações da Comissão Nacional da Verdade, que identificou o documento em abril de 2013, acreditava-se que o material havia sido eliminado em incêndio ocorrido no Ministério da Agricultura, na década de 1960. O documento tem mais de 7 mil páginas, é dividido em 30 volumes, está em boas condições, é totalmente legível, estava guardado em uma caixa, no porão do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, e foi identificado por Marcelo Zelic, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, de São Paulo, e coordenador do Projeto Armazém Memória. A divulgação das denúncias no ano de 1967 causou grande repercussão e tornou-se o estopim que originaria a extinção do SPI e a criação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, naquele mesmo ano. Além da construção de uma síntese descritiva do Relatório Figueiredo, que facilitará o acesso do documento a pesquisas futuras, estabeleceu-se a correlação deste documento com outros que caracterizam um alinhamento histórico com o Relatório e que auxiliam a compreensão dos impactos da investigação sobre a política indigenista no Brasil. Tornou-se possível, desta maneira, mapear os acusados e as acusações junto com as medidas administrativas aplicadas, para melhor compreensão da ação do Estado. Assim, a pesquisa estabeleceu interlocução com outros dois documentos fundamentais para contextualização do tema: o Diário Oficial de 10 setembro de 1968, onde constam as medidas administrativas tomadas em relação aos acusados no Relatório Figueiredo; o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito de 1977, destinada a apurar denúncias relativas à invasão de reservas indígenas e avaliar o sistema de medidas desenvolvidas, com o propósito de resguardar a fixação de grupos indígenas em seus territórios e apurar, junto a atores indigenistas, violações cometidas contra indígenas em diferentes localidades. A correlação entre os documentos possibilitou compreender a política indigenista no período de transição entre os dois órgãos estatais, percebendo como, historicamente, constituiu-se um espaço de experiência e um horizonte de expectativa em torno dos mecanismos tutelares adotados pelo Estado em relação aos povos indígenas no Brasil, o que se delineia pelas narrativas contidas nos documentos analisados.

Palavras-chave: Política indigenista. Órgão tutelar. SPI. FUNAI.

RES PUBLICA E DITADURA NA TRANSIÇÃO DA REPÚBLICA ROMANA PARA O IMPÉRIO

Alexandre Rosa Graziani – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
xandegraziani@gmail.com
Henrique Smidt Simon – UniCEUB, professor orientador
henrique.simon@uniceub.br

O objeto desta pesquisa consiste em analisar as concepções de *res publica* e de ditadura durante a transição da República romana para o Império. Sob a forma de uma pesquisa-síntese, abrange, paralelamente, o caminho da política durante o período de transição do governo republicano para o poder autocrático em Roma. Consideram-se, portanto, características do corpo institucional que regia a República, as facetas do poder ditatorial e as influências dos dois grandes personagens nessa transição: Júlio César, um ditador, e Octávio Augusto, o primeiro imperador. Do objetivo principal, cuja base encontra-se na análise da *res publica* e da ditadura nos governos de Augusto e César e na exposição das consequentes transformações político-constitucionais romanas, derivam objetivos específicos: descrever a nova situação enfrentada pela República com a ascensão de César ao poder e o contexto histórico; determinar como se deu a ditadura de César e a centralização gradual do poder que contribuíram para as transformações no sistema político da época; caracterizar as mudanças da concepção de *res publica* com o advento do principado de Octávio Augusto. A metodologia da pesquisa desdobra-se na coleta de informações de livros sobre a história de Roma, o Direito Romano e os sistemas políticos da Antiguidade. Além do levantamento bibliográfico, há usufruto de trabalhos relacionados e a utilização de textos *online* reconhecidos no meio acadêmico. A pesquisa desenvolveu-se, inicialmente, com a coleta massiva de dados para a produção de base teórico-estrutural do assunto e com o desenvolvimento dos tópicos e do conteúdo escrito. Resulta-se deste trabalho uma análise esmiuçada, oriunda de diversos pontos de vista acerca de conceitos modernos no contexto da Antiguidade: a República romana a caminho da monarquia, com efeitos da ditadura e os meios necessários utilizados por Júlio César e Octávio Augusto para a consolidação do poder autocrático.

Palavras-chave: *Res publica* romana. Ditadura. César e Augusto.

RESPOSTA AGUDA DA INTERLEUCINA 6 APÓS A REALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FORÇA EM IDOSAS COM OBESIDADE

Pâmela Mistieri Porto, UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
pamela-mp@hotmail.com
Alessandro de Oliveira Silva, UniCEUB, professor orientador
alessandro.silva@uniceub.br

Estudos demonstram que o sobrepeso e a obesidade estão associados a uma inflamação crônica, indicada pelo aumento dos marcadores inflamatórios, como as citocinas, e uma delas é a interleucina 6 (IL-6). O processo inflamatório é caracterizado como uma resposta de defesa do organismo diante de um agente agressor, com o objetivo de reparar o dano causado. Assim, o objetivo desta pesquisa é investigar os níveis séricos dos marcadores inflamatórios IL-6 antes e após o treinamento agudo de força excêntrico. Participaram do estudo 40 mulheres saudáveis com idade média de 68,56 ±6,89 anos, massa corporal de 65,25±9,95 kg, massa gorda de 41,60 ±5,31kg, que apresentaram IMC de 27,82 ±4,54 kg/m^2. O protocolo constituiu-se de aquecimento geral no ciclo ergômetro, seguido de um aquecimento específico de 10 repetições em 50% de 10 RM. O exercício de resistência excêntrico (ERE) foi realizado na cadeira extensora, com 7 séries de 10 repetições e carga a 110% de 10RM. Antes e após a sessão de treinamento, foi realizada a coleta de 25 ml de sangue para a realização das dosagens de citocinas. Como resultado principal, não houve diferença na concentração de IL-6 em nenhum momento, após a realização do exercício excêntrico com 110% da carga de 10 RM. Sendo assim o protocolo utilizado nesta pesquisa parece ser uma indicação para a prática clínica como um método seguro na prescrição de exercícios físicos no treinamento de força para idosos.

Palavras-chave: Interleucina 6. Exercício excêntrico. Marcador inflamatório.

SELEÇÃO DE ATIVOS BIOLÓGICOS DE *BACILLUS THURINGIENSIS* COM POTENCIAL DE INIBIÇÃO DE MICRORGANISMOS

Cristiany Vieira Costa – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
crisvieirac@gmail.com
Vanessa Sodré de Souza – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
vanessasodre_vss@hotmail.com
Gabriela Corassa Rodrigues da Cunha – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
gabicorassa.rodrigues@gmail.com
Paulo Roberto Queiroz – UniCEUB, professor orientador
paulo.silva@uniceub.br

Bacillus thuringiensis é uma bactéria gram positiva em forma de bastonete, encontrada em vários ambientes, incluindo o solo. Sua principal característica é a produção de cristais proteicos específicos que apresentam ação tóxica contra diversas classes de invertebrados utilizados como agentes bioinseticidas, além da produção de bacteriocinas que podem ter ação bacteriolítica ou bacteriostática contra outras estirpes de *Bacillus sp.* e contra bactérias de importância clínica. O uso das bacteriocinas também é aplicado na indústria alimentícia, na inibição de bactérias patogênicas. O objetivo deste projeto é isolar estirpes de *B. thuringiensis* de solos de cerrado com potencial de inibição de microrganismos. Ao todo, onze amostras foram coletadas de diversos pontos da região central de Brasília. O isolamento foi realizado mediante choque térmico, totalizando nove amostras caracterizadas como *Bacillus sp.* Uma das estirpes apresentou produção de peptídeo com ação antimicrobiana com base na qual foi realizada uma cinética de crescimento por 72 horas. Foram coletadas amostras do meio de cultura em intervalos de tempo definidos. Em seguida, realizou-se a centrifugação da amostra mediante teste de confronto em placa, pelo método *well difusion*, com o sobrenadante. Observou-se que houve inibição do crescimento da bactéria teste em dois intervalos de tempo correspondentes aos estágios iniciais de crescimento. Ao repetir-se o teste, filtrando-se o sobrenadante em filtro de 0.22 micrômetros, observou-se a perda da atividade inibitória do sobrenadante. Realizou-se a pesagem do peso seco correspondente aos intervalos de crescimento da bactéria para a determinação da curva de crescimento e a determinação da dosagem de proteínas totais do sobrenadante, visando estabelecer os parâmetros de produção da bacteriocina com o crescimento bacteriano. Dos vários testes realizados, os resultados indicaram a produção de uma bacteriocina do tipo III, cuja característica principal é a termolabilidade. Bacteriocinas isoladas de *B. thuringiensis* podem ter relevantes implicações na prática clínica. Dessa forma, destaca-se a importância de futuras pesquisas para explorar o potencial biotecnológico dessas bactérias.

Palavras-chave: Bacteriocina. Peptídios. Inibição.

SISTEMA PARA AUXÍLIO Á LOCOMOÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL

Samuel Valeriano Oliveira Rodrigues, UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
samuel029@hotmail.com
Lara Santos Ferraz, UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
larinha-ferraz@hotmail.com
Luciano Henrique Duque, UniCEUB, professor orientador
luciano.duque@uniceub.br

Este projeto apresenta um sistema capaz de melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiências visuais a custos acessíveis, atendendo a todas as classes sociais. O dispositivo auxilia o deslocamento, detectando e informando ao usuário a presença dos obstáculos e sua distância exata. Um dos problemas enfrentados por pessoas com problemas de visão quando andam por ruas e avenidas é a colisão contra placas de sinalização e telefones públicos. Com o uso de sensores de ultrassom e infravermelho montados em uma base de óculos e com um microcontrolador, detecta-se a presença de obstáculos de maneira precisa, alertando a pessoa através de fones de ouvido, com informação da distância exata do obstáculo. O sistema não tem a pretensão de substituir a bengala ou o cão-guia, mas é um dispositivo auxiliar, capaz de detectar objetos não percebidos pela bengala.

Palavras-chave: Microcontrolador. Ultrassom. Infravermelho.

SISTEMA PORTÁTIL PARA DIAGNÓSTICO E PROCESSAMENTO DA VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA BASEADA NAS TRANSFORMADAS DE WAVELET

Hugo Molina Monteiro - UniCEUB, PIC voluntário
hugomolinamonteiro@gmail.com
Gustavo Pereira de Macêdo - UniCEUB, PIC voluntário
gustavopereira93@hotmail.com
Rebeca Hannah de Melo Oliveira - UniCEUB, PIC voluntário
bequinha94@hotmail.com
Luciano Henrique Duque -UniCEUB, professor orientador
luciano.duque@uniceub.br

Este projeto apresenta o desenvolvimento de um sistema portátil, capaz de realizar medições, análise e processamento dos sinais cárdicos pelo emprego das transformadas de Wavelet e enviar os resultados ao cardiologista pela internet. Em localidades remotas onde não existem equipamentos de eletrocardiograma ou médicos especialistas, o sistema portátil proposto permitirá realizar o exame cardíaco de forma simples, o que agiliza o processo de diagnóstico por um médico localizado distante do ponto de atendimento. O exame pode ser realizado com o dispositivo portátil colocado no peito do paciente; os dados cardíacos são armazenados e enviados a localidades que possuem especialistas. A análise dos sinais cardíacos será realizada de forma não invasiva, com uso de eletrodos de superfície. A transformada de Wavelet decompõe os sinais cardíacos em uma função definida no domínio do tempo e em outra definida no domínio da frequência. Esse processamento será comandado por um microcontrolador, que trabalha com processamento digital de sinais e fará a análise, o armazenamento e o envio dos dados pela internet. O dispositivo portátil terá um visor em *display* de cristal líquido, para informar os batimentos cardíacos e as ondas geradas. A captação do sinal cardíaco será realizada pelos eletrodos não evasivos fixados no dispositivo portátil. O sinal cardíaco captado apresenta valores de tensão baixos, inferiores a 0,001 Volts pico a pico, e o processamento digital deve ser realizado para eliminar os ruídos externos. O sinal será filtrado e amplificado com a utilização de amplificadores operacionais de alta sensibilidade e ganho. Após esse processo, as informações são enviadas ao microcontrolador por meio de um *software*, para realizar as transformadas de Wavelet no tratamento dos sinais.

Palavras-chave: Sinais cardíacos. Transformada de Wavelet. Diagnóstico.

SISTEMAS DE REVESTIMENTO DE ARGAMASSA MODIFICADA POR POLÍMERO

Scarllet Orlândi Leite de Melo, UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
scarlletleite@gmail.com
João Pedro Sovat, UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
jpsovat@hotmail.com
Rafael Helbourn Bastos, UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
rafael.hb@hotmail.com
Jorge Antônio da Cunha Oliveira, UniCEUB, professor orientador
jorge.oliveira@uniceub.br

O revestimento externo de uma construção deixa de ser exclusivamente estético e passa a ser um elemento de fundamental importância estrutural e construtiva com impacto direto no resultado final de um projeto. Em relação à relevância do tema, tem-se a atual capacidade de desenvolvimento de novas tecnologias e suas aplicações em técnicas já conhecidas, para auxiliar a crescente demanda e reduzir custos e problemas futuros. Nesta pesquisa, estima-se observar as vantagens nas adições de polímeros às argamassas de revestimento, como a melhoria na adesão e na aderência, a redução de porosidade, o aumento na deformação, a impermeabilização, entre outras. Os sistemas de revestimento modificado com resinas poliméricas são empregados em diversos tipos de substrato, sendo mais comum a aplicação em blocos cerâmicos, de concreto e estruturas de concreto armado. Estes revestimentos são constituídos de um traço usual de cimento, cal, areia e água, e, em alguns casos, podem-se adicionar as resinas ou a argamassa múltipla, para aumentar a produtividade com a redução de espaço no canteiro de obra e a diminuição do uso de materiais secundários para a produção da argamassa. Para tal variação de substrato, existe a possibilidade de aplicar, previamente, o chapisco, respeitando a cura mínima de 72 horas, a fim de aumentar a rugosidade do substrato, provocando maior adesão inicial e maior aderência entre a argamassa e o substrato. A pesquisa analisa e compara seis séries de argamassas, sendo cinco modificadas com uso de aditivo e uma sem a adição de polímero. São avaliadas as propriedades da argamassa no estado fresco e no estado endurecido. Os resultados evidenciam o ganho de resistência de aderência com a adição do aditivo.

Palavras-chave: Argamassa. Polímero. Propriedades mecânicas.

SOLDADOS OU POLICIAIS? UMA ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DOS CONTINGENTES BRASILEIROS NAS OPERAÇÕES DE PAZ NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Renata Alecrim Viana - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
vianaarenata@gmail.com
Carlos Timo Brito - UniCEUB, professor orientador
carlos.brito@uniceub.br

A pesquisa analisa um aspecto específico da participação brasileira em missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), qual seja, o grau de diversidade na composição das tropas, em termos de números de soldados das Forças Armadas e de policiais. Isso pode revelar a compatibilidade entre os objetivos essenciais das intervenções e os recursos humanos disponibilizados pelo Estado brasileiro para a realização das missões. Nesse sentido, deve-se alertar para o fato de que, em oposição ao caráter iminentemente militar e ocupacional das operações do passado, as recentes devem buscar atingir objetivos variados e sofisticados que refletem a pluralidade e a riqueza de formas de atuação local e efetiva da ONU nas relações internacionais contemporâneas. Entre as modernas funções dessas operações, destacam-se a facilitação de processos políticos, a proteção de civis e minorias, o desarmamento de segmentos da população, a desmobilização e a reintegração dos ex-combatentes, o apoio à organização de eleições, a promoção de direitos humanos e a restauração do Estado de Direito. Isso sugere que os recursos humanos empregados nessas tropas precisam ser igualmente variados, compatíveis com os desígnios plurais das missões as quais passam a envolver mais atividades ditas de "segurança pública" do que de "ocupação militar". Suscita-se, então, um questionamento central se a composição dessas tropas deveria contar com menos soldados das Forças Armadas e mais policiais e/ou civis. Para tentar responder a essa pergunta, a pesquisa identificou, inicialmente, conceitos e abordagens teóricas das Relações Internacionais compatíveis com a análise dessa natureza, as quais serviram de amparo conceitual-teórico. Em sequência, examinou-se a história da participação brasileira nas missões de paz da ONU, de modo a identificar padrões e tendências referentes à composição e à atuação dos contingentes. Ademais, elaborou-se um levantamento numérico da composição das tropas brasileiras em diversas missões de paz, com ênfase na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), sob o comando do Brasil. O estudo revelou que, a despeito do entendimento segundo o qual a composição dos contingentes das missões de paz deve prever mais policiais e civis, as tropas brasileiras ainda são, majoritariamente, compostas por militares vinculados às Forças Armadas. Em conclusão, o estudo aponta para a necessidade de aprofundarem-se as discussões sobre o papel do Brasil nas intervenções sob os auspícios da ONU e a forma mais adequada da participação brasileira em especial no que se refere aos recursos humanos empregados nessas operações.

Palavras-chave: Missões de paz. Organização das Nações Unidas. Ocupação militar. Segurança pública.

UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE ENCAMINHAMENTO PARA A INTERNAÇÃO EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO DISTRITO FEDERAL

César Soares, UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
cpscesar@gmail.com
Débora Hanna, UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
debbyhanna@gmail.com
Tânia Inessa Martins de Resende, UniCEUB, professora orientadora
taniainessa@gmail.com

A pesquisa tem enfoque interdisciplinar das áreas de Direito e Psicologia no contexto da saúde mental e propõe compreender o processo de encaminhamento para a internação em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Distrito Federal. No Brasil, os serviços de referência para o tratamento em saúde mental são denominados CAPS e têm o objetivo de desenvolver atividades que favoreçam a inclusão social dos usuários de saúde mental com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania. A atenção à crise nesses serviços representa um dos aspectos estratégicos. A internação, por determinação legal (lei 10.216/2001) e regulamentação do Ministério da Saúde (1992, 2001 e 2004), deve ser feita, prioritariamente, em CAPS III e/ou leitos em hospital geral. Porém, nota-se que a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do DF é composta apenas por CAPS II, isto é, serviços que funcionam 12 horas nos dias úteis. Assim, ante a escassez desses dispositivos, a pesquisa tem como objetivo investigar e analisar como um CAPS do DF realiza o processo de encaminhamento para a internação. Para tanto, foi utilizada metodologia qualitativa, a fim de compreender, por diferentes perspectivas, as variáveis presentes ao processo de internação. Nesse sentido, procedeu-se ao estudo exploratório mediante análise documental dos prontuários do CAPS dos anos de 2006 e 2007 e de 2013 e 2014; a entrevistas semiestruturadas com profissionais; a entrevistas narrativas com usuários do CAPS encaminhados à internação. Conclui-se que existe urgência na criação do CAPS III e de leitos em Hospital Geral, visto que, mediante o ponto de vista do indivíduo, a internação nos antigos hospitais psiquiátricos está longe de ser um procedimento adequado, pois distancia-se do preconizado pelo Ministério da Saúde e por organizações de defesa dos direitos humanos.

Palavras-chave: Internação. CAPS. Reforma psiquiátrica.

UTILIZAÇÃO DO MÉTODO COMPARADO NAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Bruno Neves do Nascimento - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
brunoneves15@gmail.com
Lorena Pessoa Londe de Oliveira - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
lorenapessoalonde@hotmail.com
Érica Barbosa Coutinho Freire de Souza - UniCEUB, professora orientadora
erica.souza@uniceub.br

O objetivo do presente trabalho é investigar como tem ocorrido a utilização do método comparativo nas decisões do Supremo Tribunal Federal, nos últimos dois anos. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Direito Constitucional, especialmente no capítulo sobre hermenêutica e concretização constitucionais, propondo reflexão e investigação sobre como tem sido a prática discursiva dos ministros da Suprema Corte Brasileira, no que diz respeito às decisões de cortes estrangeiras constitucionais e/ou internacionais nas decisões constitucionais brasileiras. A pesquisa justifica-se pela constatação de que não são abundantes as investigações acerca da utilização do método comparativo, no âmbito jurídico-constitucional, no Brasil. Ou seja, visto sob a perspectiva pragmática, verifica-se a ausência de dados empíricos sobre a prática comparativa na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. A pesquisa tem como premissa o fato de os Estados Constitucionais, tal como concebidos pela contemporaneidade, especialmente pelos juristas e pelos estudiosos dos séculos XVIII, XIX e XX, não mais oferecerem as condições de possibilidade para a concretização de direitos fundamentais de forma adequada às necessidades do século XXI. Nesse contexto, o método comparativo ganha força, pois este é o meio pelo qual as comunidades constitucionais nacionais e internacionais podem comunicar-se entre si, a fim de conferir mais força à ideia de conformação de um tipo de Estado que, ao mesmo tempo, revele-se constitucional e cooperativo. A investigação possibilitou concluir que houve aumento significativo dos casos em que o Supremo Tribunal Federal referenciou decisões de cortes estrangeiras constitucionais e/ou internacionais nas decisões constitucionais brasileiras. Contudo, ainda não se pode afirmar que o Supremo Tribunal Federal seja uma Corte Suprema comprometida com o Estado constitucional comparativo e com a metódica de concretização dos direitos fundamentais fundada nos diálogos judiciais transnacionais.

Palavras-chave: Hermenêutica. Direitos fundamentais. Diálogos judiciais transnacionais. Método comparativo.

VAMOS À GUERRA! AS REPRESENTAÇÕES DA GUERRA DA CISPLATINA NA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO (1825-1828)

Camila Maia, UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
caaaamis@gmail.com
Frederico Castilho Tomé, UniCEUB, professor orientador
fredtome@gmail.com

O processo de independência da América portuguesa, os primeiros momentos da imprensa brasileira e o recrudescimento dos conflitos no Prata são histórias interligadas e indissociáveis pelos acontecimentos ocorridos no mundo português, durante as décadas iniciais dos anos oitocentos. Ao substituir Lisboa como centro do Império e palco privilegiado da teatralidade monárquica, o Rio de Janeiro passou a exercer um controle maior sobre as redes locais e regionais de mando, configurando as relações com o poder central. Eram tempos de modernização política e cultural, cuja complexidade a envolver atores e contextos escapava do cerco de conhecidas e compartilhadas formas de sociabilidade. Assim, em meio a rápidas transformações sociopolíticas, os espaços públicos ganharam novas formas, engendrando outras em uma miríade de sentidos, funções, linguagens e públicos distintos ou compartilhados. A imprensa periódica brasileira, a integrar o conjunto de novos hábitos de vida pública, assumiu o lugar de destaque nos debates acerca da construção e da condução do Estado nacional, atuando na divulgação de informações, na definição de conceitos e na propagação de ideias. Por sua vez, a política externa luso-brasileira, mediante a conjuntura europeia e os movimentos de independência que agitavam os espaços vizinhos, passou por substantivas modificações, dando mais atenção aos assuntos do Prata. Assim, no contexto absolutista de D. Pedro, o império brasileiro travava de seu primeiro conflito externo. A Guerra da Cisplatina inscreve-se em complexo de relações. Em meio às contingências, delinearam-se nacionalidades, esboçaram-se fronteiras. Contudo, em que pese sua importância, paira um silêncio sobre ela, pelo menos no que diz respeito à historiografia brasileira. Pouco se buscou em relação às representações sociais a ela associadas ou aos impactos causados por essa guerra sobre os projetos políticos que disputavam alternativas de futuro no incipiente Estado. Assim, o presente trabalho, calcado na Nova História Militar, tem por objetivo contribuir com outras visões acerca das experiências políticas engendradas pela Guerra da Cisplatina, mediante a análise das representações da *Guerra contra el Brasil* contidas nas páginas dos periódicos do principal centro de poder da recém-inaugurada monarquia americana, no período que vai do início do conflito até 1828. Pretende-se mostrar o quão relevante a Guerra da Cisplatina foi para as escolhas políticas do momento e discutir as possíveis razões acerca do silêncio histórico que recai sobre esse acontecimento extraordinário, enfatizando seus desdobramentos sociais.

Palavras-chave: História Brasil Império. Guerra Cisplatina. Nova história militar.

VARIABILIDADE GENÉTICA DOS ISOLADOS DE *STREPTOCOCCUS PYOGENES* OBTIDOS DURANTE UM SURTO EM 2011

Larissa Alves Paulino, UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
larissapaulino06@hotmail.com
Jaqueline Osiro Campos, UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
jaque_osiro@hotmail.com
Laís Sevilha dos Santos, UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
laissevilha@hotmail.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro***, UniCEUB, professora orientadora***
fabiola.castro@uniceub.br

O estreptococo beta-hemolítico do grupo A, *Streptococcus pyogenes*, é um patógeno que pode causar infecções assintomáticas ou doenças autolimitadas, mas pode ser responsável por acometer os tecidos profundos e apresentar alta capacidade destrutiva. Por estar envolvido em infecções de evolução rápida e que, facilmente, levam o paciente a óbito, os fatores de virulência da bactéria recebem grande destaque em pesquisas. Marcadores RAPD são empregados, para detectar polimorfismos em isolados de *Streptococcus pyogenes* de um surto ocorrido em Brasília, no período de julho a dezembro de 2011. Este trabalho tem como principal finalidade utilizar marcadores RAPD para estudo comparativo e análise da variabilidade genética entre as linhagens isoladas, detectando as marcas polimórficas presentes nos perfis obtidos. Marcadores moleculares são recursos importantes, capazes de diferenciar sorotipos de estreptococos do grupo A, provendo informações na elucidação de surtos epidemiológicos e no diagnóstico. São usadas 20 cepas, e observa-se a variabilidade genética entre os isolados da bactéria. A pesquisa identifica o perfil molecular de virulência apresentado nas cepas encontradas em pacientes que sobreviveram ao surto. Desse modo, é possível encontrar a causa primária das infecções pelas características das cepas. É avaliado se as cepas que não causaram as mortes têm a mesma capacidade de agressão ou se há outros fatores de virulência em comparação com as cepas de pacientes que foram a óbito. Nesse sentido, auxilia-se o mapeamento do perfil epidemiológico apresentado, e identifica-se possível migração de novas cepas da bactéria no Distrito Federal. Tendo em vista a instabilidade da bactéria em estudo, a dificuldade de amplificação da região desejada do DNA, a degradação de DNA, as limitações da PCR, como reações cruzadas, autoanelamento, inibição da reação pela quantidade de DNA, não é possível estabelecer o perfil das exotoxinas pirogênicas. Dessa forma, utilizamos o *primer Enterobacterial Repetitive Intergenic Consensus Sequences* – ERIC, para estabelecer o perfil molecular dos isolados e descrever as principais diferenças entre os isolados dos pacientes.

Palavras-chave: *Streptococcus pyogenes.* Fatores de virulência. Polimorfismos.

STRICTO SENSU DIREITO

A FUNÇÃO SOCIAL DOS MEIOS DE PRODUÇÃO, DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO DESENVOLVIMENTO: A NECESSIDADE DE REINTERPRETAÇÃO DOS ARTIGOS 5, INCISO XXIII, E 170, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Aluno: Adriano Fernandes Moreira
Orientador: Inocêncio Mártires Coelho
Doutorado em Direito
Contatos: afmafmafm@hotmail.com
inocenciocoelho@gmail.com

O verdadeiro desenvolvimento da nação só ocorrerá por meio da efetividade da função social da propriedade. É absolutamente necessária a reinterpretação dos dispositivos da Constituição Federal que tratam do tema. Maior reflexão sobre o capitalismo deve ser implantada, a fim de verificar a nova responsabilidade social corporativa das empresas. A propriedade, em seu aspecto dinâmico, em relação aos bens de produção, merece reanálise sob pena de ser travado o desenvolvimento do país. O trabalho tem o objetivo de mapear as principais políticas públicas, visando à concretização do princípio da função social da propriedade. Será feita uma abordagem sobre o processo de recuperação de empresas no Brasil.

Palavras-chave: desenvolvimento; função social da propriedade; políticas públicas.

DIMENSÃO POLÍTICA DA DEFESA NACIONAL NO BRASIL: ANÁLISE DA RECONSTRUÇÃO DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Aluno: Adriano Portella de Amorim
Orientador: Jose Levi Mello do Amaral Junior
Doutorado em Direito
Contatos: portelladeamorim@ig.com.br
jose.levi@uol.com.br

Embora possa passar despercebida em razão dos princípios pacifistas e não intervencionistas que regem as relações internacionais brasileiras, a dimensão política da função da defesa nacional é complexa e abrangente, sendo merecedora de especial atenção para os contextos jurídicos de organização, o preparo e o emprego dos meios militares e o papel desempenhando pelos dirigentes políticos, notadamente, na legislação afeta à organização e ao funcionamento do Estado. A pesquisa tem por hipótese principal a necessidade de identificar a ocorrência de possíveis deturpações no modelo de atuação dos meios e das instituições militares, em atividades típicas de outros órgãos estatais, o que demonstraria a inconsistência ou a incompletude de políticas públicas e sociais ou a necessidade de readequação do instrumental jurídico-normativo aplicável. Entre as possibilidades de comprovação da hipótese, está a análise do ordenamento jurídico e sua aplicabilidade nos contextos reais de atuação do Estado.

Palavras-chave: defesa nacional; ordenamento jurídico; atuação do Estado.

A INCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NOS ACORDOS DE INVESTIMENTOS: INCENTIVOS PARA O BALANCEAMENTO DE INTERESSES PÚBLICOS E PRIVADOS

Aluna: Ana Rachel Freitas da Silva
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Doutorado em Direito
Contatos: anarachel.freitas@gmail.com
gribeirobr@gmail.com

Os acordos de investimentos contêm cláusulas que garantem proteção aos investimentos estrangeiros enquanto exigem dos investidores apenas o respeito à lei local. A introdução de cláusulas sobre responsabilidade social das empresas nesses acordos pode contribuir para equilibrar a responsabilidade social das empresas. A presente pesquisa visa analisar casos do ICSID em que elementos da responsabilidade social foram considerados na decisão, comparando incentivos na ausência e na presença de cláusula de responsabilidade. A inclusão da cláusula pode incentivar comportamento responsável dos investidores. Consulta-se a bibliografia estrangeira, a compilação e a classificação dos casos do ICSID.

Palavras-chave: acordos de investimentos; responsabilidade social das empresas; responsabilidade social das empresas.

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS ECONÔMICOS E A SEGURANÇA JURÍDICA EM DECORRÊNCIA DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA

Aluno: Antônio Francisco Frota Neves
Orientador: Hector Valverde Santana
Doutorado em Direito
Contatos: advfrota@yahoo.com.br
hectorvsantana@gmail.com

A intervenção do Estado na ordem econômica, em maior ou menor medida, descompassada dos direitos fundamentais, impacta, diretamente, a segurança jurídica, cujos efeitos concorrem para a retração e a estagnação do desenvolvimento econômico e social, gerando mais desigualdades sociais e misérias, cuja responsabilidade deve recair sobre o Estado e seus agentes, que têm o poder e o dever de agir, para atingir os objetivos da República. Para isso, será verificado que a insegurança jurídica é fenômeno determinante para o afugentamento de investidores nacionais e internacionais, aliado às crescentes demandas judiciais, o que torna ainda mais oneroso o aparelho judiciário. Assim, o processo de travamento do desenvolvimento econômico acirra as desigualdades sociais e retarda o atingimento dos principais objetivos da República, estatuídos na Constituição Federal de 1988. Por fim, analisa-se a responsabilidade do Estado e seus agentes quando da intervenção no domínio econômico.

Palavras-chave: intervenção do Estado na ordem econômica; segurança jurídica; desenvolvimento econômico e social.

A LEGÍSTICA E O JUDICIÁRIO: PODE A QUALIDADE DAS LEIS INFLUENCIAR AS DECISÕES DOS JUÍZES?

Aluna: Aparecida de Moura Andrade
Orientador: Hector Valverde Santana
Doutorado em Direito
Contatos: aparecida.mandrade@gmail.com
hectorvsantana@gmail.com

O objetivo da pesquisa é avaliar se a qualidade legislativa influencia as decisões jurídicas tomadas pelos aplicadores do Direito. Tomando a Legística como base, avalia-se a necessidade e a possibilidade de um trabalho de aprimoramento das leis elaboradas pelo Poder Legislativo federal, a fim de tornar mais factível a adoção de decisões mais justas pelos aplicadores da lei em benefício da sociedade.

Palavras-chave: qualidade legislativa; decisões jurídicas; aprimoramento das leis.

DEMOCRACIA E RACIONALIDADE NA RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Aluna: Ariane Costa Guimarães
Orientador: Jose Levi Mello do Amaral Junior
Doutorado em Direito
Contatos: acg@mattosfilho.com.br
jose.levi@uol.com.br

A tese abordada diz respeito ao exame dos critérios usados pelo aplicador da lei tributária quando se vale de categorias e conceitos da economia e da política para a tomada de decisão. A hipótese é a de que inexiste racionalidade ou coerência na aplicação de elementos do campo político ou econômico pelo aplicador da regra tributária. Atualmente, autoridades fiscais têm invocado interpretação econômica dos negócios jurídicos para tributação de bases que ela mesma considera imponíveis, as quais, nada obstante, do ponto de vista jurídico, não atrairiam a aplicação da hipótese de incidência. No entanto, pela via hermenêutica intencional econômica ou "propósito negocial", segundo o Fisco, a regra matriz deveria ser aplicada e gerar o dever de pagar tributo. De outro lado, perante a Suprema Corte, em diversas oportunidades, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional traz à tribuna o argumento de que, nada obstante a lei tributária seja incompatível com as limitações ao poder de tributar acobertadas pela Constituição Federal, o impacto financeiro provocado por ações de repetição de indébito deveria ser considerado para efeito de declaração de inconstitucionalidade. Se, de um lado, o Estado brasileiro aparelha-se para combater a elisão e a evasão por meio de técnicas hermenêuticas sofisticadas, a ponto de alcançar as também complexas operações econômicas, além de haver a preocupação do poder público com o impacto da declaração de inconstitucionalidade de tributos, de outro, a sociedade não possui a clareza dos critérios para definição das regras do jogo, o que prejudica a segurança jurídica, base para que a sociedade conheça a regra a ser aplicada e saiba quando e como pagar tributo, e as liberdades, também reconhecidas no Estado liberal de direito. A proposta é estabelecer procedimentos para que o aplicador do direito tributário possa valer-se dos elementos de política e de economia, de modo a conferir a segurança jurídica e garantir a liberdade politica na relação jurídico-tributária.

Palavras-chave: relação jurídico-tributária; política e economia; racionalidade.

A LIBERDADE DE IMPRENSA NO BANCO DOS RÉUS: UM ESTUDO SOBRE DECISÕES JUDICIAIS, DIREITOS FUNDAMENTAIS, DEMOCRACIA E REPÚBLICA

Aluna: Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes
Orientador: Paulo Roberto de Almeida
Doutorado em Direito
Contatos: carla.ceub@gmail.com
pralmeida@mac.com

A tese demonstrará que a liberdade de imprensa pode sofrer controle social, desde que por um padrão democrático adotado no ambiente do Poder Judiciário. Para tanto, será construído um esboço de critério democrático, e definida a imprensa como instância de poder, de maneira a observar-se qual é o papel das decisões judiciais sobre o tema. Em seguida, serão observados os parâmetros do direito internacional dos direitos humanos e como se acomoda a imprensa no ambiente da globalização, com vistas a verificar-se qual deve ser o papel das decisões judiciais. As principais dificuldades da pesquisa estão centradas na observação de regras elaboradas pela esfera privada, no âmbito internacional, relacionadas ao campo da comunicação social.

Palavras-chave: liberdade de imprensa; controle social; padrão democrático.

RECURSOS DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA: PELO RESGATE DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO STF E DO STJ

Aluno: Daniel Silva Boson
Orientador: Ivo Teixeira Gico Junior
Doutorado em Direito
Contatos: danielboson@hotmail.com
gico@ghdadvogados.com.br

A hipótese principal da tese é que o CADE não possui critério para a dosimetria das sanções aplicadas em casos de cartel. A Lei 12.529/11 estabelece limites e critérios para a fixação das penas, em especial, o artigo 37 sobre limites para multas, o artigo 38 sobre penas acessórias e o artigo 45 sobre agravantes e atenuantes, contudo acredita-se que não há uniformidade nas decisões nem métodos para tanto. Se confirmada a hipótese, a forma de atuação do Conselho mostrar-se-ia bastante distinta da maneira como se analisa o ato de concentração ou o processo administrativo até o momento da fixação da sanção, nos quais há um método econômico. A metodologia utilizada no trabalho é a pesquisa de todas as decisões do CADE com condenações por formação de cartel.

Palavras-chave: CADE; uniformidade nas decisões; processo administrativo.

DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE E *TAX EXPENDITURE* NO ICMS

Aluno: Einstein Almeida Ferreira Paniago
Orientador:
Doutorado em Direito
Contato: einstein@paniago.adv.br

O tema da pesquisa para a tese de doutorado são as relações do direito humano fundamental à liberdade com os institutos jurídicos e a praxe de *tax expenditures* no Sistema Tributário Nacional. O recorte temático será o estudo das relações na administração tributária do ICMS. Considerando a classificação funcional das liberdades substantivas, pode-se verificar redimensionamento da liberdade civil quando observada a evolução das sucessivas gerações de direitos humanos. Nesse contexto, se a liberdade pode ser explicada por diferentes dimensões, problematizou-se sobre o cumprimento ou não pelo Estado de requisitos de fundamentação para a concessão de tratamento diferenciado a contribuintes por meio da concessão de benefícios fiscais em imposto sobre valor adicionado no consumo, representado no Brasil pelo ICMS. Levantou-se a hipótese de que as políticas fiscais de *tax expenditure* relacionadas ao ICMS são harmônicas com ordenamento jurídico em vigor.

Palavras-chave: *tax expenditures*; administração tributária do ICMS; direitos humanos.

ATIVISMO JUDICIAL TRANSNACIONAL: A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NORMATIVO INTERNACIONAL POR MEIO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Aluna: Eneida Orbage de Britto Taquary
Orientador: Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito
Contato: marcelodvarella@gmail.com

A pesquisa analisa o ativismo jurídico transnacional considerado como o fenômeno que surge após a Segunda Guerra Mundial, com o retorno aos valores apregoados pelo jusnaturalismo, sem, entretanto, desprezar o positivismo, que se evidencia num sistema jurídico estruturante do Estado de Direito. O fenômeno pode ser compreendido como o exercício da jurisdição sem a interpretação restritiva do conteúdo da lei, mas visando à interpretação coerente com a proteção dos direitos humanos. A interpretação da lei no ativismo revela-se em compreensão aos princípios e aos métodos de hermenêutica constitucional. Somente com a interpretação da lei é que a justiça se realiza, pois a norma torna-se realidade no momento histórico-social. No âmbito da jurisdição doméstica, o ativismo pressupõe o exame das leis e a sua interpretação em consonância com os princípios constitucionais para efetivação das normas constitucionais.

Palavras-chave: ativismo jurídico transnacional; exercício da jurisdição; proteção dos direitos humanos.

O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO A INFORMAÇÕES LIMITADO POR EXPECTATIVAS DE PRIVACIDADE E DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Aluna: Érica Bezerra Queiroz Ribeiro
Orientador: Bruno Amaral Machado
Doutorado em Direito
Contatos: ericabqr@gmail.com
brunoamachado@hotmail.com

Recente no ordenamento pátrio, a Lei de Acesso a Informações (LAI) ainda não é de amplo conhecimento da população. Da análise dos motivos para negativa de acesso por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, em 2013, constata-se que cerca de quarenta por cento das negativas teve como fundamento a necessidade de proteção de dados e informações pessoais de terceiros. Esse percentual sobrepõe-se a todos os demais motivos para negativa de acesso a informações, inclusive as alegações de restrição de acesso diante de sigilos legais específicos ou de classificação de informação para proteção da sociedade ou do Estado. Pretende-se, em perspectiva sistêmica, avaliar organizações e arranjos jurídico-institucionais, com o objetivo de identificar possíveis contornos do direito à privacidade e sua suposta compatibilidade com zonas de transparência pública.

Palavras-chave: Lei de Acesso a Informações; proteção de dados e informações pessoais; direito à privacidade.

CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA SOBRE O CUMPRIMENTO DAS NORMAS PELOS ESTADOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Aluno: Fernando Lopes Ferraz Elias
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Doutorado em Direito
Contatos: flfe@ig.com.br
gribeirobr@gmail.com

Consideram-se os dilemas e as possibilidades de um diálogo interdisciplinar entre as Relações Internacionais e o Direito Internacional, a respeito do cumprimento das normas pelos atores internacionais. Não obstante as diferenças epistemológicas e metodológicas, é inevitável uma agenda de pesquisa colaborativa entre ambas as áreas. Investigam-se os mecanismos de indução ao cumprimento do direito da OMC. Em um sistema de comércio multilateral caracterizado por acentuadas assimetrias de poder, a conformidade dos membros depende dos incentivos concedidos pela organização. Examina-se, à luz da análise econômica do direito e do estudo dos casos em que a retaliação foi autorizada pelo OSC e utilizada pelos Estados, a adequação do instrumento da retaliação como recurso para o cumprimento das normas e das decisões da OMC.

Palavras-chave: cumprimento do direito da OMC; comércio multilateral; assimetrias de poder.

EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA CRIMINAL COMO FATOR GARANTIDOR DOS PRINCÍPIOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: PERSPECTIVAS SOBRE O SISTEMA RECURSAL NO PROCESSO PENAL

Aluno: Flavio Augusto Milhomem
Orientador: Antonio Henrique Graciano Suxberger
Doutorado em Direito
Contatos: familhomem@gmail.com
suxberger@gmail.com

O tema trata do estudo acerca da eficiência da justiça criminal como fator garantidor dos princípios do Estado democrático de direito numa perspectiva jurídico-filosófica do sistema recursal no processo penal brasileiro, demonstrando-se que uma justiça criminal eficiente constitui um dos pilares de sustentação do aludido conceito de Estado. Questionar a eficácia do sistema recursal, no processo penal brasileiro, permite a discussão quanto ao atendimento do desenvolvimento de políticas públicas que permitam a utilização do sistema judicial penal como instrumento de garantia dos princípios do Estado democrático de direito. Trabalha-se com a hipótese de que, em função do princípio da presunção de inocência, o efeito suspensivo conferido aos recursos extraordinários (RESP e RE), em caso de condenação em instâncias anteriores, importa na ineficiência do sistema de justiça criminal pela demora na aplicação da lei penal, quando possível.

Palavras-chave: eficiência da justiça criminal; políticas públicas; presunção de inocência.

DIREITO PENAL COMO CONTROLE SOCIAL NA SOCIEDADE COMPLEXA

Aluno: Flavio Rodrigues Calil Daher
Orientador: Hector Valverde Santana
Doutorado em Direito
Contatos: flavio_daher@hotmail.com
Hector Valverde Santana

O desenvolvimento do Direito Penal do século XX esteve atrelado à lógica da sua época, qual seja, a linha de montagem. É o Direito Penal voltado à escala. Os dois pontos essenciais que explicam o êxito do método dogmático em penal são a roteirização e a uniformização. Outras áreas do Direito, como o Civil, por exemplo, mantiveram duas lógicas: uma voltada para a escala centralizada, linear, com preceitos com pretensão exaurientes, e outra voltada à complexidade, com a consagração dos conceitos jurídicos indeterminados e das cláusulas gerais, adaptada às peculiaridades situacionais e ao contingente de variações presentes. Jamais se propôs a transposição de tais métodos para o Direito Penal uma vez que isso implica esvaziar toda a construção teórica sob a qual está edificada a realidade criminal.

Palavras-chave: consagração dos conceitos jurídicos; cláusulas gerais; construção teórica.

MODULAÇÃO DE EFEITOS DAS DECISÕES JUDICIAIS COMO MECANISMO DE ADEQUAÇÃO DE UM SISTEMA DE PRECEDENTES AO DIREITO BRASILEIRO

Aluno: Francisco Provázio Lara de Almeida
Orientador: Antonio Henrique Graciano Suxberger
Doutorado em Direito
Contatos: franciscoprovazio@yahoo.com.br
suxberger@gmail.com

O presente trabalho defende a necessidade de realização de modulação de efeitos das decisões judiciais em casos de alteração abrupta de entendimento jurisprudencial, demonstrando a relevância desse mecanismo para uma cultura jurídica que pretende respeitar precedentes, entendendo tratar-se de atividade inerente à função de julgar e não mero atributo do controle de constitucionalidade ou de julgamentos de casos repetitivos, conforme previsão legal existente. A modulação, a propósito, não se limita ao aspecto temporal, portanto deve ser realizada por qualquer instância do Poder Judiciário, a fim de fortalecer o respeito ao princípio da segurança jurídica e ao precedente judicial por meio da concepção de que o precedente não deve ser imposto pelo órgão superior e, sim, respeitado pelos órgãos inferiores.

Palavras-chave: modulação de efeitos das decisões judiciais; precedentes; entendimento jurisprudencial.

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA JURISDIÇÃO ORDINÁRIA

Aluna: Giovana Ferro de Souza Roriz
Orientador: Inocêncio Mártires Coelho
Doutorado em Direito
Contatos: giovanaferro@yahoo.com.br
inocenciocoelho@gmail.com

O presente trabalho defende a realização de audiência pública na jurisdição ordinária como mecanismo de produção de prova e elementos argumentativos dotados de razões públicas, para legitimar a atividade criadora do juiz nos casos difíceis. Para tanto, com fundamento em respeitada literatura nacional e estrangeira sobre hermenêutica e teoria geral do direito, entende-se que os juízes refletem sobre o direito no âmbito da sociedade e que a sua mais profunda missão é conciliar o direito com as exigências da vida, de modo que há significativa expansão da atividade judicial num ativismo inevitável em que a tradição desempenha importante papel, porquanto as culturas judicial e social oferecem ao julgador elementos plenos de razões públicas. Constata-se que esses argumentos publicamente aceitos, quando observados pelo juiz, legitimam a decisão judicial, pois transpõem a subjetividade do intérprete.

Palavras-chave: audiência pública na jurisdição ordinária; culturas judicial e social; razões públicas.

A POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO À SAÚDE NO TRABALHO POR RISCOS ORGANIZACIONAIS: IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE

Aluno: Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira
Orientadora: Marcia Dieguez Leuzinger
Doutorado em Direito
Contatos: gustavopaschoal1@gmail.com
marcia.leuzinger@uol.com.br

A tese visa demonstrar a necessidade da construção de uma Política Nacional de Biossegurança robusta, que venha a corresponder aos interesses contidos em princípios de Direito Ambiental, bioéticos e biotecnológicos, no intuito de atender ao solicitado pelo direito fundamental ao meio ambiente equilibrado. Para tanto, objetiva verificar, por meio do exame de processos e pareceres emitidos pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO) para liberação comercial de organismos geneticamente modificados, destinados ao consumo animal e humano, consistência e eficácia da utilização de parâmetros bioéticos em consonância com o solicitado pelo princípio da precaução. Valer-se-á das abordagens quantitativa e qualitativa. A pesquisa encontra-se na fase de análise dos pareceres da CTNBIO, buscando a convergência do que já fora produzido com a construção de material vinculado à Política Nacional de Biossegurança. Estes são os desafios atuais.

Palavras-chave: Política Nacional de Biossegurança; Direito Ambiental; organismos geneticamente modificados.

MÁXIMA DA PROPORCIONALIDADE E DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA

Aluno: Humberto Fernandes de Moura
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Doutorado em Direito
Contatos: humbertofernandesdemoura@hotmail.com
asmgodoy@gmail.com

A tese tem por escopo verificar a aproximação hermenêutica entre os conceitos de proporcionalidade e de eficiência econômica. A hipótese é verificar se a eficiência é a tradução econômica da proporcionalidade. A metodologia a ser utilizada será a comparação entre os dois conceitos e as tradições desenvolvidas, com a finalidade de averiguar a possibilidade de conciliação ou complementaridade das duas tradições. O objetivo é fornecer novo instrumental para a hermenêutica jurídica, pois o discurso que fundamenta a proporcionalidade tem um histórico de construção metafísica ou argumentativa enquanto a eficiência econômica e o discurso da análise econômica do direito buscam evitar ou criticar a visão exclusivamente metafísica do mundo, recorrendo a argumentos que possam ser empiricamente inferidos. Verificar a compatibilidade ou a complementariedade dos conceitos é o desafio proposto.

Palavras-chave: proporcionalidade; eficiência econômica; compatibilidade ou complementariedade dos conceitos.

EPISTEMOLOGIA DA PRODUTIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE O CONTROLE GERENCIAL DO CNJ E SUA INFLUÊNCIA NA DECISÃO JUDICIAL

Aluno: Ivan Claudio Pereira Borges
Orientador: Frederico Augusto B da Silva
Doutorado em Direito
Contatos: humbertofernandesdemoura@hotmail.com
frederico.barbosa@ipea.gov.br

O controle interno do Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça nos moldes, nos critérios e nos métodos gerenciais de produtividade da prestação jurisdicional, é a nova expressão do funcionalismo, que, com sua racionalidade meramente instrumental, reflete o desencantamento com a razão jurídica formalista atual e coloniza a racionalidade jurídica, a ponto de provocar a elaboração de estratégias administrativas e decisórias pelos juízes e pelos tribunais que se materializam em soluções procedimentais, inibindo o acesso e a celeridade da justiça no Brasil e, com isso, contrariando os objetivos da reforma do Judiciário.

Palavras-chave: Conselho Nacional de Justiça; reforma do Judiciário; prestação jurisdicional.

A LÓGICA DE CONSTRUÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL NO PLANO GLOBAL E A SUA EFETIVIDADE NO DIREITO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

Aluna: Lauren Lautenschlager
Orientador: Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito
Contatos: lauren.lauten@gmail.com
marcelodvarella@gmail.com

Trabalha-se com a hipótese de que os tratados ambientais ratificados pelo Brasil levam a uma mudança institucional-normativa interna que nem sempre proporciona o cumprimento dos objetivos internacionalmente firmados. Para comprová-la, analisar-se-á a construção do direito ambiental global na sua forma clássica e complexa, tanto do ponto de vista formal quanto substancial. Em seguida, após identificar os critérios de efetividade de proteção ambiental internacionais e internos já utilizados, serão estabelecidos novos critérios para servir de parâmetro na análise dos regimes ambientais. Finalmente, os critérios estabelecidos serão aplicados em três grandes grupos, biodiversidade e espécies ameaçadas, clima e florestas e poluição e resíduos, a fim de verificar a efetividade na proteção ambiental brasileira.

Palavras-chave: tratados ambientais; direito ambiental global; proteção ambiental brasileira.

O RECONHECIMENTO DA NECESSIDADE DE PROTEÇÃO AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS POR PARTE DO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO: ESTUDO DE CASO DO JULGAMENTO ACERCA DA PROIBIÇÃO DE IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DA FOCA (WT/DS400 E WT/DS401, CE - PRODUTOS DE FOCA)

Aluna: Luciana Laura Carvalho Costa Dias

Orientador:

Doutorado em Direito

Contato: lulaura.costa@gmail.com

Trabalha-se com duas hipóteses. A proteção aos conhecimentos tradicionais e, consequentemente, às suas comunidades detentoras, é justificada, dada a importância cultural das comunidades em questão, com vistas ao fundamental enriquecimento das relações de comércio internacional quando em contato com valores de fundo ético e moral. A proteção dispensada aos conhecimentos tradicionais importa verdadeira autorização para a utilização indevida dessa argumentação, para atitudes em si discriminatórias e contrárias aos princípios da nação mais favorecida e do tratamento nacional.

Palavras-chave: proteção aos conhecimentos tradicionais; relações de comércio internacional; tratamento nacional.

O DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE SADIO NO PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BRASIL SOB A LUZ DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL E OS PRECEDENTES DAS CORTES INTERAMERICANA E EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS

Aluna: Mariane Morato Stival
Orientador: Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito
Contatos: marianemoratostival@hotmail.com
marcelodvarella@gmail.com

Há o descumprimento de um direito humano fundamental ao meio ambiente sadio, norma obrigatória de direito internacional, com o não respeito ao direito à boa qualidade de vida no planejamento urbano, no Brasil. Pretende-se analisar o reconhecimento do direito ao meio ambiente sadio como direito humano e sua profusão nacional e internacional no âmbito dos sistemas interamericano e europeu de Direitos Humanos. Serão apresentados casos brasileiros e a atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Será feita análise comparativa das formas de atuação dos sistemas interamericano e europeu. Será analisado se o Brasil pode ser acionado internacionalmente pelos problemas nacionais de falta de efetividade, como denegação de justiça e qualidade de vida, e quais os resultados prováveis de uma ação no plano internacional.

Palavras-chave: meio ambiente sadio; direito humano; sistemas interamericano e europeu.

CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO MEDIANTE A INTERPRETAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO ATIVISMO JUDICIAL

Aluna: Marta Suzana Lopes Vasconcelos
Orientador: Inocêncio Mártires Coelho
Doutorado em Direito
Contatos: martasuzana2@yahoo.com.br
inocenciocoelho@gmail.com

Pretende-se investigar se a interpretação dos textos constitucionais é uma atividade criativa de novos direitos ou meramente reprodutiva do significado original do contexto histórico. Para isso, serão analisadas as decisões do Supremo Tribunal Federal em casos de reconhecimento de uniões homoafetivas e a legalidade do aborto do feto anencéfato. A criação do direito deve ser uma atividade produtiva e não meramente reprodutiva do significado original do texto. Os originalistas são contrários à ideia de criação judicial do direito mediante a interpretação e a aplicação promovidas pelas cortes constitucionais e sustentam que o intérprete deve permanecer fiel ao texto original, sem levar em conta as alterações no contexto histórico. Para esses pensadores, o olhar do intérprete deve ser retrospectivo e nunca prospectivo, no sentido de realizar-se uma aplicação e uma interpretação criativas diante do reconhecimento de novos contextos históricos, econômicos, sociais e culturais.

Palavras-chave: interpretação dos textos constitucionais; reconhecimento de uniões homoafetivas; legalidade do aborto do feto anencéfato.

AS ASSIMETRIAS TRIBUTÁRIAS E A LEGITIMAÇÃO DE MEDIDAS *ANTIDUMPING* NAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

Aluno: Maurício Muriack de Fernandes E Peixoto
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Doutorado em Direito
Contatos: mauricio.peixoto@agu.gov.br
suxberger@gmail.com

O tema da presente pesquisa direciona-se à análise crítica acerca da possibilidade de adoção pelo Brasil - em face de bens importados originários da China - de medidas *antidumpings*, tendo em vista a existência de assimetrias tributárias que possam desequilibrar, significativamente, o ambiente negocial de produção, comercialização e mobilidade de bens econômicos, impactando a sustentabilidade do comércio exterior e do desenvolvimento de ambos os países, integrantes do sistema BRICS. Nesse sentido, a legitimação do uso das assimetrias tributárias como critério justificador da aplicação de medidas *antidumping* representa importante instrumento de incremento da política pública estatal de defesa da livre concorrência, a qual incumbe produzir êxito em manter equilibrado - e destituído de práticas contrárias à concorrência - o ambiente negocial brasileiro, mormente, em face do comércio exterior com a China.

Palavras-chave: medidas *antidumpings;* assimetrias tributárias; Brasil; China.

MECANISMOS DE COORDENAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS DE SUPERVISÃO E CONTROLE DOS DIREITOS SOCIAIS

Aluna: Monique Fernandes Santos Matos
Orientador: Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito
Contatos: moniquefmatos@gmail.com
marcelodvarella@gmail.com

O tema a ser pesquisado, desenvolvido no âmbito do Direito internacional dos direitos humanos (DIDH), é o da importância dos mecanismos de coordenação entre os diversos órgãos de supervisão e controle dos direitos sociais para o processo de expansão harmônica desses direitos. A preocupação central é uma consequência da forte percepção da intensa proliferação de instrumentos normativos, garantias e órgãos de supervisão e controle da aplicação dessa especial categoria de direitos humanos, a demandar o desenvolvimento de instrumentos que garantam um grau satisfatório de coordenação e, consequentemente, coerência entre eles. Os métodos e as técnicas de pesquisa firmaram-se, de forma dedutiva, na revisão bibliográfica de textos de pesquisadores, juristas e filósofos nacionais e estrangeiros. De maneira pontual, algumas decisões emanadas dos órgãos de supervisão e controle também foram pesquisadas, e seus conteúdos, analisados no que interessa ao tema.

Palavras-chave: mecanismos de coordenação; órgãos de supervisão e controle dos direitos sociais; instrumentos normativos.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E O FEDERALISMO COOPERATIVO: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICIÊNCIA DO PAPEL DO MUNICÍPIO E SEU REFLEXO NO IDH

Aluno: Paulo Campanha Santana
Orientadora: Marcia Dieguez Leuzinger
Doutorado em Direito
Contatos: pcampanha@uol.com.br
marcia.leuzinger@uol.com.br

O objetivo da pesquisa é analisar a possibilidade e a consequência da limitação da atuação da União e dos estados no âmbito dos municípios, imposta pela LC 140/2011 nas ações administrativas, no exercício da competência material comum, em suposto federalismo cooperativo, na proteção do meio ambiente. O estudo tratará da repartição de competência sobre o meio ambiente, especificando a atuação de cada ente da federação e analisará, mediante indicadores selecionados, a existência, ou não, de atuação cooperativa dos referidos entes na proteção do meio ambiente. Por fim, examinará se é possível a atuação limitada da União e dos estados no âmbito dos municípios. A hipótese inicial é que não é possível limitar a referida atuação, sendo inconstitucionais os dispositivos da LC 140/2011 e os de qualquer outra norma que privatizem tais ações.

Palavras-chave: federalismo cooperativo; proteção do meio ambiente; atuação limitada da União e dos estados no âmbito dos municípios.

O DESENVOLVIMENTO DOS MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO COMO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

Aluno: Rafael Freitas Machado
Orientadora: Alice Rocha da Silva
Doutorado em Direito
Contatos: raffmachado@hotmail.com
rochaalice@yahoo.com.br

Investiga-se a necessidade de romper o estado atual para o paradigma de políticas públicas de solução de conflitos, que, ante o vínculo da alteridade, busquem o fortalecimento da liberdade, da democracia, do direito à educação, do Estado de Direito e do desenvolvimento do indivíduo, da sociedade e do Estado. Nessa senda, o problema da presente tese é analisar se o modelo de planejamento, de elaboração e de execução de métodos de solução de conflitos é eficaz para a formação do sujeito-cidadão e se não seria o momento de repensar a reforma e de reformar o pensamento, como apregoa Edgar Morin. Supedâneos para tal problema podem ser extraídos de outras indagações, como investigar quais são os elementos constitutivos das políticas públicas de solução de conflitos e quais são os resultados valorativos e quantitativos ocasionados pelas referidas políticas públicas.

Palavras-chave: políticas públicas; solução de conflitos; formação do sujeito-cidadão.

JUDICIALIZAÇÃO COMO OPORTUNIDADE PARA DESENVOLVIMENTO DO SUS

Aluno: Ramiro Nobrega Sant'Ana
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Doutorado em Direito
Contatos: ramirons@gmail.com
asmgodoy@gmail.com

O debate acadêmico e institucional que cerca a judicialização da saúde é omisso quanto ao aspecto essencial da intensa relação entre direito e políticas públicas: a judicialização da saúde é uma oportunidade e não simples solução ou problema para o SUS. O acesso à Justiça é oportunidade para os cidadãos excluídos dos serviços do SUS alcançarem a almejada inclusão. O que não percebem os críticos à judicialização é que ela é oportunidade também aos gestores do SUS, pois a coexistência deles com as instituições que compõem o sistema de justiça proporciona novas experiências institucionais. Nesse sentido, três aspectos merecem atenção dos gestores do SUS e do sistema de justiça: a necessidade de inclusão efetiva da parcela pobre aos serviços do SUS; a definição do que é saúde integral e os limites do direito à saúde; a necessidade de articular e experimentar novos arranjos institucionais que contribuam para o aprimoramento dos serviços do SUS.

Palavras-chave: judicialização da saúde; SUS; inclusão efetiva da parcela pobre.

DIREITO CIDADÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA ADMINISTRATIVA

Aluno: Rodrigo Pereira de Mello
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Doutorado em Direito
Contatos: rpmmello@hotmail.com
asmgodoy@gmail.com

A pesquisa toma por base as vigentes referências constitucionais, particularmente, o inciso XXXIII do artigo 5º e o *caput* e o inciso II do § 3º do artigo 37, e legais, especialmente consubstanciadas na Lei federal 12.257/2011, para discutir, conforme a metodologia e os padrões analíticos próprios à Ciência do Direito, o significado e a configuração do núcleo semântico e do objeto regulado – "informação pública", o alcance e os limites constitucionais, expressos ou implícitos, e legais do direito fundamental individual e coletivo de acesso às informações públicas de interesse coletivo ou geral, produzidas ou detidas pela Administração Pública e/ou por particulares em razão de vínculo jurídico atual ou preexistente.

Palavras-chave: Administração Pública; informação pública; direito fundamental individual e coletivo de acesso.

A TEORIA DAS NULIDADES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS APLICADA AO PROCESSO DISCIPLINAR

Aluno: Sandro Lucio Dezan
Orientador: Hector Valverde Santana
Doutorado em Direito
Contatos: dezann@ig.com.br
hectorvsantana@gmail.com

O estudo busca aferir a formação de uma teoria processual de direito administrativo mediante o aporte teórico das nulidades materiais. O objeto compreende a análise dos efeitos jurídicos produzidos pela aplicação de uma teoria material das nulidades, no ambiente administrativo processual, especificamente o âmbito persecutório disciplinar da Administração Pública Federal. Objetiva-se responder sobre quais sejam as características das nulidades processuais administrativas disciplinares mediante o reconhecimento da necessária análise precedente da teoria das nulidades materiais de Direito Administrativo. A hipótese assinala a impossibilidade de aplicação direta da teoria das nulidades dos atos administrativos aos atos do processo disciplinar. Identifica-se uma teoria própria das nulidades do ato disciplinar sensivelmente distinta da teoria das nulidades do ato administrativo, embora tendo nesta o seu ponto teórico de partida.

Palavras-chave: teoria material das nulidades; Administração Pública Federal; processo disciplinar.

ÓRFÃOS TERAPÊUTICOS: REPERCUSSÕES JURÍDICAS NA PROTEÇÃO DA VIDA HUMANA

Aluna: Tanise Zago Thomasi
Orientador: Carlos Augusto Ayres de Britto
Doutorado em Direito
Contatos: tanisethomasi@gmail.com
carlos@ayresbritto.com.br

Discute-se o valor legal do assentimento dos indivíduos, debatendo a validade e a eficácia da autonomia do doente privado de discernimento por conta de sua idade. Assim, considerando a teoria do "menor maduro", pretende-se tratar da presente temática, para reavaliar se há diferença entre a capacidade jurídica e a capacidade sanitária e contribuir para a efetiva realização de estudos preliminares, atendendo esta faixa etária, pois utilizam drogas, como se fossem adultos, em proporções menores. Assim, analisa-se em que condições e sob quais fundamentos jurídicos e bioéticos podem ser realizadas pesquisas farmacêuticas com crianças e adolescentes. A ausência de consenso científico sobre a participação de crianças e adolescentes nas pesquisas biomédicas tem como consequência a insuficiência de estudos que garantam tratamento seguro e eficaz aos pacientes menores de idade.

Palavras-chave: pesquisas farmacêuticas com crianças e adolescentes; insuficiência de estudos; capacidade jurídica e capacidade sanitária.

O ABORTO E OS DIREITOS MORAIS DA MULHER: UM ESTUDO SOBRE O PLURALISMO IDEOLÓGICO, A DIGNIDADE HUMANA E A AUTONOMIA REPRODUTIVA NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL-DEMOCRÁTICA

Aluna: Teresinha Inês Teles Pires
Orientador: Carlos Bastide Horbach
Doutorado em Direito
Contatos: tes_pires@hotmail.com
carloshorbach@uol.com.br

O propósito investigativo da tese é a afirmação da inconstitucionalidade dos dispositivos do Código Penal que criminalizam o direito ao aborto voluntário desde o momento da concepção. Será feito um estudo do percurso desenvolvido perante a Suprema Corte dos Estados Unidos da América, sobre a regulamentação do direito ao aborto, com o objetivo de inserir na prática jurisdicional brasileira uma compreensão evolutiva acerca do conteúdo genérico da liberdade, veiculado pela cláusula do devido processo legal substancial, da igual cidadania e da liberdade religiosa. Na parte final do trabalho, as premissas teóricas e práticas investigadas nos capítulos anteriores serão reestruturadas em sua aplicação ao sistema brasileiro, com a análise do significado a elas conferido pela Constituição de 1988. Far-se-á, por fim, uma interpretação de dois precedentes do Supremo Tribunal Federal, que, como será proposto, construíram um padrão adequado para a delimitação da tutela da vida nascitura.

Palavras-chave: delimitação da tutela da vida nascitura; direito ao aborto voluntário; conteúdo genérico da liberdade.

A TENSÃO ENTRE A PRESUNÇÃO DE BOA-FÉ PREVISTA NO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NAS RELAÇÕES COM OS CIDADÃOS: NECESSIDADE DE INVERSÃO DA LÓGICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Aluna: Catharina Orbage de Britto Taquary
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito e Políticas Públicas pelo UniCEUB – Brasília/DF
catharinaorbage@yahoo.com.br
marcelodvarella@gmail.com

A análise tem como delimitação a atuação do Estado brasileiro nas relações com os cidadãos que envolvam a boa-fé do direito privado. No Brasil, presume-se a boa-fé na legislação civilista. Porém, no cotidiano, na implantação e na observação de políticas públicas referentes aos cidadãos e à Administração Pública, a boa-fé deve ser comprovada. A burocracia gerada pela encarecida atuação do Estado gera emolumentos e taxas notariais e dificulta procedimentos de diferentes níveis de complexidade administrativos. A Administração Pública fomenta essa tradição quando o interessado deve comprovar, em diversos momentos, sua identidade, filiação, estado civil, situação jurídica. Assim, questiona-se a reforma do Estado e sua eficiência, uma vez que a desconfiança e seus gastos poderiam ser evitados se a Administração Pública fizesse modificações sistêmicas e estruturais de modo a proporcionar leituras biométricas, verificações eletrônicas, cadastros positivos e negativos, ou seja, desenvolver-se de forma tecnológica na utilização informática. O Código Civil de 2002 prevê o princípio da boa-fé e estabelece três condições essenciais em sua existência: autonomia, alteridade e dignidade. O intuito é demonstrar que a falta de boa-fé e o descrédito que o Estado brasileiro pratica nas relações entre partes privadas e nas relações entre indivíduos e Administração Pública levam à burocracia, que encarece os custos das taxas e dos emolumentos para a sociedade. Além disso, como o aumento da burocracia desmoraliza as relações privadas, promove-se o litígio e contribui-se para a tradição da desconfiança. Logo, a inversão da lógica das políticas públicas irá influenciar o desenvolvimento do ser humano e as consequências que a desconfiança exerce na Administração Pública. Assim, define-se, no direito brasileiro, o que é o princípio da boa-fé e como se difere de outros Estados com similar tradição jurídica; determina-se como a visão brasileira de boa-fé prejudica a vida do cidadão tanto nas suas relações com o Estado como nas suas relações privadas; avaliam-se possíveis alternativas para a construção de políticas públicas fundadas na boa-fé. Nesse sentido, examina-se a burocratização, a estruturação do Estado, além de pesquisas doutrinárias, legislativas e jurisprudências e análise da forma estrutural de credibilidade da Administração Pública.

Palavras-chave: boa-fé; direito privado; Administração Pública.

O *CRIMINAL COMPLIANCE* ENQUANTO INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL: A (IN) EFICIÊNCIA DOS *COMPLIANCE OFFICERS*

Aluna: Ivja Neves Rabêlo Machado
Orientadora: Maria Edelvacy Pinto Marinho
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos:ivjeneves@gmail.com
mariaedelvacy@yahoo.com.br

Amparada pelos compromissos internacionais e pelo processo de transformação política experimentado pela sociedade brasileira, a Lei Anticorrupção prescreve um microssistema normativo de tutela da ética nas relações político-administrativas, utilizando-se, para tanto, de instrumento forjado por nações desenvolvidas: os programas de *compliance*. Por intermédio de um aprofundamento multidisciplinar desses programas, destacam-se os desafios experimentados pelo ordenamento jurídico brasileiro, especialmente quanto à vertente do *criminal compliance* e à figura dos *compliance officers*. Com efeito, a utilização do *criminal compliance* no contexto histórico cultural brasileiro comporta adequações e harmonizações mormente quanto aos deveres e às responsabilidades dos *compliance officers*. Se, por um lado, a atuação do *compliance officer* demonstra convergência entre o interesse da empresa e o esforço nacional na política de combate à corrupção, por outro, pode estimular a ocorrência de práticas escusas com a criação de condições para que, na empresa, forme-se uma cadeia de responsabilização penal. Uma aplicação açodada ou meramente utilitarista do instituto fomentaria a corrupção, ao invés de combatê-la. Verifica-se, portanto, que o tratamento jurídico a ser conferido ao *compliance officer* determinará o esvaziamento ou a ineficiência dos programas de *compliance* ou destacará o papel importantíssimo das empresas na consolidação do desenvolvimento nacional decorrente do combate à corrupção. Em vista da escassez dos estudos nacionais, para além do diálogo histórico, político, econômico e criminológico, a presente dissertação perpassará a análise da experiência estrangeira na adoção dos programas de *compliance*, vantagens e desvantagens, formas de efetivação e otimização e sua importância para a garantia do mercado competitivo.

Palavras-chave: Lei Anticorrupção; programas de *compliance; criminal compliance; compliance officer.*

EFICIENTISMO E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL APÓS OS ATOS DE VIOLÊNCIA ORGANIZADA NO BRASIL EM 2006

Aluno: Alberto Carvalho Amaral
Orientador: Bruno Amaral Machado
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: betopow@hotmail.com
brunoamachado@hotmail.com

Pretende-se, nesta dissertação, que envolverá trabalho de campo junto às vítimas de violência doméstica, alcançar as mulheres, retirando o manto de invisibilidade e questionando-as sobre suas expectativas e imagens do sistema jurídico. Investiga-se o que elas esperavam quando pensaram em entregar a estranhos seus problemas de violência de gênero e o que elas obtiveram. Examina-se se elas tiveram sucesso, se houve quebra no ciclo de violência, se os órgãos envolvidos atuaram conforme o esperado. O tema delimitado, portanto, volta-se às representações sociais das vítimas sobre a intervenção judicial, prevista no sistema de proteção à mulher vítima de violência doméstica. O problema da pesquisa é aferir se, mediante as representações sociais das vítimas sobre a intervenção judicial, prevista na Lei n.º 11.340, há quebra do ciclo de violência.

Palavras-chave: vítimas de violência doméstica; sistema jurídico; sistema de proteção à mulher.

EMPOBRECIMENTO ILÍCITO: A MERCANTILIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Aluno: Avraham Lax
Orientador: Paulo Roberto de Almeida
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: lax.avraham@gmail.com
pralmeida@mac.com

Atualmente, os direitos fundamentais estão na prateleira. O cidadão precisar ir às compras se quiser exercê-los. Para adquirir saúde, educação, liberdade ou previdência, é necessário pagar bom plano médico, bom colégio ou faculdade, pedágio interestadual, plano de previdência privada ou seguro de carros, entre outros serviços. Isso ocorre, porque o garante dos direitos fundamentais, o Estado, deu lugar a outro ator: o mercado privado. Indaga-se, assim, se o Estado Democrático Social de Direito promove uma anomalia jurídica em face da comercialização de direitos fundamentais, com a geração de um efeito indesejado: o empobrecimento ilícito da dignidade. Atualmente, a sociedade está condicionada a buscar o exercício dos direitos fundamentais junto ao mercado privado. Torna-se necessário analisar esse movimento em decorrência da não dissociabilidade dos direitos da existência e do desenvolvimento do homem e da incoerência expedida pela administração desses direitos.

Palavras-chave: direitos fundamentais; Estado; mercado privado.

REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: O DESAFIO DECORRENTE DA AUSÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO E O CAMINHO À EFICIÊNCIA REGULATÓRIA DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Aluno: Bruno Caetano Amancio Coimbra
Orientador: Ivo Teixeira Gico Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: brucaman@uol.com.br
gico@ghdadvogados.com.br

A problemática do projeto vertente discute quais os fundamentos administrativos, normativos e jurídicos que marcam a formulação de uma política pública voltada ao ensino superior conforme a compreensão do poder regulador do Estado, apurando e evidenciando os resultados do exercício da regulação, de modo a criar um contexto seguro às instituições de ensino superior na tomada de decisões e na consecução de seus objetivos. Cinge-se a indagar qual é o caminho a ser trilhado pelas instituições privadas de educação superior brasileiras, no contexto de indefinição das políticas regulatórias institucionalizadas pelo Ministério da Educação e pelos órgãos correlatos, para otimização dos resultados das Instituições. O pano de fundo da temática busca responder sobre que motivos administrativos, normativos e jurídicos encetam a formulação de uma política pública voltada ao ensino superior, utilizando-se, para tanto, da atribuição fiscalizatória conferida ao ente público para exercício da regulação. O objetivo da produção acadêmica é promover uma análise acerca dos contornos administrativos, normativos e jurídicos da regulação da educação superior brasileira, permitindo uma avaliação a respeito da atuação das instituições de ensino superior privadas. Pretende-se traçar mecanismos de avaliação e análise das escolhas feitas pelos administradores institucionais para cumprimento dos comandos emanados da Administração Pública, balizando o estabelecimento de políticas institucionais internas, por exemplo, autoavaliação, para evitar prejuízos decorrentes de processos de supervisão e instruir uma atuação eminentemente dirigida à consecução de melhores resultados. É escopo do trabalho incrementar o exame do contexto regulatório da educação superior com o auxílio dos mecanismos sugeridos pelo jus economista, mediante a Análise Econômica do Direito.

Palavras-chave: política pública; ensino superior; exercício da regulação.

GENOCÍDIO NO BRASIL: OS MASSACRES INDÍGENAS JUDICIALIZADOS

Aluno: Carlos Frederico Santos
Orientador: Inocêncio Mártires Coelho
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: freddf@globo.com
inocenciocoelho@gmail.com

A justiça brasileira tem o crime de genocídio fundado no padrão clássico de massacre coletivo de larga escala, executado por grupo de poder vinculado ao Estado, ou pelo próprio Estado, envolvendo grande número de vítimas, atendo-se, assim, a um padrão ultrapassado, mas começa a tomar consciência de que há necessidade de uma ruptura paradigmática, de uma revisão da maneira clássica de pensar esse delito que atenta contra a humanidade, desamarrando-se, dessa forma, do paradigma firmado por Raphael Lemkin com fundamento nas barbáries nazista. É isso que se demonstra nos casos brasileiros, isto é, no "Massacre da Boca do Capacete" e na "Chacina de Haximú", nos quais, após entender-se que genocídio é crime contra a humanidade, e não contra índio, deu-se um giro na compreensão do que é genocídio, passando-se a compreender sua dimensão, independentemente de atentar contra a humanidade, baseada na intenção de dizimar grupo étnico, desconsiderando-se o número de vítimas.

Palavras-chave: genocídio; ruptura paradigmática; índio.

INSTRUMENTOS QUE PODEM SER UTILIZADOS COMO FOMENTO PARA MELHORAR A EFICÁCIA DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

Aluna: Carolina Flavia Freitas de Alvarenga
Orientadora: Marcia Dieguez Leuzinger
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: carolinalvarenga@yahoo.com.br
marcia.leuzinger@uol.com.br

No início de 2014, houve uma tentativa de inserção da coleta seletiva de resíduos sólidos no Distrito Federal, para cumprir o prazo estipulado pelo artigo 54, da Lei 12.305/2010, todavia, até o momento, não houve a efetividade almejada. Diante disso, indaga-se por que a implantação da política pública de coleta seletiva de lixo no Distrito Federal não tem sido efetiva e por que o Distrito Federal e muitos municípios do Brasil não têm cumprido o que estipula a Lei 12.305/2010. Na presente pesquisa, trabalha-se com a hipótese de que da forma com que é implantada e conduzida a coleta seletiva de resíduos no Distrito Federal não funciona, sendo o descarte inadequado de lixo sério e grande problema ambiental que precisa ser urgentemente sanado por meio de política pública efetiva. O objetivo do trabalho é estudar os instrumentos que podem ser utilizados como fomento para melhorar a eficácia da política pública.

Palavras-chave: coleta seletiva; política pública; resíduos sólidos.

LIMITES À LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO: BALIZAS QUE DEVEM NORTEAR O SISTEMA

Aluno: Danilo David Ribeiro
Orientador: Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: danilodavid77@gmail.com
paccarmona@hotmail.com

O trabalho visa a analisar o impacto do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito fundamental - ADPF nº 130, do Supremo Tribunal Federal, da relatoria do ministro Carlos Ayres Britto, que declarou a Lei 5.257/67 (Lei de Imprensa) não ter sido recepcionada pela ordem constitucional de 1988, na interpretação constitucional do princípio da liberdade de expressão, em especial, a liberdade de imprensa. A hipótese principal está centrada no estudo da necessidade ou da possibilidade de o Congresso Nacional editar novo marco teórico para a regulação da atividade de imprensa, com a previsão detalhada de questões que ficaram à margem da legislação, como a regulamentação do direito de resposta, a responsabilidade criminal e o direito à indenização.

Palavras-chave: liberdade de imprensa; novo marco teórico; regulação da atividade de imprensa.

O CRIME DE DESERÇÃO EM TEMPO DE PAZ: UMA PROPOSTA DE DESCRIMINALIZAÇÃO

Aluno: Danilo Gustavo Vieira Martins
Orientador: Antonio Henrique Graciano Suxberger
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: danilogustavo1@hotmail.com
suxberger@gmail.com

Pensar em um sistema punitivo ante uma conduta reprovável, sob a égide garantista está além da exclusiva sistemática jurídica do ordenamento penal e permite a inclusão de análise multidisciplinar sob os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Será demonstrado ao longo da dissertação que, para o crime de deserção, o fato pode ser considerado como transgressão disciplinar ou falta administrativa. Além disso, investigam-se quais os possíveis programas anuais poderiam ser concebidos, para, de modo preventivo, alcançar os militares antes da consumação do crime. Desta feita, a deserção, na hipótese de deixar de ser considerada como crime, poderá ser tratada como transgressão disciplinar, de modo a atender a falta cometida, dando retorno à sociedade pelo prejuízo causado e, agindo de forma mais expedita na solução da questão, fazendo que o desertor perceba sua conduta e, por meio de ações dirigidas, refazendo sua perspectiva como membro ativo das Forças Armadas e da sociedade.

Palavras-chave: sistema punitivo; deserção; Forças Armadas.

A ARGUMENTAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NA APLICAÇÃO DA MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS PELO STF: A LEGITIMIDADE DENTRO DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Aluna: Déborah Regina Said Silva
Orientador: Jose Levi Mello do Amaral Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: deborah.said.silva@gmail.com
jose.levi@uol.com.br

O trabalho tem como tema central a modulação temporal de efeitos em matérias que envolvem impactos financeiros comprometedores do orçamento público. Desta feita, a dissertação tem por objetivo analisar a tomada de decisão pelo Supremo Tribunal Federal acerca da aplicação da modulação temporal de efeitos em lides tributárias e previdenciárias. Tal estudo faz-se necessário uma vez que os argumentos trazidos pelos ministros do Supremo são excessivamente de cunho político, desvencilhando-se dos argumentos jurídicos e não considerando os requisitos materiais estabelecidos pelo artigo 27 da Lei nº 9.868/99, quais sejam, a segurança jurídica e o excepcional interesse social. A dificuldade do tema consiste no foco das decisões proferidas, o que envolve as teorias de argumentação.

Palavras-chave: modulação temporal de efeitos; orçamento público; teorias de argumentação.

LIMITE E PRÁTICA DOS TERMOS ADITIVOS CONTRATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Aluno: Diego Franco de Araújo Jurubeba
Orientador: Ivo Teixeira Gico Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: diegofrancoaj@gmail.com
gico@ghdadvogados.com.br

A dissertação pretende refletir sobre os limites legais e a prática dos termos aditivos nos contratos firmados no âmbito da Administração Pública Federal. Adota-se uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e jurisprudencial sobre a matéria, com a intenção de estabelecer o estado da arte. A dissertação se encontra em fase inicial, com o levantamento dos diversos problemas enfrentados com vistas às alterações contratuais no cotidiano das contratações públicas federais, as abordagens doutrinárias existentes e a prática do jurisprudencial sobre o tema, sobretudo, na esfera de atuação do Tribunal de Contas da União.

Palavras-chave: Administração Pública Federal; termos aditivos; estado da arte.

A ABRANGÊNCIA DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS: FOLHA DE SALÁRIOS E DEMAIS RENDIMENTOS DO TRABALHO PAGOS OU CREDITADOS, A QUALQUER TÍTULO, À PESSOA FÍSICA

Aluno: Elias Sampaio Freire
Orientador: Jefferson Carlos Carus Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: eliassampaiofreire@hotmail.com
professor.carusguedes@gmail.com

O problema a ser solucionado na presente dissertação investiga qual é o alcance da expressão "folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, para a efetiva delimitação da base de cálculo das contribuições previdenciárias". Para tanto, a presente dissertação partirá da hipótese de que a expressão *folha de salários e demais rendimentos do trabalho* presta-se a designar a totalidade dos ganhos do prestador de serviços pessoa física, com ou sem vínculo empregatício, pagos diretamente ou não pelo tomador, recebidos pela contraprestação do trabalho.

Palavras-chave: folha de salários; rendimentos do trabalho; contribuições previdenciárias.

MANDADO DE INJUNÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E CABIMENTO DE MEDIDA LIMINAR

Aluno: Estêvão André Cardoso Waterloo
Orientador: Luis Carlos Martins Alves Jr
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: estevaow@gmail.com
lcmartinsalves@gmail.com

A dissertação tem por objetivo estudar o cabimento de medida liminar em mandado de injunção, ação constitucional destinada a assegurar o "exercício dos direitos, das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania", na hipótese da ausência de norma regulamentadora, a teor do inciso LXXI do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Assume-se como hipótese que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de incabível liminar, resultou firmada no contexto de essencialmente declaratória a natureza jurídica das decisões proferidas em sede de mandado de injunção, limitada a atuação da Suprema Corte, na hipótese de concessão do *writ,* a declarar a mora do legislador.

Palavras-chave: mandado de injunção; Supremo Tribunal Federal**;** norma regulamentadora**.**

CONTRATAÇÃO GOVERNAMENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: OS PARÂMETROS NORMATIVOS DA FUNÇÃO INDUTORA DA CONTRATAÇÃO GOVERNAMENTAL

Aluno: Fabiano de Figueiredo Araujo
Orientador: Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: fabiano_ cg@bol.com.br
paccarmona@hotmail.com

Discorre-se sobre os limites jurídicos para implantação da função indutora da contratação governamental, entendida como função regulatória da contratação governamental. Analisa-se a importância da contratação governamental no âmbito econômico. Não há divergências sérias sobre tal ponto. Além disso, investiga-se a licitação em visão tradicional, com o primado da isonomia e da economicidade, a utilização da contratação pública como instrumento de fomento econômico, os benefícios a determinadas entidades, as margens de preferência em aquisições públicas, as aquisições mínimas de conteúdo local. Para tanto, contrapõe-se a ineficácia estática à eficiência postergada. Assim, verifica-se novo viés: a promoção do desenvolvimento nacional sustentável mediante o artigo 3º da Lei 8.666, de 1993, com redação dada pela Lei 12.349, de 2010.

Palavras-chave: contratação governamental; função regulatória; desenvolvimento nacional sustentável.

A ATIVIDADE JURISDICIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: AS RELAÇÕES ENTRE JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA E RECURSO EXTRAORDINÁRIO MEDIANTE A GÊNESE DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO

Aluno: Fábio Luis Furrier
Orientador: Antonio Henrique Graciano Suxberger
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: fabiofurrier@ig.com.br
suxberger@gmail.com

Assume-se como hipótese que a consolidação de jurisprudências defensivas no âmbito do recurso extraordinário não é, como se costuma asseverar, mera consequência do excesso de recursos recebidos pelo STF e, sim, um problema radicado na gênese do recurso extraordinário, mediante a opção pela importação do modelo processual norte-americano do *writ of error* sem que as demais condições de operação daquele modelo, notadamente, o federalismo centrado em forte repartição de competências, a Constituição sintética e um sistema judicial lastreado pelo *stare decisis*, estivessem presentes na realidade brasileira. O estudo baseia-se, principalmente, na análise comparativa dos modelos da Justiça brasileira e da norte-americana e em larga pesquisa histórica acerca da implantação e da evolução do recurso extraordinário.

Palavras-chave: jurisprudência defensiva; recurso extraordinário; modelos da Justiça brasileira e da norte-americana.

EM BUSCA DE ELEMENTOS DE UMA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL MEDIANTE A ANÁLISE DOS PROBLEMAS DERIVADOS DO DECISIONISMO

Aluno: Fabio Luiz Bragança Ferreira
Orientador: Jefferson Carlos Carus Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: fabiolbf@outlook.com
professor.carusguedes@gmail.com

A pesquisa pretende trabalhar com o problema de saber se, com a retirada do livre convencimento motivado do novo CPC, é possível verificar uma tentativa institucional de sufocar a franca discricionariedade que permeia o labor jurisdicional do Poder Judiciário brasileiro. Com vistas a esse problema, trabalha-se com as hipóteses de que a precária compreensão do positivismo jurídico, aliada à não recepção, pela comunidade jurídica, das viradas paradigmáticas verificadas no âmbito da filosofia, impossibilita a superação do paradigma positivista e, como consequência, propicia a manutenção da discricionariedade na atuação do Poder Judiciário e de que a retirada do "livre convencimento motivado" do novo CPC, aliada à acurada compreensão da Crítica Hermenêutica do Direito, possibilita a superação do "estado de natureza hermenêutico" e da algaravia na atribuição de sentidos que é possível verificar na jurisprudência nacional.

Palavras-chave: paradigma positivista; discricionariedade; Poder Judiciário.

A JUSTIÇA ELEITORAL COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NO BRASIL

Aluno: Flavio Aurelio Nogueira Junior
Orientadora: Marcia Dieguez Leuzinger
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: adv.flaviojunior@gmail.com
marcia.leuzinger@uol.com.br

A hipótese utilizada é a de que o antropocentrismo não deve ser considerado preponderante no Direito Ambiental brasileiro, em especial, na sua aplicação para decisões judicias e nas escolhas de políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Surge o problema de desconsiderar o ser humano como único detentor de direitos e, ao mesmo tempo, não o descartar do contexto jurídico de proteção ao meio ambiente. Para responder-se às perguntas apresentadas e conseguir demonstrar a existência do biocentrismo, ainda que de forma discreta, no ordenamento jurídico brasileiro, deve-se, primeiramente, conceituar a utilização da filosofia do antropocentrismo como base do Direito Ambiental brasileiro e o porquê de sua superação. Pauta-se na posição a favor de conhecer o biocentrismo no ordenamento jurídico brasileiro, e a falta de material no Brasil sobre o tema é um dos grandes problemas enfrentados para a conclusão da dissertação.

Palavras-chave: Direito Ambiental brasileiro; antropocentrismo; políticas públicas.

ANÁLISE ECONÔMICA E DOGMÁTICA DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Aluno: Francisco Sergio Maia Alves
Orientador: Ivo Teixeira Gico Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: fsergio.ma@gmail.com
gico@ghdadvogados.com.br

O controle externo de contratos administrativos de obras públicas, exercido pelo Tribunal de Contas da União e pelo Congresso Nacional mediante a realização de competências constitucionais exclusivas e harmônicas, não se mostra eficaz quanto ao propósito de corrigir ilegalidades antes da conclusão dos contratos. Tendo em vista o caráter processual da fiscalização de atos e contratos, em que se faz necessário atentar para os princípios do contraditório e da ampla defesa e esperar o transcurso dos recursos cabíveis antes da produção dos efeitos definitivos das deliberações do Tribunal de Contas da União, e as peculiaridades do processo do TCU, em que prevalecem os princípios do formalismo moderado e da busca da verdade real, é comum que a duração dos processos do Tribunal ultrapasse a dos contratos administrativos que busca eventualmente corrigir. Considerando que a atuação do Congresso Nacional, no que se refere ao poder de sustar contratos, somente ocorrerá após a decisão definitiva do TCU, em caso de descumprimento pelos órgãos fiscalizados, vislumbra-se um quadro de ineficácia do sistema de controle corretivo de contratos. Nesse contexto, tanto o TCU quanto o Congresso Nacional passaram a agir de forma cautelar, suspendendo, em determinadas situações, a execução física, financeira e orçamentária de contratos com indícios de irregularidades graves, principalmente no caso de obras públicas. O trabalho visa verificar, da mesma forma, se o processo cautelar de controle de contratos se encontra instrumentalizado para corrigir a situação de ineficácia observada e se é utilizado pelo TCU e pelo Congresso Nacional.

Palavras-chave: controle externo de contratos administrativos; obras públicas; competências constitucionais.

A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: ANÁLISE DO ARTGO 489 DA LEI Nº 13.105/2015 (NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL) À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E DA REALIDADE JUDICIAL BRASILEIRA

Aluno: Frederico Montedonio Rego
Orientador:
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: fmontedonio@gmail.com

A dissertação pretende discutir critérios para fundamentar, adequadamente, as decisões judiciais à luz das normas da Constituição, dos requisitos do artigo 489 do novo CPC e da realidade brasileira. A hipótese principal é a de que o artigo 489 do novo CPC é válido, pois reforça – e não restringe – a norma constitucional que impõe a motivação das decisões. Isso, porém, não exclui a possibilidade de formular critérios que atribuam diferentes pesos argumentativos aos diversos tipos de julgamentos. Parece válido atribuir à decisão um ônus argumentativo diretamente proporcional ao número de pessoas afetadas, à profundidade da cognição, ao grau de indeterminação e potencial conflito entre as normas envolvidas, à importância do bem jurídico afetado e outros aspectos.

Palavras-chave: norma constitucional; decisões judiciais; artigo 489 do novo CPC.

A "REPÚBLICA DOS DESEJOS": LIMITES FÁTICOS E ECONÔMICOS PARA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Aluno: Giullianno Caçula Mendes
Orientador: Luis Carlos Martins Alves Jr
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: giulliannomendes@yahoo.com.br
lcmartinsalves@gmail.com

O objetivo da dissertação é realizar um estudo doutrinário sobre a segurança jurídica. O impulso inicial do trabalho foi o ajuizamento do MI 4733/DF, que visa instituir o crime de homofobia, e da ADI por omissão nº 31, que almeja instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas. Ambas as pretensões judiciais desrespeitam o princípio da reserva legal penal e tributária. Nesse sentido, são ressaltados os aspectos gerais das ações citadas. Em seguida, analisa-se a segurança jurídica, sua natureza principiológica, dimensões, sentidos, beneficiários e destinatários. Além disso, trata-se da legalidade como faceta da segurança jurídica, de sua relação com a dignidade humana, das mudanças jurisprudenciais com segurança jurídica e dos problemas gerados pela insegurança jurídica no âmbito judicial. O marco teórico principal é a obra de Humberto Ávila, e a hipótese principal é que não há justiça na insegurança jurídica.

Palavras-chave: segurança jurídica; crime de homofobia; Imposto sobre Grandes Fortunas.

A NORMATIZAÇÃO REGULATÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Aluno: Joedson de Souza Delgado
Orientador: Ivo Teixeira Gico Jr.
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: joedson.delgado@hotmail.com.br
Ivo Teixeira Gico Junior

A ANVISA extrapola seu exercício de poder de polícia reforçado na sua atividade regulatória. Para responder a tal assertiva, alguns exemplos de novas regras são analisados, tais como: a regulação de aditivos que conferem sabor e aroma aos produtos derivados do tabaco no Brasil ainda pendente de decisão no STF; a liberação da venda de inibidores de apetite à base de anfetamina mediante o decreto legislativo do Senado, que, por resolução da ANVISA, estavam proibidos desde 2011. Passados dezesseis anos de sua criação, a ANVISA não dispõe de competência regulatória plena como outras agências reguladoras de serviços públicos, isto é, tem o seu poder regulador limitado sobre as matérias não legalizadas, haja vista que a regulação desenvolvida pelo ente não se enquadra na ideia de haver imperiosa regulação estatal descentralizada.

Palavras-chave: atividade regulatória; agências reguladoras; matérias não legalizadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Aluna: Jordana Maria Ferreira de Lima
Orientador: Carlos Augusto Ayres de Britto
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: limajordana@gmail.com
carlos@ayresbritto.com.br

O trabalho infantil, que é um problema mundial, afeta cerca de cento e cinquenta milhões de crianças e adolescentes entre cinco e quatorze anos de idade. Trata-se de verdadeira "chaga social" inserta num complexo de variáveis sociais, políticas, econômicas e culturais, o que dificulta sua desestruturação. A prevenção e o combate, com vistas à erradicação do trabalho infantil, relacionam-se à defesa dos direitos fundamentais e integram a CF/88 e a Lei 8.069/90 (ECA). No Brasil, o enfrentamento do problema é marcado por diversas barreiras. A herança cultural colonizadora inseriu crianças no trabalho em lavoura, engenhos, criação de animais e domicílios senhoriais. A Revolução Industrial tornou-o proveitoso meio de produção. Com a expansão do processo produtivo, inseriram-se crianças no mercado, inclusive ilícito. Nesse contexto, apresentam-se convenções internacionais e políticas para o combate ao trabalho infantil, que é o objeto da pesquisa.

Palavras-chave: erradicação do trabalho infantil; direitos fundamentais; convenções internacionais e políticas.

A REPERCUSSÃO DE TRATADOS E CONVENÇÕES RELATIVOS À BITRIBUTAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Aluno: Leonardo Arêba Pinto
Orientador: Daniel Amin Ferraz
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: familiaareba@hotmail.com
daniel.amin@afcadvogados.adv.br

As políticas públicas são constante objeto de estudos jurídicos, restando incerto quais agentes se mostram capazes de implantar conjuntos atos inerentes a uma política pública. Procura-se demonstrar, no presente estudo, por intermédio de uma análise atenta aos tratados e às convenções relativas á bitributação internacional, que, adotando-se os critérios basilares de que a doutrina nacional já dispõe no tocante a políticas públicas, as direções adotadas pelo Brasil no contexto mundial afetam, diretamente, a implantação de políticas tributárias que primam pelo desenvolvimento nacional e pela concretização de objetivos e direitos fundamentais.

Palavras-chave: políticas públicas; bitributação internacional; doutrina nacional.

INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL

Aluna: Luciana Baroni Gondim
Orientador: Ivo Teixeira Gico Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: lu.baroni@uol.com.br
gico@ghdadvogados.com.br

O estudo tem por objeto analisar a influência dos direitos de propriedade intelectual e da inovação sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. O sistema de patentes protege as inovações, que, consequentemente, têm um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico. Há um arcabouço legislativo moderno que regula a matéria e incentiva parcerias entre o setor público, o setor privado e as instituições científicas, mas que, sozinho, não é suficiente para fazer que o país mude de patamar. O Brasil enfrenta importante desafio no sentido de estabelecer políticas públicas que sensibilizem, positivamente, essa equação.

Palavras-chave: propriedade intelectual; inovação; desenvolvimento econômico brasileiro.

UMA PROPOSTA DE RESSIGNIFCAÇÃO DA VANTAJOSIDADE NAS LICITAÇÕES E NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS: PREÇO, QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE

Aluno: Luciano Araujo de Castro
Orientador: Carlos Bastide Horbach
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: luciano3005@hotmail.com
carloshorbach@uol.com.br

Avalia-se que a Lei n°. 8.666/93 é interpretada de modo a prestigiar quase somente o menor preço nas licitações públicas. Acredita-se que essa forma de ver e compreender o Estatuto das Licitações e dos Contratos contribuiu, em alguma medida, para um resultado não satisfatório no que diz respeito à qualidade das aquisições públicas, em comprometimento do princípio constitucional da eficiência. Supõe-se possível que alguns dispositivos da Lei n°. 8.666/93 comportem outra leitura, a qual, ao inserir, decisivamente, o aspecto da qualidade na noção de vantagem da proposta, poderá colaborar para a superação de um modelo que privilegia, apenas, preço e competitividade. Supõe-se, de acordo com a ressignificação da noção de proposta mais vantajosa, ser possível inserir, com maior densidade, o terceiro aspecto a ser considerado ao lado do preço e da qualidade nas contratações públicas: a sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: licitações públicas; princípio constitucional da eficiência; sustentabilidade ambiental.

A (IR)RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS MEDIANTE A LEI DE IMPROBIDADE

Aluno: Luciano Melo Moreira Lima
Orientador: Ivo Teixeira Gico Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: luciano@moreiralimaassociados.com.br
gico@ghdadvogados.com.br

O objetivo da pesquisa é enfrentar a dificuldade com a qual as unidades da federação, como os estados e os municípios brasileiros, não honram seus compromissos financeiros advindos de decisões judiciais. O problema ganha contornos especialmente preocupantes na medida em que se pode afirmar estar o pacto federativo comprometido pela crescente concentração de poderes em torno da União Federal. Aliado a isso, no âmbito do Poder Legislativo, as Câmaras de Vereadores e as Assembleias Legislativas perdem força em termos de matéria tributária. Por fim e no que tange ao Poder Judiciário, igualmente, pode notar-se um esvaziamento das competências da justiça dos estados, o que vai de encontro aos princípios do pacto consagrado na forma de autonomia político-administrativa dos entes federados. Diante dos argumentos apresentados, os princípios ligados a essa estrutura seriam mais formais do que propriamente substanciais.

Palavras-chave: decisões judiciais; concentração de poderes; autonomia político-administrativa.

O PLANO PLURIANUAL COMO NORMA DE DIREITO FUNDAMENTAL E OS DESAFIOS À SUA EFETIVIDADE

Aluno: Luiz Fernando Arantes Paulo
Orientador: Carlos Augusto Ayres de Britto
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: paulistanous@yahoo.com
carlos@ayresbritto.com.br

O trabalho tem por objetivo identificar o sentido e o conteúdo dos comandos constitucionais referentes ao planejamento governamental, em especial, os relativos ao plano plurianual. A hipótese assumida é que há pouca clareza no governo federal, acerca da estrutura e dos conteúdos mínimos exigidos para o plano, o que contribui para que não se cumpra o papel previsto constitucionalmente. A abordagem jurídica do plano plurianual ainda é matéria pouco abordada pela doutrina, o que contribui para a relevância do trabalho.

Palavras-chave: plano plurianual; planejamento governamental; abordagem jurídica.

O INADIMPLEMENTO CONTRATUAL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Aluno: Marcelo Tadeu de Assunção Sobrinho
Orientador: Hector Valverde Santana
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: marcelotadeu1967@gmail.com
hectorvsantana@gmail.com

A hipótese principal consiste em tratar da categoria do inadimplemento no Código de Defesa do Consumidor, que é fenômeno ladeado pelo defeito e pelo vício do produto ou do serviço, igualmente presentes no aludido Código. O inadimplemento contratual obedece a regime jurídico próprio e distinto do regime jurídico aplicado ao fato ou ao vício do produto ou do serviço com consequências distintas. Observa-se que a doutrina e a jurisprudência dão tratamento igual às categorias do defeito, do vício e do inadimplemento, desconsiderando-se que isso pode implicar resolução não técnica do caso levado a juízo, porque o inadimplemento contratual, seja do fornecedor, seja do consumidor, é regulado pelo Código Civil. Desse modo, o tratamento equivocado dessas categorias não é somente uma questão semântica, mas também tem consequências no desfecho da demanda.

Palavras-chave: inadimplemento; Código de Defesa do Consumidor; regime jurídico.

DIREITOS SOCIAIS E DECISÕES JUDICIAIS EM MATÉRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS DE PRESTAÇÃO À LUZ DA FILOSOFIA DO RECONHECIMENTO

Aluno: Mario Jorge Panno de Mattos
Orientador:
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: panno@ig.com.br

O projeto de pesquisa apresenta como hipótese a premissa de que a vontade coletiva, uma vez bem estabelecida em seu conceito e identificada mediante a exclusão de potenciais elementos de manipulação, deve ser utilizada como parâmetro subsidiário das decisões judiciais em matéria de controle de políticas públicas e efetivação de direitos fundamentais. Diante de tal premissa, surgem como problemas de pesquisa: a possibilidade de implantação de direitos sociais previstos na Constituição por meio da atuação direta do Poder Judiciário; os parâmetros e os limites que devem balizar a atuação do Poder Judiciário na concretização de direitos sociais; a compatibilidade de tal atuação com o conceito de democracia; a possibilidade de identificação de fundamento legitimador para as decisões judiciais em matéria de políticas públicas na identificação da vontade coletiva e na perspectiva conceitual de esfera(s) pública(s).

Palavras-chave: controle de políticas; decisões judiciais; efetivação de direitos fundamentais.

O DIREITO À INFORMAÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE DADOS PESSOAIS OU O ABUSO NA PRESUNÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Aluno: Rafael Souza Viana
Orientador: Hector Valverde Santana
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: souza_viana@hotmail.com
hectorvsantana@gmail.com

Faz-se a apuração das maiores dificuldades jurídicas encontradas pelos consumidores em países estrangeiros, razões pelas quais devem ser considerados ainda mais vulneráveis quando na condição de turistas. Em seguida, são analisados casos concretos em que, em razão de eventos internacionais de grande escala ocorridos no Brasil, afastou-se a incidência de importantes normas nacionais, apontando de que forma se gerou uma série de regalias a seus organizadores e prejuízos aos seus espectadores, os quais se viram órfãos de uma tutela legal, ocasionando um desequilíbrio abissal na relação entre consumidor e fornecedor, fazendo pairar a insegurança jurídica. O trabalho envolve o conjunto normativo internacional voltado aos consumidores e o material jurídico referente às consequências geradas pelas entidades estrangeiras em razão de eventos de grande escala realizados no Brasil.

Palavras-chave: consumidores em países estrangeiros; eventos internacionais de grande escala; insegurança jurídica.

FUNDOS SETORIAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: ANÁLISE DOS RESULTADOS E DOS OBJETIVOS

Aluno: Ricardo Bravo
Orientador: Maria Edelvacy Pinto Marinho
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: ricardobravo2000@gmail.com
mariaedelvacy@yahoo.com.br

Este trabalho trata do direito à informação sob o ponto de vista de sua efetiva concretização, relacionando-o ao que é público e disponível sobre os gastos dos fundos setoriais de Ciência e Tecnologia. A informação é tratada do ponto de vista de direito fundamental, de mercadoria como algo essencial à mensuração das políticas públicas e que inclui justificativas, motivações, resultados, efeitos e reanálise. É feito um corte metodológico em relação às informações públicas oficiais com atributos que as diferenciam da mera manifestação de expressão. Entre eles, destacam-se certo de grau de objetividade, a necessidade de veracidade e o atendimento a princípios, como a correlação com outras fontes. Ademias, o sigilo ou a eventual restrição não podem servir como burla aos princípios anteriores, e pontua-se que deveriam ser padrões extrínsecos, para garantir-lhes futura publicidade substancial.

Palavras-chave: direito à informação; Ciência e Tecnologia; políticas públicas.

A FORÇA NORMATIVA DOS PRINCÍPIOS E O DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL

Aluno: Ricardo Pacheco Mesquita de Freitas
Orientador: Jose Levi Mello do Amaral Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: ricardo.mesquitafreitas@hotmail.com
jose.levi@uol.com.br

O presente trabalho procura investigar como a repartição de receitas contribui para a crise fiscal do Estado brasileiro e tenta resolver o problema sob uma perspectiva de direito comparado. Uma das hipóteses a ser exploradas é a solução ou a amenização da deficiência da repartição de receitas no Brasil, por meio de real equalização regional das receitas auferidas, com a utilização de critérios de distribuição coerentes, por exemplo, o cômputo das despesas ou das necessidades dos entes federados como critério de maior ou menor repartição de receitas tributárias. Tal hipótese existe no Direito Alemão, e busca-se estabelecer, claramente, as distinções entre os ordenamentos jurídicos comparados para exploração e possível aplicação no Brasil.

Palavras-chave: repartição de receitas; crise fiscal do Estado brasileiro; direito comparado.

AFETO, FAMÍLIA E RESPONSABILIDADE CIVIL: O DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO E O CUIDAR COMO DEVER JURÍDICO

Aluna: Rita de Castro Hermes Meira Lima
Orientador: Hector Valverde Santana
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: ritalima82@gmail.com
hector.santana@tjdft.jus.brr

O presente trabalho tem por escopo analisar os desdobramentos obrigacionais dos pais em função do dever de cuidado, mediante a ordem de argumentação trazida nos julgados acerca do tema, a fim de verificar se, de fato, o ordenamento jurídico brasileiro impõe aos pais o referido dever e qual seria o seu conteúdo.

Palavras-chave: desdobramentos obrigacionais dos pais; dever de cuidado; ordenamento jurídico brasileiro.

A AÇÃO REGRESSIVA ACIDENTÁRIA: INSTRUMENTO DE TUTELA DA SAÚDE DO TRABALHADOR E DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO

Aluna: Roberta Negrao Costa Wachholz
Orientador: Antonio Henrique Graciano Suxberger
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: roberta_pnc@yahoo.com
suxberger@gmail.com

A Constituição da República de 1988 prevê o direito dos trabalhadores à redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança e assegura a proteção ao meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. Entre tais direitos, há o de regresso por acidente de trabalho previsto no artigo 120 da Lei 8.213/91, que prevê a obrigatoriedade do INSS em buscar o ressarcimento de valores despendidos pela autarquia nos casos de negligência quanto às normas de segurança e saúde do trabalho para proteção individual ou coletiva, por meio do ajuizamento de ação regressiva. Não obstante o artigo mencione, expressamente, a negligência como requisito de tal direito, o trabalho pretende pesquisar se, apesar de tal exigência, seria possível a reparação pretendida fundada na responsabilidade por danos e se é possível colmatar o direito de regresso por acidente de trabalho veiculado na ação regressiva acidentária à sistemática da responsabilidade por danos.

Palavras-chave: segurança e saúde do trabalho; responsabilidade por danos; direito dos trabalhadores.

DEFENSORIA PUBLICA E ACESSO À JUSTIÇA PENAL: ENTRE A EFETIVIDADE DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM GOIÁS

Aluno: Tiago Felipe de Oliveira
Orientador: Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: tiagofelipea@hotmail.com
paccarmona@hotmail.com

A ausência de Defensoria Pública em 125 comarcas goianas e o pequeno número de defensores de carreira em atuação em tal unidade da federação tornam inacessível a assistência jurídica a uma parcela significativa dos cidadãos criminalmente investigados ou acusados em Goiás. Nesse contexto, condicionar o exercício da ampla defesa e o acesso a um sistema penal formal e materialmente justo à capacidade econômica dos acusados viola, sistematicamente, direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição da República e pelos tratados internacionais sobre direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário. A problemática que envolve o tema será demonstrada por meio de análise de dados públicos, estudos e pesquisas coordenados por entidades da sociedade civil, estudo de processos criminais em comarcas goianas e pesquisa legislativa e bibliográfica.

Palavras-chave: Defensoria Pública; direitos e garantias fundamentais; processos criminais em comarcas goianas.

PROTEÇÃO DE DADOS DE TESTES PARA REGISTRO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Aluno: Victor Valença Carneiro de Albuquerque
Orientadora: Maria Edelvacy Pinto Marinho
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: victor.albuquerque@gmail.com
mariaedelvacy@yahoo.com.br

O trabalho visa a explorar o regime jurídico da proteção aos dados de testes exigidos pela autoridade sanitária para o registro de medicamentos de uso humano no Brasil. Analisa-se a compatibilidade de proteção concedida com os parâmetros básicos exigíveis no âmbito da Organização Mundial do Comércio e da Constituição Federal de 1988. Visa, ademais, comprovar que a política pública de medicamentos genéricos, adotada a partir da Lei nº 9.787/99, mostra-se compatível com as obrigações internacionais e constitucionais assumidas pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: registro de medicamentos; política pública de medicamentos genéricos; regime jurídico.

UM ESTUDO SOBRE A INCORPORAÇÃO DOS ACORDOS DE BASILEIA NO BRASIL: AS REDES INFORMAIS DE AUTORIDADES E O DIREITO REGULATÓRIO INTERNO

Aluno: Wilson de Sousa Oliveira
Orientadora: Alice Rocha da Silva
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: wilsonso.oliveira@gmail.com
rochaalice@yahoo.com.br

As chamadas redes informais de autoridades foram compostas a partir de transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas desde o início do século XX. Na área econômica, o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia é um dos exemplos de rede em que padrões internacionais são formulados mediante um fórum formado por agentes reguladores nacionais com interesses em comum. No caso brasileiro, o Banco Central, em conjunto com órgãos normativos e agentes supervisores, atua no Sistema Financeiro Nacional, com vistas à sua solidez. Nesse contexto, normas prudenciais e acordos de cooperação entre as entidades reguladoras dos países são adotados. O problema a ser enfrentado é o impacto da incorporação dos acordos na autonomia dos agentes reguladores nacionais. A hipótese principal é a de que houve restrição da autonomia. Pesquisam-se as normas editadas para a incorporação dos acordos, em paralelo com o estudo sobre fundamentos da regulação.

Palavras-chave: redes informais de autoridades; agentes reguladores nacionais; acordos de cooperação.

A PRESERVAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL NA FALÊNCIA À LUZ DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA COMO FORMA DE REDUÇÃO DE DANOS SOCIAIS

Aluno: Wilson Sampaio Sahade Filho
Orientador: Daniel Amin Ferraz
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: wilsonsampaiosf@gmail.com
daniel.amin@afcadvogados.adv.br

No sistema capitalista, os principais agentes são as empresas. A função social do direito de empresa é o exercício da atividade empresarial com o cumprimento de suas obrigações legais. Pelos valores da CF, a eliminação de uma empresa representa verdadeira agressão ao equilíbrio social. Logo, a proteção do crédito não pode estar dissociada da proteção à empresa, que não se confunde com a figura do sócio, do acionista ou do empresário. Daí se inicia a pesquisa por meio da tese de Orlando de Carvalho. A conclusão que se pretende construir é que, em casos de falência ou inviabilidade de continuidade da atividade econômica, a preservação da empresa "como unidade de produção" permite a continuidade da atividade empresarial, antes exercida pela falida ou inviável, preservando-se o negócio e os empregos. As dificuldades decorrem de uma deficiência normativa do direito empresarial em face da hipertrofia do direito civil e do confronto entre a tese contratualista e a institucionalista.

Palavras-chave: atividade empresarial; obrigações legais; equilíbrio social.

A EVOLUÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS POR MEIO DA ADMINISTRAÇÃO CONCERTADA

Aluno: Yuri César Cherman
Orientador:
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: yuricherman@gmail.com

O objeto de estudo consiste na análise acerca do modo de operação atual das agências de regulação, com foco em identificar inadequações, levando-se em consideração a doutrina da administração consensual. Pauta-se na hipótese de que as agências reguladoras não atendem, com eficiência, ao propósito existencial de manutenção de um mercado adequado. Com isso, a finalidade da dissertação a ser elaborada é a de identificar os modos pelos quais as agências reguladoras exercem suas atividades, confrontando-os com a teoria da administração concertada, buscando mecanismos necessários para que as referidas autarquias especiais atendam a seu propósito existencial de modo mais eficiente. Assim, analisam-se os procedimentos de produção regulamentar e punitivo das entidades, avaliando dados atinentes às atividades, como o tempo médio empreendido, seu impacto orçamentário e seus resultados.

Palavras-chave: agências de regulação; administração concertada; procedimentos de produção.

A PARTICIPAÇÃO DE ENTES INTERVENIENTES NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: ANÁLISE DO NÍVEL ADEQUADO DE ABERTURA À PARTICIPAÇÃO DO ENTE REPRESENTANTE DOS INTERESSES INDÍGENAS – FUNAI NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL, COM VISTAS A ASSEGURAR O AMBIENTE IDEAL DE GOVERNANÇA AMBIENTAL QUE EVITE A JUDICIALIZAÇÃO DESSE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Aluno: Cid Arruda Aragão
Orientador: Luis Carlos Martins Alves Jr
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: cid.arruda.aragao@gmail.com
lcmartinsalves@gmail.com

O trabalho analisará a participação do ente representante dos interesses indígenas – FUNAI – no licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas, sob o referencial da governança ambiental e da judicialização desse processo administrativo. A ideia de como a judicialização generalizada sobre esse processo tem sido um atributo de má governança será inicialmente desenvolvida, a fim de ser estabelecido o referencial necessário para a pesquisa pretendida e para análise sobre os seus resultados. Em seguida, busca-se estabelecer uma relação de causa e efeito entre o modo como tem ocorrido a participação do ente interveniente no licenciamento ambiental federal de usinas hidrelétricas e o problema da judicialização generalizada, a fim de aferir a qualidade da governança no licenciamento ambiental e de verificar quais os possíveis espaços para a melhoria desse processo. Ao final, espera-se que o material extraído da pesquisa possa indicar o modo ideal de participação do ente representante dos interesses indígenas no licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas, a fim de assegurar a melhor governança no processo administrativo, isto é, aquele que, do modo mais eficiente e eficaz, possa potencializar a proteção dos interesses socioambientais tutelados.

Palavras-chave: licenciamento de usinas hidrelétricas; governança ambiental; judicialização.

CONTRATAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS NORMAS SOBRE SEGUROS-GARANTIA DA LEI Nº 8.666/93 EM COTEJO COM AS NORMAS ESTADUNIDENSES DO MILLER ACT

Aluno: Adriano Silva Soromenho
Orientador: Carlos Bastide Horbach
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: adrianosoromenho@gmail.com

O presente trabalho pretende analisar o regramento dos seguros-garantia de obras públicas no Brasil, em cotejo com o regramento estadunidense. Ao contrário do Brasil, que limita a possibilidade de utilização dos seguros-garantia nos contratos administrativos de obras, os Estados Unidos da América adotam normas que colocam as seguradoras em posição de destaque nas contratações. O *miller act* prevê diversas modalidades de seguros-garantia (*surety bonds*) que visam garantir o adimplemento integral e regular do contrato com a execução da obra no prazo e no valor ajustados. No Brasil, a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 56, parágrafo segundo, limita a utilização das garantias de execução do contrato a até cinco por cento do valor dos ajustes, permitindo, excepcionalmente, que se chegue a até dez por cento no caso de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto que envolvam alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis. Os limites de valores de garantias, no contexto das obras públicas regidas pela Lei nº 8.666/93, demonstram-se muito baixos, tendo o instrumento pouca efetividade no sentido de garantir a execução do contrato com a qualidade esperada, no prazo e no orçamento estipulados. A ideia da norma estadunidense demonstra-se benvinda no contexto das contratações de obras públicas no Brasil, onde os atrasos acompanhados de forte aumento do orçamento inicial são bastante frequentes.

Palavras-chave: regramento dos seguros-garantia de obras públicas; contratos administrativos; Brasil e Estados Unidos.

O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE E O DIREITO ADMINISTRATIVO

Aluno: Francisco Eugenio cunha silva
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: frchicao@hotmail.com

O Direito Administrativo sofre um descompasso incapaz de encontrar harmonia com os dogmas da Constituição, devendo ser informado não apenas pelo grupo de princípio elencados no artigo 37 da Constituição Federal, mas também com todo o seu conjunto de princípios. A Constituição Federal de 1988 elevou a solidariedade ao *status* de princípio positivado, entretanto o comportamento da Administração ainda está distante da concepção de humanização e cooperação, pois coloca o interesse público como ponto central da teoria. Diversos segmentos da jurisprudência enunciam a obrigação de cooperar, comportamento que também deve ser refletido no Direito Administrativo, revendo a sua função como realizador dos direitos constitucionais e não mais como instrumento de satisfação do interesse público como exercício da tirania. A tese central é a de que a solidariedade integra o conjunto de princípios norteadores da Administração Pública, desenvolvendo um paradigma capaz de reger o Direito Administrativo na construção de um procedimento uniforme com os objetivos declarados pela Constituição Federal e de proteção dos direitos fundamentais. A problemática está descrita na posição autoritária do Estado. A metodologia desenvolve-se na adoção de uma atitude ideológica perante a realidade discursivo-argumentativa. A pesquisa foi elaborada com predominância na investigação do problema nas bases sociais que regimentam os diversos tipos de Estado, demonstrando a sistemática republicana adotada pelo Brasil. A análise da jurisprudência utilizou-se do método de análise de jurisprudência qualitativo, investigando como o decisor constrói o sentido de solidariedade e as soluções jurídicas dadas ao caso concreto. As investigações formuladas foram traçadas nos campos histórico-jurídico, jurídico-descritivo, jurídico-compreensivo, jurídico-prospectivo e jurídico-propositivo.

Palavras-chave: solidariedade; interesse público; jurisprudência.

O PRINCÍPIO DA COMPLEMENTARIDADE E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: REFLEXOS NO BRASIL

Aluna: Debora Vasti da Silva do Bomfim Denys
Orientador: Daniel Amin Ferraz
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: deboradenys@gmail.com

O Tribunal Penal Internacional-TPI, criado para processar e julgar os crimes mais atrozes contra a dignidade humana, tem uma estrutura limitada e não poderia ser responsável pela persecução penal de todos os crimes internacionais. Assim, deveria ficar a seu cargo somente aqueles casos excepcionais enquanto a maioria dos crimes seriam processados perante as Cortes nacionais dos Estados partes. Pelo princípio da complementaridade, os tribunais nacionais têm prioridade no julgamento de crimes internacionais, e o Tribunal somente irá intervir se um Estado com jurisdição sobre o crime internacional não quiser ou for incapaz de investigá-lo. Para tanto, o Estado parte deve dispor de mecanismos legais adequados, como a lei de implantação. O Brasil ratificou o Estatuto de Roma, mas não promulgou a lei de implantação, o que impossibilita cooperar com o TPI e exercer a jurisdição primária sobre os crimes previstos no Estatuto. Sendo assim, a jurisdição do TPI incide sobre quaisquer possíveis e futuros casos. A jurisprudência recente do TPI esclarece como devem ser interpretados os requisitos de admissibilidade de um caso. Entretanto, os desdobramentos internacionais e domésticos decorrentes da inação do Brasil, embora possam ser questionados hipoteticamente, ainda são imprevisíveis.

Palavras-chave: Tribunal Penal Internacional; dignidade humana; crimes internacionais.

ENTRE O MEDO E A INDIFERENÇA: A IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NO DISTRITO FEDERAL

Aluno: Leonardo Melo Moreira
Orientador: Bruno Amaral Machado
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: leonardomelomoreira@gmail.com

A presente dissertação tem por objetivo analisar a escassez de tratamento terapêutico aos segurados em medida de segurança no Brasil, eminentemente, no Distrito Federal, investigando-se como, de fato, ocorre sua implantação. Para tanto, inicia-se, no campo histórico, por verificar o tratamento dispensado aos tidos por loucos na Idade Média. Verifica-se todo o arcabouço legal relativo ao tema e a influência que profissionais de ciências alheias ao Direito exercem nesta temática. No atinente às políticas públicas, investiga-se como se desenvolve o jogo social dos atores envolvidos com vistas à adoção de ações do Poder Público neste tema que não encontra amparo no meio social, ressaltando-se a necessidade de institucionalização de políticas públicas com o desiderato de disponibilizar tratamento adequado ao demandado na legislação antimanicomial, indagando-se quais razões explicam a falta de políticas públicas efetivas no que tange às medidas de segurança no Distrito Federal. Nesse ponto, exploram-se dois programas alternativos à política segregatória das medidas de segurança, substitutivos da internação, devidamente levados a efeito em Minas Gerais e Goiás. Após, faz-se uma incursão no modo como se dá o cumprimento das medidas de segurança no Distrito Federal, mediante a estrutura física de sua ala de tratamento psiquiátrico até como o Poder Público demonstra sua desídia no que tange à ausência de meios substitutivos à internação condizentes com a demanda. Ao final, conclui-se que, tal como ocorria em épocas mais remotas, essa gama de indivíduos rejeitados pela sociedade não dispõe de capital simbólico suficiente a compelir o Poder Executivo a adotar políticas públicas em seu favor, culminando com a internação desnecessária em instituições asilares sem que haja uma rede de atenção à saúde apta ao tratamento verdadeiramente terapêutico. Com esse fim, além de pesquisa doutrinária e jurisprudencial relativa ao tema, utilizou-se de pesquisa de campo por meio de entrevistas em profundidade com os principais atores-chave envolvidos no Distrito Federal, além da análise documental de autos processuais e laudos psicossociais.

Palavras-chave: tratamento terapêutico; políticas públicas; legislação antimanicomial.

DIREITO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A INCORPORAÇÃO DE NORMAS DE COMÉRCIO DE INVESTIMENTO DO MERCOSUL

Aluno: Eduardo Ribeiro Galvao
Orientador: Daniel Amin Ferraz
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: egalvaoadv@gmail.com

Esta dissertação investiga o processo de incorporação das normas do MERCOSUL no Direito brasileiro. O processo de produção normativa é caracterizado pela intergovernabilidade e aperfeiçoa-se com a internalização aos ordenamentos nacionais, que dispendem diferentes tratamentos constitucionais às normas integracionistas. O Brasil demonstra um descompasso entre os compromissos regionais firmados e a efetiva integração jurídica, em razão da prevalência da vontade do Poder Executivo e de uma divergência nos registros de incorporação pelo órgão regional. Esse processo defectivo, contudo, mostra-se o propulsor do desenvolvimento da regulamentação econômica nacional.

Palavras-chave: MERCOSUL; intergovernabilidade; regulamentação econômica nacional.

O FEDERALISMO EDUCACIONAL BRASILEIRO: O PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Aluno: Moacir das Dores
Orientador: Jefferson Carlos Carus Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: moacir_dores@yahoo.com.br

A presente dissertação analisa o federalismo educacional brasileiro em sua vertente municipal. Retoma aspectos históricos e conceituais da doutrina clássica, para contextualizar o federalismo vigente no Brasil, desde o limiar da República. Caracteriza-o no contexto do arranjo promovido pela Constituição Federal de 1988 e identifica o papel dos municípios como agentes de responsabilidades no que diz respeito à educação infantil e fundamental, compreendidas na matriz da educação básica. Há duas hipóteses que giram em torno do eixo *repartição de competências constitucionais*. Na primeira, analisa-se a base constitucional que instrumentaliza os municípios para o cumprimento de sua missão educacional, indagando, inclusive, se, do ponto de vista infraconstitucional, há suporte para a ação que se cogita. Na segunda, examina-se o problema com fundamento no que pode ser depreendido da doutrina de Gilberto Bercovici. Nessa linha, amplia-se o debate para a inclusão de um regime de colaboração educacional, de um sistema nacional de educação e de uma lei de responsabilidade educacional. Conclui-se, primeiramente amparado em Figueiredo, que os municípios dispõem das competências constitucionais necessárias para exercer, plenamente, suas competências educacionais mesmo na falta da referida lei complementar, por tratar-se de competências materiais comuns. De outra parte, estribado em Bercovici, conclui-se que os municípios devem exercer, plenamente, suas competências educacionais porque não é a falta da lei complementar que os impede de fazê-lo, mas a falta de cooperação e coordenação na implantação de políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: políticas públicas educacionais; federalismo; municípios.

A RENDA BÁSICA DA CIDADANIA COMO INSTRUMENTO DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Aluna: Poliana da Silva Alves
Orientador: Inocêncio Mártires Coelho
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: polialves03@gmail.com

A renda básica da cidadania representa um benefício monetário que deve ser concedido pelo Estado a todos os brasileiros, independentemente de qualquer condição econômica ou social. Disciplina-se na Lei nº 10.835/2004, a qual prevê que todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país, há pelo menos cinco anos, recebam do Poder Público uma quantia financeira suficiente para atender às despesas mínimas com educação, saúde e alimentação, considerando-se as possibilidades orçamentárias necessárias. O objetivo da pesquisa é verificar de que forma a renda básica pode erradicar a pobreza e analisar a possibilidade de sua exigibilidade perante o poder público, considerando o fato de que ainda não foi concretizada. Enfatizar-se-á a renda básica da cidadania como política pública assistencial, inserida no contexto socioeconômico do Estado de bem-estar social, cuja característica principal é assegurar a exigibilidade dos direitos sociais. A via judicial tem-se mostrado eficaz na tutela dos direitos sociais, já tendo a jurisprudência pátria fixado limites e critérios que devem ser observados pelo Poder Judiciário na concessão de direitos afetos a políticas públicas, inclusive a uma renda básica. Medidas econômico-jurídicas podem ser adotadas pelo poder público para financiar o benefício, não sendo a escassez de recursos um obstáculo à erradicação da pobreza objetivo constitucional, mas, sim, a falta de vontade política de reestruturar o país socialmente.

Palavras-chave: renda básica; cidadania; erradicação da pobreza.

JUSTIÇA E SUPERENDIVIDAMENTO: PADRÃO EXEMPLAR DE DECISÕES JUDICIAIS NO BRASIL UM ESTUDO DE CASO

Aluna: Marilia de Ávila e Silva Sampaio
Orientador: Hector Valverde Santana
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: marilia.sampaio@tjdft.jus.br

O superendividamento dos indivíduos na contemporaneidade tem suscitado debates jurídicos e políticos, notadamente em relação aos limites e aos deveres de intervenção do Estado na proteção do sujeito contra as armadilhas do mercado na medida em que tem sua atuação infensa às necessidades de grande número de seres humano em diferentes lugares. A atuação amoral do mercado, uma estratégia de estímulo ao consumo por meio da concessão maciça de crédito, somada à cultura consumista contemporânea, forma o caldo de cultura em que proliferam os casos de crise de solvência de devedores que se veem impossibilitados de arcar com os custos das obrigações assumidas sem grave comprometimento da sua subsistência e de sua família. Trata-se de um problema que envolve questões a ser enfrentadas por meio de análises jurídicas, sociológicas, políticas e econômicas. Por tais fatores, pretende-se saber se há ou não um significado compartilhado do que seja superendividamento, quais são os requisitos para sua caracterização e quais são os limites de intervenção judicial nos contratos aparentemente firmados mediante a livre manifestação de vontade dos contratantes. A avaliação dos dados obtidos foi realizada por uma base teórica previamente construída, que se subdividiu em três partes e corresponde à contextualização do caso do superendividamento sob três perspectivas: jus-sociológica, dogmática e filosófica. Postulam-se balizamentos para a análise do caso, o primeiro é que não se pode tomar como regra que todo consumidor de crédito é um incapaz, assumindo uma atitude cômoda de reduzir tudo a uma vitimização desse consumidor, mas não se pode aceitar o fruto perverso da cultura consumista do bem-estar individualista, que impõe inaceitável sofrimento ao devedor superendividado pelo estigma de sujeito incapaz de gerir o próprio destino. O segundo pretende discutir uma concepção de justiça consentânea com as contingências e as peculiaridades da sociedade brasileira, na abordagem do fenômeno do superendividamento, mediante o modelo de Estado Social, que caracteriza o Estado brasileiro, do constitucionalismo comunitário brasileiro e da justiça distributiva.

Palavras-chave: superendividamento; intervenção do Estado; proteção do sujeito.

CONSTITUCIONALISMO COMPENSATÓRIO: A INTERATIVIDADE DOS JULGAMENTOS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS COM OS ESTADOS CONSTITUCIONAIS DA AMÉRICA LATINA

Aluno: André Pires Gontijo
Orientador: Marcelo Dias Varella
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: andre.gontijo@gmail.com

O constitucionalismo compensatório desenvolvido pela Corte IDH constitui o objeto central da presente tese. Com a deficiência de proteção dos direitos humanos no âmbito dos Estados, propõe-se implantar o constitucionalismo compensatório para a resolução da controvérsia, por meio da constitucionalização do direito internacional. O constitucionalismo compensatório apresenta-se como figura central entre o direito internacional e os sistemas jurídicos nacionais. A Corte IDH promove processos para a constituição de seu constitucionalismo compensatório, como a sua transformação em jurisdição obrigatória, o desenvolvimento da doutrina do controle de convencionalidade, a criação de seu próprio bloco de constitucionalidade e a extensão de suas sentenças para todos os Estados partes da Convenção Americana, pela via da norma convencional interpretada. O constitucionalismo compensatório desenvolve-se pela soma desses processos e é responsável pela criação dos direitos humanos no âmbito interamericano. A implantação do constitucionalismo compensatório ocorre de diversas formas. No entanto, a interatividade com os Estados da América Latina é alcançada por meio do diálogo jurisprudencial. Há dificuldades e limites, que o constitucionalismo compensatório enfrenta, os quais serão analisados pela tese, seguidos da propositura de alternativas teóricas. A tese procura identificar se o constitucionalismo compensatório desenvolvido pela Corte IDH contribui para a expansão dos direitos humanos. Mediante essa problemática, os resultados da pesquisa demonstram que a Corte IDH promove uma inovação no direito internacional, por meio do constitucionalismo compensatório, o qual consegue alcançar a implementação material dos direitos humanos criados pela Corte IDH, que alcança vários níveis, sendo a harmonização da ordem jurídica nacional com a ordem jurídica interamericana o estágio mais avançado conseguido pela Corte IDH.

Palavras-chave: constitucionalismo compensatório; direito internacional; sistemas jurídicos nacionais.

O PAPEL DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NA NOMOGÊNESE LEGISLATIVA: DIÁLOGOS PRUDENCIAIS EM TORNO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Aluna: Aléssia Barroso Lima Brito
Orientador: Luis Carlos Martins Alves Júnior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: alessiacampos@uol.com.br

A Constituição da República Brasileira de 1988 consagra, em seu artigo 2º, a independência e a harmonia entre os poderes. Ocorre que, em certos aspectos, o diálogo institucional demonstra contornos de tensão. No que concerne a uma atuação mais positiva do Poder Judiciário, destacam-se as hipóteses de impetração de mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal, sob o fundamento de possível violação ao direito público subjetivo de o parlamentar de não se submeter a processo legislativo inconstitucional, sobretudo, nos casos em que há matérias constantes em projetos de leis que violem cláusulas pétreas e procedimentos que violem direitos das minorias. Contudo, indaga-se se seria essa atuação uma disfunção da teoria da separação dos poderes e dos pilares de uma República democrática. O presente trabalho tem por finalidade compreender o diálogo entre a função legislativa e a judiciária no que concerne à nomogênese legislativa. Trata-se de uma pesquisa doutrinária e jurisprudencial que apresenta como critério de originalidade uma reflexão, no campo jurídico brasileiro, sobre a qualidade da lei mediante experiências exógenas. Apresenta-se a possibilidade de *overruling* da Súmula 266/STF, de 13/12/1963. Conclui-se que a legisprudência pode ser um instrumento de controle e conformação do diálogo tenso entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, considerando ser a tarefa de criação da lei um saber poligenético mormente no que concerne à guarda dos preceitos constitucionais.

Palavras-chave: nomogênese legislativa; direito público; teoria da separação dos poderes.

O NEPOTISMO, A MORALIDADE PÚBLICA E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: UM ESTUDO ACERCA DO SENTIDO E DO ALCANCE NORMATIVO DA SÚMULA VINCULANTE N°. 13

Aluna: Natalia Ciscotto Ferreira
Orientador: Luis Carlos Martins Alves Júnior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: nataliaferreira@ig.com.br

A presente dissertação tem como objeto central a análise da construção da Súmula Vinculante n°. 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 21.8.2008, a fim de obstar o nepotismo no âmbito das três esferas do Poder Público de todos os entes da Federação, tendo como referência legislativa o disposto no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, ou seja, nos princípios basilares da Administração Pública, especialmente nos da moralidade, da impessoalidade e da eficiência. Diante disso, tendo em vista que o seu efeito vinculante atingiu a todos os Poderes de cada um dos entes federados do país, causando impacto na realidade jurídica e administrativa brasileira, faz-se relevante o estudo do tema. Assim, analisa-se se o texto da súmula expôs o que deveria nos termos das normas constitucionais e legais, que regem o verbete *vinculante* em concordância com seus precedentes, e quais foram as suas consequências. Em seguida, verifica-se se o STF, ao realizar a construção judicial e reconstruir a normativa do veto ao nepotismo por meio da Súmula Vinculante n°. 13, exorbitou a normatividade do instituto mediante a apreciação das argumentações expostas pelos ministros do STF. Além disso, observa-se a ligação da noção político-administrativa de nepotismo com a sua noção jurídica e a exposta pela SV n°.13 e sua relação com a moralidade no âmbito constitucional e a dinâmica de decidir dos ministros do STF sob a ótica da hermenêutica jurídica.

Palavras-chave: nepotismo; Poder Público; Administração Pública.

RESPONSABILIDADE FINANCEIRA REINTEGRATÓRIA E SUPERFATURAMENTO POR PREÇOS EXCESSIVOS

Aluno: Leonardo Romero Marino
Orientador: Hector Valverde Santana
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: leonardo.romerobr@outlook.com

A argumentação do estudo diz respeito à responsabilização, conduzida perante os Tribunais de Contas, pela irregularidade denominada de superfaturamento por preços excessivos em contratação com a Administração Pública. Busca-se averiguar se a responsabilização do particular pela prática de preços superiores aos de mercado pode ser considerada uma responsabilidade subjetiva ainda que não haja outros indícios de fraude ou conluio em processo licitatório. O tema é explorado mediante os fundamentos da atividade de controle externo dos contratos administrativos. Demonstra-se que o julgamento de contas do agente público avalia os aspectos objetivos e subjetivos de sua conduta, que o controle sobre os contratos administrativos se realiza indiretamente, mediante aplicação de sanções aos responsáveis e que a contratação a preços superiores aos de mercado é considerada um ato ilegítimo e antieconômico. Assim, analisa-se a responsabilidade financeira em sua forma sancionatória e em sua modalidade reintegratória, compreendida como espécie de responsabilidade civil e tendo como pressupostos o dano, a conduta antijurídica e o nexo de causalidade. Examinam-se as distinções entre a responsabilização do agente público e do particular contratado, e, mediante esse esforço, conclui-se que a nulidade do contrato administrativo só deverá ser considerada imputável ao particular contratado quando este adotar conduta claramente tida como contrária ao Direito, como um ajuste ilícito com os demais licitantes ou com o agente público. Da análise da fundamentação de decisões selecionadas sobre o assunto, conclui-se também que a imputação pelo TCU de responsabilidade pelo superfaturamento de preços, quando não há outros indícios de fraude, é realizada de modo dissonante de sua jurisprudência dominante, como uma modalidade de responsabilização objetiva baseada no instituto do abuso de direito. É necessário definir, de forma mais adequada, como a proposta com sobrepreço configuraria ofensa ao fim social do direito de liberdade econômica e concorrencial, à boa-fé objetiva e aos bons costumes.

Palavras-chave: superfaturamento por preços excessivos; Administração Pública; contratos administrativos.

SOBREPOSIÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA O ALCANCE DE MAIOR EFICIÊNCIA NA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Aluna: Marcia Maria Macedo Franco
Orientadora: Marcia Dieguez Leuzinger
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: marciammfranco@gmail.com

O presente trabalho trata da possibilidade e das condições de sobreposição de Unidades de Conservação no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regido pela Lei nacional nº 9.985, de 18 de julho de 2000, como novo paradigma para o alcance de maior efetividade na conservação da biodiversidade. Neste sentido, apresentam-se os objetivos da criação de espaços especialmente protegidos, adotados pelo Brasil como melhor política de preservação da biodiversidade *in situ*, como se encontra estruturado o SNUC e o atual estado de arte da eficiência das Unidades de Conservação já criadas, enfatizando a necessidade de cooperação entre os entes federados para o alcance dos objetivos comuns de proteção ambiental e conservação da biodiversidade. O trabalho sustenta que há necessidade de incorporação de novos paradigmas para criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação entre os quais a possibilidade de sobreposição de unidades federais, estaduais e municipais e de gestão compartilhada da área quando a inércia de implementação e definição dos instrumentos de gestão coloque, em perigo, os fins ambientais, sociais e educacionais almejados pelo Sistema. O trabalho conclui que há previsão legislativa e precedente jurisprudencial acerca da possibilidade de sobreposição de Unidades de Conservação que, todavia, deverá observar requisitos para sua implementação e manutenção entre os quais a impossibilidade de sobreposição de áreas com fins diversos. Noutro giro, sustenta que a Lei Complementar nº 140 colocou à disposição dos entes federados, detentores de competência material comum de proteger o meio ambiente, um rol de instrumentos de cooperação que poderão ser utilizados para gestão compartilhada de unidades sobrepostas, com vistas a alcançar-se verdadeiramente a tão almejada proteção da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. Por fim, propõe-se que a sobreposição de unidades de conservação se encontra abrigada pelos preceitos da hermenêutica jurídica ambiental, que tem como escopo, além da observância dos princípios reitores do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, uma abordagem consequente na aplicação das normas ambientais, estudo que se apresenta como de grande interesse para todos os países signatários da Convenção de Diversidade Biológica e dos demais documentos internacionais de proteção ao meio ambiente.

Palavras-chave: sobreposição de Unidades de Conservação; novo paradigma; conservação da biodiversidade.

OS EFEITOS DA ADOÇÃO TRANSNACIONAL SOBRE A NACIONALIDADE DA CRIANÇA NO DIREITO BRASILEIRO

Aluna: Hitala Mayara Pereira de Vasconcelos
Orientador: Jose Francisco Rezek
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: hitalampv@hotmail.com

A Convenção da Haia de 1993, ao regular a adoção transnacional — assim considerada como a que importa em alteração do local de residência habitual da criança e, com isso, determina a incidência de dois ordenamentos jurídicos diversos —, manteve um silêncio normativo sobre os seus efeitos quanto à nacionalidade da criança adotada, o qual se fez presente também no ordenamento jurídico brasileiro. Com isso, a solução do problema demandou um esforço hermenêutico a envolver considerações sobre a percepção a ser adotada quanto à noção de nacionalidade, compreendendo-a não mais como mero fruto do reconhecimento estatal, mas como direito humano a ser assegurado desde o nascimento, elevando o nacional à condição de sujeito de direitos. Acolhendo essa conotação da nacionalidade e considerando a subsidiariedade conferida a esse meio de adoção, a ser deferido apenas quando assegurada a plena integração da criança ao seu novo local de residência, o direito internacional posicionou-se pela atribuição automática da nacionalidade do Estado de acolhida ao menor adotado, atitude, contudo, que não foi seguida pelo Brasil, que optou por uma interpretação restritiva sobre o tema, apesar da posição avançada do país no combate à apatria e da previsão do artigo 227, §6º, da Constituição, que equipara os filhos naturais e adotivos sem quaisquer ressalvas. O objetivo deste estudo é, portanto, examinar os fundamentos da posição restritiva adotada pelo Brasil, contrapondo-a ao entendimento consolidado pelo direito internacional sobre a matéria e aos avanços noticiados pelo país no tratamento jurídico do estrangeiro e do apátrida. Com isso, poderemos concluir pela necessidade de ampliação das hipóteses de aplicação do critério do *jus sanguinis* para os casos de adoção internacional, incluindo os filhos adotivos entre os brasileiros natos nas situações do artigo 12, inciso I, alíneas "b" e "c" da Constituição brasileira.

Palavras-chave: adoção transnacional; nacionalidade da criança adotada; ordenamento jurídico brasileiro.

A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS NAS JURISPRUDÊNCIAS DAS CORTES EUROPEIA E INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Aluna: Monique Fernandes Santos Matos
Orientador: Marcelo Dias Varella
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: moniquefmatos@gmail.com

O presente estudo examina os direitos sociais, vistos sob a óptica do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), especialmente as suas características particulares que geram a necessidade de adaptações na noção jurídica da universalidade dos direitos humanos, e o desenvolvimento de instrumentos jurídicos adequados ao processo de expansão harmônica nos diversos sistemas normativos. A finalidade principal da pesquisa é analisar as possibilidades teóricas e práticas de aplicação harmônica e coerente de normas garantidoras dos direitos sociais nos diversos Estados, como decorrência de seu caráter universal, postulado no direito positivo. Defende-se a existência de um regime jurídico próprio aos direitos sociais, e a necessidade de uma hermenêutica jurídica própria, voltada ao incremento de sua efetividade. Após a análise de decisões selecionadas, a presente pesquisa demonstra que essas peculiaridades nem sempre são inteiramente observadas pelas jurisprudências das cortes europeia e interamericana de direitos humanos em matéria de direitos sociais.

Palavras-chave: direitos sociais; jurisprudências das cortes europeia e interamericana; direitos humanos.

CRIMINALIZAÇÃO DO ATO DE DIRIGIR SOB INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL: A (IN)EFICÁCIA DA MEDIDA QUANDO ANALISADA A ESTRUTURA DE INCENTIVOS AO AGENTE DE TRÂNSITO PARA FISCALIZAR

Aluno: Daniel Jonas Rocha
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: danieljonas15@gmail.com

Objetiva-se, neste estudo, investigar a eficácia da criminalização enquanto medida para reduzir a infração de trânsito de dirigir veículo automotor sob a influência de álcool. Para tanto, partiu-se da análise da estrutura dos incentivos oferecidos aos agentes de trânsito da Polícia Rodoviária Federal. Primeiro, contextualizou-se, a criminalização da conduta de dirigir sob a influência de álcool. A seguir, investigou-se, por meio da Análise Econômica do Direito, se a criminalização atende aos fins da pena, focalizando, em especial, a relação entre a criminalização e a fiscalização da conduta de dirigir sob a influência de álcool. Por fim, ao analisar as estruturas de incentivo do agente de trânsito, buscou-se demonstrar se as peculiaridades burocráticas para efetivar as penalidades da criminalização afetam a probabilidade de fiscalização. A análise dos dados revelou que, quando os procedimentos inerentes à fiscalização envolvem a necessidade de prisão, o tempo dispendido e a sensação de risco pelo agente de trânsito elevam-se, afetando o resultado de sua função de utilidade de fiscalizar.

Palavras-chave: criminalização; infração de trânsito; influência de álcool.

O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) COMO INSTRUMENTO JURÍDICO DE INTERNALIZAÇÃO DE EXTERNALIDADES: O CASO GUARÁ II, DO DISTRITO FEDERAL

Aluna: Renata de Souza Maeda
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: maeda.renata@gmail.com

O presente trabalho tem por objeto analisar se o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), instrumento de política pública de desenvolvimento urbano, previsto no Estatuto da Cidade, pode ser compreendido como legítimo e efetivo instrumento jurídico de internalização de externalidades provocadas pela construção de empreendimentos imobiliários. Nesse contexto, após introduzir conceitos fundamentais do Direito Urbanístico e relacionar o EIV com conceitos econômicos, como externalidades, adentra-se em um estudo de caso concreto: o EIV confeccionado na Região Administrativa do Guará (Guará II). Conclui-se, fundamentalmente, que, embora peculiar, pela característica *ex-post* do EIV, considera-se que a Administração Pública internalizou, ou indicou os meios para internalizar, as externalidades negativas produzidas pelo empreendimento, como o aumento dos congestionamentos na RA do Guará.

Palavras-chave: Estudo de Impacto de Vizinhança; política pública; empreendimentos imobiliários.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO TERCEIRO SETOR: A LEGITIMIDADE PASSIVA AUTÔNOMA DOS DIRIGENTES DE ONG

Aluno: Rafael Melo Carneiro
Orientador: Ivo Teixeira Gico Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: rafaelmeloc1@gmail.com

O presente trabalho investiga a possibilidade jurídica de um dirigente de ONG ser responsabilizado, sozinho, por um ato de improbidade administrativa, isto é, a viabilidade jurídica da legitimidade passiva autônoma do administrador de uma ONG. Se isso for possível, então é de esperar-se que o Direito tenha maior eficácia no combate à malversação de recursos pelo terceiro setor. Uma investigação doutrinária e legal revela espaço para o debate sobre a possibilidade jurídica ou não da responsabilização autônoma. Para resolver a questão, realizou-se pesquisa empírica em todos os Tribunais do Brasil, que identificou poucas decisões judiciais sobre o assunto, e os resultados revelam a presença de divergência jurisprudencial ainda que se possa identificar uma tendência pelo reconhecimento da possibilidade jurídica da responsabilização autônoma.

Palavras-chave: legitimidade passiva autônoma; dirigente de ONG; terceiro setor.

A COMPREENSÃO BRASILEIRA DO SIGILO BANCÁRIO E A INCORPORAÇÃO DO FOREIGN ACCOUNT TAX COMPLIANCE ACT (FATCA) AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL

Aluna: Carolina Reis Jatobá Coelho
Orientador: Daniel Amin Ferraz
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: carolinarjcoelho@hotmail.com

O objetivo da pesquisa é analisar a incorporação do Foreign Account Tax Compliance Act - FATCA ao ordenamento jurídico brasileiro em face do conceito doutrinário e jurisprudencial, em matéria de sigilo bancário. FATCA é um conjunto de normas norte-americanas promulgadas em 18/03/2010 que alteram o Código Tributário daquele Estado com produção de efeitos extraterritoriais (em outros Estados) em etapas. Nos termos das normas, são impostas às instituições financeiras estrangeiras obrigações pecuniárias e não pecuniárias com exposição a riscos e custos jurídicos e operacionais. Entre seus pontos mais polêmicos, está o encaminhamento automático de dados pessoais e de movimentação bancária à autoridade fiscal norte-americana (Internal Revenue Service – IRS). Em caso de descumprimento, as sanções vão desde a retenção dos tributos nos saldos e nos investimentos bancários até o encerramento da conta bancária do titular. A despeito da assinatura de Acordo Intergovernamental entre Brasil e EUA, a incorporação do instrumento poderá criar fatores de tensão e problemáticas institucionais, pois a quebra de sigilo bancário pelo Fisco no Brasil não é tema pacificado. O Supremo Tribunal Federal posiciona-se pela prévia autorização judicial da quebra fazendária. No contexto global, as instituições financeiras impactadas pelas eventuais sanções são impelidas à participação, tornando a aderência ao FATCA imperiosa, em paralelo à discussão jurídica acerca do tratamento nacional ao sigilo bancário. Sob o ponto de vista da política externa, a cooperação brasileira para o tema é relevante, em razão do *locus* ocupado pelo país na composição de fóruns econômicos internacionais, como é o caso do Grupo dos Vinte (G-20), ou na participação de comitês específicos e grupos de trabalho particulares que apontam para a convergência de posicionamentos que culminam na flexibilização do direito a médio e longo prazo em solo nacional. Esta realidade implica examinar que, paralelo à clássica lógica de incorporação de normas jurídicas, há rico e constante processo de interação da globalização econômica no qual se observa uma padronização internacional dos ordenamentos jurídicos nacionais. Essa realidade modifica e altera os sentidos constitucionais e normativos de institutos jurídicos, no caso, o sigilo bancário, o qual, mediante influxos internacionais, poderá sofrer nova interpretação de atores institucionais domésticos, podendo ser remodelado na jurisprudência, na legislação e na doutrina pátria.

Palavras-chave: FATCA; ordenamento jurídico brasileiro; sigilo bancário.

O IMPACTO DOS EMPREENDIMENTOS PRIVADOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS E A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO DE IMÓVEIS NO CONTROLE URBANÍSTICO

Aluna: Fernanda Loures de Oliveira
Orientador: Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: floures.direito@gmail.com
paccarmona@hotmail.com

O presente trabalho tem por escopo examinar as externalidades passíveis de ser geradas pelos empreendimentos particulares de parcelamento do solo urbano e de incorporação imobiliária nas políticas públicas urbanísticas, tendo em vista que, não raras vezes, os projetos privados transbordam o contexto das relações privadas e a pessoa de seus proprietários, impondo externalidades positivas ou negativas no desenho urbano, as quais, inevitavelmente, serão refletidas nas políticas públicas urbanas dos municípios e do Distrito Federal. Nesse contexto, pretende-se extrair o modo pelo qual os Ofícios de Registro Imobiliário poderiam auxiliar o controle urbanístico de projetos, com o intuito de evitar impactos urbanos negativos. Assim, parte-se da premissa de que, embora os registros prediais, de fato, possuam o importante papel de proteção da propriedade imobiliária, ao contrário do que muitas doutrinas levam a supor, a relevância do ofício não se esgota nessa função. Em verdade, tais serventias extrajudiciais possuem uma função mais grandiosa, influenciando o dia a dia das cidades e o implemento de políticas públicas urbanas, motivo pelo qual não se pode negligenciar a função urbanística do Registro de Imóveis. Com essas considerações e analisando-se a delimitação normativa da atividade registral imobiliária nos termos da Constituição Federal, da Lei de Registros Públicos e da Lei dos Notários e Registradores, pretende-se delimitar o conteúdo e o alcance do controle da legalidade urbanística passível de ser realizado pelo oficial de Registro de Imóveis, inclusive em face da Administração Pública municipal e distrital.

Palavras-chave: empreendimentos particulares; políticas públicas urbanísticas; Ofícios de Registro Imobiliário.

A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E SUAS BARREIRAS

Aluna: Camila Martins Araújo Gontijo
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito em Relações Internacionais
Contatos: milamarx@yahoo.com.br
gribeirobr@gmail.com

A dissertação parte da percepção de que os Estados em desenvolvimento teriam dificuldade de inserção no comércio internacional à medida que Estados desenvolvidos signatários dos mesmos acordos aplicassem ações em descumprimento ao estipulado. A inserção no comércio internacional de Estados em desenvolvimento é mais dificultada por medidas protecionistas fundamentadas em barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias do que por tarifárias. Para a análise desse contexto, avaliam-se os arranjos preferenciais para os Estados em desenvolvimento, observando a existência ou não de acordos entre grupos de Estados. Para isso, consideram-se os seguintes grupos e, possivelmente, um membro de cada um deles: MERCOSUL e ASEAN. Assim, analisa-se a defesa dos Estados em desenvolvimento na OMC, e a realidade de barreiras como infração dos acordos estabelecidos para a inserção desses Estados em grandes mercados e no sistema internacional.

Palavras-chave: Estados em desenvolvimento; comércio internacional; medidas protecionistas.

DIREITOS DO IMIGRANTE EM SITUAÇÃO IRREGULAR: GARANTIAS NORMATIVAS INTERNACIONAIS UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CONTEXTO NORMATIVO BRASILEIRO

Aluno: Cayo César Morais dos Santos
Orientadora: Alice Rocha da Silva
Mestrado em Direito em Relações Internacionais
Contatos: cayos@globo.com
rochaalice@yahoo.com.br

O trabalho propõe-se a promover uma reflexão crítica sobre o contexto normativo nacional e a situação jurídica e social do imigrante em situação irregular, perante o Estado brasileiro, servindo-se, para tanto, de uma análise do arcabouço normativo internacional em contraposição ao ordenamento jurídico interno. Desse confronto de normas, revela-se a discrepância existente entre a normatização internacional, seguida principiologicamente pela Constituição Federal, e a legislação ordinária nacional, que desconsidera, no que toca à regulação da situação do imigrante estrangeiro, não apenas os avanços internacionais mas também a própria Constituição. Caracterizando referida incoerência da lei ordinária para com a Carta Política, aponta-se a vigência do Estatuto do Estrangeiro, a morosa tramitação de proposta de uma nova lei de imigração e a não ratificação pelo Brasil da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias.

Palavras-chave: contexto normativo nacional; situação jurídica e social; imigrante em situação irregular.

A UNIÃO EUROPEIA E A LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES A NOVA CORTINA DE FERRO: TRABALHADORES "DESTACADOS" E *DUMPING* SOCIAL

Aluna: Genara Santos Guimaraes Carvalho
Orientadora: Alice Rocha da Silva
Mestrado em Direito em Relações Internacionais
Contatos: genaracarvalho@gmail.com
rochaalice@yahoo.com.br

A questão abordada reside na proteção do direito comunitário europeu com a realização de medidas restritivas ao chamado *dumping* social, denunciado por alguns países membros no caso das empresas que, amparadas no princípio da livre circulação de pessoas e na aplicação da política dos trabalhadores destacados, praticam concorrência desleal. Assim, analisa-se se a origem da situação quanto à prática de *dumping* social no âmbito da União Europeia encontraria amparo legal no princípio da livre circulação dos trabalhadores ou se este constituiria uma pedra fundamental no projeto comunitário europeu. Além disso, examina-se se não se deveria estabelecer um equilíbrio entre a necessidade de garantir segurança jurídica e transparência aos prestadores de serviços e a proteção dos direitos dos trabalhadores, permitindo aos Estados-membros certa flexibilidade para adotar medidas adequadas necessárias ou se seria o caso de introduzir a temática da harmonização em matéria de direito laboral no ordenamento jurídico comunitário europeu.

Palavras-chave: medidas restritivas; *dumping* social; circulação dos trabalhadores.

DIÁLOGOS ENTRE A RAZÃO E A FÉ NA INTERNALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Aluno: João Paulo de Campos Echeverria
Orientador: Marcelo Dias Varella
Mestrado em Direito em Relações Internacionais
Contatos: jp.echeverria@gmail.com
marcelodvarella@gmail.com

Não bastasse o contexto de isolamento da fé religiosa e de dificuldade em estabelecer um parâmetro de cooperação entre a razão e a religiosidade na comunidade europeia, a CEDH, que deveria voltar-se à proteção das liberdades de consciência, traça um âmbito de segregação cruel sobre o Islã, deixando à marginalidade de suas competências a garantia no exercício da fé, trazendo mais insegurança e preconceito sobre um povo que precisa de sua proteção, notadamente, para o exercício de suas liberdades. Na medida em que as formas de comunicação social ampliam em volume e em alcance, as diferenças sociais tornam-se mais evidentes e, especialmente no campo religioso, os ecos do ideal proselitista – natural de quase toda religião – reverberam mais ruidosos em culturas de religião diversa, e, com isso, o potencial de conflitos amplia-se sobremaneira, no mundo, mormente em função de fenômenos globalizantes atrelados à interação de culturas outrora isoladas umas das outras.

Palavras-chave: isolamento da fé religiosa; cooperação entre a razão e a religiosidade; comunidade europeia.

RECEPTIVIDADE E APLICABILIDADE DOS TRATADOS E DAS CONVENÇÕES DA OIT RATIFICADOS NO BRASIL E EM DEMAIS PAÍSES DO MERCOSUL: REPERCUSSÃO NO TRABALHO DO MENOR E NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E FORÇADO

Aluna: Priscilla Brito Silva Vieira
Orientadora: Alice Rocha da Silva
Mestrado em Direito em Relações Internacionais
Contatos: priscillavieira@gmail.com
rochaalice@yahoo.com.br

O projeto visa avaliar qual seria a relação entre corrupção e tráfico internacional de seres humanos. É possível supor que existe relação direta entre esses dois aspectos, estando a ação corrupta, ativa ou passiva, presente a todas as fases clássicas do tráfico internacional de pessoas: recrutamento, transporte internacional e exploração de pessoas, persecução dos criminosos e proteção das vítimas. Já foi iniciada a pesquisa bibliográfica e a análise de processos judiciais que tratam de corrupção e tráfico de pessoas de forma conjunta.

Palavras-chave: corrupção; tráfico internacional de seres humanos; convenções da OIT.

A POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM PRODUTOS DE DEFESA PROTAGONIZADA PELA FORÇA AÉREA: PROPRIEDADE INTELECTUAL *VERSUS* SIGILO

Aluno: Robson Alves da Silva
Orientadora: Maria Edelvacy Pinto Marinho
Mestrado em Direito em Relações Internacionais
Contatos: robsonalves2000@uol.com.br
mariaedelvacy@yahoo.com.br

A dissertação tem como meta realizar uma avaliação critica ao atual sistema de propriedade intelectual no Brasil e a necessidade de uma reformulação para superar essa deficiência. Ha pouca bibliografia sobre esse assunto no Brasil.

Palavras-chave: inovação tecnológica; Força Aérea; propriedade intelectual.

LICITAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL E PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PORTADORA DE NECESSIDADE ESPECIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS NA ANVISA

Aluna: Sarah Machado Luz
Orientador: Jefferson Carlos Carús Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: sarah.7sts@gmail.com
professor.carusguedes@gmail.com

O presente trabalho parte da ideia de que a licitação pode ser utilizada como ferramenta para além de simples atividade-meio, devendo superar seus objetivos meramente administrativos – internos, inerentes ao órgão ou à entidade – a fim de buscar sua função social – externa, voltada aos interesses coletivos. Ou seja, mais importante do que a racionalidade perfeita da contratação pública é o seu alinhamento com as políticas públicas. Afinal, o Estado detém expressivo poder de compra por meio do qual é capaz de imbuir mudanças no mercado e em determinados setores da economia. Ademais, esse poderio pode ser voltado à consecução de objetivos sociais, como é o caso do direcionamento editalício para o emprego de mão de obra marginalizada no mercado de trabalho (deficientes físicos, presidiários, idosos, egressos do trabalho escravo, entre outros). Contudo, nota-se que, no Brasil, o número de contratações públicas com cunho social ainda se revela diminuto perto daquilo que pode ser feito. Neste contexto, pouco se ouve falar de agentes públicos engajados em exercer suas atribuições de forma a auxiliar as políticas públicas, pairando apenas casos isolados em órgãos específicos. Assim, convém que o servidor público responsável pela confecção de Termos de Referência e Projetos Básicos saia do emaranhado burocrático, para assumir seu papel de formulador de políticas públicas, incluindo, na pretendida contratação, itens que tragam benefícios à coletividade. Destarte, o objetivo principal do estudo reside em analisar a contribuição das políticas de inclusão social inseridas nos processo licitatórios para a afirmação do princípio da dignidade da pessoa humana na vida das minorias que se encontram às margens do mercado de trabalho. Em vista da concretização deste objetivo, será realizado um estudo de caso na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, a qual firmou contrato com a Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial – CETEFE, cujo objeto é a prestação de serviços de digitalização de documentos com emprego de funcionários portadores de deficiência auditiva.

Palavras-chave: licitação; políticas públicas; setores da economia; objetivos sociais.

A CONVENÇÃO 138 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E O REGIME INTERNACIONAL DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA EC 20/1998

Aluna: Telma Barros Penna Firme
Orientador: Nitish Monebhurrun
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Linha de pesquisa: Proteção Internacional à Pessoa Humana
Contatos: telma.firme@gmail.com
nitish.monebhurrun@gmail.com

Importantes normas são produzidas nacional e internacionalmente, relativas à fixação de limites etários mínimos para a inserção do jovem no mercado de trabalho, incluindo-se nesse rol a Convenção nº 138 da OIT, tema deste estudo, que fixa a idade mínima para a admissão ao emprego. Tal Convenção já tem 156 ratificações e vigora no Brasil desde 2001. O constituinte brasileiro, pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, modificou o texto original da Constituição Federal, alterando o inciso XXXIII do artigo 7º, o qual veta o trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Há, no Brasil, intenso debate a respeito de qual seria a idade mais benéfica para o início do trabalho, questionando-se se a alteração trazida pela EC 20/1998 é ou não considerada um avanço legislativo, se tal retardamento para o início do trabalho trará benefícios à criança e à sociedade, uma vez que assume importante papel nos mecanismos de sobrevivência da família, por estar o trabalho infantil fortemente associado à pobreza. A análise da hipótese trará a situação do trabalho infantil em outros países e o que preceituam as normas das organizações internacionais. Para a comprovação, é utilizada a avaliação da situação nacional e internacional, a teoria existente em livros, artigos e periódicos nacionais e estrangeiros e as jurisprudências do Brasil, do exterior e dos órgãos de solução de conflitos de tratados de direitos humanos.

Palavras-chave: trabalho infantil; organizações internacionais; situação nacional.

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DO TOCANTINS, OBSTANDO A EFETIVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA E DA EFICIÊNCIA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Aluno: Allysson Cristiano Rodrigues da Silva
Orientador: Ayres Brito
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: allyssonrodrigues@arrodrigues.adv.br
Email do orientador(a)

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde passou a ser direito garantido pelo Estado de forma universal, igualitária e integral. Nesse esforço, em 1990, com o advento da Lei nº 8090, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), com o fito de sistematizar e disponibilizar esse direito a todos de forma indiscriminada, envolvendo as esferas municipal, estadual e federal. Todavia, fato é que a saúde pública no Brasil, e no estado do Tocantins, ainda não consegue abranger todos os casos de forma satisfatória. Nesse contexto, vê-se que a saúde é judicializada num crescimento que se estabelece em progressões geométricas. Nesse diapasão, observa-se que a efetivação pela via judicial do direito à saúde, que, em princípio, tem o escopo de "fazer justiça", buscando dar máxima efetividade do direito à saúde, em contrassenso, cria distorções de ordem jurídica, política e social. Pois, sendo sabido que são legitimados os Poderes Executivo e Legislativo à criação e à implementação de políticas públicas e observando-se a judicialização da saúde, mostra-se esta questionável, dada a incapacidade natural do Poder Judiciário de criar política pública de forma eficiente, todavia esse fenômeno é atual e inevitável por vários motivos. Assim, direitos individuais são concedidos em detrimento aos coletivos, que devem ser buscados por meio de políticas públicas universais. Nesse panorama, a ordem natural de atendimento, segundo a política pública já existente, passa a ser mitigada, criando-se uma prestação de saúde pública de forma paralela, judicializada, sem critérios objetivos que possam garantir a isonomia e a eficiência na prestação da saúde por parte do Estado.

Palavras-chave: direito à saúde; políticas públicas; judicialização da saúde.

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA UNIVERSALIDADE DA COBERTURA E DO ATENDIMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL E SUA EFETIVIDADE COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA GROTÃO NO MUNICÍPIO DE FILADÉLFIA – TO

Aluna: Cândida Dettenborn Nóbrega
Orientador: Nitish Monebhurrun
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: candidaadv1@hotmail.com
nitish.monebhurrun@gmail.com

O princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento da seguridade social será analisado diante da sua efetividade como fator de inclusão social. Para contextualização, será realizado um estudo de caso na comunidade quilombola Grotão, no município de Filadélfia - TO. A seguridade social em nosso país tem a função de redistribuição de renda, e municípios com baixa densidade demográfica são sustentados por seus benefícios. Assim, há necessidade de efetiva e eficaz universalidade de cobertura e atendimento às minorias, como os quilombolas, que sofrem com isolamento e demais empecilhos para concessão de benefícios de previdência social, saúde e assistência social a que fazem jus.

Palavras-chave: universalidade da cobertura e do atendimento da seguridade social; inclusão social; comunidade quilombola.

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS À LUZ DAS ALTERAÇÕES DO ART. 3° DA LEI N° 8.666/93

Aluna: Dagmar Albertina Gemelli
Orientadora: Marcia Dieguez Leuzinger
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: dagmargemelli20@gmail.com
marcia.leuzinger@uol.com.br

A presente pesquisa terá como escopo apresentar uma proposta de implementação de uma política de compras públicas sustentáveis no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, tendo em vista a obrigatoriedade de inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas previstos no artigo 3°, da Lei n° 8.666/1993, alterado por meio da redação da Lei n° 12.349/2010 e regulamentado pelo Decreto n° 7.746/2012. Será realizada uma análise da evolução doutrinária de licitações sustentáveis e o aperfeiçoamento das normativas, avançando até os ordenamentos jurídicos em vigor que regulamentam as contratações públicas. Após as alterações da Lei nº 8.666/93, passou a ser exigida a inclusão nos editais e nos contratos administrativos de regras que tornem compatíveis as licitações com os parâmetros de sustentabilidade ambiental, preservando o caráter competitivo entre os interessados na participação dos processos licitatórios. Será feita uma análise documental, por amostragem, dos processos de compras do TCE/TO, referentes ao período de 2013-2015, objetivando identificar práticas que permitam a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental. A proposta é transformar as compras públicas em um instrumento de gestão pública ambiental, incentivando a inserção de critérios sustentáveis nas especificações de bens e serviços, quanto às aquisições de materiais reutilizáveis e recicláveis, à utilização do uso racional de recursos naturais como eficiência energética e à redução do consumo de água, produtos biodegradáveis e ecologicamente mais adequados ao meio ambiente, para fins de reduzir o impacto ambiental. Ressalta-se que a obrigatoriedade da realização de compras públicas sustentáveis representa grande avanço para o desenvolvimento econômico, ecológico e social. Nesse sentido, caberá ao órgão de controle externo apresentar boas práticas e rotinas que permitam o incentivo às compras públicas sustentáveis nas licitações e nos contratos realizados pelos órgãos da administração pública estadual e municipal, que estão sujeitas a sua fiscalização.

Palavras-chave: compras públicas sustentáveis; contratações públicas; processos licitatórios.

O TRATAMENTO DO DIABETES *MELLITUS* TIPO 1 DE DIFÍCIL CONTROLE AOS CUIDADOS DO JUDICIÁRIO POR FALTA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA ISONÔMICA

Aluna: Diolina Rodrigues Santiago Silva
Orientador: Luiz Carlos Alves
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: diolinasantiago@hotmail.com
lcmartinsalves@gmail.com

A pesquisa tem o objetivo de analisar possível infringência do princípio constitucional da isonomia e dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde pela Portaria GM 2.583/2007, do Ministério da Saúde, visto que o documento apresenta, em seu rol, apenas um tipo de cada insulina de que os insulinodependentes necessitam para o controle da glicose e que não se mostra eficaz ao tratamento de todos os pacientes. Ante a falta de segunda opção de tratamento para os pacientes de difícil controle glicêmico, tem-se grande número de ações judiciais que pleiteiam o fornecimento de outros tipos de insulinas, os análogos. São analisadas as decisões em demandas individuais e coletivas do estado do Tocantins e as coletivas dos demais entes da federação após a edição da Lei 11.347/2006, a efetividade de tais decisões e o tipo de ação mais adequada e socialmente justa, se individual ou coletiva. Durante a pesquisa, identificam-se os Estados que já criaram protocolos clínicos de distribuição desses análogos por meio de processos administrativos. Faz-se necessária uma análise dos motivos pelos quais a União não tem interesse em criar um protocolo clínico padronizado em todo o Brasil, sob a ótica da Súmula 150 do Superior Tribunal de Justiça. Além disso, examina-se qual é a medida processual adequada ao deslinde das ações individuais, se mandado de segurança, em que o relatório médico anexado aos autos já seria prova suficiente para o julgamento da ação, ou obrigação de fazer dilação probatória e pedido de perícia judicial. São também objeto de estudo o posicionamento do Judiciário acerca da oponibilidade da reserva do possível, em face do mínimo existencial, sem deixar de tratar do princípio da separação dos Poderes nas demandas que requerem os análogos.

Palavras-chave: isonomia; controle glicêmico; ações judiciais.

O TÍTULO *JUS POSTULANDI* NA JUSTIÇA BRASILEIRA E A VIRTUALIZAÇÃO DO PROCESSO MEDIANTE A LEI N. 11.419, DE 2006: EXISTE A REAL CONDIÇÃO DE PARTICIPAR NOS PROCESSOS VIRTUAIS?

Aluna: Fabiana Luiza Silva Tavares
Orientador: Jefferson Carús Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: fabianatavares@ceulp.edu.br
professor.carusguedes@gmail.com

A pesquisa busca delinear ações participativas da população nas políticas públicas em seu aspecto decisório, lembrando que os meios de divulgação e coleta de dados, em sua grande maioria, são virtuais e que isso demonstra uma série de percalços para elucidação e resultados obtidos na administração pública. Faz-se a captação de dados quanto à participação da população tocantinense na utilização do Poder Judiciário, em especial na Vara do Trabalho, em que o artigo 791 da CLT autoriza que o empregado postule em juízo, sem a assistência de advogado e no Juizado Especial Cível, cujo valor da causa não exceda a 20 salários mínimos, permitindo ajuizamento e acompanhamento sem a presença de profissional habilitado para tanto, exercendo, assim, o *jus postulandi*. Busca-se esclarecer se tais meios de publicação e participação da sociedade são ou não acessíveis e efetivos. A pesquisa pretende levantar os resultados, aferindo se os mecanismos de participação são efetivamente utilizados de forma democrática.

Palavras-chave: ações participativas da população; políticas públicas; meios de divulgação e coleta de dados.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: POSSÍVEL MUDANÇA DE PARADIGMA APÓS UMA DÉCADA DA SUA APRESENTAÇÃO À JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRA

Aluno: Guilherme Augusto Martins Santos
Orientador: Antônio Suxberger
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: guilhermeaugsan@hotmail.com
suxberger@gmail.com

A justiça criminal externada por um modelo retributivo é objeto de críticas, discussão, análise e verificação quanto sua eficácia e eficiência no trato penal. Esse contexto é propício ao surgimento de propostas alternativas e/ou complementares ao atual modelo criminal. Nesse desiderato, a Justiça Restaurativa surge como opção e oportunidade de reflexão ao atual modelo, predominantemente adversarial, dando lugar a nova mentalidade de lidar com o conflito, entendendo ser um problema coletivo que incumbe à participação de outros atores envolvidos e atingidos, direta ou indiretamente, no delito, principalmente a vítima. No Brasil, há mais de dez anos, esse modelo é apresentado e implementado em processo de testagem, no âmbito criminal, de maneira gradual, em algumas regiões do país. O encerramento do primeiro ciclo de aprendizagem sobre a Justiça Restaurativa foi materializado pelo Protocolo de Cooperação Interinstitucional para difusão da Justiça Restaurativa no Brasil, de iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, com objetivo de aglomerar instituições que promovam e difundam práticas restaurativas em âmbito nacional. O momento é de revisitar os objetivos delineados quando da implantação da Justiça Restaurativa em território brasileiro e comparar com o que é praticado após uma década de esforços para a inserção do paradigma. Embora as práticas restaurativas possam ser vistas como uma cultura de enfretamento humanizado dos conflitos e possam ser aplicadas em outros nichos, tais como, escolar, empresarial, sociais, organizações religiosas, comunitárias, a pesquisa será focalizada na justiça criminal e nas políticas criminais respectivas.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; justiça criminal; âmbito nacional.

SOBREVIDA COMO JUSTIFICATIVA PARA O ACESO À SAÚDE PARA EFETIVAR O DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA: A ARTICULAÇÃO COM A TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL

Aluna: Janay Garcia
Orientador: Luiz Carlos Alves
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: janaygarcia@hotmail.com

O presente trabalho apresenta a discussão do acesso à saúde para pacientes que não possuem expectativa de vida ou prognóstico de cura diante de doenças irremediáveis, mas, ainda assim, carecem de medicamentos para o aumento da sobrevida. Pacientes com este quadro, na maioria das vezes, necessitam da intervenção do Judiciário para que lhes sejam garantidas medicações que resguardem a sobrevida. No Brasil, há doenças que são tratadas de forma diferenciada pelo Sistema Único de Saúde e por entidades particulares, como, por exemplo, o câncer de pulmão. A medicação utilizada pela rede pública não é tão eficaz quanto a utilizada pela rede particular, além disso, não garante o mesmo tempo de sobrevida e qualidade aos pacientes, tratando, com desigualdade, os mais carentes e que necessitam do poder público, para ter acesso à saúde. A Constituição Federal garante o direito à vida, que deve sobrepor-se a qualquer outro independentemente das limitações financeiras. A justificativa do Estado em não conceder determinados medicamentos é esbarrada na teoria da reserva do possível, que é associada à alegação de ausência de recursos financeiros por parte do Estado como forma de eximir suas responsabilidades com os direitos sociais, fundamentando que os direitos constitucionais devem ser pensados em prol da cidadania e não em nome de único indivíduo. Para tanto, pretende-se examinar, no estudo, os impasses e os desafios no tocante à atuação do Judiciário, que, em grande parte das ações, leva em consideração a primazia da pessoa humana e o direito individual, obrigando o Estado a arcar com os tratamentos, para garantir melhor expectativa de vida ou sobrevida para o cidadão que pretende ter o acesso à saúde de forma igualitária, nem que, para isso, tenha de recorrer ao Poder Judiciário.

Palavras-chave: sobrevida; teoria da reserva do possível; direitos sociais.

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA AÇÃO DE IMPROBIDADE NO CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE TOCANTINS

Aluno: Joel Rodrigues Milhomem
Orientador: Carlos Bastide Horbach
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: joelmilhomem.adv@gmail.com
carloshorbach@uol.com.br
Orientador: Prof. Dr. Jefferson Carús Guedes (em negociação)
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: joelmilhomem.adv@gmail.com
E-mail do orientador: professor.carusguedes@gmail.com

A presente proposta de estudo tem por escopo analisar a ação de improbidade administrativa prevista e regulada pela Lei nº 8.429/1992, buscando-se aferir o grau de efetividade deste instrumento jurídico no combate e no controle dos atos de improbidade administrativa, praticados pelos agentes dos poderes públicos jurisdicionados do Tribunal de Justiça do estado de Tocantins e apreciados nesse âmbito. Para tanto, faz-se uma análise da improbidade administrativa no direito brasileiro, passando pelo complexo histórico jurídico e normativo de combate à improbidade, buscando-se compreender a importância da adequada estruturação do arcabouço jurídico nacional de repressão à improbidade na Administração Pública, inclusive com breve exame do papel dos Tribunais de Contas no controle da improbidade administrativa. Em seguida, observa-se o posicionamento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre algumas ações de improbidade administrativa, em face da vinculação do precedente dos tribunais superiores, exigida pelo novo Código de Processo Civil, o que se refletirá nas decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Efetua-se uma análise do grau de efetividade das demandas propostas em sede de ação de improbidade administrativa, apreciadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, quanto à satisfação do resultado das demandas, mediante aferição do grau de aplicação e de cumprimento das sanções impostas, e, especialmente, quanto à redução dos atos de improbidade administrativa nos últimos cinco anos de vigência da Lei nº 8.429/1992, com base na proporção das ações de improbidade. Por fim, busca-se analisar os aspectos procedimentais da ação de improbidade administrativa, inclusive sob a luz da Lei nº 11.105/2015, o Novo Código de Processo Civil e os possíveis reflexos do novo processo no grau de efetividade das demandas de improbidade administrativa propostas no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Palavras-chave: ação de improbidade administrativa; grau de efetividade; Tribunal de Justiça do estado de Tocantins.

A INSUFICIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA REPERCUSSÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

Aluno: José Roberto Torres Gomes
Orientador: Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto
Coorientador: Jefferson Cárus Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: jorototo@hotmail.com

Esta pesquisa analisa o amplo arcabouço jurídico garantidor da participação popular no controle social das políticas públicas no estado democrático de direito, partindo da previsão constitucional e da regulamentação infraconstitucional. Observa-se a diversidade de tipologias abrangentes da participação popular garantidoras da participação geral no controle social das políticas públicas e os diversos instrumentos para a efetivação da participação popular no controle social das políticas públicas, os quais tornam desnecessário o engajamento ideológico-partidário. Busca-se compreender as causas inibidoras de efetivação da participação popular individual no controle social das políticas públicas, pela falta de estímulo, pela recusa de participação ou pela falta de condições de manejo dos instrumentos de participação popular. Analisam-se soluções factíveis para incrementar a participação popular, quais sejam, a adequação normativa redutora dos estraves burocráticos da participação popular e a efetivação de campanhas educativas de estímulo à participação individual. Busca-se compreender, sob o ponto de vista jurídico, os aspectos que causam a exclusão da participação individual em face das dificuldades de assento nos conselhos de políticas públicas dos indivíduos não engajados em agremiações dos diversos matizes organizacionais, a exemplo de sindicatos, associações de moradores, conselhos profissionais e partidos políticos, resultando em um espaço de cidadania consolidado constitucionalmente que necessita ser melhor ocupado pela participação popular individual.

Palavras-chave: participação popular; controle social; políticas públicas.

POLÍTICAS PÚBLICAS E INEFICÁCIA DAS NORMAS DE INCLUSÃO SOCIAL DOS OBESOS MÓRBIDOS

Aluna: Larisse Rodrigues Prado Schuller
Orientador: Frederico Silva
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: larisserp@hotmail.com
larisse@ceulp.edu.br

A obesidade mórbida é um assunto de certa complexidade, decorrente de muitos fatores, caracterizada por excesso de gordura, identificado pelo índice de massa corporal maior ou igual a 40 kg/m2. É considerada um problema de saúde pública no âmbito nacional e mundial, trazendo grande preocupação à Organização Mundial de Saúde e é avaliada como uma doença crônica não transmissível, causadora de múltiplos fatores de risco e problemas psicossociais, atingindo indivíduos na infância e na fase adulta. É de grande relevância atual, pois o aumento no número de pessoas com excesso de peso já supera mais da metade da população brasileira. Todavia, os obesos mórbidos parecem esquecidos entre os necessitados de tratamento diferenciado e, em razão disso, enfrentam grandes dificuldades na rotina diária. Assim, faz-se necessário um estudo das políticas públicas que possam culminar na inclusão social dos obesos mórbidos e na eficácia de normas de inclusão, já que se atinge o direito social desse grupo. Para isso, é importante verificar e garantir a melhor qualidade de vida dos obesos mórbidos nas relações privadas e as políticas públicas existentes sobre o assunto, a fim de preservar a dignidade humana e as garantias constitucionais, como os deveres do Estado. Nesse aspecto, as ações afirmativas têm grande relevância e devem ser implementadas pelo Estado no intuito de eliminar as desigualdades acumuladas que agridem, diretamente, a dignidade da pessoa humana e a base do Estado Democrático de Direito. Portanto, é importante haver discriminações positivas com a finalidade específica de proteger determinado grupo de pessoas por meio de criação de políticas de ação afirmativa, a fim de promover a completa integração social desse grupo marginalizado.

Palavras-chave: obesidade mórbida; políticas públicas; inclusão social.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA EUTANÁSIA DE ANIMAIS UTILIZADA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE CONTROLE DA LEISHMANIOSE VISCERAL

Aluna: Luciana Ventura
Orientadora: Márcia Leuzinger
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: luciana_ ventura@hotmail.com

A utilização da eutanásia em animais acometidos de leishmaniose visceral como política pública de controle de doença trata de medida claramente inconstitucional, à luz do artigo 225, §10, VII da CF/88, considerando o agravante que retira a autonomia do médico veterinário em atuar e acompanhar o tratamento de animais que possuam condições de tratamento, anula o direito de propriedade do proprietário do animal, desconsidera a possibilidade de avanço na legislação brasileira em declarar os animais possíveis detentores de personalidade e direitos, a exemplo da legislação francesa, utiliza métodos inconsistentes e duvidosos para a confirmação da doença e declara a total e absoluta ineficácia da União, dos estados e dos municípios em aplicar políticas públicas que previnam o mosquito vetor da doença e não demandem o sacrifício do animal, que é tão vítima quanto o humano infectado, também hospedeiro da doença. O embasamento para a proibição do tratamento de animais infectados baseia-se na Portaria Interministerial n° 1.426, de 11 de julho de 2008-MAPA, que proíbe a utilização de produtos de uso humano ou não registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o tratamento de cães infectados.

Palavras-chave: eutanásia em animais; leishmaniose visceral; política pública.

O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS COMO INSTRUMENTO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO INTERNO DO BRASIL

Aluna: Maíra Bogo Bruno
Orientador: Nitish Monebhurrun
Mestrado em Direito e políticas Públicas
Contatos: mairabogo@gmail.com
Nitish.nonebhurrun@gmail.com

O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos apresenta dois órgãos destinados ao conhecimento das demandas sobre a violação dos direitos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos e nos demais documentos do sistema: a Comissão e a Corte Interamericana. Embora seja membro deste Sistema desde sua criação em 1948, o Brasil somente reconheceu a competência jurisdicional da Corte em 1988, após o término do processo de redemocratização iniciado em 1985, que culminou na ruptura do regime autoritário no país, o que fortaleceu a proteção dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos na ordem interna, pois, conforme prescreve a Convenção Americana, as sentenças proferidas pela Corte em casos contra Estados que tenham reconhecido sua jurisdição têm efeito internacional vinculante e obrigam os responsáveis a reparar as consequências da violação desses direitos. Esta pesquisa visa demonstrar que o Sistema Interamericano é um instrumento de solução de conflitos de direitos humanos no Brasil. Para tanto, será feita a análise das decisões dos casos contra o Brasil e das medidas adotadas pelo Governo brasileiro para a restituição e a proteção dos direitos humanos, como: criação de políticas públicas, alteração de leis, indenização de vítimas e familiares. Além disso, será realizada a pesquisa em obras e documentos sobre o tema, tais como, livros, artigos científicos, legislação brasileira, direito comparado, documentos internacionais sobre direitos humanos da ONU e da OEA e relatórios da Comissão e da Corte, para a coleta de dados que demonstrem ser o Sistema Interamericano um instrumento de solução de conflitos de direitos humanos no Brasil.

Palavras-chave: Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos; solução de conflitos; decisões dos casos contra o Brasil.

A INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA COMO EXCLUDENTE DE TIPICIDADE MATERIAL NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

Aluno: Mauricio Kraemer Ughini
Orientador: Antônio Suxberger
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: mauricioughini@gmail.com
ughini@catolica-to.edu.br

O princípio da insignificância, advindo da teoria do direito penal mínimo, a qual trata do direito penal como *ultima ratio*, é aplicado no Brasil, gerando a exclusão da tipicidade de determinadas condutas. Os tribunais superiores aceitam a aplicabilidade do referido princípio quando há mínima ofensividade na conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada. Os requisitos elencados demonstram que a aplicação do referido princípio tem fundamento na intervenção mínima, ou seja, o direito penal não deve preocupar-se com condutas que não resultem em lesão significativa, não representando, em consequência disso, prejuízo importante ao titular do bem jurídico tutelado ou a integridade da ordem social. Entretanto, observa-se que, especificamente nos crimes contra a ordem tributária, a jurisprudência emprega como parâmetro para reconhecer a atipicidade o valor insuficiente para permitir o ajuizamento de execuções fiscais de débitos com a Fazenda Nacional, atualmente fixado em R$20.000,00 (vinte mil reais). O posicionamento adotado segue a mesma linha, pois é claro que, se o valor é considerado insignificante para a promoção da execução, também deverá ser considerado insignificante para promover uma ação penal, observando-se que somente deverá ser utilizado o direito penal em último caso. Dessa forma, o presente trabalho questiona essa aplicação, pois as finalidades do processo de execução fiscal e da aplicação da sanção penal são completamente distintas. O reconhecimento de tal princípio em crimes dessa natureza não permite que sejam atendidas as finalidades retributiva, preventiva e ressocializadora da aplicação da pena. Assim, considerando que não se trata de valor disponível, que não têm o direito tributário e o direito penal as mesmas finalidades e que não existe somente um sujeito passivo no referido crime, não se entende como possível sua aplicação.

Palavras-chave: princípio da insignificância; ordem tributária; jurisprudência.

O CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS CONSELHOS ESTADUAIS NO TOCANTINS: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aluna: Nayara Gallieta Borges
Orientador: Jefferson Carús Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: nayaragborges@gmail.com
jefferson.guedes@uniceub.br

A Constituição Federal de 1988 inovou, ao destacar a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas mediante os conselhos locais, que são importantes instrumentos de controle social e fiscalização. A representatividade mostrou-se insuficiente para atender as múltiplas necessidades da sociedade contemporânea pelo distanciamento entre a vontade popular e a parlamentar. Assim, a cidadania passa a ser também exercida pelos mecanismos de participação popular direta, como forma de superar a crise da democracia representativa e afirmar a soberania popular. Sem o intuito de desqualificar a representação política, mas complementá-la mediante a abertura de novos espaços públicos de discussão de políticas públicas, novos atores passam a integrar os ambientes decisórios, entretanto insta investigar se a nova configuração ressignifica a cidadania e se possibilita oportunidades iguais na formulação e no acompanhamento de políticas públicas. O homem comum nem sempre disporá de conhecimentos técnicos, para participar da decisão de políticas públicas. No sentido de democratizar os processos decisórios, o controle social exerce uma importância fundamental para a concretização dos direitos fundamentais. A pesquisa descritiva permitirá a análise dos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas do Tocantins e a efetividade do controle social exercido pela sociedade no âmbito das políticas públicas. Pretende-se investigar os fatores que impedem a ampliação da participação social nos Conselhos do Estado do Tocantins e a sua relação com a efetividade ou não das políticas públicas deliberadas e avaliadas nos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas no Tocantins. Também se busca verificar, mediante pesquisa descritiva, quais são as expectativas dos representantes no Conselho em termos de políticas públicas, qual a forma de avaliação, se existente, e se as políticas públicas alcançaram o resultado almejado definido pelo Conselho. Tais critérios visam demonstrar a efetividade do controle social das políticas públicas nos Conselhos Estaduais no Tocantins e o papel exercido pela sociedade, ao mesmo tempo, destinatária de políticas públicas e corresponsável pela sua definição, implementação, acompanhamento e avaliação de efetividade.

Palavras-chave: políticas públicas; conselhos locais; cidadania.

DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA COMO FATOR IMPEDITIVO À IMPLANTAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: LIMITES OBJETIVOS PARA O CONTROLE JURISDICIONAL

Aluno: Octahydes Ballan Junior
Orientador: Jefferson Carlos Carús Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: ballanjr@uol.com.br

O estudo busca definir limites objetivos à discricionariedade administrativa, visando à efetivação de direitos fundamentais e ao controle pelo Poder Judiciário, estabelecendo parâmetros seguros para a aferição do ato da administração pública. É comum ver a prática de condutas administrativas que, a par de constituir gasto absolutamente supérfluo, de duvidosa coincidência com os objetivos da República Federativa do Brasil, estampados no artigo 3º da Carta Política, frustram, conforme alega a Administração, pela subsequente falta de recursos financeiros, a implementação de direitos sociais fundamentais. Assim, o trabalho busca aferir se a discricionariedade sem balizas objetivas constitui obstáculo à efetivação de políticas públicas garantidoras de direitos fundamentais, se se constitui, em alguns casos, em arbítrio, se a reserva do possível é usada como escudo e como essa discricionariedade é considerada pelo Poder Judiciário. Assim, faz-se uma análise da dignidade da pessoa humana, do mínimo existencial, da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais, da proporcionalidade, dos gastos ordinariamente realizados pela Administração Pública, do dever de motivação dos atos administrativos, do orçamento participativo e da deliberação dos conselhos sociais como fatores limitadores da discricionariedade do administrador público. Por fim, o trabalho busca demonstrar a (in)efetividade das decisões proferidas em ações coletivas, como evidência da hipertrofia do Poder Executivo, apontando para a necessidade de medidas de coerção mais efetivas.

Palavras-chave: discricionariedade administrativa; direitos fundamentais; administração pública.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA PENA DE CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO MEDIANTE O DIREITO ADQUIRIDO

Aluno: Sinvaldo Conceição Neves
Orientador: Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Mestrado em Direito e Política Públicas
Contatos: sineves@terra.com.br
sinvaldo@ceulp.edu.br

A administração pública, em nome do princípio da supremacia do interesse público, pode aplicar sanções de natureza disciplinar aos servidores titulares de cargos efetivos. Ressalta-se que o exercício do chamado poder disciplinar está limitado ao Estado Democrático de Direito, que tem como função limitar, por meio da Constituição e das leis, os poderes do Estado. Entre as sanções, atribui-se ao poder público aplicar a pena de cassação de aposentadoria ao agente que comete, durante o período em que exerce as atribuições inerentes ao seu cargo, falta grave tipificada em lei e, a princípio, apenada com demissão, mas que somente será aplicada após o servidor público passar para a inatividade. A cassação de aposentadoria está presente em praticamente todos os estatutos funcionais existentes no Brasil, no âmbito federal, estadual, municipal e distrital e justifica-se pelo fato de o servidor público faltoso não ser merecedor do recebimento da aposentadoria, entretanto os agentes públicos efetivos estão vinculados ao regime próprio de previdência social que se caracteriza pela contributividade. Assim, durante sua vida funcional, mensalmente, o servidor recolhe um percentual sobre seu subsídio, vencimento ou remuneração, é como se o agente público compusesse um fundo de pensão a ser utilizado para arcar com os custos do pagamento do seu benefício. A aplicação da pena de cassação de aposentadoria a um servidor público revela-se incompatível com o ordenamento constitucional brasileiro, pois o agente que preencheu todos os pressupostos para a concessão do benefício previdenciário, inclusive com o recolhimento de suas contribuições, passa a ser titular de um direito subjetivo, e a retirada viola o instituto constitucional do direito adquirido. Ademais, reconhecer que o Estado tem o poder de cassar a aposentadoria de um servidor público implica considerar a licitude do locupletamento estatal. Desta forma, a aplicação da pena administrativa de cassação de aposentadoria no âmbito do serviço público é inconstitucional, por violar a segurança jurídica e todos os institutos dela decorrentes.

Palavras-chave: administração pública; cassação de aposentadoria; servidor público.

A INCONSTITUCIONALIDADE DO REGIME DO ORÇAMENTO IMPOSITIVO DAS EMENDAS INDIVIDUAIS INTRODUZIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N.86 DE 2015

Aluna: Sóya Lélia Lins de Vasconcelos
Orientador: Jefferson Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: soyaadv@hotmail.com

Foi inserido na Constituição Federal o Regime do Orçamento Impositivo das Emendas Individuais no último dia 17 de março de 2015, pela Emenda n. 86. O ponto nodal da alteração é tornar obrigatória a execução pelo Poder Executivo das emendas ao orçamento realizadas pelos parlamentares, que passam a dispor de até 1,2% da receita corrente líquida do ano anterior. O objetivo do estudo é demonstrar a inconstitucionalidade deste sistema impositivo na medida em que constitui ingerência no exercício das funções administrativas desempenhadas pelo Poder Executivo e compromete o equilíbrio fiscal em ofensa manifesta ao princípio da separação dos Poderes. Além disso, desvaloriza o papel da lei orçamentária na definição do conjunto de iniciativas e investimentos públicos, ao denotar a obrigatoriedade de execução apenas das programações derivadas das emendas parlamentares, atribuindo às demais caráter meramente autorizativo. É a consagração da discricionariedade na execução da maior parcela das programações orçamentárias, que, do mesmo modo, é aprovada pela Casa de Leis. O regime do orçamento impositivo das emendas individuais compromete o exercício de atividade típica do Legislativo, que é a formulação do programa de trabalho da Administração Pública mediante a fixação das despesas e constitui abdicação de prerrogativa política, inviabilizando a atuação individual do parlamentar na propositura de alterações estruturantes, com maior reflexo financeiro no orçamento. Tudo isso, além de comprometer a liberdade do parlamentar, impõe-lhe o dever de aprovar, reciprocamente, as emendas uns dos outros. Destaca-se o comprometimento da exigibilidade do cumprimento das imposições trazidas pela Emenda Constitucional n. 86 diante da ausência de previsão específica de sanção administrativa ou política, em caso de descumprimento das emendas individuais pelo Executivo.

Palavras-chave: inconstitucionalidade; equilíbrio fiscal; separação dos Poderes.

A PROPRIEDADE INTELECTUAL NA REALIDADE DE PARQUE TECNOLÓGICO NO TOCANTINS: TITULARIDADE DA TECNOLOGIA GERADA E PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA À INICIATIVA PRIVADA

Aluno: Valdivino Passos Santos
Orientador: Jefferson Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
UniCEUB-ULBRA
Contato: valdivinoadvogado@hotmail.com

A Emenda Constitucional nº 85/2015 alterou e adicionou dispositivos à Constituição Federal de 1998, para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, viabilizando mecanismos que criam um ambiente jurídico favorável ao estabelecimento de novo marco legal para o processo de inovação tecnológica. Nesse contexto, adquirem grande relevância os parques tecnológicos, que não existem no Estado do Tocantins e que têm a vocação para funcionar na promoção da cultura da inovação, da competitividade, do aumento da capacitação empresarial, da transferência de conhecimento e tecnologia, com objetivo de incrementar a produção de riqueza. O Estado do Tocantins é extremamente carente de inovação tecnológica, sendo, portanto, um campo fértil para a inovação, o que atrai a necessidade de conhecimento e aplicação dos conceitos e das regras protetivas inerentes à propriedade intelectual.

Palavras-chave: inovação tecnológica; parques tecnológicos; propriedade intelectual.

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (ATR): ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADAS PELA AGÊNCIA NO SETOR DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO TOCANTINS

Aluna: Vera Lúcia Pontes
Orientadora: Maria Marinho
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contato: veraluciapontes@hotmail.com

A melhora do poder aquisitivo dos brasileiros e a facilidade de crédito ocasionaram aumento na quantidade de motocicletas e de automóveis no trânsito dos estados brasileiros, portanto as regulamentações dos serviços de transporte público devem possuir características que estruturam e direcionam a eficiência com vista à atração de novos usuários. As agências estaduais que regulam o transporte intermunicipal no Brasil, em regra, não possuem experiências bem-sucedidas na implementação de políticas públicas e indicam ausência de estruturas e de regulações que alcancem quesitos de equilíbrio entre os interessados na prestação dos serviços de transporte. Os obstáculos que são descobertos pelas agências estaduais de regulação na implementação de políticas públicas estão amparados pela inobservância de foco na regulação. Os itens de regulação precisam estar focalizados nos resultados desejados para a política pública em questão e ajustados aos operadores do transporte, aos usuários e ao agente regulador. No estado do Tocantins, a competência para a regulamentação, o controle e a fiscalização do transporte público intermunicipal de passageiros é atribuída, por meio da Lei Estadual nº 1.758, de 2 de janeiro de 2007, à Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (ATR), que têm, em vigência, 53 resoluções, cujo objeto é o transporte público intermunicipal de passageiros. Anote-se que o processo licitatório para concessões dos serviços do transporte público intermunicipal de passageiros ainda não foi instaurado no estado do Tocantins, o que ocasiona à Agência Tocantinense a nítida responsabilidade de preparar mecanismos competentes e hábeis ao controle e ao monitoramento, garantindo aos usuários um serviço de transporte público intermunicipal equilibrado e eficiente. Desta forma, nota-se a importância e a contemporaneidade do tema proposto acerca das políticas públicas implementadas pela Agência Tocantinense, na medida em que o estudo poderá contribuir com informações efetivas para a tomada de providências, o alinhamento de rumos e a melhoria da eficiência mediante acertos na regulação ou nos elementos de controle operacional.

Palavras-chave: serviços de transporte público; políticas públicas; controle operacional.

STRICTO SENSU PSICOLOGIA

EFEITOS DE TREINOS SUCESSIVOS SOBRE A TRANSPOSIÇÃO ENTRE AS FUNÇÕES DE OUVINTE E FALANTE

Felipe de Souza Soares Germano
Carlos Augusto de Medeiros

Este estudo tem como objetivo investigar o efeito de treinos sucessivos sobre a emissão de comportamentos de falante não treinado, após treino de comportamento de ouvinte, em participantes adultos, numa tarefa computadorizada. Para tanto, foram realizados dois experimentos. O Experimento 1 avaliou o efeito de treinos sucessivos sobre a transposição de aprendizagens, na função de ouvinte para a função de falante, com o operante verbal *mando* em quatro adultos. No Experimento 2, nove adultos foram divididos em dois grupos, a fim de avaliar se a mudança do operante verbal mando para o operante verbal *tato* replicaria os resultados obtidos no Experimento 1. Analisou-se se a instrução apresentada antes da etapa de treino de ouvinte nas fases ímpares para o Grupo IC produziria efeitos diferentes se comparado com o Grupo II. Os resultados de ambos os experimentos mostraram a possibilidade do estudo de metodologias que viabilizem a transposição de aprendizagens na função de ouvinte para a de falante em participantes adultos, com desenvolvimento típico, pois, em sua maioria, os adultos demonstraram independência funcional entre treino de ouvinte e teste de falante. O presente estudo pode ser útil ao avanço do desenvolvimento de novas metodologias de ensino e aprendizagem de segunda língua.

Palavras-chave: treinos sucessivos; transposição; comportamento verbal.

CANDOMBLÉ E UMBANDA: CAMINHOS TERAPÊUTICOS AFRO-BRASILEIROS

Rodrigo Maciel Ramos
José Bizerril Neto

Ao realizar-se um diálogo entre a psicologia e as ciências sociais, observa-se que as tendências hegemônicas da psicologia apresentam pouca sensibilidade às variações culturais de nações com contextos multiculturais e híbridos, como o Brasil. Assim, os cânones exclusivamente eurocêntricos, como são ensinados e praticados em ambientes acadêmicos brasileiros, não oferecem atenção à especificidade histórico-cultural das realidades locais, por isso correm o risco de servir como tecnologias de subjetivação ocidental. Por contraste, este estudo descolonizador pretende investigar formas de cuidado e caminhos terapêuticos especificamente afro-brasileiros, como o candomblé e a umbanda, gerados mediante a subjetividade social brasileira historicamente constituída, como forma de atender as demandas de sofrimento e angústia da população desse território composto, em sua maior parte, por descendentes dos negros africanos e dos indígenas nativos. Essas tradições apresentam-se como tecnologias de subjetivação afro-brasileiras, em que o transe é uma experiência ritualística normal e fundamental na organização pessoal e na promoção de saúde dos sujeitos afro-brasileiros, ao contrário de outras leituras psicopatológicas construídas mediante as subjetividades sociais ocidentais. Tendo como referências a teoria da subjetividade de González Rey e o paradigma da corporeidade de Csordas, foi realizada etnografia e dinâmicas conversacionais com os adeptos do terreiro Tumba Nzo Jimona dia Nzambi, no intuito de compreender os processos de subjetivação afro-brasileiras, mediante a subjetividade social do candomblé de Angola e da umbanda, e os benefícios para a saúde. Como parte do processo de investigação, enfatizou-se a construção interpretativa e coletiva do conhecimento em uma aproximação metodológica apoiada na epistemologia qualitativa e na observação participativa, com a imersão subjetiva, sensorial e corporal nas celebrações e na convivência cotidiana do terreiro, durante o período de 12 meses. Como o conhecimento e os saberes dos povos bantos, que deram origem ao candomblé de Angola, encontram-se, em sua maior parte, no campo da oralidade, tendo sido objeto de quantidade reduzida de estudos acadêmicos, em comparação a outras nações do candomblé, esta dissertação realiza contribuições à literatura sobre essa cultura.

Palavras-chave: psicologia; saúde; subjetividade afro-brasileira.

DESENVOLVIMENTO GERENCIAL: UMA QUESTÃO DE FORMAÇÃO

Sonia Regina Diniz
Ilma Passos Veiga

Neste trabalho, procurou-se compreender a dinâmica que envolve o desempenho dos gerentes da Diretoria Regional de Brasília na consecução do Plano Estratégico dos Correios. Para tanto, fez-se essencial um recorte voltado à qualificação dos gestores. Assim, o tema teve como alvo os gerentes sob o enfoque da formação como processo educativo. Esta dissertação analisa os eixos teóricos de Educação Corporativa, Desenvolvimento Gerencial e Liderança, estabelecendo um cotejo entre as universidades corporativas e as universidades acadêmicas, no sentido de evidenciar os limites e os objetivos de cada uma. Faz-se a retomada do movimento da Educação Corporativa até seu aparecimento no Brasil, destacando seus limites e desafios, adentrando os modelos clássicos de liderança. Nesse sentido, preocupa-se com os Programas de Desenvolvimento Gerencial no que concerne às condições em que são oferecidos pelas empresas, à eficácia, à eficiência e à aplicabilidade ou não dessa ferramenta estratégica. Para a investigação, adota-se a metodologia qualitativa a um público composto de gerentes e de outros empregados no total de 27 participantes. Os instrumentos utilizados foram as entrevistas semiestruturadas, a aplicação de questionários, a realização de três grupos focais e a análise documental. Para a apresentação e a discussão de resultados, utilizou-se a triangulação de procedimentos com as respectivas análises e interpretações dos dados. Como considerações pelo que foi apurado na pesquisa realizada na Diretoria Regional de Brasília, a empresa apresenta problemas nas ações de Educação Corporativa, principalmente no que se refere ao Desenvolvimento Gerencial para os gerentes. Além disso, fomenta-se um modelo de formação retrógrado e nada eficiente. Foi apontada imensa insatisfação dos empregados em relação à forma de ascensão à função gerencial, o que revela total falta de confiabilidade nos gerentes escolhidos. Nisso se esconde uma questão que ultrapassa os limites da formação e remete à reflexão sobre quem se deve formar.

Palavras-chave: desenvolvimento gerencial; educação corporativa; ensino superior.

PROJETOS DE EXTENSÃO

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UNICEUB

Luiz Claudio Ferreira
UniCEUB – FATECS – Jornalismo. luiz.ferreira@uniceub.br

O projeto de extensão *Agência de Notícias UniCEUB* é uma redação de veículo de comunicação com atividades da pauta ao fechamento, da distribuição ao resultado. Vigente há 3 anos, apresenta 214 materiais jornalísticos publicados durante o 1° semestre de 2015, até 28 de junho, e a média de 554 visualizações por semana. Os integrantes do projeto verificam que a maior parte do que é produzido é replicado por veículos de comunicação eletrônicos e impressos. Em sua totalidade, os materiais são publicados com o crédito aos alunos e à Agência de Notícias UniCEUB. Foram mantidas as parcerias em vigor. A Rádio Nova Aliança, por exemplo, replica até três notícias por dia feitas pelos alunos da Agência. O material *Explorados do volante*, sobre as dificuldades dos profissionais do trânsito, concorre ao prêmio do Ministério Público do Trabalho nas categorias regional e nacional. Os materiais que tiveram maior repercussão foram reportagens sobre venda de monografias (destaque na TV Record, no portal R7 e no *Jornal de Brasília*) e outra sobre brasiliense isolada no Nepal (R7, UOL, Terra). Os repórteres têm aproveitado como fontes de informação as sugestões de pauta dos professores do UniCEUB. A parceria com a Agência de Comunicação do CEUB (ACC) é bastante produtiva, pois republica o material e oferece destaque nas mídias sociais. Segundo o Google, todos os indicadores cresceram, incluindo o de novos visitantes e o de buscas por computadores domésticos e por dispositivos móveis. Para atender aos novos interesses sob a ótica de que os conteúdos devem ser mais longos, a recomendação é que haja fotos, *links* e conteúdos em multimídia (vídeo, gráfico e áudio). Houve publicação de, pelo menos, 10 *webdocs* no período. A experiência abriu caminho para o mais novo projeto que estreia no final de junho, o *Webdoc Classificados.doc*, que expõe histórias humanas por trás dos anúncios de jornal e deve ser apresentado à comunidade acadêmica no início do próximo semestre. Chegaram à segunda temporada os materiais *Programa 10* (para TV) e *Esquina musical* (para rádio). Neste semestre, pela primeira vez, começaram as atrações: *Programa WWW* (sobre tecnologia), *Vamos mudar* (sobre iniciativas de solidariedade) e *Grande minoria* (sobre cidadania). Os conteúdos são repassados em parte e na íntegra. No caso dos vídeos, os trabalhos são postados no canal da agência no Youtube. Outra novidade foi a utilização da rede social Instagram, onde são publicados fotos e vídeos de bastidores das reportagens.

Palavras-chave: Agência de Notícias UniCEUB. Jornalismo. Reportagens.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA: UMA VISÃO TRANSFORMADORA DE MUNDO, ARTICULANDO TEORIA E PRÁTICA

Ana Regina Melo Salviano – UniCEUB – NAD
ana.salviano@uniceub.br
Maria das Dores Brigagão - professora externa
rede.alfa@uniceub.br
Norma D' Albuquerque Augusto – UniCEUB – NAD – responsável pelo projeto
norma.augusto@uniceub.br

O projeto A*lfabetização e Letramento na EJA* tem o compromisso com a formação integral do ser e o resgate de valores essenciais à vida humana, priorizando a inclusão e a responsabilidade social. Vinculado à Assessoria de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB, tem como objetivo participar do enfrentamento da inclusão social e da sustentabilidade do país no que se refere a alfabetizar a população jovem e adulta. Optou-se pelo método independente de trabalho, que consiste em realizar tarefas dirigidas e orientadas pelo professor capacitador para que os alunos aprofundem os conhecimentos. Para apresentar os diferentes aspectos da alfabetização de jovens e adultos, a proposta visa discutir as ideias de Maria Montessori (1950), Piaget (1960), Paulo Freire (1965), Vygotsky (1980), Emília Ferreiro (1983), Ana Teberosky (1985), Esther Grossi (1990), autores que norteiam a base metodológica das atividades desenvolvidas. A capacitação dos alfabetizadores tem como princípio metodológico a construção coletiva de conhecimentos, a vivência e o planejamento das intervenções didáticas. Ao alfabetizador pressupõe o trabalho de organizar a instrumentalização teórica e prática, para assegurar os modos de articular o processo de ensino e aprendizagem e recriar a prática de ensino própria, de forma a torná-la reflexiva e crítica. Assim, as aulas são preparadas, levando em consideração o conhecimento acumulado no campo da alfabetização, os construtos pedagógicos adquiridos durante o processo e a integração dos participantes na perspectiva dialética, com ênfase na troca de saberes e experiência e na construção das práticas pedagógicas das diferentes metodologias. A relação afetiva permeia o processo de aquisição de habilidades para o domínio da leitura e da escrita de jovens e adultos. Para conseguir os fins a que se destina, a capacitação dos agentes alfabetizadores é organizada em 70 horas, distribuídas em 35 aulas, com 2 horas de duração. Os momentos presenciais incluem aulas teóricas, atividades práticas em grupo e individuais, oficinas para confecção de materiais, simulações de situações de sala de aula e dinâmicas de grupo interpessoais, intragrupais e intergrupais. O projeto enfatiza a preocupação com a formação integral do ser e o resgate de valores essenciais à vida humana para a construção de uma sociedade mais democrática. Dessa forma, a participação voluntária do corpo discente e da comunidade representa esforço conjunto para a consecução dos quatro pilares da educação definidos na Conferência da UNESCO – Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (2001).

Palavras-chave: Letramento. Jovens e adultos. Alfabetização.

ATENDIMENTO À COMUNIDADE

Vanessa Carvalho Moreira
UniCEUB – FACES – Biomedicina
vanessa.moreira@uniceub.br

Este projeto oferece educação em saúde e atendimento laboratorial a entidades carentes e aos funcionários do UniCEUB. Foram realizadas as etapas de coleta de material biológico, realização de exames laboratoriais e liberação do laudo, visando praticar os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso, trabalhando as habilidades e as competências exercidas por um profissional biomédico. Além disso, foram oferecidos esclarecimentos para que providências de tratamento sejam tomadas por profissionais especializados. Os exames foram realizados em parceira com o Laboratório de Análises Clínicas do UniCEUB – CAC Biomedicina, o qual ofereceu treinamento de coleta aos alunos participantes. Além do benefício do atendimento, os exames ofertados gratuitamente solucionavam demandas não contempladas pela rede pública de saúde. Participaram do projeto alunos do primeiro ao terceiro semestres do curso de Biomedicina. A seleção visa inserir os discentes dos semestres iniciais do curso nas práticas biomédicas, permitindo-lhes conhecimento e consciência da profissão que irão exercer. A relevância deste projeto consiste no fato de que a comunidade carente necessita de informações voltadas à saúde coletiva e individual, fato que se reflete na qualidade de vida dos assistidos. Trata-se de oportunidade de exercer a multidisciplinariedade e de estimular o aluno ao desenvolvimento de práticas humanitárias de ação social.

Palavras-chave: Exames laboratoriais. Atenção à saúde. Atendimento à comunidade.

ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM BASEADO NO RISCO CARDIOVASCULAR

Francino Machado de Azevedo Filho
UniCEUB – FACES – Enfermagem
Francino.filho@uniceub.br

A doença cardiovascular é considerada mundialmente a principal causa de óbito e de invalidez. Apesar da queda na proporção de mortes ocorridas por doença cardiovascular em países desenvolvidos, nas ultimas décadas, as taxas crescem enormemente, em países de baixa e média renda. O conhecimento da prevalência dos principais fatores de risco para a doença cardiovascular e o reconhecimento da necessidade de implantação de medidas capazes de modificar tais fatores são os primeiros passos para reduzir os efeitos deletérios sobre o sistema cardiovascular. Mediante o estudo de Framingham, identificaram-se os principais fatores de risco para a ocorrência das doenças cardiovasculares: hipertensão arterial, níveis elevados de colesterol total e/ou reduzidos de HDL-colesterol, tabagismo, diabetes *mellitus* e idade. O escore de Framingham é uma forma confiável, simples e de baixo custo de identificação de pacientes ambulatoriais em maior risco de doença cardiovascular, o que possibilita rastreamento mais rigoroso e terapias mais agressivas como forma de prevenção de eventos coronarianos que possam ocorrer nos próximos 10 anos. Para a realização das atividades de extensão em um centro de atendimento à comunidade, em uma instituição de ensino superior privada no Distrito Federal, foi utilizada a consulta de Enfermagem como instrumento para a execução das ações em saúde voltadas à avaliação do risco cardiovascular da população frequentadora. Durante o período de atividades do projeto, de fevereiro a junho de 2015, foi atendido o total de 150 pacientes. Observou-se e diagnosticou-se a hipertensão arterial, o diabetes *mellitus* e o risco cardiovascular de eventos com infartos nos próximos 10 anos. Foram identificados pacientes em franco processo de crise hipertensiva e com necessidade de atendimento medico imediato, por isso foi necessário encaminhamento a hospital com emergência. Observou-se boa aceitação da comunidade e manifestação de aceitação e desejo de continuar o acompanhamento. Foi possível evidenciar progresso e melhora da condição cardíaca pelo monitoramento dos participantes, auxiliando-os na melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Doenças cardiovasculares. Consulta de enfermagem. Risco cardíaco.

ATLETAS DO FUTURO

Marcio Oliveira
UniCEUB - FACES - Fisioterapia
marcio.oliveira@uniceub.br

Considerando o número crescente de praticantes de esportes no Distrito Federal que almejam tornar-se futuros atletas olímpicos, em especial, os que ingressam nos programas dos Centros Olímpicos, e as perspectivas de Brasília como sede de eventos esportivos e levando-se em conta a precariedade que essa população encontra, o Projeto de Extensão e Integração Comunitária *Atletas do Futuro* tem por objetivo disponibilizar uma opção de acompanhamento fisioterapêutico curativo e preventivo especializado aos competidores que sofram intercorrências tráumato-ortopédicas que impeçam ou dificultem atividades diárias, treinamento e/ou participação em competições ou que almejam melhorar a performance e não tenham estrutura adequada nem condições de arcar com despesas do acompanhamento. No primeiro semestre de 2015, foram realizados 1962 atendimentos a 130 atletas em 71 dias de trabalho, atingindo a média de 27,63 atendimentos por dia. A maior parte dos participantes eram lutadores (50%), seguidos por ginastas (40%) e atletas de outras modalidades (10%), como futebol, futebol americano, *skate*, rúgbi. A média de idade entre os pacientes é de 24,2± 12,24 anos, e a divisão por gênero é 58,5% masculino e 41,5% feminino. A principal região lesionada é o joelho (69,3%). Como atividades extras, houve: a Reunião Científica da Sociedade Nacional de Fisioterapia Esportiva / DF; a atuação nos eventos Iron Man 70.3, Capital Fight e Monstar Games; a apresentação de trabalho científico na Conferência Médica da FIFA; o curso ministrado na Conferência Internacional de Saúde e Esporte do UniCEUB; a participação no Curso de Prevenção de Lesões FIFA 11+, realizado na Granja Comary, sede da Seleção Brasileira de Futebol; a matéria especial para o *Caderno Super Esportes*, do *Correio Braziliense*. Foram premiados (as) os(as) alunos(as): Natália Garrote Braga - Frequência; Natália Garrote Braga, Marina da Silva Pimentel, Mirelli de Castro Barbosa, Lucas Soares da Silva e Josimeire Rose Crecci Nunes - Destaque; Gustavo Pereira Rocha - Capacidade Técnica; Lucas Resende Bonifácio - Envolvimento Científico; Natália Garrote Braga - Melhor Aluna. Os resultados obtidos permitiram confirmar que se trata de um modelo eficiente de assistência à saúde dessa população, além de proporcionar desenvolvimento técnico e científico aos alunos e aos professores participantes.

Palavras-chave: Fisioterapia esportiva. Atendimento. Prevenção de lesões.

CINE UNICEUB: MUITO ALÉM DO FILME

Carolina Assunção e Alves
UniCEUB – FATECS – Comunicação carolina.alves@uniceub.br
Renata Innecco Bittencourt de Carvalho
UniCEUB – FACTES – Comunicação – renata.carvalho@uniceub.br

Quando surgiu no final do século XIX, o cinema marcou território. À medida que a tecnologia evoluiu, a linguagem cinematográfica consolidou-se, as narrativas conquistaram espaço, e o mundo habituou-se à cultura do audiovisual e das salas de projeção. Para Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2009), o avanço tecnológico que inclui a civilização das telas e a sociedade em rede referida por Castells (2009) reitera o poder, a onipresença e a universalidade do cinema. Uma das explicações da potência cinematográfica está na configuração narrativa: histórias são contadas em busca de sentidos para a vida. O cinema é uma experiência existencial, didática, educativa, artística, estética, cultural, lúdica. Por esse motivo, serve como fonte para debates em diversas classes profissionais, reuniões de natureza política, corporativa, entre outras. Conversas sobre filmes são propulsoras para a formação de melhores pessoas, profissionais e cidadãos. Dessa maneira, propõe-se a instauração do CINE UniCEUB, uma atividade em formato de cineclube em que há sessões de cinema seguidas de discussões abertas aos alunos do UniCEUB. Há, entre os estudantes do curso de Comunicação Social, uma defasagem de conhecimento geral e referências em cultura cinematográfica. Assim, a organização do cineclube é fundamental para fortalecer a formação dos alunos interessados. São objetivos do projeto: enriquecer a formação dos alunos em cultura cinematográfica; capacitá-los a um olhar crítico e reflexivo sobre o cinema; fornecer elementos e repertório que possam ser aplicados à rotina profissional. O projeto CINE UniCEUB estreou no auditório do bloco 1 do *campus* da Asa Norte, no primeiro semestre de 2015, com público médio de, aproximadamente, 65 participantes por encontro. Foram projetados clássicos da história do cinema, seguidos de debates com professores convidados: *O grande ditador* (1940), de Charles Chaplin; *Guerra nas Estrelas* (*Episode IV: a new hope*, 1977), de George Lucas; *Psicose* (1960), de Alfred Hitchcock*; Blade Runner, o caçador de androides* (1982), de Ridley Scott; *O iluminado* (1980), de Stanley Kubrick; *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles. O CINE UniCEUB segue ao próximo semestre, após ter cumprido o objetivo de enriquecer a rotina acadêmica e ampliá-la à comunidade, visto que se trata de uma programação aberta ao público externo. Os benefícios da atividade ultrapassam os limites da formação profissional e agregam valores essenciais de cidadania e cultura aos participantes.

Palavras-chave: Cinema. Educação. Cultura.

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS

Aline Albuquerque Santa'anna de Oliveira
UniCEUB – FAJS – Direito
aline.oliveira@uniceub.br

A Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB apresenta quatro projetos: Direito Humano à Saúde, Direitos Humanos e Forças de Segurança, Direito Humano e Justiça Restaurativa e Direito Humano à Moradia. O Projeto Direito Humano à Saúde desenvolve atividades em três eixos: Segurança do Paciente, Tortura e Saúde e Participação Social na Saúde. No que tange à Segurança do Paciente, os alunos realizaram pesquisa e seminário sobre a Organização Mundial da Saúde e o Programa Nacional de Segurança do Paciente e participaram de palestra sobre o Controle de Infecções Hospitalares e a Segurança do Paciente. Além disso, foram realizadas reuniões com a Organização Pan-Americana da Saúde – Escritório Brasil, com o objetivo de organizar o I Seminário Internacional sobre Segurança do Paciente e Direito. Quanto à temática sobre Tortura e Saúde, foram feitas reuniões sobre violação de direitos humanos, na esfera da saúde que envolva situação de tortura. Quanto à Participação Social em Saúde, os alunos realizaram visita ao Conselho de Saúde do Distrito Federal, organizaram seminário sobre a temática, e houve uma reunião na Secretaria Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal, para apresentar o material produzido pela Clínica de Direitos Humanos. No âmbito do Projeto Direitos Humanos e Forças de Segurança, foram expostos os resultados preliminares das pesquisas dos endereços eletrônicos, e foi definida a estratégia de melhor aproximação da Polícia Militar. Em relação aos objetivos propostos, houve o avanço em relação aos questionários a ser respondidos pelos instrutores da Polícia Civil e uma reunião exitosa com a Academia de Polícia Militar do DF, que assegurou o apoio à realização da pesquisa, disponibilizando, inclusive, lista de contatos de instrutores. No Projeto Direito Humano à Moradia, os alunos fizeram atividades sobre 04 temáticas. A primeira elaborou um parecer a respeito dos órgãos públicos do DF responsáveis pela regularização da área trecho 2 de Sol Nascente, Ceilândia. A segunda compilou as legislações federais a respeito da regularização fundiária. A terceira compilou as legislações distritais a respeito da regularização fundiária. A última temática analisou as formas existentes no ordenamento jurídico brasileiro, sobre regularização de área pública e quais seriam viáveis ou não ao trecho 2 de Sol Nascente. No que toca o Projeto de Direitos Humanos e Justiça Restaurativa, fizeram-se gestões para o desenvolvimento de um projeto com o Centro de Ensino Médio Júlia Kubitschek, e priorizaram-se encontros sobre as teorias filosóficas e criminológicas que dão sustentação ao movimento de justiça restaurativa, cujos postulados poderiam ser aproveitados nas atividades práticas da CDH-JR. O grupo discutiu a respeito da possibilidade de realização de um seminário sobre a redução da maioridade penal, com a participação dos alunos do projeto e dos professores da referida escola. Por fim, foi desenvolvido um *website,* para dar suporte às atividades da CDH-JR: <http://cdhjr.wordpress.com/>.

Palavras-chave: Direito Humano. Saúde. Forças de segurança. Justiça restaurativa. Moradia.

DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO – DICCOP

Dimitri Graco Lages Machado
UniCEUB – FAJS
dimitri.machado@uniceub.br

A vivência das atividades de extensão realizadas pelo Projeto Direito Civil-Constitucional Prospectivo – DICCOP propiciou, no ensino, um aprofundamento na pesquisa, tornando-a menos diletante, mais pragmática, vívida e profunda e permitiu nova interface entre docente e discente mediada por temas, conflitos e problemas observados e vividos na extensão. Especificamente, no primeiro semestre de 2015, o grupo de estudantes e professores confrontou-se com o problema da realização de nova formação sobre os temas básicos atinentes ao campo, em função da alteração do quadro de discentes. Assim, permitiu-se identificar e tentar suprir as deficiências na formação jurídica, sobretudo, em relação ao eixo de formação sobre os temas da filosofia e da sociologia jurídicas e sobre o direito civil e as interconexões com o direito público. Parte da comunidade de catadores e catadoras de materiais recicláveis viu-se na perspectiva de sujeito de direito, em diálogo com discentes e docentes do UniCEUB, que permitiu certo amparo jurídico, numa perspectiva de libertação das situações de exploração e opressão que, cotidianamente, vivem em decorrência das suas atividades laborais. O processo iniciado pelo projeto de extensão consolida uma experiência de autonomia da comunidade, que se vê empoderada a ocupar o espaço público e discutir, com consistência, sua condição política e jurídica. Especificamente, lidou-se com questões relativas às relações interpessoais de catadores e catadoras de materiais recicláveis na gestão dos espaços de trabalho e à criação de um modelo democrático e participativo das atividades das cooperativas, discutindo-se, mediante um caso concreto, os limites e as possibilidades de destituição ou desligamento de membros de associações e cooperativas de trabalho. Na perspectiva docente, percebe-se que os/as estudantes extensionistas passam a adotar o mundo de desenvolvimento de suas habilidades como juristas, ou seja, parecem fazer da extensão uma espécie de mapa no qual se desenvolve uma cartografia da vivência acadêmica. A percepção de outras possibilidades para além do espaço de ensino desenvolvido tradicionalmente torna-se cada vez mais intensa, razão pela qual os docentes são mais demandados na medida do aprofundamento das atividades extensionistas. Contudo, esta análise só é válida para o grupo de discentes que permaneceram nas atividades até o final, com regularidade de participação exemplar.

Palavras-chave: Catadores. Saneamento. Cooperativismo. Direito achado na rua.

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

Magda Verçosa Carvalho Branco – FACES – Psicologia
magda.vercosa@uniceub.br
Marilia de Queiroz Dias Jacome – FACES – Psicologia marilia.jacome@uniceub.br

O Projeto Educação para Saúde – PES, vinculado ao curso de Psicologia da Faculdade da Educação e da Saúde – FACES, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB atua na formação acadêmica e profissional de todos os cursos da área de saúde e de educação com vistas a integrar e articular conhecimentos teóricos e práticos, por meio da inserção em contextos sociais diversificados, principalmente com adolescentes de população vulnerável. Há 12 anos, o projeto atua nas regiões administrativas do Distrito Federal. No período de março a junho de 2015, desenvolveram-se atividades com 30 adolescentes em idade entre 12 e 16 anos, em uma instituição de atendimento psicossocial da cidade de São Sebastião. Os facilitadores foram 15 acadêmicos dos cursos de Medicina, Psicologia, Biomedicina e duas professoras. No primeiro semestre de 2015, manteve-se como objetivo dar continuidade à preparação de adolescentes para inserção na vida adulta, por meio de temas relativos ao preparo para o mundo do trabalho e à prevenção em saúde individual e coletiva, valorizando a responsabilidade social, o trabalho em equipe e a cidadania. Destacaram-se as atividades que motivaram o protagonismo em diferentes contextos sociais. Utilizaram-se instrumentos pedagógicos, entre eles, oficina de criatividade, debates sobre filmes, palestras interativas e aulas práticas relacionadas à saúde. A preparação dos eventos ocorreu de duas maneiras: a primeira, sob a responsabilidade das professoras, pela orientação teórica, com discussão de textos complementares, além do planejamento e da avaliação das atividades; a segunda, por parte alunos, pela implementação das ações com os adolescentes. A grande maioria dos eventos ocorreu nos laboratórios de saúde do UniCEUB, que oferece uma infraestrutura privilegiada e permite a realização de diferentes ações com apoio de recursos didáticos e tecnológicos. No andamento do projeto, não houve resistência dos envolvidos, e tanto os adolescentes como os acadêmicos facilitadores mostraram-se receptivos, satisfeitos e comprometidos. Os estudantes expressaram em relatórios que cresceram como pessoas e futuros profissionais e divulgaram as ações na produção acadêmica. Quanto aos adolescentes, por meio de peça teatral, demonstraram o que haviam aprendido e qual era a sua responsabilidade como participantes ativos no processo de prevenção à saúde.

Palavras-chave: Educação. Saúde. Adolescentes.

FISIOTERAPIA DO TRABALHO

Enilda Marta Carneiro Delima Mello
UniCEUB – FACES – Fisioterapia enilda.mello@uniceub.br
Valeria Sovat Freitas Costa
UniCEUB – FACES – Fisioterapia valeria.costa@uniceub.br

A fisioterapia do trabalho torna-se peça fundamental em várias atividades laborais, por atuar, principalmente, em áreas, como a ergonomia e a biomecânica, ao lado a uma equipe interdisciplinar. Seu desempenho propõe melhorar a qualidade de vida do trabalhador e prevenir lesões musculoesqueléticas. A Lei Orgânica da Saúde, reconhecendo a importância da fisioterapia do trabalho, proporciona a inclusão dos fisioterapeutas em indústrias, áreas federais, instituições privadas, proporcionando redução de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho por meio de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área de saúde. A elaboração da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, o apoio a estudos e pesquisas e a capacitação da comunidade na gestão das ações são iniciativas da fisioterapia do trabalho, que se volta ao ramo da saúde, pois estuda, avalia, previne e trata os distúrbios da cinesiologia humana, decorrentes de alterações de órgãos ou de sistemas em função das atividades laborais. Diante disso, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional aponta o fisioterapeuta do trabalho como o profissional responsável por avaliação, prevenção, tratamento e reintegração do indivíduo às atividades laborais. O projeto Fisioterapia do Trabalho proporciona aos colaboradores a ginástica laboral e a *quick* massagem para a melhoria da função musculoesquelética e do bem-estar gerados pelas intervenções que ocorrem duas vezes na semana, no período de duas horas, à tarde. Aos alunos de Fisioterapia o impacto é poder vê-los desenvolver-se na prática proporcionada pelo projeto. No início, eles relatam estar inseguros, mas, depois, percebem o quanto o estudo ao qual são direcionados, a preparação técnica para participar do projeto e o desenvolvimento da prática os levam a amadurecer para o exercício da profissão.

Palavras-chave: Fisioterapia. Ginástica laboral. Ergonomia.

GESTÃO AMBIENTAL DO UNICEUB: ENVOLVIMENTO DE CURSOS E SETORES EM BUSCA DE MELHORA DO DESEMPENHO AMBIENTAL

Andrea Marilza Libano - *UniCEUB – Gestão Ambiental e FACES - andrea.libano@uniceub.br*
Carlos Alberto da Cruz Júnior - *UniCEUB – Comissão de Gestão Ambiental - cga@uniceub.br*
Gabriella de Melo Moreno - *UniCEUB – Comissão de Gestão Ambiental – estagiária - gabriella.moreno@uniceub.br*
Marjara Neves Soares Rocha - *UniCEUB – FACES – Ciências Biológicas – aluna*
Renata Uchôa Alves - *UniCEUB – FACES – LABOCIEN - renata.alves@uniceub.br*
Bianca Carrijo Cordova - *UniCEUB – FACES – Ciências Biológicas - bianca.carrijo@uniceub.br*

A Gestão Ambiental do UniCEUB atua no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental *nos* campi, a formação socioambiental dos discentes e a formação continuada dos funcionários da instituição. No primeiro semestre de 2015, o projeto fez uma reestruturação da sua página no *site* do UniCEUB, em parceria com a ACC, para aprimorar a comunicação e divulgar os programas ambientais. Os conteúdos foram elaborados por alunos e professores do projeto. A equipe participou, ativamente, do evento TEIAS, no qual ofertou dois minicursos, duas palestras sobre negócios em sustentabilidade e empresas sustentáveis e organizou exposição de empresas parceiras com tecnologia para reciclagem e recuperação de materiais e responsabilidade socioambiental, demonstrando oportunidades de empreendedorismo e inserção no mundo do trabalho, mediante o enfoque em sustentabilidade. Também se destacou o envolvimento de cursos e setores nas atividades da Gestão Ambiental, com maior participação dos setores no gerenciamento de resíduos, um reflexo da X Semana da Responsabilidade Social do UniCEUB, realizada em setembro de 2014. Esse resultado indica eficácia da campanha educativa a médio prazo. A participação da Gestão Ambiental nas atividades de ambientação de novos funcionários também promoveu maior envolvimento dos cursos de graduação. Apesar da baixa adesão, a atividade gerou propostas de curso de extensão e oferta de palestras, como as realizadas sobre eficiência energética em edificações, em parceria com a Engenharia Elétrica, a ampliação de gerenciamento de resíduos em atividades práticas, por meio de parceria entre a Gestão e o LABOCIEN, que ocorre há alguns anos e inclui o curso de Gastronomia para educação ambiental e o gerenciamento de resíduos dos laboratórios de habilidades alimentares. Os alunos do projeto de extensão fizeram um diagnóstico acerca da estrutura dos procedimentos, envolvendo materiais de gênero alimentício, análise de protocolos, excedentes e resíduos gerados, estrutura para segregação e informações ambientais disponíveis aos usuários. As mudanças alcançadas pela parceria foram a reestruturação da coleta seletiva, a disponibilização de informações aos usuários nos laboratórios, uma composteira demonstrativa em atividade e a efetivação de um laboratório verde multidisciplinar, com o envolvimento do curso de Ciências Biológicas, composto por plantas aromáticas e de sabores e espécies utilizadas comumente em aulas práticas. O jardim atenderá aulas de culinária, educação inclusiva e botânica. Os nove programas da Gestão Ambiental estão ativos e em ampliação. Neste ano, o projeto teve a participação de 11 alunos de graduação, destinou, corretamente, mais 10 toneladas de resíduos, 14 quilos de bitucas, 248 quilos de cabos de redes, 536 unidades de eletrônicos, 1800 lâmpadas, além de bandeiras e uniformes, ampliou as atividades de diagnóstico, ofertou palestras e minicursos e realizou exposições. Os esforços de sensibilização da comunidade vão continuar, pois a participação e os resultados de desempenho ambiental do UniCEUB têm aumentado.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Resíduos. Laboratórios.

MINUTOS DE GASTRONOMIA: TÉCNICAS SAUDÁVEIS

Henrique Marques Salsano
UniCEUB – FACES – Gastronomia henrique.salsano@uniceub.br

O projeto de extensão *Minutos de Gastronomia: técnicas saudáveis*, ministrado no período de março a junho de 2015, no UniCEUB, consistiu na elaboração de preparos que englobam café da manhã e jantar, por serem refeições rápidas de fácil execução, com utensílios disponíveis nos laboratórios e observância às normas da RDC. O projeto seguiu um cronograma de desenvolvimento previamente desenvolvido pelo professor com 16 encontros e os seguintes conteúdos: reunião para apresentação; pesquisa e avaliação de propostas; protocolos e pedidos de compras; elaboração e desenvolvimento dos pratos. Em primeiro momento, o professor explicou como seria o desenvolvimento do curso de extensão e o que seria esperado dos alunos ao final. Em seguida, mostraram-se os variados ingredientes e preparos que podem ser usados em um café da manhã e suas formas de apresentação. Os preparos selecionados foram submetidos a testes nos laboratórios de aulas práticas do UniCEUB, e, ao final de cada execução, os alunos e o professor escolhiam os melhores preparos, levando em conta os seguintes critérios: apresentação; sabor; aceitabilidade; uso de técnicas; higiene; ingredientes. Em segundo momento, para o jantar, foram empregados os mesmos procedimentos e critérios de avaliação, além de: combinação de ingredientes; formas de cocção; acompanhamentos. Ao final do curso, os alunos desenvolveram sozinhos um preparo avaliado tanto pelos alunos quanto pela comunidade externa e sentiram-se aptos a desenvolver e criar novas receitas.

Palavras-chave: Preparos. Técnicas. Gastronomia.

NÚCLEO DE APOIO AO DISCENTE – NAD

Ana Regina Melo Salviano
UniCEUB – NAD - ana.salviano@uniceub.br
Norma D' Albuquerque Augusto
UniCEUB – Gestora do NAD - norma.augusto@uniceub.br

O Programa de Apoio à Comunidade Interna tem como política de ensino superior buscar a convergência dos interesses dos cursos de graduação com programas e projetos que atendam as orientações e as propostas do UniCEUB em prol da qualidade de ensino e da formação global do cidadão. O Núcleo de Apoio ao Discente – NAD ampliou o atendimento com as responsabilidades dos seguintes projetos: Projeto de Extensão Apoio Psicopedagógico, Projeto de Extensão Proficiência, Projeto de Extensão Voluntariado, Projeto de Extensão de Mudança de Curso, Projeto de Extensão Atendimento Educacional Especializado, Projeto de Valorização do Desempenho Acadêmico Inclusão Profissional, Projeto de Valorização do Desempenho Acadêmico Estagiário Bolsista, Projeto de Valorização do Desempenho Acadêmico Projeto Monitoria, Projeto de Valorização do Desempenho Acadêmico Mérito Profissional. As ações desenvolvidas pelo NAD propiciam, de forma ampla e diferenciada, a discussão a respeito da inclusão, da acessibilidade, do apoio psicopedagógico, de todas as deficiências (auditivas, físicas, visuais e múltiplas), dos transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, além de preparar e organizar as atividades, para atender e planejar os editais de monitoria, estagiário bolsista, proficiência, mudança de curso e executar, avaliar e apresentar relatório dos resultados realizados. A determinação da Diretoria Acadêmica e da Assessoria de Extensão e Integração Comunitária em designar uma gestora para o setor facilitou a organização do trabalho e a maior integração das equipes. Atualmente, são atendidos 121 alunos com necessidades educacionais especiais, 164 estagiários, 125 monitores bolsistas e 266 voluntários. Quanto à interação dos setores, houve vários benefícios: para o aluno, porque todos estão no mesmo local; para os professores, facilitou a comunicação, os encaminhamentos de alunos e a entrega de avaliações; para os núcleos, a equipe foi ampliada e favoreceu a acolhida e a organização nos atendimentos. As orientações pedagógicas ocorrem de forma individualizada, quando solicitada pelos alunos e pelos professores. O apoio psicológico proporcionado pelo CENFOR continua quando necessário. Nos *campi* de Taguatinga, permanece a orientação e o registro do trabalho dos estagiários que atuam também como ledores nos 3 turnos. São realizadas visitas sistemáticas por profissional do NAD, para avaliar as necessidades do setor nos *campi*. Estudos, pesquisas e novas tecnologias são oferecidas para melhor atendimento aos alunos em suas necessidades especiais. Há cursos de LIBRAS e de Ledores para a formação continuada, capacitação aos funcionários e aos terceirizados sobre inclusão, acessibilidade, mobilidade, *bullying* e assédio. Assistência, orientações e suporte são oferecidos pelo NAD a monitores, estagiários bolsistas e egressos. Assim, o NAD é reconhecido pela comunidade discente e docente como apoio a professores, alunos e familiares.

Palavras-chave: Inclusão. Acessibilidade. Projetos.

NÚCLEO DE ESPORTES DO UNICEUB

Daniel Veloso
UniCEUB – Núcleo de Esportes - daniel.veloso@uniceub.br

O Núcleo de Esportes do UniCEUB atende à comunidade acadêmica, visando democratizar o acesso ao esporte no *campus*, por meio de práticas e eventos esportivos. No 2º semestre de 2014, o Núcleo de Esportes ofertou as seguintes modalidades: futebol, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, natação, rúgbi, clube da corrida, jiu-jítsu e ai-ki-do. O Núcleo de Esportes vincula-se à Diretoria Acadêmica e preocupa-se em buscar, com excelência de atendimento e organização, seus objetivos institucionais, orientados por ações anuais. As atividades rotineiras atendem aos anseios dos praticantes com propostas de treinamento vinculadas aos aspectos técnicos, táticos, físicos e pedagógicos de cada modalidade, fazendo que o aluno do UniCEUB, mesmo não tendo a ambição de ser atleta, tenha a oportunidade de realizar seu treinamento com excelência em atendimento, tornando o esporte um vínculo com a instituição e com outros alunos, desenvolvendo, concomitantemente, possibilidades de resultados para sua saúde física e mental. Assim, por meio da prática esportiva no *campus* da Asa Norte, oferta-se a toda a comunidade acadêmica a oportunidade de vivenciar ações que vão influenciar sua formação. As atividades ocorrem em diversos horários, visando atender às necessidades dos docentes dos 3 períodos, matutino, vespertino e noturno. As modalidades atendem, em média, 100 alunos por dia, do total de 460 praticantes ativos nas 10 modalidades. Esses números indicam a adesão da comunidade e dos alunos envolvidos ao projeto, haja vista a grande aceitação popular do esporte. Além disso, a manutenção do número de praticante das atividades do Núcleo de Esportes e o aumento da quantidade de participantes nas modalidades clube da corrida e natação refletem a busca constante pela resolução de problemas. A Calourada Esportiva UniCEUB é o evento de recepção do Núcleo de Esporte aos alunos ingressantes na instituição, tanto no *campus* da Asa Norte como nos *campi* de Taguatinga. Promovendo a prática de várias modalidades, no dia 28 de março de 2015, 400 calouros participaram de competições de futsal, futebol *society*, voleibol, basquetebol e corrida de orientação. O Núcleo de Esportes organizou a IX Copa UniCEUB de Futebol Society, baseando-se nos preceitos da consolidação do orgulho de ser UniCEUB, destacados na Regulamentação Mestre D'armas, e nos projetos das edições anteriores, realizadas de 2007 a 2014, aprovados pela Diretoria Acadêmica. Além disso, há o Basquete CEUB, que se trata de projeto de uma equipe de basquete masculino de alto-rendimento, sustentada 100% pela instituição tantos nos aspectos infraestruturais quanto técnicos, de gestão, planejamento, divulgação e promoção. Durante todo o processo, todas as ações vinculam o produto final a uma construção processual e de execução no ambiente acadêmico, criando situações, casos e oportunidades que fortaleçam os cursos de graduação envolvidos.

Palavras-chave: UniCEUB. Esporte. Integração.

O APRENDIZADO PARA A NOVA VISÃO UNIVERSITÁRIA

Altair Stemler da Veiga
UniCEUB – FAJS – Direito - altair.veiga@uniceub.br
Rafael da Silva Santiago
UniCEUB – FAJS – Direito rafael.santiago@uniceub.br

Este projeto engloba os conteúdos referentes ao 1º semestre, tendo como principal característica o aprofundamento na disciplina Introdução ao Estudo do Direito. As situações alinhavadas, preteritamente, demonstraram a falta de comprometimento do aluno com a leitura de textos indicados pelos professores e, principalmente, a falta de método de estudo que possa levar o aluno a demostrar a sua capacidade de ser um profissional da área jurídica. O baixo rendimento nas avaliações e nas tarefas solicitadas em classe e extraclasse tem refletido, sobremaneira, o aprendizado. Some-se a isso a necessidade de oferecer ao discente ingressante uma visão mais abrangente do Direito e do curso que não se restrinja às limitações de uma aula expositiva, de modo a promover um espaço de debate e aprendizado mútuo entre docente e alunos. Nesse contexto, o projeto promove a interação do curso com o aluno pelo aprendizado dinâmico, além de construir um ambiente propício ao surgimento e ao desenvolvimento de competências acadêmicas. Ademais, prioriza-se o contato com elementos de pesquisa, preparando, desde já, o aluno para o ambiente universitário. Assim, impulsiona-se uma visão crítica do Direito por intermédio de debates acerca de temas específicos da Ciência Jurídica.

Palavras-chave: Introdução ao Estado do Direito. Abordagem crítica. Alunos ingressantes.

CICLO DE PALESTRAS MOTIVACIONAIS

Homero Barbosa Reis
UniCEUB – FATECS – Administração - homero@homeroreis.com

No 1º semestre de 2015, o projeto Ciclo de Palestras Motivacionais foi desenvolvido junto ao corpo discente, com atividades para a comunidade interna dos *campi* do UniCEUB e apresentou significativa participação dos envolvidos. A excelência profissional foi o tema de suporte, sustentado por uma abordagem motivacional, com o objetivo de levar os alunos à reflexão sobre seu papel como coagentes construtores de um perfil profissional adequado ao momento mercadológico atual, juntamente com a universidade e a sociedade. Discute-se o conceito de conversa, e ressalta-se que o modo como se conversa determina as relações. Introduz-se a inteligência relacional como fundamento das carreiras exitosas. Assim, com essas duas ideias, conversas nutritivas e inteligência relacional, analisam-se os requerimentos do mercado atual quanto à educação do profissional, com a adequada formação técnica e a agregação de diferenciais competitivos, como domínio de idiomas, experiência internacional, atuação em projetos de responsabilidade social, aliados à mentalidade empreendedora, à educação continuada e ao comportamento ético. Apresentam-se os resultados desses conceitos em uma pesquisa sobre carreiras, perfil profissional e demandas de mercado. Por fim, desafiam-se os participantes a organizar planos de desenvolvimento individuais, levando-os a refletir sobre o que querem manter, eliminar, modificar e acrescentar em suas vidas. Encerra-se a discussão com o papel da educação, para gerar conversas nutritivas sobre a vida, a carreira e os relacionamentos.

Palavras-chave: Profissionalismo. Formação acadêmica. Educação continuada.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS ACADÊMICAS – PIFLA

Prof.ª Me. Erika Lisboa
UniCEUB – FATECS – Administração - erika.lisboa@uniceub.br
Prof.ª Me. Erika Costa Vieira Gagliardi
UniCEUB – FATECS – Administração - erika.gagliardi@uniceub.br

O Projeto de Integração e Formação de Lideranças Acadêmicas – PIFLA permeia o objetivo de acolher os alunos calouros, ao integrá-los com seus colegas. Constata-se que a troca de experiências e as relações entre alunos e professores podem influenciar, de maneira positiva, o conhecimento, a construção de vínculo com o curso e, consequentemente, a diminuição da evasão dos alunos do primeiro semestre. Sendo assim, este projeto surgiu de forma inovadora, no currículo de Administração do UniCEUB. O intuito é promover, de maneira horizontal, a relação de troca entre os alunos recém-chegados e os dos últimos semestres, em que se estabelece a comunicação e a transferência de informações. Assim, promovem-se conversas sobre problemas, e identificam-se soluções sobre o mercado de trabalho e a situação de um jovem administrador recém-formado. Ao aluno mais novo é uma oportunidade de ser acolhido pelo mais experiente, que tem a chance de passar seus conhecimentos e colaborar, de forma efetiva, para o desempenho de seu colega de curso. Para isso, um dos objetivos do projeto consiste em contribuir para a conexão dos alunos e estabelecer uma relação colaborativa, de modo a gerar uma atividade que proporcione a troca de experiências, a discussão de assuntos curriculares e o apoio a dificuldades durante o curso. Outro objetivo é desenvolver, nos veteranos, competências relacionais, conversacionais e de liderança. Para atender a esses objetivos, foram desenvolvidas as seguintes atividades: *tour* pelo UniCEUB, com o objetivo de mostrar as instalações e as atividades que a instituição oferece; visita técnica ao Edifício União para interação e conhecimento com a empresa júnior e com a incubadora de empresas, por meio de palestras de empresários incubados; realização de *workshop* de preparação para o mercado de trabalho; planejamento de ações profissionais; palestras com administradores de Brasília. Os resultados obtidos ao final do primeiro ano consistiram, para os alunos veteranos, no desenvolvimento de habilidades técnicas, tais como, conhecimento da instituição e de recursos para a inserção no mercado; habilidades de liderança, por exemplo, conversacionais; habilidades interpessoais; 25 horas complementares para cada aluno que concluísse todas as atividades previstas. Aos calouros houve um ganho significativo no tocante à construção de *networking* com os alunos de semestres mais adiantados e à maior facilidade de obter conhecimento sobre a instituição de ensino, mediante experiências dos demais alunos e das visitas técnicas. Por meio do Projeto, alunos foram contratados para estágios já no primeiro semestre, após as atividades desenvolvidas, e outros relataram que iniciaram o planejamento de empreendimento próprio.

Palavras-chave: Integração. Desenvolvimento de habilidades de liderança. Evasão.

PROJETO INTERDISCIPLINAR DE SAÚDE MENTAL – PRISME

Tania Inessa Martins de Resende
UniCEUB – FACES – Psicologia/Enfermagem - tania.resende@uniceub.br

O projeto, embasado em uma compreensão da saúde mental como campo de atuação multiprofissional, propõe a realização de atividades conjuntas em instituições de saúde mental que possam permitir o desenvolvimento, por parte dos alunos dos cursos de Psicologia, Comunicação Social, Direito, Enfermagem e Educação Física, de um pensamento crítico-reflexivo sobre o campo da saúde mental, mediante a atuação interdisciplinar. Com base em ações práticas e psicossociais que possibilitem entrar em contato com o sujeito em sofrimento, com transtornos mentais, são produzidos novos sentidos, articulando a saúde mental com os processos de subjetivação na contemporaneidade, nas dimensões de saúde, qualidade de vida, inclusão social e direitos humanos. O projeto, quanto ao cliente, visa atender as necessidades de reabilitação psicossocial de pessoas em sofrimento psíquico grave e as demandas das instituições de saúde mental, contribuindo para a construção de práticas substitutivas em saúde mental, no Distrito Federal. Neste sentido, articula-se com o objetivo maior da política nacional de saúde mental do Ministério da Saúde, a inclusão social. Assim, busca-se desenvolver habilidades específicas nos alunos, preparando-os para estágio na área de saúde mental. Destaca-se como diferencial o efetivo exercício de ações conjuntas entre diferentes campos de saber, propiciando ao aluno o desenvolvimento de habilidades necessárias ao desafiador trabalho multiprofissional interdisciplinar. Isso propicia a importante reflexão sobre a inserção da área de Educação Física no serviço de saúde pública, em especial, no campo da saúde mental. No âmbito do Direito, as atividades possibilitam a contribuição no campo dos Direitos Humanos, envolvendo o direito ao melhor tratamento e o direito ao medicamento menos invasivo como condições indissociáveis à melhoria da qualidade de vida no âmbito da reabilitação da saúde mental. Aos alunos de Psicologia dá-se a oportunidade de exercitarem o objetivo da reabilitação psicossocial. Mediante o vínculo com as pessoas em sofrimento psíquico, os alunos destacam-se no esforço de construir espaços de interlocução e diálogo, com o objetivo de elaborar práticas emancipadoras. A TV Sã é um canal voltado ao compromisso com a cidadania e a produção local do ponto de vista do aluno da Comunicação Social. Os estudantes de Enfermagem têm a oportunidade de formular uma visão integral do indivíduo e desenvolver habilidades e competências para o atendimento à comunidade em uma abordagem mais sensível e acolhedora do sofrimento humano.

Palavras-chave: Saúde mental. Interdisciplinaridade. Cidadania.

AGÊNCIA UNICEUB DE MOBILIDADE ACADÊMICA

João Paulo Santos Araujo
Diretoria Acadêmica - mobilidade@uniceub.br

A Agência UniCEUB de Mobilidade Acadêmica surgiu como uma iniciativa voltada à internacionalização da instituição por meio de convênios com parceiros estratégicos, para possibilitar o intercâmbio de discentes e docentes. Assim, busca-se, mediante acordos estratégicos, maior inserção internacional do UniCEUB e uma forma de oferecer aos participantes experiência cultural e acadêmica ímpar para sua formação pessoal e profissional. Nesse âmbito, a Agência desempenhou, nos últimos anos, atividades de parcerias estratégicas com instituições acadêmicas e de fomento de renome em âmbito regional e global e negociação de acordos direcionados aos objetivos institucionais: atender discentes e docentes interessados pela mobilidade e instruí-los acerca dos processos institucionais; participar de fóruns nacionais e internacionais sobre internacionalização e gestão de assessorias internacionais; preparar e promover os editais de mobilidade, com o intuito de selecionar os melhores candidatos para participar das atividades; receber comissões estrangeiras e apresentar a estrutura física da instituição; lidar com as universidades parceiras na indicação e na recepção a intercambistas. Mediante essas iniciativas, a Agência UniCEUB de Mobilidade conseguiu ampliar o conjunto de opções para os participantes e inserir o UniCEUB no caminho trilhado pelas maiores instituições do país.

Palavras-chave: Mobilidade. Internacionalização. Parcerias estratégicas.

PROJETO NIVELAMENTO: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho
UniCEUB – FATECS – Comunicação – renata.carvalho@uniceub.br
Roberto Freitas Filho
UniCEUB – Direito – roberto.filho@uniceub.br

Os estudos do Projeto Nivelamento passaram pela apresentação da análise específica do que se tem realizado, ao longo dos anos, a este respeito, no UniCEUB. Foram utilizados como dados de análise: relatórios semestrais de projetos de extensão de nivelamento; registros de observações e atas das reuniões realizadas com gestores da instituição; observações dos cursos em andamento; subsídios resultantes de análises realizadas por diversos setores do UniCEUB. O objetivo da pesquisa é analisar os cursos de nivelamento ofertados em instituições de ensino superior, visando encontrar propostas de aperfeiçoamento. Os resultados alcançados demonstram caminhos possíveis e podem contribuir para o desenvolvimento de outros estudos e propostas.

Palavras-chave: Nivelamento. Ensino superior. Dificuldades de aprendizagem.

PROTEÇÃO À MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – PROVID: UMA REVOLUÇÃO QUE TRANSFORMOU A REALIDADE

Laura Frade
UniCEUB – FAJS – Direito - laurafrade4@yahoo.com.br
Camilla Magalhães
UniCEUB – FAJS – Direito - camillamaggo@gmail.com

O PROVID completou 3 anos de trabalho em dezembro de 2014. Ao longo de 2015, focalizou-se a quantificação e a avaliação dos anos em que alunos, professores e parceiros se dedicaram ao trabalho conjunto de atendimento à mulher, buscando protegê-la contra a violência doméstica. Durante esse tempo, o UniCEUB dispôs de sala de atendimento na Delegacia da Mulher - DEAM e escritório de funcionamento do NPJ no Fórum do Núcleo Bandeirantes. Trata-se de um espaço privilegiado, na medida em que implementa projeto piloto na área de Justiça Restaurativa, inédito no mundo e com excelentes resultados. Isso se constitui em uma experiência diferenciada a que os alunos podem ser expostos. O trabalho envolveu a pesquisa e produziu os seguintes resultados: grau de satisfação dos usuários com a DEAM e contribuição para o aprimoramento das políticas públicas; situação da violência doméstica na Delegacia do Núcleo Bandeirante; variáveis da violência doméstica no DF - 1062 Boletins de Ocorrência mapeados; atendimento de equipes multidisciplinares no Fórum do Núcleo Bandeirante; benefícios, efetividade das medidas protetivas, legislação internacional no Centro Jurídico da Mulher; jurisprudência sobre violência doméstica; mapeamento do perfil dos estupradores do DF; monografias de final de curso de alunos do Direito e da Psicologia sobre o tema. Realizaram-se capacitações semestrais para atendimento à violência doméstica de alunos, advogados e psicólogos; acompanhou-se a CPI da Violência Doméstica, em que se elogiou a DEAM em razão dos atendimentos em Direito e Psicologia do UniCEUB, a qual foi eleita a melhor delegacia do Brasil; fez-se acompanhamento da Pesquisa DATA Senado e distribuição dos resultados. Foi veiculada matéria na TV Globo sobre os atendimentos na DEAM. Os alunos participaram das reuniões da Rede de defesa da Mulher contra a Violência Doméstica, e o gerenciamento administrativo do PROVID envolveu 25 professores e advogados, além dos 250 alunos extensionistas e estagiários e do público-alvo, que contabilizou mais de 1000 pessoas diretamente atendidas e beneficiadas nesses três anos. Há muitos produtos agregados como consequência do trabalho com os parceiros: *kit* extensionista: bibliografia por variável da VD, legislação nacional e internacional, estatísticas e material de capacitação; CD *Capacitação para atuação junto à VD*; fala dos alunos sobre o que aprendem no projeto; *folders* bimensais com notícias, agenda de eventos e estatísticas sobre a VD; levantamento de questões para concurso sobre a VD; relatórios semestrais ao juiz da VD no NB parceiros sobre as atividades desenvolvidas. Procedeu-se à coletânea das informações e à elaboração de artigos a ser agregados em publicação do UniCEUB, registrando sua fundamental participação neste projeto que se constituiu, efetivamente, em uma revolução silenciosa, trabalhando sobre a consciência de alunos, professores e comunidade e transformando a realidade das mulheres no Distrito Federal.

Palavras-chave: violência doméstica; proteção à mulher; realidade.

PROSPECÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: RESULTADOS RECENTES E NOVAS PERSPECTIVAS

Marcelo Antonio Lisboa Cordeiro
UniCEUB – FATECS – Administração - marcelo.lisboa@uniceub.br
Roberto Ávila Paldês
UniCEUB – FATECS – Administração - roberto.paldes@uniceub.br
Angélica Toffano Seidel Calazans
UniCEUB – FATECS – Análise de Sistemas - angélica.calazans@uniceub.br
Carlos Augusto de Souza
UniCEUB – FATECS – Administração - carlos.augusto@uniceub.br

O projeto de extensão Prospecção de Tecnologias de Informação e Comunicação foi iniciado no 2º semestre de 2012, no curso de Administração da Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas (FATECS) do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. É conduzido, atualmente, por uma equipe de quatro professores e tem como objetivo central prospectar, solicitar e avaliar novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) necessárias ao desenvolvimento de competências de disciplinas de cursos da FATECS. Trata-se de um projeto aberto a professores do UniCEUB, que tem a colaboração da Direção Acadêmica, da Divisão de Gestão em TI, da Divisão de Gestão de Infraestrutura e da Pró-Reitoria Administrativa e Financeira. No 1º semestre de 2015, o Projeto TIC desenvolveu as seguintes atividades: solicitação e acompanhamento de melhorias de infraestruturas (*software*, *hardware* e mobiliário) necessárias ao pleno funcionamento de dispositivos móveis (*tablets*) recém-incorporados pela FATECS e exclusivamente condicionados em uma sala de aula; ampliação das experiências de utilização da solução de dispositivos móveis LearnPad para disciplinas e cursos da Instituição; identificação, junto ao corpo docente e ao mercado, de soluções de novas tecnologias de informação e comunicação adequadas à realidade da FATECS, pela realização de visita técnica ao Congresso Bett Brasil Educar, do desenvolvimento e da aprovação de novo projeto para a sala atual que condiciona os *tablets*, de demonstrações de fornecedores de novas tecnologias e da inicialização de parceria com a empresa Intel Semicondutores; promoção de capacitação docente necessária às práticas pedagógicas que se utilizam das NTIC, em especial, na 1ª Semana Pedagógica de 2015, por meio de acompanhamentos pontuais e utilização de *tablets* para fins pedagógicos em disciplinas diversas; desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso e artigos mediante práticas do Projeto. Como perspectivas, o Projeto TIC encontra-se com a responsabilidade de supervisionar as aquisições e as reformas da primeira sala da Instituição plenamente equipada com *layout* e dispositivos necessários à prática de "metodologias ativas" de ensino-aprendizagem e de aprender lições com base na utilização da sala, de maneira a subsidiar a construção de novas salas similares nos *campi* da Instituição, já sinalizadas pela Direção como necessárias à atualização dos processos pedagógicos.

Palavras-chave: Prospecção. Tecnologias de Informação e Comunicação. Metodologias ativas.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIREITO DO CONSUMIDOR – UNICON

Rodrigo Pereira Martins Ribeiro
UniCEUB – FAJS – Direito - rodrigo.martins @uniceub.br
Leonardo Roscoe Bessa
UniCEUB – FAJS – Direito - roscoe@mpdft.mp.br

Em razão do aumento de interesse da comunidade jurídica do UniCEUB em aprofundar o estudo, a investigação e a aplicação do Direito do Consumidor, foi firmado convênio, no início de 2004, com o BRASILCON, instituindo assim o Núcleo de Estudo de Direito do Consumidor (UNICON). Nos mais de dez anos de funcionamento, o UNICON já produziu trabalhos e atividades cujo público final é a comunidade. Milhares de cartilhas sobre direito do consumidor foram divulgadas; artigos jurídicos foram produzidos; aulas e palestras foram proferidas pelos alunos do UNICON com repercussão positiva no Distrito Federal. O Núcleo de Estudos de Direito do Consumidor tem como objetivo o desenvolvimento de atividades centradas no conhecimento do Direito do Consumidor, buscando-se, paralelamente, a realização de atividades voltadas à comunidade. Durante o primeiro semestre de 2015, o Núcleo desenvolveu debates e pesquisas de jurisprudência focalizada nos problemas que atingem o consumidor do serviço de telefonia móvel nos dias atuais. Assim, foi feita ampla pesquisa de jurisprudência nos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal, para identificar as questões jurídicas mais comuns que levam o cidadão consumidor do serviço de telefonia móvel à Justiça. Após análise de mais de uma centena de decisões judicias, os assuntos majoritariamente identificados foram: cobrança indevida, interrupção no serviço e inclusão em cadastro de devedores; prestação do serviço em desacordo com previsão contratual do plano contratado e publicidade enganosa; mudança de plano sem autorização do consumidor. Nesses temas, foram identificados os principais aspectos que envolvem a tutela jurisdicional do direito do consumidor e os argumentos que sensibilizam o Judiciário a reconhecer a violação de direitos protegidos pela legislação consumerista. No próximo semestre, o Núcleo desenvolverá orientações para exercício de direitos do consumidor em situações análogas às identificadas na Jurisprudência dos Juizados Especiais Cíveis. Vale destacar que as situações jurídicas identificadas de forma majoritária atingem milhares de consumidores do Distrito Federal. De fato, a importância do consumo consciente e o conhecimento da melhor forma de exercício pelos consumidores de seus direitos proporciona à sociedade o acesso à ordem jurídica mais justa.

Palavras-chave: Direito do Consumidor. Cidadania. Acesso do consumidor à Justiça.

VALE A PENA: PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO PFDF – PRESÍDIO FEMININO DO DISTRITO FEDERAL

Jairo Furtado Nogueira
UniCEUB – FATECS – Engenharia Civil jairo.nogueira@uniceub.br
Jocinez Nogueira Lima
UniCEUB – FATECS – Engenharia Civil jocinez.lima@uniceub.br
Maruska Tatiana Nascimento da Silva
UniCEUB – FATECS – Engenharia Civil - maruska.silva@uniceub.br

O trabalho consiste no desenvolvimento de projeto e acompanhamento da obra para ampliação da Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) e revitalização de dois blocos desativados e projeto de uma cozinha industrial do Presídio Feminino do Gama. Os recursos financeiros são provenientes do Fundo Penitenciário do DF. Com a reforma, serão criadas 100 vagas na penitenciária e 46 leitos na ATP, o que reduzirá a superlotação no presídio. Essa intervenção havia sido solicitada pela Promotoria de Execuções Penais do DF. O projeto permitirá a ressocialização de presos que trabalharão na construção de um bloco da ATP e a recuperação do espaço abandonado, há cerca de 27anos. A obra será executada por presidiários e acompanhada por alunos e professores universitários. Para os presidiários, os dias trabalhados contarão para a remição da pena na proporção de 3 dias trabalhados por um dia de pena. Aos alunos do curso de Engenharia Civil irá proporcionar a prática da engenharia, a elaboração de projeto de implantação e restauração com supervisão da obra, desenvolvendo o aprendizado, utilizando conhecimento de desenho técnico, ferramenta computacional (autocad), estrutura, elétrica, hidráulica, incêndio e levantamento de quantitativos, além da prestação de serviço à sociedade, com uma obra de qualidade e baixo custo. Inicialmente, foram feitas visitas técnicas para avaliação e levantamento das áreas a ser restauradas e ampliadas, tendo a preocupação de desenvolver um projeto que atenda as necessidades dos funcionários e dos presidiários. Já foi inaugurado o setor de tratamento psiquiátrico (ATP), onde esteve presente a empresa júnior Projetos, para fazer ajustes de alterações técnicas na execução da obra, "as built", que consiste no levantamento de todas as medidas existentes nas edificações, transformando as informações aferidas em um desenho técnico que representa a situação de dados e trajetos de instalações elétricas, hidráulicas, estrutural. Desta forma, cria-se um registro das alterações ocorridas durante a obra, facilitando a manutenção de futuras intervenções. Proporciona-se a prática dos conceitos, como projetos de arquitetura, elétrico, estrutural, hidráulico, sanitário, incêndio e "as built", para a formação de profissionais aptos a desenvolver e resolver problemas eventuais. Os alunos apresentam bastante interesse, tendo em vista a prática dos conceitos de engenharia.

Palavras-chave: Elaboração de projetos. Normas. Acompanhamento de obras e "as built".

VALORIZAÇÃO DOS ALIMENTOS REGIONAIS NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DA FEIRA DA TORRE DE TV – BRASÍLIA/DF

Alessandra Santos dos Santos
UniCEUB – Gastronomia - alessandra.santos@uniceub.br
Camila Marques dos Santos Barros
UniCEUB – Gastronomia - camila.barros@uniceub.br
Lincoln Vicente Araújo dos Santos Bizerra
UniCEUB – Gastronomia - lincoln.santos@uniceub.br
Janaína Sarmento Bispo
UniCEUB – Gastronomia - janaina.bispo@uniceub.br

Este projeto de extensão teve como objetivo promover a valorização dos alimentos regionais produzidos e comercializados na Praça de Alimentação da Torre de TV – Brasília/DF, em função da importância histórica para a cidade como atrativo turístico e marco referencial e da diversidade de diferentes cozinhas regionais brasileiras em único espaço onde um número grande pessoas circula e utiliza os serviços gastronômicos. A alimentação em feiras tem importância cultural para o brasiliense e é uma forma de mostrar aos visitantes a miscigenação que o Distrito Federal possui. Assim, é necessário realizar um levantamento histórico da origem da Feira da Torre de TV, apontar o processo de modificações ocorrido ao longo dos anos, no aspecto alimentar. Pela sua rusticidade e simplicidade, não existe nas feiras a preocupação com a elaboração do cardápio, a reprodução de preparos tradicionais, o modo de apresentação do alimento e o serviço ao cliente. Na execução desse projeto, essas noções são perpassadas aos proprietários e aos funcionários das barracas de alimentação, o que tornou possível melhorar a qualidade do trabalho diário dos proprietários dos empreendimentos participantes. O projeto proporciona aproveitar o período ocioso do espaço e transformá-lo em maior rentabilidade, além de ofertar aos moradores locais mais um espaço de convivência e comensal.

Palavras-chave: Valorização de alimentos. Regionalidade. Gastronomia. Comunidade local.

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS – VICAJ

Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza
UniCEUB – FAJS – Direito selma.souza@uniceub.br
Betina Günther Silva
UniCEUB – FAJS – Direito - betina.silva@uniceub.br

O projeto Violência contra Crianças, Adolescentes e Jovens tem como uma das vertentes a violência sexual contra criança, adolescente e jovem, o que resultou na parceria com o Conselho Nacional da Indústria – Federação da Indústria – Serviço Social da Indústria, por meio do Projeto VIRA VIDA, que tem como objetivo geral o atendimento a adolescentes e jovens vítimas da violência sexual e às suas respectivas famílias em busca da promoção da inclusão social, com atenção para as vertentes: educação, profissionalização e assistência psicossocial e jurídica. O VICAJ encontra-se no marco do Observatório Direito e Políticas Públicas – Núcleo de Atividades Complementares - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e, seguindo a tipologia da Política Institucional de Extensão, insere-se na linha programática "Direitos de Grupos Sociais", ao tempo em que se enquadra no eixo Observatório, Infância, Adolescência e Juventude. Ao longo do semestre, o Projeto envolveu 41 alunos do UniCEUB, 02 docentes, 50 adolescentes, 03 professores do Projeto VIRA VIDA e a comunidade acadêmica dos *campi* de Taguatinga e da Asa Norte, apresentando os seguintes produtos: confecção de *banners* para o Dia Nacional de Sensibilização de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes realizada nos *campi,* o que restou observado pelos alunos extensionistas o desconhecimento da população acerca da dimensão da violência sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal. Outrossim, a oficina direcionada a adolescentes e jovens vitimados tratou da projeção de futuro, denominada *De repente 30*, o que permitiu esclarecer aos participantes os caminhos e os apoios necessários à realização das conquistas almejadas aos 30 anos de idade. O projeto apresentou a formatação da oficina, os *banners* de sensibilização elaborados pelos alunos extensionistas e o pedido de dados oficiais junto à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente do Distrito Federal, sobre a violência, a fim de subsidiar ações do cronograma do semestre. As atividades têm aderência à proposta pedagógica do curso de Direito, pois, além de fortalecer o escopo da parceria do projeto, permite maior contato dos alunos extensionistas com as diferentes realidades sociais, quanto às fragilidades das políticas públicas e à inclusão social dos vitimados.

Palavras-chave: Violência. Criança. Adolescente. Jovem.

OUTROS

ESTUDO DE CASO DE GRANDES REDES VAREJISTAS BRASILEIRAS (ÉTUDE DE CAS GRANDES CHAÎNES DE DÉTAILLANTS BRÉSILIENS)

Dr.ª Luciene Braz Ferreira – Professora
Curso de Administração do UniCEUB

O estudo investiga a inovação em grandes redes varejistas atuantes no Brasil. Foi realizada uma pesquisa descritiva e comparativa com múltiplos casos. Os instrumentos de coleta foram a entrevista e a análise de dados secundários, disponibilizados pelas empresas, como relatórios financeiros e resultados para acionistas. Quatro grandes redes varejistas foram questionadas sobre inovações implantadas desde a fundação, procurando-se ressaltar as influências para inovar, a descrição das barreiras e os resultados obtidos com as inovações. A revisão bibliográfica sobre as teorias de inovação especificamente no varejo, lócus de pesquisa da tese, foi desenvolvida mediante as considerações de Camal Gallouj (2007), que apresenta quatro abordagens: a ambiental, voltada à influência do ambiente na formação das inovações; a cíclica, polêmica e aprofundada por outros autores; a interacionista e de conflito; a última, conhecida como multicritério ou combinatória. As inovações podem ser classificadas em inovação radical, de melhoria, incremental, *ad hoc*, recombinação e formalização. Os resultados da pesquisa demonstram a tendência à utilização do *demand pull* como forma de surgimento da inovação e a utilização predominante de inovações incrementais. Além disso, percebe-se a lógica dominante do serviço como contexto das inovações apresentadas. Poucas foram as barreiras encontradas pelas organizações para implantação das inovações. Como criação de valor para os clientes, foi sinalizada a eficiência e o envolvimento. Quanto à apropriação de valor, as empresas apresentaram a fidelização do cliente.

Palavras-chave: Inovação no varejo. Influência do ambiente. Abordagens cíclicas.

PROJETO SOCIOEDUCATIVO: LICENCIATURAS EM AÇÃO NA ESCOLA CLASSE 66 DA CIDADE SOL NASCENTE

Professora orientadora: Hetty Lobo

Natézia Cândida Ferreira, Rodolfo Marques Alves, Diogo Dantas, Ingrid De Sousa Silva, Gabriel Perez

A elaboração de um projeto social para uma região carente constitui-se em verdadeiro privilégio, pela oportunidade de trabalhar com a população de classes D e E, e desafio, por tratar-se de problemática com grande número de variáveis estreitamente inter-relacionadas, como educação, trabalho, criminalidade e qualidade de vida, exigindo dos futuros profissionais a intervenção no processo educacional, além de competência, seriedade e compromisso. Considerando a realidade dinâmica e em permanente processo de transformação, desenvolve-se uma metodologia em que as crianças sejam convidadas a participar do projeto socioeducativo, passando por um processo de análise, discussão, atuação nas atividades recreativas, reflexão e diálogo. Todas as crianças tiveram a oportunidade de decisão e participação ativa e efetiva no decorrer da prática do projeto, o que possibilita a gestão descentralizada dos recursos educacionais, reduzindo, consideravelmente, o descontentamento. A intervenção dos futuros profissionais de Educação Física no projeto socioeducativo visa ao desenvolvimento e à estruturação de seus conhecimentos, possibilitando-lhes vivenciar novas realidades e valores envolvidos, além de compreender novos conhecimentos como uma forma de esclarecer eventuais conceitos formulados no cotidiano.

Palavras-chave: educação física; social; crianças.

UniCEUB
Centro Universitário de Brasília

WWW.UNICEUB.BR